

UNIVERSIDADE DO PORTO

**REVISTA**  
**DA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**HISTÓRIA**



III SÉRIE • VOL. 5 • PORTO • 2004



*TÍTULO* Revista da Faculdade de Letras. História. III Série, vol. 5, 2004

*DIRECTOR* PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*CONSELHO EDITORIAL* Prof. Doutor Fernando Catroga  
Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Helena da Cruz Coelho  
Prof. Doutor Miguel Ángel Ladero Quesada  
Prof. Doutor A.H. de Oliveira Marques  
Prof. Doutor António de Oliveira  
Prof. Doutor Fernando Rosas  
Prof. Doutor John Russell-Wood  
Prof. Doutor Jean-Pierre Didieu

*COMISSÃO REDACTORIAL* Prof<sup>a</sup> Doutora Amélia Polónia  
Prof. Doutor Luís Miguel Duarte  
Prof<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

*CONCEPÇÃO GRÁFICA* T. Nunes Lda • Maia • Porto

*EDITOR* Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/n • 4150-564 PORTO PORTUGAL  
Telefone: 22 607 71 00 • Telefax: 22 600 38 25  
e-mail: flup@letras.up.pt

TIRAGEM: 500 Exemplares  
ISSN: 0871-164X  
D.L.: 19791/88

- 5 Nota de Abertura  
9 In Memoriam

### Rebeliões, Movimentos e Redes Sociais

Aurélio de Oliveira	15	A Revolta do Porto de 1638
Fátima Sá Melo Ferreira	31	Modernização e conflito no mundo rural do sec. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte
Célia Maria Taborda da Silva	51	Os levantamentos populares durienses e a formação da Junta de Vila Real durante a “Maria da Fonte”
Gaspar M. Pereira Carla Sequeira	59	Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego». Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX
Sandra Brito	79	Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática. O clube Fenianos Portuenses
Jean Pierre Dedieu	101	Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l’histoire sociale. Le système Fichoz
José María Imízcoz	115	Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global

### Outros Estudos

Paula Pinto Costa	143	As adaptações das Ordens Militares aos desafios da “crise” tardo-medieval
Francisco Manuel Teixeira Ferraz Maria João M. Domingues	155	Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV

## ÍNDICE

Hugo Ribeiro Silva Susana Cardoso	167	Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)
Francisco Araújo Sandra Alves	193	A comunidade escrava de Leça da Palmeira seiscentista
Sérgio C. Ferreira Joana Isabel Ribeiro Pedro G. Rodrigues	211	Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII
Jorge Fernandes Alves	251	Património industrial, educação e investigação - a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave
Armando Luís de Carvalho Homem	257	A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2003)
	277	Notícias e Notas de Leitura
	313	<i>Abstracts</i>
	321	Publicações Periódicas (Permuta com a Revista da FLUP - História)
	325	Colaboradores do presente número

## Nota de Abertura

Este presente número da Revista do Departamento de História abre com texto memorativo do Professor Vítor de Sá – saudoso docente e investigador desta casa (de autoria de Gaspar Martins Pereira). Com ele presta o Departamento de História, e na sua revista, mais esta saudosa e justa homenagem ao docente e investigador que tanto ilustrou, pela sua obra, pela sua investigação e pela sua postura cívica esta casa em que todos hoje trabalhamos.

Houve por bem que a Revista do Departamento de História da nossa Faculdade de Letras enveredasse, sempre que possível, por um tipo de tratamento e abordagem temáticos que, ora pudesse melhor corresponder à evocação de determinadas efemérides memorativas; (sempre que se proporcionassem), ora tratassem, de per si, temas previamente seleccionados propostos aos seus habituais colaboradores dando ensejo, ora à publicação de trabalhos realizados ou em curso, ora de outros, propostos como incentivo à própria investigação pessoal. Assim aconteceu com o número anterior expressamente dedicado ao tema “Relações Internacionais”. Para o presente Número o mesmo desafio foi posto com o tema “Rebeliões, Movimentos e Redes Sociais”.

Ainda que não na totalidade, este número da nossa Revista pretendeu responder a esse quesito, juntando algumas comunicações sobre esta temática.

A sociedade do Antigo Regime cuja estrutura económica e social se não findou com o fim do Antigo Regime Político, (traduzido na queda do edifício político da Monarquia Absoluta) mas se prolongou, entre nós, por tempos muito posteriores, foi muito menos pacífica do que durante muito tempo se julgou, pensou, quiçá e porventura, com mais propriedade, se ocultou (sendo certo que essa historiografia nenhuma atenção prestou ou deu ao estudo do conhecimento desses fenómenos).

Durante muito tempo, e até tempos muito recentes, a única revolta popular que se recordava com certo orgulho nacionalista (quando não calada como confessou o seu primeiro Cronista – “acontecimento que calaram todos”), era a Revolta de Évora, dita do Manuelinho, na historiografia tradicional evocada sempre como o exemplo de uma revolta quase colectiva do povo português contra o a presença e o domínio filipino em Portugal e o primeiro sinal de descontentamento político. Lembra-se às vezes, a Revolta das Maçarocas ocorrida no Porto (em 1629) quase anunciadora daquela que desembocaria, logo depois, nos “Quarenta” Revoltosos de 1640... Acontecimento que, em certa historiografia recente, por vezes, (em nosso juízo) num quase “ajeitar” de pretensa actualidade historiográfica se rebaptizou redimindo a Revolta e a Revolução. Inverteu-se a posição ideológica mas o fundamento manteve-se o mesmo: uma revolta política contra o domínio

castelhano mas, desta feita, protagonizada “pelos estratos não nobres”. No fundo, dando plena continuidade à primeira interpretação que deles fizera o seu primeiro e grande cronista.

Para lá de efectiva importância, é manifesto que a sua notoriedade se deveu ao facto de ter disposto de um relator e memorialista de primeira plana (literária e até historiográfica) que a referiu e a memorou – D. Francisco Manuel de Melo – de quem partiu o primário significado e a imediata interpretação (que com pressupostos ideológicos diferentes, convergem em algumas interpretações historiográficas recentes): primeiro sintoma e exemplo da emancipação política do Reino em relação a Castela: “fatalmente prognosticando importantíssimas revoluções à República Portuguesa” ... “fausto e elegante prelúdio da redenção lusitana”.

Para o século XVIII lembra-se quase sempre também o Motim de 1757 do Porto (dito da Companhia) para documentar a ferocidade e despotismo políticos pombalinos. Nos tempos do após Antigo Regime a sempre memorável Revolta das Mulheres ou da Maria da Fonte em 1846, (desembocando na Patuleia) que, por sua vez, tem também dado azo a várias e díspares interpretações, sobretudo nos tempos mais recentes.

Sumariamente, e em síntese, era este o estado de conhecimentos sobre estes fenómenos até cerca de 1974, sendo muito difícil a abordagem destes temas nos tempos anteriores, aos quais aliás, nem a historiografia dita “não académica” lhe prestou a devida atenção. Também esta corrente acordou, depois, e por sinal na sequência de investigações que nessa altura já estavam sendo levadas a cabo. Lembramos, neste caso, os trabalhos desde 1970 de António de Oliveira, para além da revisão e releitura que das Alterações de Évora fizera Joel Serrão, em 1967, em Introdução à *Epanafora Política* de D. Francisco Manuel de Melo (e outros documentos acerca dos Motins de Évora). Outros textos, porém, não puderam ver a luz do dia nas publicações “oficiais” e tiveram que ver a luz por outra via, fora das Revistas das Faculdades.

Presentemente, a situação alterou-se de modo substancial. O que é um ganho considerável para um melhor conhecimento e compreensão do “drama” histórico global. O fenómeno dos Motins e Revoltas Populares, antes e depois de 1640, (que essas voltas não acabaram com a Restauração da Independência Nacional); antes e depois do fim do Antigo Regime (que – ainda que com menos frequência – as transformações advindas com a Revolução Liberal não acabaram com as distorções e aleijões da estrutura económica e do ordenamento social), tem vindo, desde então, a ser tratado e abordado, continuando a ser motivo de estudo. Mas o levantamento e o conhecimento factual desses fenómenos não está, na verdade, ainda esgotado.

Para os casos já desvendados e conhecidos dividem-se hoje os autores quanto às causas, à tipificação e à explicação analítica desse tipo de revoltas.

No presente número da *Revista da FLUP – História* revelam-se e analisam-se mais uns quantos fenómenos dessa Revolta e dessas contestação social, continuando a documentar e a mostrar-nos que a Sociedade do Antigo Regime (e não só) foi, de facto, muito mais activa e agitada do que se supunha. Neste número assim o mostram os seus autores para o caso do Douro (integrados no fenómeno mais alargado da Maria da Fonte

- Patuleia), como para o Motim de Lamego já no século XX e, ainda nos tempos anteriores à Restauração, a Revolta do Porto e, posteriormente, a Modernização e conflito no seio da sociedade rural.

Prosseguindo uma perspectiva de análise centrada na temática das redes sociais que o presente número também abrange, refiram-se o artigo de Sandra Brito em torno do associativismo recreativo-cultural, bem como os originais estudos de Jean Pierre Dedieu sobre a informatização – e particularmente o sistema Fichoz – como metodologia de investigação em história social e o de José María Imízcoz que, numa linha análoga, desenvolve uma reflexão sobre actores, redes e processos sociais.

Em “Outros Estudos”, esta publicação contempla uma série de trabalhos sobre a cidade do Porto e sua região, desde a centúria de Quatrocentos ao século XX, abordando temáticas tão diversas como surtos epidémicos, escrituras de perdão, comunidades escravas, organização marítimo-comercial e, ainda, património industrial. Esta secção inicia-se com o estudo de Paula Pinto Costa sobre as ordens militares e a questão da “crise” tardo-medieval e finaliza com a cronologia sinóptica de Armando Luís Carvalho Homem sobre a Universidade do Porto e a vida nacional entre 1911 e 2003.

Seguem-se as outras rubricas nas quais é de anotar a actualização e informação crítico-analítica sobre algumas obras entretanto vindas a lume.

Resta-nos agradecer aos autores de todos os artigos aqui inseridos que, assim, tornaram possível este número com a feição com que se apresenta e que agora deixamos à crítica e à consideração dos leitores.

*Aurélio de Oliveira*  
(*Presidente do Departamento de História*)





# In Memoriam

VICTOR DE SÁ (1921-2004)

Na história recente da nossa Faculdade de Letras, em especial no período de transformações profundas do ensino e da investigação universitárias que se viveu entre 1974 e inícios da década seguinte, o Professor Victor de Sá desempenhou um papel activo que merece ser evocado. Entre outros aspectos da sua acção, saliente-se o contributo decisivo para a estruturação de uma área de História Contemporânea, até então inexistente. E, sobretudo, a importância que sempre atribuiu à investigação como elemento essencial da actividade académica, estimulando todos os seus estudantes a elaborarem trabalhos de pesquisa e batendo-se pela criação de estruturas e incentivos de apoio aos jovens investigadores. Nesse sentido, deu um contributo decisivo para a criação do novo Centro de História da Universidade do Porto, que reuniu uma biblioteca especializada e apoiou activamente a preparação de dezenas de teses de doutoramento (mais tarde, também de mestrado), além de inúmeros trabalhos de iniciação à investigação de estudantes de licenciatura. Em 1991, por altura da sua jubilação na Faculdade de Letras, promoveu, através de um generoso legado ao Conselho Cultural da Universidade do Minho, a instituição do Prémio de História Contemporânea, destinado a estimular jovens investigadores.

Victor de Sá acreditava, sinceramente, na história como instrumento de cidadania, chave de reflexão e diálogo para «repensar Portugal» e o mundo. Para ele, a história, «conhecimento racional, crítico e sistematizado das grandes linhas de evolução ou transformação das sociedades» é uma «tomada de consciência do homem considerado colectivamente. [...] É que o passado não vale por si exclusivamente, mas sobretudo pelo que responde às inquietações do presente. Ao mesmo tempo, é da visão dos factos contemporâneos que subimos até à compreensão dos factos pretéritos. O historiador que seja apenas o descobridor ou coleccionador de factos do passado, aquele que se fecha nos arquivos de olhos cerrados para a realidade contemporânea que o cerca, mais tenderá a mitificar a história do que a cientificá-la. [...] É preciso ser cidadão na sociedade contemporânea, intervir nela, para compreender a sociedade remota. Este historiador-cidadão é o que estará apto a interrogar o passado e dele recolher respostas válidas às inquietações presentes e à abertura de caminhos para o futuro»<sup>1</sup>.

De resto, Victor de Sá manteve-se, desde a juventude, fiel à dupla preocupação de democratização da cultura e da sua eficácia social, enquanto instrumento de reflexão e transformação

---

<sup>1</sup> SÁ, Victor de, 1975 — *A História em discussão*, Lisboa, Dom Quixote, p.20.

da sociedade existente. Foi nessa linha que empreendeu um longo combate pela divulgação do livro e pela educação popular. Em 1942, com 21 anos, lançou a experiência das Bibliotecas Móveis, um dos mais belos exemplos da sua acção cívica<sup>2</sup>. Desde os dezasseis anos, apesar do contexto político desfavorável à participação activa dos cidadãos na vida pública, mais ainda numa pequena cidade como Braga, onde vivia, Victor de Sá não só assumiu, corajosamente, uma contínua intervenção na imprensa local, como se relacionou, desde cedo, com algumas personalidades marcantes da cultura portuguesa, entre os quais Agostinho da Silva, apresentador do seu primeiro livro, *A Mocidade de Antero*, publicado em 1942. Polígrafo e divulgador infatigável, tinha já publicado, por essa altura, mais de centena e meia de artigos em diversos jornais de Braga, Póvoa de Varzim, Ílhavo, Ponte de Sor, Póvoa de Lanhoso, Vila Real de Santo António, Águeda e Montijo<sup>3</sup>. Data também dessa época, o início de uma frontal e continuada intervenção política de oposição ao regime salazarista, fundando em Braga um «núcleo de resistência e de formação ideológica», que incluía, entre outros, Francisco Salgado Zenha, Armando Bacelar e Flávio Martins, e que se associou à actividade do Movimento de Unidade Nacional Antifascista. Até à instauração da democracia, em 1974, não mais deixará de participar, activamente, em todos os grandes momentos de oposição à ditadura, desde as manifestações do pós-guerra e ao Movimento de Unidade Democrática, formado em 1945, às candidaturas presidenciais de Norton de Matos, em 1949, e de Humberto Delgado, em 1958, até às diversas campanhas eleitorais para deputados, utilizadas pelas oposições para denunciar o regime. Esse contínuo combate político valeu-lhe uma sistemática perseguição pela polícia política, que o prendeu oito vezes, e o impedimento de leccionar no ensino público até 1974. Em 1959, após ter concluído a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, concorreu a um lugar de professor na Escola Técnica de Braga. A sua nomeação chegou a ser publicada no *Diário do Governo*, mas não foi autorizado a tomar posse. Em 1963, com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, partiu para Paris, onde se manteve até 1969, altura em que concluiu o seu doutoramento na Sorbonne, com a tese sobre *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*<sup>4</sup>. À chegada a Lisboa, foi preso. Apesar da declarada abertura do regime, o marcelismo não lhe reconheceu nem o título académico nem a sua obra de investigação que abria novos caminhos no estudo da história contemporânea portuguesa<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Sobre este e outros aspectos da biografia de Victor de Sá, veja-se NUNES, Henrique Barreto, 1991 — *Victor de Sá: um Homem na História*, in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 7-19. Esta colectânea de homenagem ao Professor Victor de Sá foi organizada pelo Centro de História da Universidade do Porto e publicada por ocasião da sua jubilação.

<sup>3</sup> Sobre a bibliografia de Victor de Sá, até 1991, veja-se NUNES, Manuela Barreto, 1991 — *Bibliografia de Victor de Sá*, in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 21-51.

<sup>4</sup> Publicado, nesse mesmo ano, pela *Seara Nova*.

<sup>5</sup> Destaquem-se, além da sua tese de doutoramento, os estudos sobre pensamento e acção política no século XIX, entre os quais: *Amorim Viana e Proudhon* (Lisboa, Seara Nova, 1960), *Antero de Quental* (Braga, ed. Autor, 1963), *Perspectivas do Século XIX* (Lisboa, Portugalíia, 1964), *A Revolução de Setembro* (Lisboa, Dom Quixote, 1969).

Só com a instauração do regime democrático, em 1974, já com 53 anos, Victor de Sá pôde iniciar uma carreira na docência universitária, precisamente na nossa Faculdade de Letras. Porém, apesar do reconhecimento do seu trabalho pelos seus colegas e estudantes, não deixará de enfrentar novas e insuspeitadas dificuldades. As suas provas de agregação, em 1978, são disso exemplo. Versando um tema ainda «melindroso» — o Movimento Operário Português —, suscitaram a posição negativa do júri, reflectindo a incompreensão face à sua obra científica, de investigador, e pedagógica, de professor conceituado e estimado. Tendo interrompido as funções docentes, entre Janeiro de 1980 e Março de 1981, altura em que assumiu o seu lugar de deputado à Assembleia da República, viria, pouco depois, a sofrer graves problemas de saúde, que afectaram o resto da sua vida. Mesmo assim, continuou a conciliar a docência com a produção de novos contributos para a história contemporânea portuguesa. Entre as suas últimas obras, merecem um destaque especial aquelas em que Victor de Sá nos oferece instrumentos de pesquisa, fruto de décadas do seu labor de investigação, nomeadamente o *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical, 1836-1986* (Lisboa, Caminho, 1991) e *O Liberalismo Português (1820-1852). Recolha bibliográfica* (Braga, Centro Cultural da Universidade do Minho, 1994), este último em colaboração com Fernanda Ribeiro.

*Gaspar Martins Pereira*

*Luís Alberto Alves*



# Rebeliões, Movimentos e Redes Sociais



Aurélio de Oliveira

## A Revolta do Porto de 1638

### R E S U M O

Anunciado desde 1979, retoma-se aqui a revolta popular ocorrida no Porto em 1638 integrando este acontecimento no conjunto de outros também revelados e até aí desconhecidos ocorridos em terras do Norte (Vila Real em 1635 e Viana do Castelo em 1636) que mais proximamente precederam os Motins de Évora de 1637.

Enquadrada pela pressão fiscal (que não é exclusiva do quadro nacional) e das exigências do Real d'água, chama-se atenção para a presença de outras motivações possivelmente mais graves. Um conjunto de motivações que atingiam, sobretudo, as populações urbanas ou aí principalmente residentes. Ainda que nem em todos os lugares isso tenha acontecido, a queima dos cartórios e dos registos fiscais e possíveis cadastros fundiários a que se tinha já dado início, como também a documentada ausência de uma situação de fome, (como de saques e roubos), mostram um tipo de Revoltas muito específico afastando-as claramente do tipo de outras revoltas como as da Fome, impossível de invocar para estes distúrbios do Porto de 1638, (como dos que lhe estão mais próximos).

Nesta Revolta, de que resultou o incêndio dos cartórios, há manifestas culpabilidades de estratos qualificados da sociedade e da própria vereação culpabilizada pela pertinaz oposição a estas exigências imediatas fiscais e por nada ter feito para apurar os directos responsáveis da queima e destruição dos registos.

Para as nossas Provas Complementares de Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras do Porto, em 1979, demos conta de uma revolta e dos motins populares ocorridos em Viana do Castelo, em 1636, saída em notícia antecipada na *História de Portugal* (de J. Veríssimo Serrão) por voluntária e gostosamente termos cedido o documento para que aquele historiador desse conta do acontecimento no volume que ultimava sobre o período filipino, fazendo dele a interpretação que muito bem entendesse<sup>1</sup>.

Tratou-se de um texto muito breve e, na realidade apenas uma parte de outro mais extenso que, desde 1973, vínhamos compondo sobre Motins e Revoltas Populares no Norte do País com três momentos importantes: 1635 em Vila Real, 1636 em Viana do Castelo, precedidas por uma outra em Monção em 1626 – (que sucintamente já noticiámos), e a do Porto em 1629 – o chamado Motim das Maçarocas – esta de há muito referenciada e tratada. Todas até aí desconhecidas (salvo, como dizemos, a do Porto de 1629).

<sup>1</sup> SERRÃO, 1979: 126.



Afigurava-se-nos, já então, que esses momentos haviam de certo modo antecipado o grande momento da Revolta Popular de Évora de 1637, sempre entendida e interpretada na Historiografia nacional como a única, sempre olhada como a primeira tentativa de emancipação política contra o domínio e a administração Filipinas e anunciadora de 1640, seguindo nisso a primeira interpretação que da Revolta de Évora, (como de quase toda a Província do Alentejo e do Algarve) fizera D. Francisco Manuel de Melo, em cima dos acontecimentos<sup>2</sup>.

Ora, no Porto voltaria a registar-se outro motim em 1638, dando sequência aos alvoroços de 1637, (também aqui verificados e comunicados a Filipe III). Num documento remetido a Filipe III, a par do grande e grave alastramento do de Évora para outras terras do Alentejo e terras algarvias, se dá conta também de agitações em Santarém, Setúbal Porto e “y alguna cosa en Biana”.

Quando já em 1973 déramos conta, também em separado, dos Motins de Vila Real de 1635, logo aí escrevíamos: “a pequenez do centro que era Vila Real em relação a Évora (então a segunda cidade do Reino - segundo D. Francisco Manuel de Melo),<sup>3</sup> a sua aparente não ligação com os acontecimentos posteriores e a ignorância sobre o facto que até hoje corre (aludíamos a estes motins de 1635) parece apoucar-lhes a importância, não o significado. Ele inscreve-se, sem dúvida, no mesmo processo que principiou em fins de 1635 perpassando por 1636 e 1637 (e continuados – no Norte – em 1638 com o caso do Porto) chegando até 1640”.

Defendíamos desde então, e é opinião reforçada que mantemos (até à luz de outros casos entretanto vindos a lume) que, desde a segunda metade de 1635, se entra num processo de agitação social alargada, com vários focos de instabilidade que acabaram por criar um ambiente propício para passos mais graves, que proporcionariam um aproveitamento político que agentes estrangeiros, aliás, acompanhavam e instigavam a favor de sectores que pudessem dar o necessário aproveitamento (político) a uma situação efectivamente instável verificável no quadro nacional. Se Castela se não temeu dos primeiros sintomas, não aconteceu o mesmo com a estranha repetição do fenómeno e o alastramento perigoso do de Évora que na sequência se comunicou praticamente a todo o Reino no já longínquo e primitivo testemunho de D. Francisco Manuel de Melo: “não só toda a Província do Alentejo, e Algarve como nas províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes”<sup>4</sup>. Por parte do poder central com alguma preocupação efectivamente de carácter político tendo, aliás, tido conhecimento de algum manobrismo estrangeiro – como era o caso manifesto da França, cujo agente Saint Pée, de mercador bem entrosado nos meios mercantis da capital desde 1619, se tornou num atento observador acabando agente oficial do Rei de França dispondo de cônsules de sua confiança (mercadores mas também seus agente particulares). Estão no Porto desde 1626. Entre eles um tal “João Carrão francês”<sup>5</sup> e depois um outro – “Estevão Prevost” que foi “lingoa da nação francesa” mas também atrevido mercador. Acabaria, por isso, coimado “por ter cometido muitas cousas em prejuizo do bem comum como era atravessar peixe dos estrangeiros e o tornar a vender na mesma nao fazendose (abusivamente) regatão desta e doutras mercadorias”<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> MELO, 8.

<sup>3</sup> MELO, 30.

<sup>4</sup> MELO, 61.

<sup>5</sup> VERAÇÕES, Livro 46, fl. 80.

<sup>6</sup> VERAÇÕES, Livro 46, fl. 100v.

Daqui se passaram informações sobre o que o que ocorria em Viana e Braga, por exemplo. Tal como dos Sucessos do Brasil (que tinham especial relevância para os do Porto e os de Viana) de que se foi dando conta para Paris. O observador referindo-se a 1637 e acerca do Bispo de Leiria como do Duque de Bragança, isto é, dos mais graúdos escreveria “Qu’il n’y a point d’apparence” e dando conta em Memória de 18 de Dezembro de 1637 que só então o monarca espanhol tomou a sério os levantamentos ocorridos em Évora e em outros lugares bem como de que a Revolta continuava por várias terras do reino, em 1638, revelando ainda como acções de represália, o sequestro de bens de muitos mercadores portugueses residentes em várias partes de França sobretudo em Paris, Bordéus, Ruão e Nantes<sup>7</sup>.

Não é nossa intenção misturar os dois fenómenos em demasia, porque efectivamente não são logo “misturáveis”. Quer dizer: há razões próprias e específicas que devem e têm que entrar na explicação dos dois fenómenos, isto é, a revolta social, a revolta económica e a revolta política, e nos vários sectores sociais envolvidos num e noutra dos movimentos e numa e noutra fase. É uma verdade histórica insofismável o que logo anotou D. Francisco Manuel de Melo acerca destas causalidades e destas teias e relações e cumplicidades de interesses nem sempre claros: “O Conde já conhecia como a Nobres e Plebeus quase eram iguais seus interesses e que só diferiam no modo de solicitá-los obrando estes com artifício, aqueles com violência”<sup>8</sup> e “a causa comum sempre andava vestida das cores do interesse dos particulares” (que eram diferentes e vários)<sup>9</sup>. E tudo se misturou. Todavia, se a causalidade e a motivação fosse política (ou só política) contra o poder Central, o fenómeno da Revolta Popular teria acabado em 1640. Ora isso, como já aí referíamos, não aconteceu. E para essa realidade desde logo se chamou também a devida atenção. Na verdade, outro surto de revoltas, por vezes até com estranha gravidade e inquietantes implicações, continuou, a verificar-se pelo Reino, por terras várias<sup>10</sup>. Isto é, com um rei português por todos aclamado e a quem todos prometeram o melhor auxílio em Cortes, o fenómeno da Revolta continuava a verificar-se.

A instabilidade prosseguiria por 1638 (como António de Oliveira mostrara já desde 1970) mas sempre apenas para algumas terras - as terras do Sul<sup>11</sup>. E o elenco já hoje considerável de lugares em Revolta ou que registaram motins alvorotos desde 1635 (e em alguns casos pontuais, já em anos anteriores) a grande maioria dos quais efectivamente revelados pelos estudos de António de Oliveira - agora reunidos em *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, vieram efectivamente confirmar o que deixávamos sob alguma suspeita, sustentada apenas naqueles casos mas sem a dimensão, finalmente, revelada.

Desde aquele ano que, na verdade, fenómenos de carácter económico e social (não diria, pois, tão liminarmente, político) mostram um tablado social em desequilíbrio, e em agitação. Desde 1635 (esquecendo agora alguns casos pontuais anteriores) que o clima se vinha deteriorando particularmente visível nos principais centros económicos de que é exemplo o Norte com Viana

<sup>7</sup> Archives des Affaires Étrangères.

<sup>8</sup> MELO, 113-114.

<sup>9</sup> MELO, 49.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, 1982.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, 1970: 298.

e Porto, Vila Real de Trás os Montes “de cujas terras vem muitos vinhos a esta cidade do Porto” com uma cultura que, por estes tempos, se tinha estabelecido já praticamente de forma extensiva<sup>12</sup>.

Ora, dos posteriores a 1637, pareceu-nos de particular importância e significado a Revolta ocorrida novamente no Porto em 1638. É que, aquietada Évora, “as razões e os motivos dos outros povos não cessaram, e (por isso) permaneciam para muitos as razões da revolta, queixosos os lugares”<sup>13</sup>.

Pela primeira vez se deu conta desta Revolta em 1979, precisamente naquele nosso trabalho Complementar já referido sobre as revoltas de Viana do Castelo prometendo um tratamento mais alargado sobre esta alterações verificadas no Porto<sup>14</sup> – o que, entretanto, não fizemos.

Depois dessa referência e desse anúncio com conhecimento do que escrevêramos e anunciáramos, acabaram os mesmos por ser “desenterrados da poeira dos arquivos” por um historiador, em 1983 (sendo certo que, se tivesse sacudido mais documentação, soprado mais poeira, encontraria, nas mesmas Vereações, outras notícias de Motins e Revoltas Populares ocorridas nesta Cidade não só para o período anterior, como para este mesmo Século XVII (para não falar, para já, no XVIII - como também a seu tempo veremos).

Mais recentemente, o nosso colega e amigo Francisco Ribeiro da Silva no estudo exaustivo feito sobre o Porto, a par de outros motins e revoltas aqui ocorridas (e não só) se referiu também a essa Revolta do Porto de 1638<sup>15</sup> a que já havíamos feito referência – como aí se anota.

O autor integrou a Revolta nas “motivações de carácter tributário, anti-fiscais que estão na base da maior parte destes levantamentos”<sup>16</sup> e, no caso mais próximo, as derramas do real d’água e o aumento do cabeção das sisas<sup>17</sup>. Asserção no que convém igualmente o maior conhecer o destes fenómenos entre nós – António de Oliveira. Uma notável vaga de alta pressão fiscal exigida e imposta pela Coroa que, por muitos lados, fez rebentar protestos mais ou menos violentos<sup>18</sup>.

As imposições e derramas fiscais, são sempre naturalmente mal recebidas e proteladas perante sistemáticas confissões de miséria, (argumento que, na verdade, tem que ser tomado com toda a cautela e moderação porque elas são, por vezes, contraditórias com outras afirmações e até com alguns dados quantitativos já apurados que revelam situações contraditórias). Há, por isso, que olhar ou indagar outras realidades: “Raramente os povos nas suas relações com os governos blasonam da sua prosperidade; são pelo contrário propensos a lamentações, excepto quando as conveniências lhes aconselham o contrário”<sup>19</sup>.

O Porto era uma cidade e um município muito cioso das suas liberdades, com uma muito curiosa atitude de desconfiança e sempre uma mal consentida vontade de satisfazer as imposições e requisições do Poder Central, fosse por directa exigência deste, fosse por indirecta pressão e acção dos seus agentes régios habituais, sobretudo os Corregedores, fosse por delegados directamente incumbidos dessas tarefas.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, 1984.

<sup>13</sup> MELO, 90.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, 1979: 35; 55, nota 89.

<sup>15</sup> SILVA, 1988.

<sup>16</sup> SILVA, 1988, 1036.

<sup>17</sup> SILVA, 1049 e seguintes.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Varia.

<sup>19</sup> LOBO, 1903: 17.

Estes pedidos e derramas do Poder Central, foram além disso, sempre tidas como quebra de privilégio, ou porque esses réditos ou derramas pertenciam apenas à cidade, ou porque o monarca quebrava notoriamente a inviolabilidade de certos “sacos” ou recursos consignados estritamente aos Municípios como era o caso do Sobejo das Sisas ou do Cofre dos Órfãos ou os recursos ocasionais para fazer face a necessidades de circunstância: obras, entradas de pão e esmolos ou outras (por isso que os vinhos, como as carnes, sal, etc.) não eram, de facto, a primeira vez que eram onerados! Mas os pedidos centrais, até os votados e subscritos em Cortes foram, por vezes, bem difíceis de cumprir.

Os de Ponte do Lima, por exemplo, andam furiosos, meios alvoroçados, em 1636 porque o Corregedor Francisco Monteiro Montarroio “andava usurpando as Justiças e os privilégios do Concelho” e o próprio Juiz de Fora da Vila, estando na disposição de cumprir as ordens régias, declarava que não as cumpriria e as contraditava “por causa dos abusos do Corregedor” e “não aceitavam tais ordens por causa de tais “avexações” e, por isso, que se não cumprissem as ordens de S. Majestade. Dos que souberam escrever ali lançaram o protesto umas 150 pessoas. (o que é de facto notável para tão pequeno Povo)<sup>20</sup>. Assim, caucionados e “protegidos” são, aqui, os marchantes que se levantam fazendo greve ao corte de carnes na Vila<sup>21</sup>. (Sem dúvida, que teriam tido em boa conta o que em Viana se passara pouco antes)<sup>22</sup>.

Não nos demoraremos aqui, mais uma vez, na questão dos tributos e nesse arrazoado causal próximo efectivamente presente mas que, em nosso entender não representam nem esgotam toda a causalidade, (para além do peso, quebrando privilégios particulares e colectivos) sendo certo que para além desta recusa às colectas do real d’água e das sisas há outras medidas quiçá mais decisivas, incomodativas e preocupantes que levaram à revolta os segmentos possidentes da sociedade. Entre estas, as medidas que têm a ver com a obrigatoriedade imposta a todos para declaração das suas fazendas. Isto é, o arrolamento obrigatório de todas as fazendas para a cobrança do Quinto. Ainda o registo (Cadastro obrigatório) para meter as terras a cultura ou, em contrário, se largarem para os que as pudessem laborar. Já para isso chamámos a atenção e voltamos a sublinhá-lo aqui. Aspecto este que mais que o Real d’água foi tido por alguns – que a estas alterações também se referiram – como a verdadeira causa das alterações em Évora (e outras terras) em 1637. Se bem que o palco essencialmente visado fosse precisamente o Alentejo e Algarve, as mesmas ordens se passaram para os Corregedores do Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e outras: “no anno de 1637 mandando el Rey escrever as fazendas de todo o homem deste Reyno querendo-se executar nesta cidade de Évora se levantou o povo” (Em Severim de Faria - século XVII) e Luiz Montez Mattoso, (Séc. XVIII). Adivinha-se da clientela ou clientelas principalmente atingidas. Não, seguramente, os não possidentes (que aquelas medidas, aliás, isentavam).

De facto, de anos anteriores vinha uma já importante medida relativa à declaração das fazendas ou propriedades agrícolas que visava o cultivo obrigatório das terras ou a sua perda para quem as pudesse ou quisesse cultivar e que atingia principalmente o Clero e a Nobreza como

<sup>20</sup> VERAÇÕES, 1634-38, fl. 88v-89;96v.

<sup>21</sup> VERAÇÕES, 1634-38, fl. 99.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, 1979.

também a Burguesia das cidades e vilas. Um verdadeiro cadastro do Reino que deveria ser lançado em livros numerados por cada Corregedor “para todas as terras do Reino – cidades Villas e lugares em que nelles se inscrevam todas as pessoas de cada huma das ditas cidades e vilas e lugares de toda a qualidade e nelles em seus titulos ceparados lançar o que cada hum ha de cear que sera arbitrado por eleitos para o dito lançamento e assy e da maneyra que se elegem os que fazem a repartiçom da sizas” ... “Que o dito lançamento será conforme ao cabedal e industria de cada pessoa”.

...

“Que na dita repartiçao se tera particular cuidado aos mercadores e homens de negoceo... e da mesma maneira a gente nobre considerandose tambem na repartiçao os bens que tem e assy o cabedal e industria e havendo alguns fidalgos que nelles naon tenhaon herdades ou terras proprias naon seraon obrigados a este lançamneto e o mesmo se fara com as veuvas e orffaons e outras pessoas miseraveis e pobres sem possibilidade”<sup>23</sup>.

Tudo para além de uma aversão congénita dos ânimos (de um e outro lado sempre aproveitável e manejável do ponto de vista anímico e anímico-político (não obstante o aproveitamento económico circunstancial que a oportunidade da unidade política a muitos, efectivamente, permitia). Uma antinomia congénita para a qual já o grande conselheiro - António Perez - advertia Filipe II e que também ficou bem expresso no Memorial de Pero Ruiz Soares.

Tem-se também conotado estas Revoltas de 1637 como Revoltas da Fome. Não se nega que alguma contracção da produção tenha atingido algumas terras. Estas perdas, porém, se se verificaram, concentraram-se sobretudo na parte meridional. Isto é, no Portugal mediterrânico, isto é, nos trigos fazendo alguma pressão sobre os preços dos géneros alimentares. É natural que esse argumento tenha sido invocado. Era um procedimento normal. A presença ou invocação da fome são, de facto, mobilizadores destes fenómenos (mas podem não corresponder a realidades fácticas).

Nas regiões atlânticas não é possível invocar essas razões. O ano de 1636 foi ano de muito boas colheitas, como não foram de gravidade os de 1637 e 1638. Neste particular, as crises de 1620/22 e 1629/30 e 1632, foram, por vezes, muito mais agravadas como o próprio ano de 1635 e, então, Évora não se revoltou! Situação muito paralela nas Beiras mais interiores onde o pico “da crise” não está também efectivamente nestes anos<sup>24</sup>. Pelo menos, nesse caso, ficariam sem explicação as Revoltas e Motins do Norte. Acresce que este conjunto de revoltas e motins não têm manifestamente a tipologia típica das revoltas e dos motins da Fome (mesmo que invocada como, referimos). Na Revolta de Monção de 1626 não há qualquer referência a fome como na das Maçarocas do Porto em 1629, como na de Vila Real e Viana em 1635 e 36 como novamente nesta do Porto de 1638. Os preços mais elevados de 1636 (por vezes invocados referem-se aos cereais da colheita de 1635). O Contrário é bem documentavel. O preço do trigo em Ponte do Lima desceu sucessivamente desde 1634 até 1637/38 e desceria ainda mais até 1642 tanto nos trigos como no milho, como no centeio<sup>25</sup>. Nos preços para a zona central do Minho – preços do

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA, 1979: (Sublinhado nosso).

<sup>24</sup> OLIVEIRA, 1990:43;88.

<sup>25</sup> REIS, 1980:155.

recibo da Abadia de Tibães que espalhava as suas terras por todo Entre Douro e Minho com particular relevo na parte central do Vale do Cavado, (e com tendência até para serem mais elevados), consta-se que descem de 26/30 31/33 para os pontos mais baixos registados para o ano de 1640. O mesmo se diga no centeio no milho e no meado<sup>26</sup>.

Vejam os que nos diz o preçário coligido por Vitorino Magalhães Godinho para os do Celeiro Comum de Évora destes anos – considerados apenas os preços do ano colheita, isto é, preços do mês de Agosto<sup>27</sup>: subida de 34 para 35 – que nos aparece aqui como ano de certo aperto pela subida registada; mantêm-se em 1636 mas logo vai descendo em 1637, 1638 e 1639 para atingir os mínimos em 1641. Aliás, subidas bem moderadas e modestas variações. Agravamentos de menos de 4% muito longe das amplitudes normalmente aceites para se poder falar da efectiva presença de uma crise, mesmo neste sistema de economias. E aqui, crises nos dois sentidos, com palcos originais diferentes, nos campos ou nas cidades.

Picos de sinal inverso podem dar origem a Revoltas. Mas as quebras de preços dos géneros alimentícios nas cidades e centros consumidores não originam Revoltas de miséria. Estas, os estratos carenciados ou a arraia-miúda das cidades, nunca se revoltaram por preços baixos dos géneros alimentícios. Por outro lado não há efectivamente quebras brutais nos preços que teriam resultado em revoltas campestres e não urbanas, como estas, a não ser que – habitáculos de rendeiros e Senhorios (nobres e eclesiásticos) fossem ou sejam estes aqui os agentes da revolta pelos preços demasiado baixos). Duas realidades distintas despoletando ou podendo originar os mesmos fenómenos, mas que convém não confundir e analisar com todo o cuidado. Na verdade, não têm os mesmos antecedentes e agentes causais.

Vejam o pão e a presença da fome por estes anos no Porto, que recolhia cereais de todo o Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes (e, até, das Beiras). A situação é de normalidade alimentar. Mais: daqui continuam a sair cereais com outros destinos por estes anos. Sinal evidente de que a carestia não apertou e o mesmo parece ter acontecido na região centro. Por aqui até o aperto de 1631 se não terá feito sentir significativamente<sup>28</sup>. E não deixa de ser curioso que nesses anos verdadeiramente mais difíceis de 1629-31-32 tenha sido remetido de Braga (1631) – via Porto – uma carga considerável de dinheiro – “seis cargas de dinheiros e hũa canastra q hião pera S. Mag.” e que, para além da colecta, a carga tenha atravessado todas estas terras sem quaisquer problemas nem assaltos<sup>29</sup> que propiciariam os necessários fundos para a compra do pão.

#### No Porto:

Começamos pelo ano de 1635 em que, em Setembro se toma conta do pedido do Real d'água e da sisa dobrada<sup>30</sup>: nenhum reflexo nem testemunho desde Janeiro a Dezembro desse ano à falta de pão ou cereais na cidade. Em 1636 (Fevereiro), pelo contrário a cidade, atendendo ao pedido feito por Lisboa, deixar sair pão para a Capital por ali se recear escassez: Carta “em q pede

<sup>26</sup> OLIVEIRA, 1974: 334 e seguintes.

<sup>27</sup> GODINHO, (s/d).

<sup>28</sup> OLIVEIRA, 1972: 149-150, 179.

<sup>29</sup> VERAÇÕES, Cartas Particulares, Documento 3.

<sup>30</sup> VERAÇÕES, Livro 47. fl.154.

q pera provimento da dita Cidade e armadas deixem hir pão p.<sup>a</sup> a dita Cidade por estar muj apertada”... “e pera este effeito se mandou lançar pregão pellas Ruas publicas desta Cidade pera que todos os moradores que tivessem pão viessem a esta Camara pera saberem do modo ou como podião prover a Cidade de Lisboa”<sup>31</sup>. E, “visto as logeas dos maiores mercadores estarem em abundância de pam do mar” isto é, trigo e centeio, lá saiu o cereal para Lisboa<sup>32</sup>. Mas esses mercadores tratavam também com pão da terra nomeadamente o trigo que faziam por vezes sair abusivamente da cidade (na realidade, sempre atenta e vigiando o circuito do pão). Dá-se embargo a uma nau estrangeira que estava carregando trigo da terra para o fazer sair clandestinamente do Douro. Trigo que vinha af de toda a Província, inclusive das terras de Ponte do Lima, como já era habitual desde tempos anteriores<sup>33</sup>. O motivo do embargo não era a presença da fome nem da carestia mas por ser necessário garantir o suficiente armazenamento de víveres por a cidade estar com receios de conflitos “em prevenção de guerras”<sup>34</sup>.

Em Maio de 1636 a cidade ia já na segunda recusa dos pedidos do Monarca. Oferecendo em troca um serviço (bem substancial) de 50.000 cruzados que o Governo do Reino indeferiu porque “do negoceo do real d’agua não estava isenta pessoa algũa”.

Seguiu-se um quase interminável rosário de negas, respostas e dilações em que todo o corpo da cidade se encontrou “ajuntado”, desde os eclesiásticos ao povo miúdo. Viria a tomar-se a primeira posição de força e alguma hostilidade em Outubro contra as imposições do poder central: “que nunca houve nela real d’agua na cidade e nem o aceitavam agora”<sup>35</sup>. Todavia, nunca se invoca miséria nem escassez de pão. Pelo contrário continuaram a registar-se saídas. Em Outubro de 1636, Regatões e mercadores estavam extraindo pão “que levavão pera fora em caravellas”. Não há fome. Até se recomenda às padeiras e vendeiras de pão de Valongo (que levavam o pão cozido à cidade) que forneçam pão branco da melhor qualidade “que não fação pão molette e que antes usem de vender riquifaz (regueifas) “como he costume”. Isto é, nem no trigo havia qualquer falta. E até 1640 é esta a realidade, chegando no ano de 1639 a proibir-se a venda do pão de milho que, pelos vistos (e como temos já referido), começava a entrar na alimentação principalmente campesina. Por Ponte do Lima, o pão milho corria ao lado do pão branco e desde os primeiros anos de 1600<sup>36</sup>. Todavia, dispensa-se no Porto (onde em ocasiões de fome já anteriormente se recomendara) proibindo-se a venda “de boroas grandes e piquenas”<sup>37</sup>. E é nesta mesma realidade que se permanece por todo o ano de 1640.

O Monarca continua a apertar a cidade com taxas, pedidos e novas imposições e encargos. Nunca se responde com a falta de pão ou a presença da fome. Sim, com algumas dificuldades financeiras “impossibilitados e pobres de receitas”; “Cidade de rendas tão limitadas que muitas vezes não chegão a hû conto de reis”<sup>38</sup>, “sendo um dos principais Portos deste Reino”<sup>39</sup>. Só em

<sup>31</sup> VERAÇÕES, Livro 47. fl.242.

<sup>32</sup> VERAÇÕES, Livro 47, 242-242v.

<sup>33</sup> VERAÇÕES (Ponte de Lima), vg. 1631-34.fl.137.

<sup>34</sup> VERAÇÕES, Livro 47, 257v.

<sup>35</sup> VERAÇÕES, Livro 47, 303.

<sup>36</sup> VERAÇÕES (Ponte de Lima), 1603, 15v. 28 e outras; 1634-38. fl.122 e outras.

<sup>37</sup> VERAÇÕES, Livro 47, 121v.

<sup>38</sup> VERAÇÕES, Livro 47, fl.130v.

Maio de 1640 à raiz de novos pedidos (para se acabar o forte de Matozinhos) se refere a quebra de tratos “ e porque esta cidade esta no mais miseravel estado q ser pode e todos seus moradores por lhe faltar o commercio... como pello muito que se tem tirado de sy pera occazioens do serviço de S. Mag.de”<sup>40</sup>. Estamos, pois, perante uma normalidade alimentar durante estes últimos anos da Administração filipina como se verifica no Porto (e não só). Pelas terras do Norte se passa o mesmo. Mais: os preços em queda significam (mesmo que alguns o contestem) montantes acrescidos na produção cerealífera, quanto mais que o enchimento demográfico é um facto por todas estas terras (e não vamos aqui acumular citas).

Infelizmente faltam-nos as Vereações do Porto para o ano de 1637 (que por algum motivo terão levado sumiço). Só voltamos a ter destas notícias em 1638.

Assim em 12 de Janeiro deste ano o Governo lhes comunica que “pusesem as cousa no estado de antes”, deixando claramente a entender – nos parece – que houve, de facto, problemas graves durante o ano de 1637 e que, visto estarem já quietos os povos do Alentejo” – o que, na realidade não era totalmente verdade – aceitassem agora as imposições” e voltassem a repor as coisas no seu devido lugar<sup>41</sup>. Problemas ocorridos antes de 6 de Setembro, quando o Monarca ordena que se tome conhecimento dos agravos e apelações e se remetam (pela Relação do Porto) à Corte “ para delle se mandarem ver e se lhes dar o despacho que for de justiça”<sup>42</sup>. E parece ser essa a realidade que vai pelo Entre Douro e Minho cujos Municípios muito ciosos da sua independência não deixavam nunca, nas suas relações com o poder Central, de “botar” sempre o olho para o que, nestes assuntos, se ia passando pelo Porto – “cabeça natural de todas as comarcas do Norte” – como se refere para tempos ligeiramente anteriores, seguindo-lhe geralmente os comportamentos. E, na ocorrência, era o que se passava por Braga, Guimarães, Viana e Ponte do Lima. (Já se passara o mesmo a quando da Revolta dos Portos Secos em 1591-1592)<sup>43</sup>.

O pão não escasseia e parece ter sido de abundância no ano de 37, pois em Janeiro de 38 há novo pedido de saca de pão para Lisboa por parte de um mercador (e também produtor e mercador de Vinhos) – Francisco da Rocha Leão – e se condescende que se conceda licença de saída tirando-o “pelos preços comarcaons”; que da Maia viera muito pão para o Terreiro; que no dito terreiro havia muito e “que nelle se lhe daria a escolher do melhor”<sup>44</sup>. Em Fevereiro continua o mesmo saque de grãos. Agora, naus de estrangeiros estão extraindo ilegalmente “desta Cidade e Douro della” cereal: “estavão-(se) carregando naos de peixe, farinhas e azeites e V.ºs por conta de dous homens particulares por Estanquo do que Rezultava grande damno a esta cidade e seu Povo”, ainda por cima, por estarmos “em presença da Quaresma...”. Protestam então os mercadores “por a cidade lhes impedir este comércio”<sup>45</sup>.

Entretanto, as coisas voltavam a complicar-se quanto aos impostos exigidos. Desta feita o Corregedor queria mostrar serviço feito e viria com a ordem de “repor as imposições do Real

<sup>39</sup> VERAÇÕES, Livro 47, 198.

<sup>40</sup> VERAÇÕES, Livro 47, fl.212 -212v.

<sup>41</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 8/8v.

<sup>42</sup> SILVA, 1855: 142.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, 1998.

<sup>44</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 8 v.

<sup>45</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 19.



d'água e a quarta parte do cabeção das sisas". Novamente se deixa entender que às mesmas houve recusa e oposição na cidade em 1637. A Resposta foi uma nova recusa, mais peremptória<sup>46</sup>. Fez-se uma convocatória para que todo o povo se ajuntasse no dia 18 de Fevereiro a fim de dar também a conveniente resposta à carta que sua majestade lhes enviava. A carta tinha argumentos de peso. A imposição era para o socorro do Brasil onde o Porto tinha tantos interesses. E aqui se acusam os principais agentes que alimentavam a recusa e fomentavam a agitação: "principalmente no que toca as pessoas maes poderosas e validas que erão os que devião dar exemplo aos maes mayormente sendo o zello e Lealdade dessa Cidade tão antigo e conhecido" (um louvor cai sempre bem e até pode amolecer os ânimos...)!

Criou-se uma verdadeira junta para a execução: a Carta dava praticamente plenos poderes ao Governador da Relação, um dos seus Desembargadores "e outrossy o Corregedor da Comarca". Cabia-lhes, agora, aprontar os meios e a solução "para que nessa cidade se cobre effectiva e pontualmente ... e para impor por qualquer meio a execução ... na forma que sirva de exemplo a todos"<sup>47</sup> (haveria mais terras com olhos postos no Porto).

Em 18 de Fevereiro juntaram-se todos "fidalgos e mais cidadãos para lerem a Carta de S. Mag. e darem a resposta". Começam por significar que tem a cidade servido a Coroa em tudo "mesmo em Rezão deste mesmo socorro do Brasil que tem montado a muito e grandes contias. "Mas no que respeita ao real d'água"... acham-no "desigual às possibilidades dos seus moradores... porq os moradores desta Cidade e seus termos e arredores não tem pella mayor parte carne, nem vinho de sua lavra e vivem obrigados de se proverem cotidianamente das tavernas e asougues publicos, o que não fazem os moradores de outros lugares que pella fertilidade de seus terrenos tem pera todo o anno carne e vinho que recolhem de suas propriedades e grangearias e são muito poucos os que se provem dos asougues e tavernas. Pella quoaal Rezão não fica pezado nem digno de consideração nos ditos lugares o ditto tributo"... (Isto é... os outros que pagassem, que bem podiam)!

Juntam mais umas quantas razões como a desigualdade criada com este tributo e o facto de na cidade se ter já imposto em 1631 o real d'água para o socorro do Brasil. Ora, dizem, "se se aceitar novamente fica com o real d'água duplicado"!

A resposta unânime é óbvia: se transmita a Sua Majestade e aos seus Officiais "que não poderão satisfazer o pedido sem grande e vexatoria oppressão pelo qual não se tem aceitado nem (agora) aseitamos... porque não podemos e (por isso) não nomearemos os officiaes para a cobrança delle". Seguem-se mais de sessenta e duas assinaturas (dos que ali puderam ou souberam assinar!)<sup>48</sup> Numa segunda carta se reforçavam as recusas sublinhando andar este povo "consumido com a continuação das fintas e contribuições que lhe são lançadas de dez annos a esta parte em razão deste mesmo socorro do Brasil, além do que voluntariamente ofereceram nos annos de 1631 e 1635"<sup>49</sup>.

Em resposta veio um verdadeiro ultimato: "q dentro de cinco dias Reponhão as couzas do Real de agoa no estado em que dantes estavam e que saibam faço cobrar e executar (sem dilação) a todos a dita contribuição".

<sup>46</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 11.

<sup>47</sup> VERAÇÕES, Livro 48, 17 v/18.

<sup>48</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 21 v 22 v.

<sup>49</sup> VERAÇÕES, Livro 48, fl. 26.

A resposta viria mas, agora, de outro modo: o incêndio da papelada da Câmara onde se guardavam os registos fiscais ou o arrolamento dos bens dos cidadãos. É possível que já com o início da cobrança por parte do Corregedor que, advertido pela própria vereação, terá zelosamente, dado início à recolha.

Parece que pelo menos parte da Vereação até aí em corpo com o restante Povo se dividiu como se deprende da resposta que de si deram a Sua Alteza em 11 de Março de 1638, tendo o escrivão “ajeitado” a prosa de modo a fazer entender que, não obstante a verdade de todas as objecções passadas, já se havia começado a cobrar a dita imposição sem oposição de ninguém logo, parecendo justificar a (alguma) complacência da Vereação!

Vejam os:

Ainda que os vereadores mantivessem a recusa e se apartassem do que (abusivamente se havia começado a executar unilateralmente pelo Corregedor) de certo modo se condescendia. E aí se dá conta dos graves acontecimentos, entretanto ocorridos imputando a responsabilidade de um motim e desacato vivido na cidade.

De facto, pela calada da noite, assaltou-se a Câmara e se queimaram todas as paleladas respeitantes a estas imposições. (Ou outras. Bem possivelmente os tais registos das Fazendas e não sabemos se mais papéis. Na verdade, por outros lados, as “queimadas” atingiram efectivamente outros papéis). A Vereação e mais corpos da Governança alijavam as responsabilidades de não terem feito devassa do acontecido e punido os atrevidos dos desacatos, e (como era manifesta intenção desta acção) nunca mais se ter repostos os tais papéis do arrolamento (ou arrolamentos) em ordem. A Vereação alijava, estrategicamente, as culpas atribuindo-a desconhecidos - uns quantos ladrões - “que deverião ser”, procurando, desde logo, desviar as responsabilidades da possível e previsível repressão por parte do Governo Central.

Vejam o teor do Registo de 11 de Março de 1638 pelo qual se teve conhecimento indirecto do Motim, assalto e incêndio do arquivo da Edilidade (bem possivelmente de propósito desacauteledos).

Este assalto e incêndio do Cartório da Câmara (ou parte delle) ocorreu durante o precedente mês de Fevereiro. Por outro lado, esta acção acontece, na verdade, dentro de uma estranha vaga dos tais “ladrões” que parece terem percorrido vários pontos do país incendiando os cartórios (como já tinha acontecido em muitos outros lugares em 1637). É a Governadora que o diz, e recomendando, até, alguma prudência na repressão desses “ladrões”. Vejam os:

*O Regedor e casa da Suplicação ordene que correndo nella algumas causas, cujos procesos tenham ardido nos incêndios dos Cartorios que houve nos lugares onde succederam inquietações, se substê nellas, em qualquer estado em que se acghraem, até Sua magstade mandar sobre o que lhe tenho representado resolver a forma que nisso é servido que se tenha; porque sendo esta matéria geral, não convirá que nela se preceda sem especial ordem de Sua Magestade.*

*E em primeiro caso deporá assim no livramento do Juiz dos Orphãos de Portalegre, a quem segundo intendi do Doutor Thomé Pinheiro da Veiga, sahirem ao correr da folha, certas culpas, cujos autos tinhão ardido no incêndio dos Cartorios d’aquella Cidade. Lisboa. 18 de Fevereiro de 1638.*

*A Princesa Margarida*<sup>50</sup>

<sup>50</sup> SILVA, 1855.

A Cidade nem sequer se preocupou em procurar os seus ladrões. (...). Alheou-se da devassa mas esta correu por mão dos officiaes Regios que... nada puderam, entretanto, apurar! O “reparo” dos estragos e da Ofensa? E da reposição da Arca?... Nada queriam saber! O Corregedor que tratasse disso, pois, ao assim proceder, fora ele, na verdade, o causador de tudo!

*Até “...foi dito por elles vereadores que posto que era verdade a notoria pobreza de todo este Povo e as necessidades grandes e míserias que padece, as lastimas choros e difficuldades com que paga as muitas imposições, fintas e pedidos que de dez annos a esta parte lhe forão lançados com que significa ser lhe impossivel pagar a nova contribuição do Real dagoa de que a dita carta trata... obrigarão a esta Cidade a não consentir nella e escrever a S. Mag.de com toda a sumissão acatam.to e sojeição... Representando lhe as ditas Rezões... escrevendo entre tanto a S. Mag.de e pedindo ao Corregedor sustivesse na cobrança...” Contudo o Corregedor o assentou per sy e deu per sy ordem de se cobrar e hir cobrando sem esta cidade o encontrar, nem haver nella pessoa algũa que de obra, nem inda de palavra lho encontrasse, antes elles vereadores diçerão a elle C.or que pois tinha azeitado esta imposição do real d’agoa, tambem poderia nomear os officiaes que lhe parecece e que somente desejando como desejavão poder dar seu consentimento a ditta imposição como bons e Leais vassallos que erão de S. Mag.de o não davão por terem pellas ditas Rezões entendido que o não podião dar sem encarregar suas consciências ... nem concorrião com o C.or nos meijos de que tratava e queria tratar pera a Recadação da ditta imposição por serem avessos a despostismos ... Significavão (porem) a intenção de servir S. Mag.de pelas pessoas mais abastadas para não opprimir tanto o povo... e “informando a Sua Mag.de a imputarem a culpa desta cidade o dezatino que algum dezaforado ou dezaforados fizerão em hũa noute queimendo hũa arquã que estava feita pera a ditta cobrança E outro sy a imputarem e negligencia da mesma cidade não ter mandado repor o que se queimou no estado em que estava, nem ter descuberto e feito prender e castigar as pessoas que cometerão aquelle dezatino, sendo assy que elle não foy nem podia ser feito senão por pessoas que com a capa da noute pretendერიão, como ladrões que devião de ser, Roubar o dinheiro que ia cuidavão estava na quella arquã E que era a paxão de o não acharem cometerиão hũ grande dezaforo e que em cazo que tivessem outra tenção como segos e dezatinados se não podia dar culpa a huma cidade como esta... E sendo assy que tambem se lhes não pode dar em culpa deixarem de ter descuberto e feito e castigar os Autores de tal atrevimento pois elles não tinhão jurisdicção para o fazer e mais quando os Ministros da Justiça de S. Mag.de tirarão devassa com toda a diligencia que lhes pareceo necessarea sem os descobrirem pera os poderem castigar e sendo finalmente verdade que não estava a sua conta delles Vereadores mandar repor a arquã que se queimou, senão a conta do Corregedor que atinha mandado por”. Finalmente, “dizião que não fazião força contra a cobrança mas que também se não atrevião a intrometerem-se nesta cobrança”...*

Também fica claro e mais ou menos explícito o protesto da lealdade e fidelidade ao monarca, e a inculpabilização do seu agente – o Corregedor - a quem se atribuem todas as responsabilidades e a quem, aliás, a edilidade descarta qualquer tipo auxílio na reposição da legalidade. Por fim, fica claro também se não a continuidade por parte da Vereação da recusa por motu proprio, o medo expresso ou receio de se intrometerem na referida cobrança não fossem os tais ladrões voltarem de novo e agora, não destruírem apenas aquelas arcas e os papéis dos Registos ou das

arrecações!.. Quer dizer: a edilidade condescendia muito mal; alheava-se ou não denunciava ninguém dos graves desacatos ocorridos (a mostrar na acção complicitades alargadas); Culpabilizava o Corregedor e alijava, desde logo, previsíveis ou futuras complicações se a cobrança das imposições continuasse. Entretanto... protestava a sua fidelidade ao Monarca (Viva o Monarca! Morra o Oficial)!

É mais que seguro que o Governo Central desconfiou seriamente da convivência da edilidade. Pelo menos da dúbia e suspeitosa conduta destes Vereadores que protestaram até ao fim na hostilidade e recusaram a denúncia de quaisquer implicados. Seriam, por isso, intimados a prestar explicações directas ao Governo Central sendo chamados à Corte. Não sabemos se receberam castigos adicionais ou pessoais, mas que merecerão a destituição isso parece não deixar dúvida. Logo ao Porto chegaria Carta de Madrid com a indicação dos nomes para a nova Vereação.

Mas a arrecadação continuaria com resistências: em Abril de 1638 a imposição continuava por cobrar. À ajuda pedida para se prosseguir com o “negóceo” prometia (a nova Vereação) dar agora um jeito com a colaboração mais consentida do Juiz de Fora na referida diligência<sup>51</sup>.

Todavia, não obstante as mudanças operadas, o facto é que a cobrança correria com o alheamento da Câmara. Em 1639 nova atitude de desrespeito e oposição: quando à cidade chega, por boca do Corregedor, “que sua Magestade mandara fazer hum novo Regimento pera a boa arrecadação e cobrança da imposição do real e mandava o fizesse registar nos livros da Câmara” a Edilidade opôs-se. Não queriam ver aquele “instrumento” nos seus Livros!... e “declararão que sem embargo do auto atras estar contenuado com os vereadores elles o não assinarão dizendo que esta Camara athe agora se não intrometeo no assento destas imposições pello que lhe não ficava lugar de assinarem o ditto auto nem mandarem Registrar o Regimento ... e o mesmo dice o Procurador do Povo...”<sup>52</sup> Isto é, a caução dos Mesteres cujo envolvimento nestes “assuntos” era sempre estrategicamente importante mesmo se deles não partia a primeira acção e mesmo quando os interesses primariamente atingidos não eram essencialmente os seus (o que não era o caso presente, pois eram os maiores consumidores das carnes e dos vinhos (ainda que não tanto atingidos nas sisas).

Estamos, efectivamente, perante uma revolta urbana, numa população sem fome, em que pela não isenção de qualquer pessoa aos tributos (ou aos referidos cadastros) se congregaram os diferentes estratos e segmentos das populações urbanas (e não urbanas possidentes) numa curiosa solidariedade (embora as repercussões se fizessem sentir indirectamente sobre a produção. E a importância dos vinhos pelo volume, tanto do consumo, como dos tratos, era já muito grande – quer em termos de consumo como de trato e comércio quer em termos de real implantação sobre algumas áreas (já quase delimitadas do Território nacional, como era o caso de Lamego, Vila Real “e de Vila Real pera baixo”).

O incêndio dos cartórios da Câmara é bem elucidativo. Em nenhum momento esteve em causa a falta de mantimentos ou os circuitos (apesar de muito frágeis) do pão e dos cereais. Por outro lado, se bem que os estratos inferiores da população urbana e rural fossem geralmente

<sup>51</sup> VEREAÇÕES, Livro 48, 45v.

<sup>52</sup> VEREAÇÕES, Livro 48, 100v-101v.

sempre os mais sacrificados, o Porto era um centro mercantil muito importante, um lugar muito activo no sector da construção naval. Os pedidos para o apresto das armadas de socorro, como por vezes, a imposição directa de aprontar, por si, embarcações para o efeito – como aqui sucedeu – causticava seriamente a burguesia e a fidalguia mercantil que estava muito presente nestes sectores de actividade. E a este propósito, não deixa mais uma vez de ser de relevar, o testemunho colhido por “espíões” ou agentes de negócio franceses e do que se apresaram a comunicar para França. No testemunho dessa fonte os tributos foram um pretexto e o verdadeiro objectivo era estorvar a partida da armada para o Brasil<sup>53</sup>.

O Real d’água condimentou, e arregimentou muita gente, trazendo amotinados às ruas e levando à queima e destruição dos cartórios. Mas este Real não comprou “realmente” tudo, nem toda a gente.

Na Junta de Badajoz (de 29 de Março de 1638) o Bispo de Évora e os 4 Deputados que com ele estavam, perguntando-lhes o Duque de Cordona qual era ou tinha sido a causa de tão alastrada Revolta responderam: “que o rei lhes ordenara o 4º de todos os seus bens e os que (os) não tivessem – dinheiro, o 4º das terras que seriam vendidas”. E não referem o odioso Real d’água!...

Mas estes testemunhos não esgotam toda a problemática nestes acontecimentos tão próximos de 1640 e quando alguns Conjurados já se reuniam e conjuravam (o que também foi notificado para França).

Estamos, de facto perante um confucionismo mesmo em pessoas que deveriam estar bem informadas e que, devidamente agitado e condimentado era uma excelente poção a servir, para alimentar protestos e revoltas e quando o real d’água (como o cabeção da sisa) era o primeiro pistolão apontado a todos e que já havia principiado a disparar sobre alguns povos quebrando, por seu turno, privilégios antigos do municípios neste sector (e dos Povos - dos Três Braços em geral). Para cúmulo, além da exigência pontual receava-se (ou receava o Clero) que fossem perpétuos: “q posto que seja por seis años se podião temer cõ bom fundam.to que fiquê perpetuos”<sup>54</sup>. Logo, havia que tomar partido. Haveria que agir.

Na verdade, eram encargos pesados, não votados nem aceites em Cortes, como era habitual. E para o perigo de tais procedimentos já D. Fr. Bartolomeu do Mártires chamara a atenção de Filipe II, a quem prestara uma boa ajuda:

Com efeito, depois dos serviços prestados, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires muito lhe recomendava, que fosse prudente e cuidadoso e que não lançasse taxas nem se exigisse dinheiro a ninguém “por que como os portugueses há muitos anos que se não tem visto em semelhantes trabalhos e estejam neles novos, estranham isto tanto que tenho pera mim que se lhes gerarão nos corações (ao menos para o tempo futuro) algumas cousas que não sejam do serviço de V. Magestade”, (Braga. 11 de Novembro. 1582)! Um aviso profético a que os sucessores do Prudente não atenderam ou não puderam atender.

<sup>53</sup> Archives des Affaires Étrangères, (Carta do Rei de Espanha à Vice Rainha de Portugal 1638) doc .n/n.

<sup>54</sup> Arquivo Municipal de Braga, *Cartas Particulares*, Doc. N.º 6.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes:

Archives des Affaires Étrangères (Paris) – Fundo de Portugal: Documentos Vários.

Arquivo Municipal de Braga – Livro de Vereações, Anos-1620-1640  
– Livro das Cartas Particulares.

Arquivo Histórico da Cidade do Porto – Livro de Vereações, Anos 1620-1640.

Arquivo Alfredo Pimenta, (Guimarães) – Livro de Vereações, Anos 1620-1640.

Arquivo Municipal de Ponte do Lima – Livro de Vereações, Anos 1620-1640.

MELO, D. Francisco Manuel de – *Alterações de Évora – Anno de 1637*. “*Epanáphora Política* escripta a hum amigo” (vide Infra, Joel Serrão).

SILVA, J. J. de Andrade e, 1855 – *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1631-1640)*, Lisboa.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1888-1889 – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Vol. T. III e T. IV.

### Estudos:

GODINHO, Vitorino Magalhães, (s/d) – *Introdução à Historia Económica*, Lisboa, Livraria Horizonte.

CRUZ, António, 1943 – *O Porto Seiscentista – Subsídios para a sua História*, Porto, CMP.

CRUZ, António, 1943 – *Os Mesteres do Porto*, Porto.

OLIVEIRA, António de, 1970, *Um Documento Inédito sobre as Alterações de Évora*, “Revista Portuguesa de História”, Coimbra.

OLIVEIRA, António de, 1972 – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, volume II, Coimbra.

OLIVEIRA, António de, 2002 – *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, FLUC, IEHS, Coimbra.

OLIVEIRA, Aurélio de, 1974 – *A Abadia de Tibães e o Seu Domínio*, Porto.

OLIVEIRA, Aurélio de, 1973 – *Os Motins de Vila Real em 1635*, Porto.

OLIVEIRA, Aurélio de, 1979 – *As Sublevações de Viana do Castelo em 1636*, Porto.

OLIVEIRA, Aurélio de, 1982 – *A Revolta dos Mesteres, Gaia*, (versão alargada no Prelo).

- OLIVEIRA, Aurélio de, 1984 – *Vinhos de Cima Douro na primeira metade do século XVII*, Vila Nova de Gaia.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1989 – *Economias Peninsulares no Século XVII – Economia e conjuntura agrícola no Portugal de Seiscentos. (O Entre Douro e Minho, 1600-1650)*. Penélope, n.º 3, Lisboa.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1990 – *A Mitra e o Clero Bracarense na Crise do Século XVII*, Braga.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1998 – *A revolta dos portos secos 1591-1593*. Lisboa, Congresso Internacional “As Sociedades Ibéricas e o Mar”.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1999 – *A Revolta das Mulheres*, Porto.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 2002 – *As Revoltas do Porto em 1591-92*, “Revista de História Económica e Social”, Lisboa, II série, 2º sem. de 2002.
- OLIVEIRA, João Nunes, 1990 – *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu,
- LOBO, A. de Sousa Silva Costa, 1903 – *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa.
- MATTOSO, Luiz Montez, 1934 – *Anno Noticioso e Histórico*, Lisboa, volume I.
- REIS, António R. de Matos, 1980 – *O preço dos cereais em Ponte do Lima (1625-1925)*, “Almanaque de Ponte do Lima”.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1979 – *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, volume IV.
- SERRÃO, Joel, 1967 – *Introdução à Epanáfora Política de D. Francisco Manuel de Melo*, Lisboa, Portugália.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988 – *O Porto e seu Termo (1580-1640) – Os Homens, a Administração e o Poder, (Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVI)*, Porto, CMP.

Fátima Sá e Melo Ferreira\*

## Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte

### R E S U M O

*Neste artigo pretende-se interrogar a ideia de que os conflitos e as formas de acção colectiva e mobilização popular em que o século XIX português foi fértil tenham sido geralmente ditados pela resistência das camadas rurais à mudança “modernizadora”.*

*Considera-se que a implantação do liberalismo não trouxe apenas consigo a “modernização” de quadros institucionais multisseculares através de fenómenos como a desamortização da terra e a sua progressiva mercantilização, a reorganização administrativa do território, ou as novas políticas tributárias, mas também através da implicação do mundo rural em conflitos políticos de âmbito nacional e da institucionalização de novas práticas políticas.*

*Assim, a partir da análise de alguns conflitos que marcaram a revolta da Maria da Fonte, em particular os que se traduziram na expulsão de autoridades locais e na sua substituição por outras de nomeação popular, sugere-se que a politização dos campos que decorre do processo de nacionalização da política é uma perspectiva que deve ser tida em conta quando se equaciona o fenómeno da conflitualidade do mundo rural oitocentista, e que ela constitui um ponto de observação privilegiado da interacção entre o local e o nacional e entre novos e velhos reportórios de acção colectiva.*

Século de profundas transformações o séc. XIX assistiu não só a rápidos e decisivos processos de ruptura na ordem política interna e externa das monarquias europeias, mas também a processos de transformação social de uma profundidade comparável ainda que geralmente mais lentos.

A adopção de modelos políticos liberais e a construção dos modernos estados-nação relacionaram-se de forma complexa com a mudança social e modelaram-na de formas também diversas de país para país e de região para região. Mas seja qual for o ponto de vista que adoptemos não há como iludir esta relação.

O mundo rural foi, em vários sentidos, um dos principais teatros dessas transformações, mesmo se muitas vezes tendemos a ignorá-las e persistimos em pensá-lo como um universo tendencialmente imóvel e pouco permeável à mudança. No entanto, quando evocamos fenómenos que consideramos tão expressivos das transformações das sociedades europeias oitocentistas, como o crescimento urbano ou a emigração, são também as transformações do mundo rural que evocamos.

---

\* ISCTE, Departamento de História, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.



No Portugal do séc. XIX encontramos um terreno fértil à percepção da mudança neste espaço social assim como à percepção de muitos dos conflitos que a acompanharam. Mudança que decorre em consonância mais ou menos directa com a mudança política e que, também neste contexto, é indissociável daquilo que habitualmente chamamos “modernização”.

A implantação do liberalismo implicou na verdade a transformação mais ou menos acelerada de quadros institucionais multisseculares, não só através de fenómenos como a desamortização da terra e a sua progressiva mercantilização, a reorganização administrativa do território, ou as novas políticas tributárias, mas também através da institucionalização de novas práticas políticas.

Se é hoje pacífica a ideia de que as transformações que o Estado Liberal promoveu, com um novo vigor porque delas dependia em grande parte a sua sobrevivência, iam no sentido da racionalização dos velhos quadros político-administrativos, da homogeneização das estruturas fundiárias e tributárias e da expansão do mercado, é bom ter também presente que a par destas mudanças que habitualmente situamos no plano das estruturas sócio-económicas, outras, menos faladas mas não menos significativas, se perfilam, como o fenómeno da nacionalização da política, indissociável não só das novas estruturas do poder liberal e do seu exercício, como as Cortes electivas ou as eleições propriamente ditas, mas também da própria lógica da criação do estado nacional e do reforço do poder do estado na esfera local.

A nacionalização da política, a que Maurice Agulhon consagrou há mais de 30 anos um estudo hoje clássico intitulado *La République au village*<sup>1</sup> teve como corolário a politização do mundo rural, mesmo se em Portugal ou em Espanha o processo revestiu características bem diferentes das que assumiu em França, país cujas revoluções continuam a servir-nos, em excesso, de paradigma dos processos de modernização política oitocentista.

O facto de, tanto em Portugal como em Espanha, a “política na aldeia”, ou seja a penetração da política nacional na ordem local, ter ficado em larga medida refém, na segunda metade do séc. XIX, dos laços intrincados do patrocínio e do clientelismo, quer dizer, de práticas generalizadas do que na Península Ibérica se chamou “caciquismo”, não significa que as novas práticas políticas não representassem uma profunda inovação para a sociedade rural e não possam ser classificadas de modernizadoras<sup>2</sup>.

Mesmo sem pretender discutir aqui o conceito de “modernização” e a sua operacionalidade importa esclarecer, no entanto, que a utilização que dele fazemos procura evitar uma perspectiva finalista e abstracta, referida a dois pólos estanques, a um esquema binário em que a sociedade moderna se oporia radicalmente à chamada “sociedade tradicional”.

Como referiu Peter Macphee, um historiador australiano que na senda de Maurice Agulhon tem trabalhado sobre a politização do mundo rural na França do séc. XIX, a

---

<sup>1</sup> AGULHON, 1970.

<sup>2</sup> ALMEIDA, 1991.

utilização do conceito de modernização como conceito-chave corre o risco de nos fazer desembocar em modelos que “ não podem dar conta da permanência das culturas regionais e das suas expressões políticas”<sup>3</sup>, e de nos levar a esquecer o constante vai e vem entre o local e o nacional que se encontra no cerne da sociedade rural oitocentista tanto em França como em Portugal como noutros países europeus, ainda que de modos diversos.

As estruturas “ caciques” da política no mundo rural, que caracterizam as relações entre política local e política nacional, não só no contexto português mas também, sob formas próximas, no de outros países do Sul da Europa são, no fundo, uma das mais acabadas expressões dessa interacção mesmo representando uma “perversão” do sistema eleitoral e dos princípios do regime liberal.

Ainda no quadro peninsular, é necessário ter presente que os longos e conflituosos processos de implantação dos Estados Liberais e as lutas civis que os acompanharam, envolvendo profundamente a sociedade rural e os camponeses, constituíram também uma outra forma, violenta e precoce, de nacionalização da política e de politização de muitas comunidades rurais.

As guerras civis e a incorporação das populações rurais nesses conflitos através do exército regular, dos corpos de voluntários e, sobretudo no caso português, através da mobilização das Milícias e dos corpos de Ordenanças, vão trazer precocemente a política a muitas aldeias, mobilizando os habitantes de algumas regiões de forma persistente e duradoura em movimentos que não são passíveis de serem confundidos com anteriores formas de protesto colectivo. A formação e actuação de guerrilhas em várias regiões do país, antes e depois da guerra civil de 1832-34, é uma das melhores ilustrações desse fenómeno.

Se tomarmos como ângulo de observação as guerrilhas miguelistas que no Algarve e no Alentejo permaneceram em armas até ao início dos anos 40, primeiro sob a direcção do célebre Remexido e, depois da sua morte, sob o comando de outros chefes, gozando de uma constante protecção e apoio por parte das populações rurais da serra algarvia e do Baixo-Alentejo, podemos entrever processos de articulação bastante complexos entre diferentes formas de tensão e conflitualidade locais e os conflitos civis de dimensão nacional que o país vivia desde os primórdios da implantação do Liberalismo.

Essa articulação incluiu diversas mediações, em particular a mediação religiosa assente na identificação da defesa do miguelismo com a defesa intransigente da religião católica. No entanto, é significativo que as regiões da serra algarvia e da antiga Comarca de Ourique, donde provinham maioritariamente os guerrilheiros e os seus apoiantes que no pós-guerra exibiam o seu fervor religioso através de múltiplas práticas devotas, afirmando-se dispostos a morrer pela Fé e pela “religião dos seus pais”, fossem consideradas pelas autoridades paroquiais e diocesanas, menos de 50 anos antes, zonas particularmente descrentizadas<sup>4</sup>. O fervor religioso e católico dessas populações era, na verdade, uma

<sup>3</sup> MCPHEE, 2000.

<sup>4</sup> FERREIRA, 2002.

aquisição recente funcionando sobretudo como uma linguagem identitária através da qual se construía a diferença entre um “nós” e um “eles” que assimilava tensões antigas, como as que existiam entre as populações dos campos e as das vilas e cidades do litoral, às experiências recentes dos vários regimes políticos e da própria guerra civil que uma parte significativa dessas populações tinha vivido do lado miguelista incorporada nas tropas de Ordenanças que, em 1833, tinham ajudado a restaurar o governo de D. Miguel em vários núcleos urbanos do litoral algarvio.

No entanto, apesar da historiografia actual já nos permitir entrever, de forma relativamente definida, os contornos de muitas das transformações e conflitos de natureza política que o mundo rural conheceu ao longo do séc. XIX – desde o seu envolvimento nos lutas civis da primeira metade do século até aos novos processos de negociação com as elites locais envolvidas no sistema cacique decorrentes da redefinição das redes de influência e autoridade que o regime liberal acarretou – a relação da sociedade rural com a mudança social oitocentista continua ainda a ser equacionada, nos seus vários planos, quase exclusivamente em termos de resistência: resistência à mudança, resistência à modernização.

Nesse sentido, vale a pena citar dois textos relativos a um dos momentos tidos por mais épicos da intervenção rural na vida nacional de oitocentos, a revolta do Minho de 1846 conhecida pelo nome de Maria da Fonte, escritos com cerca de 70 anos de intervalo, extraídos de duas Histórias de Portugal de indiscutível mérito. O primeiro é retirado da *História de Portugal* de Barcelos, dirigida por Damião Peres nos anos 30 do séc. XX, e o segundo provém do vol. IX da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques intitulado *Portugal e a Instauração do Liberalismo* recentemente editado.

Diz o texto da História de Barcelos:

- “ (...) Secundando o reformismo governamental, a burguesia iniciava a transformação da actividade económica do país com os primeiros tentâmes de industrialização mecânica. As condições de trabalho alteraram-se conseqüentemente; na Covilhã, – declarou Costa Cabral na sessão parlamentar de 20 de Abril de 1846 – os tecelões, na perspectiva do desemprego pela substituição do tear manual pela máquina, gritavam: “abaixo o governo e queimem-se as fábricas”. O cavador, por seu turno, preso à terra, aos costumes e usanças tradicionais, revoltava-se contra a chamada lei da saúde de 26 de Novembro de 1845; para a sua credulidade, a proibição dos enterramentos nas Igrejas era uma profanação, e o cemitério, longe da igreja, jazida digna de cães”<sup>5</sup>.

Um pouco mais adiante o autor falará de “atavismos ancestrais” referindo-se ainda às resistências populares à legislação sobre os enterramentos.

O paralelo entre a resistência aos cemitérios públicos e a resistência à mecanização do trabalho industrial é esclarecedor. Aponta uma lógica dos comportamentos populares e propõe uma grelha para a sua leitura; uma grelha que, traduzida para uma terminologia mais actual, se confunde inequivocamente com a da resistência à mudança modernizadora.

---

<sup>5</sup> PERES, 1935, vol. VII: 297.

No vol. IX da *Nova História de Portugal* descrevem-se assim os tumultos iniciais da revolta do Minho e as motivações dos seus protagonistas:

- “A breve trecho os protestos violentos passaram a congregar mulheres e homens e o tom das reclamações ampliou-se, visando não só as leis da saúde mas também as contribuições directas e o cruzado das estradas. Na gritaria inerente contrapunha-se o “moderno”, condenável pela inovação ao “antigo” aceitável pela habituação”<sup>6</sup>.

A ideia segundo a qual a resistência à mudança modernizadora seria o denominador comum das atitudes e movimentos da sociedade rural oitocentista, em particular dos camponeses e trabalhadores rurais, manifesta-se não apenas na interpretação dos fenómenos de mobilização colectiva mais ou menos violenta, como as revoltas, de que a Maria da Fonte é a expressão mais conhecida, mas também relativamente a movimentos massivos mas pacíficos como o fluxo emigratório.

A conhecida tese que propõe como motivação maior para a emigração o retorno e a viabilização da pequena exploração ou da pequena propriedade rural, embora por outros caminhos, não deixa de apontar na mesma direcção. Ora é sabido que a emigração com retorno ao mundo rural é apenas uma das múltiplas faces de que se revestiu, no Portugal de oitocentos, o vasto fenómeno migratório e emigratório.

A persistência da perspectiva da “resistência à modernização” como principal ferramenta analítica dos movimentos que afectaram o mundo rural português no séc. XIX, mesmo se aplicada somente aos que envolveram os seus sectores mais pobres, como os pequenos camponeses e os jornaleiros, não pode ser lida apenas como uma generalidade ou um lugar comum historiográfico. Pesquisas tão sistemáticas e aprofundadas como as que serviram de base à obra que José Viriato Capela recentemente consagrou à Maria da Fonte e a que deu o título de “*A Revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos de implantação do Liberalismo*”<sup>7</sup> parecem reforçá-la dado o peso que a hostilidade à inovação detém no vasto leque de questões com que o autor relaciona a revolta. Ao percorrê-las, a resistência do mundo rural à mudança parece impor-se mais uma vez como uma evidência.

Assim, para além dos tópicos mais conhecidos como a hostilidade contra as leis da saúde e os cemitérios, e contra a nova política tributária expressa na resistência ao imposto de repartição e ao novo imposto das estradas, vemos perfilarem-se outras questões conflituais em que conflito parece ser simplesmente sinónimo de recusa da inovação. É o caso da hostilidade face às reformas administrativas que desde 1836 procuravam racionalizar a divisão do território conduzindo à eliminação de muitos pequenos concelhos, ou da anexação de paróquias, ou das reformas judiciais. Em suma, a contestação do que poderíamos considerar, em bloco, as repercussões na esfera local da nova ordem político-administrativa assim como dos seus mais directos representantes, as novas autoridades administrativas e judiciais, pode ainda ser entendida como sendo ditada pela vontade de preservar equilíbrios ancestrais.

<sup>6</sup> MARQUES, 2002: 608.

<sup>7</sup> CAPELA, 1997.

O facto destas manifestações de hostilidade terem já alimentado múltiplos conflitos durante toda a década anterior parece sublinhar o carácter estrutural da recusa e reforçar ainda mais esta perspectiva.

De facto, antes da revolta do Minho, nos dez anos que se seguem à Guerra Civil e que procurei analisar no meu livro “*Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo 1834-1844*”<sup>8</sup> é possível identificar manifestações de hostilidade bastante semelhantes às que se exprimem na Maria da Fonte envolvendo muitas vezes as mesmas regiões. Encontramos exemplos significativos dessa continuidade na contestação das primeiras leis da saúde pública datadas de 1835, ou nos protestos levantados pela extinção de concelhos que se seguiram às primeiras tentativas de aplicação do decreto de 1836, ou na contestação de novos impostos municipais e estatais, contestação que gerou, por vezes, movimentações populares bastante intensas. A este tipo de contestação, cujo epicentro foi também a província do Minho, vêm juntar-se ainda, nos primeiros anos do pós-guerra, outras manifestações conflituais de que já não encontramos traços em 46, como as que decorrem do chamado Cisma da Igreja Portuguesa, que se exprimiram na recusa de obediência de muitos paroquianos aos párocos investidos pelas novas autoridades diocesanas após a vitória liberal e que tinham frequentemente em comum o facto de serem exteriores às localidades e de serem vistos como intrusos.

É verdade que no imediato pós-guerra muitas manifestações tumultuárias populares foram vistas pelas autoridades como sendo apenas ditadas pelo “mau espírito” político de algumas populações, “vencidas mas não convencidas”, que decorria da sua fidelidade a D. Miguel e que a reivindicação do miguelismo continuou a alimentar, até ao início dos anos 40, movimentos mais estruturados e duradouros, as guerrilhas, e por isso mesmo mais difíceis de arredar do universo político. Mas a liquidação da resistência miguelista no início dos anos 40 faz regressar definitivamente a análise dos conteúdos do protesto e da conflitualidade nos campos, pelo menos daqueles que foram protagonizados pelos sectores socialmente mais modestos da sociedade rural, ao universo do protesto social e do choque cultural sem qualquer conteúdo político.

Na revolta do Minho é clássico separar a conflitualidade local e apolítica das camadas rurais que se manifestara nos momentos iniciais da revolta, da conflitualidade política e nacionalmente integrada que opunha as oposições coligadas ao governo de Costa Cabral que rapidamente teria vindo a enquadrar a primeira logo após a formação das primeiras juntas de governo locais

Nesses conflitos iniciais contar-se-iam os tumultos relacionados com a contestação dos cemitérios e dos novos impostos, que implicavam também os primeiros procedimentos visando a elaboração do cadastro da propriedade fundiária. Os meios de acção utilizados, desde os enterros tumultuários nas igrejas às queimas dos registos das contribuições, remeteriam, também eles, para formas arcaicas de acção colectiva, para essas explosões violentas e episódicas que, nas sociedades de Antigo Regime, pontuavam ciclicamente o mundo rural em momentos de crise.

---

<sup>8</sup> FERREIRA, 2002.

O apelo ao regresso das “leis velhas”, que ecoou várias vezes na Maria da Fonte, exprimiria emblematicamente o sentido do protesto.

Estas concepções implícitas ou explícitas sobre o sentido da conflitualidade no mundo rural oitocentista são confortadas pelo facto de, no período posterior à Maria da Fonte, voltarmos a encontrar conflitos e tumultos muito semelhantes aos que se registaram naquela época, tanto relativamente aos alvos como aos meios de acção utilizados. Assim, ainda que o assunto esteja insuficientemente estudado, sabemos, por exemplo que, em 1868, durante a Janeirinha, o mundo rural voltou a contestar violentamente os tributos em várias localidades do Norte e do Centro do país onde se “assaltaram repartições da Câmara e da Fazenda escaqueirando-se móveis e lançando-se fogo a papéis”<sup>9</sup>.

Clara manifestação da resistência do mundo rural à modernização seria ainda a que foi oposta, de forma aparentemente mais pacífica mas muito persistente, à introdução do sistema métrico decimal<sup>10</sup>.

Neste domínio, a própria demora do estado em tornar obrigatória a aplicação de uma medida de que as vantagens eram debatidas desde o princípio do século manifesta claramente as dúvidas que existiam sobre a sua aceitação pelas populações<sup>11</sup>. De facto, tal como aconteceu com a legislação sanitária relativa aos enterramentos, também aqui eram as próprias autoridades locais as primeiras a evocar a “repugnância dos Povos” para protelar a sua execução.

Embora não existam pesquisas sistemáticas sobre esta questão nem exista evidência de que ela tenha dado origem a importantes movimentos revoltosos como os dos chamados “quebra-quilos” no Brasil, sabe-se que a obrigatoriedade do novo sistema, adoptada em 1862, provocou distúrbios nalgumas localidades, como aconteceu por exemplo em Guimarães onde os novos pesos e medidas foram destruídos.

A exaltação popular no decurso desses acontecimentos levou a vereação a afirmar ter havido “grave receio” de que “a Venda se desse” naquela terra<sup>12</sup>. Também aqui o protesto se estendeu aos impostos e os arquivos das repartições públicas estiveram mais uma vez em risco.

É particularmente interessante que a Câmara de Guimarães tivesse evocado a Venda para exprimir os seus receios quanto à eventualidade de uma revolta popular de grandes dimensões a propósito da legislação sobre pesos e medidas.

A evocação é significativa na medida em que remete para uma revolta muito especial. Ele refere-se, como é sabido, ao mais importante movimento contra-revolucionário que a França conheceu durante a Revolução, um movimento que mergulhou o país na guerra civil, foi na própria época considerado “inexplicável”<sup>13</sup> e se tornou, posteriormente, numa espécie de paradigma europeu do conservadorismo rural e camponês. Ao afirmar

<sup>9</sup> CUNHA, 2004: 80-81.

<sup>10</sup> JUSTINO, 1989.

<sup>11</sup> JUSTINO, 1989 e Radich, 2000.

<sup>12</sup> JUSTINO, 1989:198, vol. II.

<sup>13</sup> A expressão “inexplicable Vendée” foi utilizada em 1793 pelo deputado Barère na Convenção.

recessar uma “Vendeia”, a Câmara de Guimarães não estava apenas a exprimir o receio de grandes tumultos populares, estava também a atribuir-lhes um sentido. Um sentido que evocava a oposição à transformação e ao progresso ditada por forças reaccionárias.

À semelhança da historiografia francesa do sec. XIX que atribuiu a Vendeia à manipulação dos padres e dos senhores, única explicação que parecia aceitável para que os camponeses se tivessem levantado contra a Revolução, também a historiografia portuguesa tendeu a explicar o apoio popular e rural ao miguelismo pelo fanatismo das massas rurais, pela influência do clero contra-revolucionário ou, mais simplesmente, pelo seu apego a quadros de vida atávicos e ancestrais.

Mas, mesmo se na historiografia recente sobre os movimentos contra-revolucionários na Europa do Sul, perspectivas tão redutoras sobre a intervenção popular, como as da manipulação das massas camponesas pelas elites contra-revolucionárias, foram já há bastante tempo abandonadas, a ideia de uma rejeição da mudança social e política pelo mundo rural em nome da defesa de quadros de vida multisseculares tem-se revelado muito mais persistente.

No entanto, se a ebulição que viveu o mundo rural português no séc. XIX e de que demos aqui alguns breves exemplos desmente, por si só, a ideia do imobilismo dos campos, algumas das expressões da conflitualidade que os sacudiu permitem também constatar que o conceito de “resistência à mudança” nos conduz a perspectivas empobrecedoras e no limite redutoras da acção colectiva das camadas populares rurais

Na verdade, mesmo em momentos tidos por tão especialmente característicos da resistência do mundo rural às transformações trazidas pela implantação do Estado Liberal como a Maria da Fonte os camponeses não se limitaram a queimar os registos dos novos impostos e a clamar pelas “leis velhas”. Em várias localidades da província do Minho as populações insurrectas pretenderam também exercer um direito novo, que a lei eleitoral aliás lhes negava, depondo as autoridades locais cabralistas e substituindo-as por outras de sua eleição.

O alargamento, em trabalhos recentes, da base documental que durante muito tempo serviu de referência à análise da Maria da Fonte permite hoje, com efeito, reequacionar questões já anteriormente assinaladas mas cuja aparente singularidade deixava escapar grande parte do seu significado. É o caso da defesa do princípio da eleição geral e universal de todos os cargos e empregos empreendida pelo célebre Padre Casimiro José Vieira na sua não menos célebre carta à Rainha D. Maria II datada de Junho de 1846 e posteriormente incluída nas suas memórias, cuja importância Victor de Sá e Miriam Halpern Pereira a seu tempo assinalaram.<sup>14</sup>

Sabemos hoje melhor que a expulsão e perseguição de autoridades locais foi recorrente durante a Maria da Fonte, acompanhando muitas das acções populares praticamente desde os inícios da revolta tendo como principais alvos os administradores dos concelhos e os juizes de direito, e que essas acções foram geralmente acompanhadas pela designação de novas autoridades pelas populações insurrectas.

---

<sup>14</sup> SÁ, 1969; PEREIRA, 1979.

No mês de Abril de 1846 são assinalados fenómenos desta natureza em pelo menos seis sedes concelhias: Ponte da Barca, Barcelos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde,<sup>15</sup> Amarante<sup>16</sup> e Guimarães<sup>17</sup>.

Nos relatórios oficiais em que se dá conta destas acções nem sempre é referido com detalhe o processo de designação das novas autoridades e é por vezes também omissa a identidade dos designados. Mas dispomos no entanto de alguns relatos que não deixam de ser esclarecedores.

Em relação a Vila do Conde sabemos, por exemplo, que a nomeação de novas autoridades locais foi feita por uma guerrilha que entrou na vila em força de cerca de 200 a 300 homens armados de espingardas, forçados e fources, originários na sua maior parte de uma freguesia rural do concelho de Barcelos. Eram comandados por um indivíduo que fora porta-bandeira das milícias de Vila do Conde e por um ex-capitão de Ordenanças da freguesia de Cervães do concelho do Prado. A guerrilha nomeou Câmara, juiz e administrador e queimou os impressos da contribuição directa que havia na administração. Não sabemos porém quem foram os designados nem como se procedeu à sua nomeação<sup>18</sup>.

Na Póvoa do Varzim foram constituídas também novas autoridades camarárias, presidente e vereadores, e ainda juiz ordinário, administrador e escrivão da administração. O relatório de José da Silva Carvalho dirigido à Rainha que relata os factos refere alguns dos nomes dos novos nomeados, mas indica também que nenhum aceitou as funções com excepção do escrivão Joaquim Azurara<sup>19</sup>.

Sobre Ponte da Barca sabemos, que os revoltosos (a quem a autoridade concelhia que assina o ofício chama “os incendiários”) depois de assaltarem a alfândega, a administração e a recebedoria do concelho queimando documentos e móveis, nomearam administrador do concelho e juiz de fora respectivamente o escrivão do juiz de paz e o escrivão da Câmara da vila<sup>20</sup>.

Em Guimarães o ex-escrivão do judicial, Valentim Moreira de Sá, demitido pela administração Cabralista, foi “aclamado” administrador do concelho<sup>21</sup> e em Barcelos a escolha para esse mesmo cargo recaiu no “Dr. Valença, ex-delegado daquela Comarca”<sup>22</sup>. Nos últimos casos referidos os indivíduos que vieram substituir as autoridades constituídas, eram geralmente tidos por pertencentes às Comissões oposicionistas ou “conhecidos pelos seus sentimentos contrários às actuais instituições”.

No Alto-Minho, parece ter havido também substituição de autoridades na zona dos Arcos. Aqui a revolta, apontada como sendo dirigida por António Sá Sotto-Mayor, um célebre ex-capitão de milícias, terá assumido claros contornos miguelistas: gritaram-se

<sup>15</sup> CAPELA, 1997.

<sup>16</sup> CAPELA, 1999.

<sup>17</sup> ESTÉVÃO, 1998.

<sup>18</sup> CAPELA, 1999: 102.

<sup>19</sup> CAPELA, 1999: 103.

<sup>20</sup> CAPELA, 1997: 200.

<sup>21</sup> ESTÉVÃO, 1998: 245.

<sup>22</sup> CAPELA, 1997: 203.



vivas a D. Miguel e as novas autoridades foram constituídas com os títulos de juízes de fora e provedores<sup>23</sup>.

Tais factos que testemunham sem dúvida em favor de uma precoce politização da revolta pelas oposições coligadas, no sentido recentemente apontado por João Antunes Estêvão<sup>24</sup>, não alteram muito os termos clássicos em que a sua leitura tem sido proposta, em particular no que respeita ao binómio espontaneidade/enquadramento<sup>25</sup>, salvo em relação à precocidade desse enquadramento. Um enquadramento realizado por elites locais ou, pelo menos, por indivíduos letrados ainda que de estatuto mais modesto, pertencentes à oposição. O relato do administrador do concelho de Ponte da Barca é a este respeito bastante eloquente ao sugerir que as novas autoridades nomeadas pelos revoltosos não eram estranhas aos acontecimentos na medida em que “aqui esceram ao movimento revolucionário e muito cooperam para semelhantes desgraças”.

Promover localmente a substituição revolucionária das autoridades “cabralistas” por outras saídas dos círculos da oposição era, sem dúvida, um método expedito para acelerar a queda do governo. O governo caiu, como se sabe, um mês depois, a 20 de Maio, num momento em que a intervenção da Coligação oposicionista já passara para uma nova fase: a da formação das Juntas de Governo, 27 no total, não já só nas províncias do Norte líderes da insurreição, mas no conjunto do território continental<sup>26</sup>. Nas Juntas as oposições dominavam, contando algumas delas na sua direcção figuras de grande relevo do setembrismo e do miguelismo, como era o caso respectivamente de Passos Manuel em Santarém e do General Póvoas na Guarda.

Mas se as oposições coligadas se aquietaram e as Juntas se dissolveram com relativa celeridade após a queda de Costa Cabral, “os povos”, esses, permaneceram agitados apesar de ter sido decretada já a suspensão das leis da saúde pública e dos impostos de repartição, alvos mais visíveis da contestação popular.

A continuação dos protestos populares durante o governo do duque de Palmela não é aliás um fenómeno desconhecido, embora, de uma maneira geral, a historiografia que assinala o fenómeno não se tenha detido muito na sua apreciação. As mais recentes contribuições para o estudo da revolta do Minho permitem, porém, perceber algumas linhas de força dessas movimentações que claramente as situam no terreno da política e não só, ou não apenas, no terreno ocupado pela reacção miguelista expressa na actuação de guerrilhas locais que se pronunciavam em favor do “Usurpador” ou, mais tarde, na frustrada tentativa de insurreição protagonizada pelas forças do General MacDonell<sup>27</sup>.

A questão central que alimenta a agitação depois da queda do governo e da suspensão das leis mais contestadas parece situar-se na continuidade das acções de hostilidade contra os agentes locais da administração Cabralista que se manifestavam desde o mês de

<sup>23</sup> CAPELA, 1999: 103.

<sup>24</sup> ESTÊVÃO, 1998.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, 1989.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, 1989.

<sup>27</sup> CAPELA, 1997; BRISSOS, 1997.

Abril, na expulsão de autoridades e na sua substituição, embora existam diferenças significativas no teor das reivindicações populares.

Os empregados públicos e as autoridades do Cabralismo continuam, de facto, a ser alvo de ataques violentos como os que ocorreram na vila dos Arcos a 8 de Junho e em Ponte de Lima a 19. Nos Arcos, por exemplo, “entraram armados (...) os povos do Soajo e logo em seguida os de algumas freguesias do concelho com o fim de obrigarem as autoridades e empregados antigos já suspensos a retirarem-se da vila onde não os queriam ver nem consentir ameaçando prendê-los e assassiná-los se dentro de 24 horas as novas autoridades os não mandassem sair para fora do concelho”<sup>28</sup>. Ponte de Lima foi, por seu turno, invadida pelos “povos de Lage e de outros concelhos vizinhos em nº de 600 e tantos homens com o fim de destituírem e deporem todas as autoridades e empregados antigos que ainda funcionam (...)”<sup>29</sup>.

Em meados do mesmo mês, no Distrito de Braga, tido por “geralmente pacificado”, o governador civil referia também a persistência da hostilidade contra os empregados, neste caso os “empregados judiciários”, alegando não ser possível “estabelecer audiências pelo ódio que inspiram ao povo (...) com pequenas excepções”.

Aqui, porém, é referida uma outra exigência: para se obter o “sossego total da província” o governador pedia que o governo anuísse a que “nas próximas eleições das Câmaras municipais se fizessem também a dos Juízes ordinários” porque o povo o pedia em “altos brados”<sup>30</sup>.

Poucos dias depois, o mesmo governador civil mostrava-se mais inquieto quanto à conservação da tranquilidade na província já que: “(...) os povos dos concelhos ao Norte e Nascente estão altivos com a vitória, e fascinados por alguns intrigantes se reúnem armados e fazem exigências intoleráveis e abertamente se pronunciam contra a conservação de todos os empregados quer judiciais quer administrativos inclusive juízes de direito e ordinários”. Informava também que, mesmo tendo aceite as novas autoridades por ele nomeadas, “à voz do primeiro intrigante se reúnem em torno dela” sendo necessária toda a sua influência “para os conter e fazer recolher a suas casas”.

Para além desta pesada vigilância sobre as autoridades locais, os povos davam ainda a conhecer “a perigosa tendência à pretensão de todos votarem nas próximas eleições”<sup>31</sup>. Compreendemos assim um pouco melhor a anterior referência a “exigências intoleráveis” e o novo alcance das reclamações.

Por informação posterior do governador civil do Porto ficamos a saber que na vizinha província de Trás-os-Montes a agitação popular ganhava claros contornos miguelistas. Em vários concelhos, de que cabe destacar Montalegre, Boticas e Ruiivães, registavam-se “Vivas ao Usurpador, acompanhados de Te Deum, tumultos, reuniões de gente armada e geralmente desobediência às autoridades constituídas e nomeações de juízes de vintenas

<sup>28</sup> CAPELA, 1997: 212.

<sup>29</sup> CAPELA, 1997: 214.

<sup>30</sup> CAPELA, 1997: 214.

<sup>31</sup> CAPELA, 1997: 215.

etc.” Não teria havido no entanto “perseguições nem insultos aos liberais porque muitos têm atravessado sem perigo os diferentes grupos”. No entanto, era convicção do governador civil que naquela parte da província existia uma conspiração miguelista com ramificações no Porto e nas províncias do Minho e Beira-Alta de que era líder o Dr. Cândido de Anelhe<sup>32</sup>. Como sabemos não se enganava muito<sup>33</sup>.

No Distrito de Braga, onde os gritos em favor de D. Miguel quase não tinham encontrado eco, nem por isso a situação deixava de inspirar receios. Segundo o governador civil, em ofício de 9 de Julho, o sossego era uma “falsa aparência” porque “a plebe afeita a três meses de licença desregradíssima recalitra apenas se lhe apresenta o jugo da lei, mais justa e santa que seja”. Na opinião da mesma autoridade a cobrança de todo e qualquer tributo não se iria poder efectuar sem recurso ao uso da força. Mais uma vez a questão das eleições era apresentada como central: “as eleições municipais serão revoltosas se não lhes for concedido elegerem também juizes ordinários como já tive ocasião de expor a V<sup>a</sup>. Ex.<sup>a</sup>”<sup>34</sup>.

A nomeação popular das autoridades locais conhecia pouco depois novos desenvolvimentos. Em Ruivães, onde a 14 de Junho os povos tinham designado novas autoridades fixando em acta a sua decisão, vieram dar-lhes posse um mês depois cerca de 100 homens de algumas das freguesias que o integravam: “a chamo e ordem do célebre Padre Casimiro”. A acção foi acompanhada pela entrega aos nomeados de todos os papéis que havia na Administração e no Juízo ordinário. O administrador interino de Ruivães completava a descrição dos novos desacatos referindo que os membros da Câmara, o administrador, o juiz ordinário e o subdelegado eram agora “todos homens rústicos a maior parte deles empregados no fabrico de azeite no Alentejo, no tempo da colheita”. Mesmo tendo assinalado a intervenção do Padre Casimiro, o administrador asseverava não haver “partido político nestes revoltosos; o seu fim principal é fazer constituir autoridades suas”<sup>35</sup>.

Mas é em fins de Junho que o ponto mais alto da contestação das autoridades locais parece ter sido atingido. Nesta altura o governador civil informava o governo de estarem os povos do seu distrito “em perfeita insurreição perseguindo e expulsando todos os empregados públicos ainda mesmo os juizes de direito”, acrescentando terem as novas autoridades “a maior dificuldade em os conter” tendo algumas delas sido também expulsas, “não querendo os povos para os governar senão indivíduos das próprias terras e por eles nomeados”. O padre Casimiro era mais uma vez referido como chefe da revolta e descrito como “desafecto à Rainha e à Carta”. No entanto os distúrbios provocados pela perseguição às autoridades não são ainda assim considerados manifestações de carácter miguelista. Sabendo-se que pouco antes D. Miguel fora aclamado em Montalegre “por alguns padres e pessoas de pouca importância” o governador de Braga, no mesmo ofício em que

---

<sup>32</sup> CAPELA, 1997: 215.

<sup>33</sup> BRISSOS, 1997.

<sup>34</sup> CAPELA, 1997: 217.

<sup>35</sup> CAPELA, 1997: 217-218.

refere os tumultos contra os empregados públicos, acrescenta que “o grito de Montalegre não teve eco no Distrito”, embora tivessem aí também aparecido agitadores miguelistas<sup>36</sup>.

Pela mesma época o governador do distrito de Viana confrontava-se também com acções semelhantes. Alguns povos daquela região tinham “procedido como os de Braga ou talvez com mais violência a respeito dos empregados, tendo havido grandes dificuldades em evitar efusão de sangue particularmente em Ponte de Lima, Arcos, Barca e Soajo”. As autoridades julgavam “necessária e urgente a demissão ou transferência de todos os empregados judiciais das comarcas referidas e a nomeação ou confirmação dos eleitos pelo povo”<sup>37</sup>.

De acordo com o único exemplo que é referido com algum detalhe, o de Ponte de Lima, os empregados expulsos teriam sido substituídos pelos demitidos pela administração Cabralista pelo próprio governador civil. Julgava-se ainda necessária a transferência de todos os juízes de direito do distrito, excepto os de Viana e Monção, não só para manter a ordem pública mas também para garantir a sua segurança pessoal.

Lado a lado com as questões relativas à participação popular na designação das autoridades locais vão-se tornando mais nítidas as novas frentes do combate contra os tributos. A 20 de Julho, em Terras do Bouro, os povos amotinaram-se e dirigiram-se a casa do ex-recebedor exigindo-lhe que lhes fosse devolvido o cruzado que tinham pago para as estradas pretextando que “no concelho de St<sup>a</sup> Marta se fizera já esta entrega”. De acordo com o relato do governador civil de Braga: “dali dirigiram-se a casa do ex-administrador do concelho e do ex-presidente da Câmara para que lhes entregassem as secretarias respectivas, exigindo também do administrador do concelho o excesso de uns emolumentos que lhes levara demais”<sup>38</sup>.

Alguns dias depois o governador civil tranquilizou o governo quanto às exigências de devolução de impostos recebidos: não só este tipo de exigência não se tinha estendido a outros concelhos mas nem mesmo em Terras do Bouro se tinha consumado a devolução. No entanto, segundo esta mesma autoridade, aquele imposto que subsistira, era tão “odiado pelo povo em todo este Distrito” que não reputava prudente “na actualidade, e enquanto durar o presente estado vertiginoso dos povos, o fazer-se cobrar para o que nem haverá a necessária força tão geral é a indisposição contra ele”<sup>39</sup>.

O governador já anteriormente informara o Ministro dos Negócios do Reino de que os povos se recusavam agora a pagar “os tributos legais” e que os principais alvos da contestação eram o subsídio literário e o cruzado para as estradas, sugerindo mesmo que fossem aliviados daquelas duas contribuições para que se pudessem cobrar as principais, ou seja, o imposto da décima.

<sup>36</sup> CAPELA, 1997: 223.

Deve referir-se que, como notou José Brissos, a actuação do Padre Casimiro neste período era inteiramente alheia aos planos de insurreição miguelista em curso desde 1843 e que iriam pôr-se em marcha, sob o comando de MacDonell, a partir de Novembro de 1846. Segundo o mesmo autor só nos finais desse mês e no contexto da ocupação de Braga é que se deu a integração da guerrilha do Padre Casimiro na tentativa de restauração miguelista. BRISSOS, 1997: 102 e 119.

<sup>37</sup> CAPELA, 1997: 224.

<sup>38</sup> CAPELA, 1997: 219.

<sup>39</sup> CAPELA, 1997: 220-221.

Em meados de Agosto a situação do Distrito de Viana parecia bastante mais controlada visto que o governador informava os seus superiores de que na região a seu cargo continuava a “reinar sossego”. No entanto, poucos dias antes, o concelho de Esposende tinha ainda sido teatro de mais uma acção de expulsão de autoridades do tempo da administração anterior, nomeadamente o juiz ordinário e o recebedor. O governador civil aproveitava o mesmo ofício para referir os receios dos administradores de Esposende e Barcelos de que “se repitam e propaguem actos de tão obnoxia natureza”<sup>40</sup>...

Nos inícios de Setembro era Ruivães que voltava a agitar-se sendo que “um dos principais motivos do descontentamento daqueles povos” era não quererem “admitir as autoridades que para ali nomeou a Junta de Vila Real e sim os da sua escolha cuja relação, dada pelos mesmos povos, foi pelo General remetida ao Governador Civil de Vila Real”<sup>41</sup>. Tratava-se certamente dos mesmos “rústicos” que tinham sido empossados em meados de Julho.

Noutros pontos do país viviam-se situações semelhantes que Miriam Halpern Pereira identificou através da Correspondência mantida entre o Ministério do Reino e a Câmara dos Deputados, de 21 de Maio a 6 de Outubro de 46, ou seja, entre a queda do governo de Costa Cabral e a célebre “Emboscada” que iria dar início à guerra civil da Patuleia<sup>42</sup>. Nos tumultos que esta autora refere, onde se destacam mais uma vez os que tinham por alvo os impostos nomeadamente o subsídio literário, o imposto para as estradas e os impostos municipais, as destituições de autoridades locais parecem ter também ocupado um lugar de relevo. Do distrito de Aveiro ao de Faro são citadas várias localidades agitadas por processos da mesma natureza, como é o caso de Vila da Feira onde a resistência das autoridades à expulsão acarretou cinco dias de desordens, ou o de Santiago do Cacém onde foi necessário recorrer à força militar para impor um novo administrador de concelho, ou o da Lourinhã onde autoridades designadas pelas populações se mantiveram em funções durante dois meses<sup>43</sup>.

Tanto os processos de destituição de autoridades e da sua substituição por outras de nomeação popular como as formas de reivindicação de um sufrágio alargado para todos os cargos do poder local, que as obras referidas tiveram o grande mérito de revelar, não podem certamente ser correctamente equacionados sem uma pesquisa documental mais aprofundada e sem o recurso à micro-análise de alguns casos mais significativos.

No entanto, não só a singularidade do fenómeno deve ser assinalada com vista a novas pesquisas mas pode considerar-se também que os exemplos recolhidos permitem desde já algumas reflexões.

Em primeiro lugar permitem sugerir, na senda de José Capela, que mesmo se a “teorização”<sup>44</sup> destas práticas veio a ser feita por um líder popular miguelista como o

<sup>40</sup> CAPELA, 1997: 221.

<sup>41</sup> CAPELA, 1997: 222.

<sup>42</sup> PEREIRA, 1996.

<sup>43</sup> PEREIRA, 1996: 26-27.

<sup>44</sup> A expressão é minha e não de José Capela.

Padre Casimiro, quando defendeu na carta à Rainha D. Maria II o principio da eleição geral e universal de todos os cargos e empregos, elas demonstram que a aspiração à designação das autoridades locais pelas populações a elas submetidas estava amplamente popularizado no mundo rural, em particular na província do Minho, aquando da Maria da Fonte, não devendo por consequência ser vista como um mero *desideratum* de um clérigo miguelista<sup>45</sup>.

Neste mesmo sentido não deixa de ser significativo que a famosa carta a D. Maria II, datada de 6 de Julho, surja também no período posterior à queda do Governo de Costa Cabral que aparece como particularmente marcado por este tipo de acções populares, às quais, além disso, o nome do Padre Casimiro é, por mais de uma vez, associado pelas autoridades.

Em segundo lugar, a observação conjunta de alguns destes processos sugere igualmente, parafraseando José Capela, que a reacção contra os empregados, embora expressa por um Padre afecto a D. Miguel, “não deixou de constituir também uma das principais contribuições para as correntes e os partidos progressistas, que partindo de formas mais antigas de contestação generalizada às autoridades políticas transformaram as ideias tradicionalmente conservadoras dos direitos populares numa doutrina progressista da soberania popular”<sup>46</sup>.

A articulação entre as nomeações populares de autoridades e os “partidos progressistas” reporta-se neste caso, como é sabido, à presença activa dos setembristas no decurso da revolta. Nesse sentido, vale a pena insistir na ideia de que a difusão do setembrismo nas províncias, de que se podem entrever alguns episódios nos 10 anos que se seguiram à guerra civil, parece dever merecer uma atenção maior do que a que lhe tem sido concedida<sup>47</sup>. Uma atenção que deverá ser redobrada na análise de processos como os da revolta da Maria da Fonte onde a participação de setembristas em várias instâncias do movimento e instituições dele decorrentes como as Juntas Governativas é bem conhecida.

Como muito justamente sublinhou João Estêvão, um contemporâneo como Camilo Castelo Branco, excelente conhecedor do ambiente social e moral onde a revolta eclodiu, atribuiu a sua origem mais aos manejos dos setembristas do que à influência dos miguelistas sobre as populações rurais.

No importante texto que consagrou à revolta do Minho, a partir da observação intensiva de um contexto regional específico, este autor pôs em relevo significativas distinções no plano das formas de mobilização popular entre dois concelhos limítrofes: Celorico de Basto e Fafe, articulando-as com o peso das elites miguelistas locais no primeiro caso e com a presença de influentes setembristas, onde avultava a família Vieira

---

<sup>45</sup> É útil relembra os termos exactos em que na carta que o Padre Casimiro dirigiu à Rainha é colocada a questão da eleição das autoridades locais: “ Pedimos, Real Senhora, que as eleições para toda a espécie de justiça e autoridades sejam de todo populares sem excepção de pessoa, a não ser dos que não lêem nem escrevem, para evitar enganos e despertar a instrução; porque só assim se pode exprimir a vontade geral dos povos, que é a verdadeira lei. É desta sorte que o povo delegará na urna o que possuía nas armas” (*Apontamentos...*p. 169).

<sup>46</sup> CAPELA, 1997: 259.

<sup>47</sup> FERREIRA, 2002.

de Castro, no segundo<sup>48</sup>. A presença de líderes populares setembristas entre os revoltosos em momentos particularmente determinantes da revolta, como por exemplo os cercos da cidade de Braga, não deve ser esquecida nem subvalorizada, nem parece também poder tomar-se como inquestionável o apoio generalizado dos camponeses ao miguelismo num tal contexto.

Em terceiro lugar, merece a pena referir que, mesmo se as atitudes populares em relação aos empregados e funcionários da administração local traduziram muitas vezes explicitamente a recusa da ingerência na vida das comunidades de poderes que lhe fossem exteriores, como também acentua José Capela, tal facto não nos autoriza só por si a classificar uma vez mais estas formas de acção e reivindicação no já espesso *dossier* das “resistências à modernização”, neste caso à modernização política, nem a tomá-los simplesmente como indícios da aspiração ao regresso das velhas formas de constituição da administração local que o liberalismo tinha vindo substituir.

A eleição das administrações camarárias no Antigo Regime era um processo complexo e que apresentava um grau apreciável de diversidade de acordo com as características dos concelhos considerados, a começar pela sua extensão territorial e o seu estatuto. O perfil dos elegíveis, dos “homens da governança”, era também diverso obedecendo essa sua diversidade a padrões semelhantes aos já enunciados. Tudo indica porém que, pelo menos nos concelhos de grande ou média dimensão, que não coincidiam com a comunidade de habitantes, a grande maioria da população se achava nos finais do Antigo Regime arredada da “eleição” dos cargos concelhios e por maioria de razão das “listas de elegíveis” tendo-se acentuado, nos finais deste período, o carácter oligárquico de grande número de administrações municipais<sup>49</sup>.

Nada disto significa que o auto-governo não fosse uma aspiração de muitas comunidades rurais baseadas em experiências mais ou menos próximas no tempo ou no espaço, mas não chega para presumir que a agitação em torno dos poderes locais e da sua eleição durante a Maria da Fonte fosse apenas mais uma forma de aspiração do regresso das “leis velhas”<sup>50</sup>. Pelo contrário, a reivindicação de que “todos votem nas próximas eleições”, considerada uma “exigência intolerável” dos “povos” pelas autoridades, aparece como uma exigência ditada pelo entrosamento de tópicos da modernidade política com antigas aspirações das populações rurais. Ou seja, como um resultado do encontro da política moderna com aquilo que tem sido designado por vários autores como a “política popular”<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> ESTÉVÃO, 1998.

<sup>49</sup> MONTEIRO, 1995; FERNANDES, 1999.

<sup>50</sup> Tal não significa que algumas situações do passado não fossem vistas com nostalgia nomeadamente quando se contrapunham os custos dos cargos administrativos e judiciais do presente a um passado de que eles estariam ausentes. No entanto, como bem sublinhou Nuno Monteiro, já no Antigo Regime “o governo autónomo da pequena comunidade local associa a auto-regulação em matéria judicial com os altos custos da justiça oficial e letrada, cujo peso denuncia ferozmente”. Como o mesmo autor muito justamente observou, queixas semelhantes ecoam na carta do Padre Casimiro à Rainha quando apela à reposição da “demarcação antiga das justiças” (MONTEIRO, 1995: 127).

<sup>51</sup> A noção de “política popular” tem sido desenvolvida a partir da análise político-cultural dos conflitos protagonizados pelas camadas populares rurais e urbanas na Europa pré-industrial. Foram particularmente importantes os contributos do

Poderia pois dizer-se, em conclusão, que, num período de transição e mudança como foi o séc. XIX sobretudo na sua primeira metade, a circulação de doutrinas, princípios e valores entre as elites e as camadas populares, mesmo as menos abastadas do mundo rural, teve todas as condições para se intensificar e alargar ao próprio ritmo em que se difundiam e viviam novas experiências políticas, sociais e culturais. As populações rurais, tal como outros grupos sociais, aceitaram umas e rejeitaram outras de acordo com as suas próprias conveniências, expectativas, e necessidades.

Está hoje suficientemente demonstrado que, mesmo quando pareciam guiados apenas pelo “atavismo das suas crenças ancestrais”, como quando se opuseram às leis da saúde pública e à construção de cemitérios, os camponeses estavam também a opor-se ao esvaziamento de funções das confrarias que, pelo menos no Norte do país, representavam uma forte expressão de sociabilidade, identidade e economia de muitas comunidades rurais<sup>52</sup>.

Explicar os conflitos do mundo rural com base no apego à tradição das populações camponesas, ou no seu atavismo, ou por um qualquer impulso permanente de “resistência à mudança”, não nos leva muito longe desde logo porque tal caminho assenta no pressuposto de um deficit de racionalidade das camadas populares rurais que não é demonstrável.

Historiadores tão importantes como E.P. Thompson procederam à sua crítica de uma forma vigorosa e aprofundada e contrapuseram-lhe outras ferramentas analíticas como a noção de “economia moral”, utilizada há já muitos anos por este mesmo autor para a análise dos motins de subsistência na Inglaterra do séc. XVIII<sup>53</sup>.

No que se refere ao séc. XIX é impossível ignorar também a forma como a implantação dos modernos regimes liberais, as lutas que lhes estiveram associadas e as novas práticas políticas que com eles emergiram influenciaram a linguagem e a expressão de novos e velhos conflitos.

A análise da politização do mundo rural através do processo de nacionalização da política, equacionada primeiro por Maurice Agulhon em *La République au Village* e depois por Eugene Weber em *Peasants into Frenchmen*<sup>54</sup>, e prosseguida hoje com grande dinamismo por vários outros historiadores, ao constituir um ponto de observação privilegiado da interacção entre o local e o nacional e entre novos e velhos reportórios de acção colectiva, parece uma perspectiva bastante mais útil para pensar a conflitualidade rural no quadro da modernização oitocentista. Os conflitos do mundo rural português do ano de 1846, pelas características já enunciadas e também pela sua dimensão nacional, aparecem, neste contexto, como um terreno especialmente propício a esta indagação.

---

grupo dos chamados “ marxistas britânicos” em particular as obras de E.P. Thompson (1991) e Georges Rudé (1980). A historiografia francesa também tem trabalhado esta noção que começou por ser debatida por Raymond Huard (1984) e deu recentemente origem a um trabalho mais aprofundado e polémico de Roger Dupuy (2002).

<sup>52</sup> CAPELA, 1996; FERREIRA, 1996

<sup>53</sup> THOMPSON, 1991 (O estudo aqui referido, “ A economia moral da multidão inglesa no século XVII” foi publicado pela primeira vez em 1971 na revista *Past and Present*, nº 50).

<sup>54</sup> WEBER, 1976.



**BIBLIOGRAFIA**

- A.A.V.V. – *História da coragem feita com o coração. Actas do “Congresso Maria da Fonte – 150 anos. 1846/1996”*, Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso, 1996
- A.A.V.V. – *La Politisation des campagnes au XIX<sup>e</sup> siècle. France, Italie, Espagne et Portugal*, École Française de Rome, 2000
- AGULHON, Maurice – *La république au village*, Plon, Paris, 1970
- ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Difel, Lisboa, 1991
- Apontamentos para a história da revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte escritos pelo Padre Casimiro finda a guerra em 1847*, Ed. Rolim, Lisboa, s/d (pref. de José Manuel Sobral)
- BRISSOS, José – *A insurreição miguelista nas resistências a Costa Cabral (1842-1847)*, Ed. Colibri, Lisboa, 1997
- CAPELA, José Viriato e Borrallheiro, José – *Maria da Fonte na Póvoa do Lanhoso. Novos documentos para a sua História*, Póvoa do Lanhoso, 1996
- CAPELA, José Viriato – *A Revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos da implantação do liberalismo*, Governo Civil de Braga, 1997
- CAPELA, José Viriato – *A Revolução do Minho de 1846, segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Ed. Afrontamento, Porto, 1999
- CARVALHO, Joaquim de – “Da restauração da Carta constitucional à “regeneração”, *História de Portugal*, Damião Peres (dir.), Portucalense Ed., Lda., Barcelos, 1935, vol. VII
- CASTELO BRANCO, Camilo – *A Maria da Fonte. A propósito dos apontamentos para a história da Revolução do Minho em 1846 publicados recentemente pelo Reverendo Padre Casimiro, celebrado chefe da insurreição popular*, Porto, Livraria Civilização, 1885
- CUNHA, Carlos Guimarães da – *A “Janeirinha” e o partido reformista. - Da revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Ed. Colibri, Lisboa, 2003
- DUPUY, Roger – *La Politique du Peuple*, Ed. Albin Michel, Paris, 2002
- ESTÊVÃO, João Antunes – “Guerrilhas na serra da Lameira e guerrilhas de Fafe – antropologia da violência rural”, *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Câmara Municipal de Fafe, 1998
- FEIJÓ, Rui Graça – *Liberalismo e transformação social*, Ed. Fragmentos, Lisboa, 1992. Fernandes, Paulo Jorge da Silva – *Elites e finanças municipais em Montemor-o-Novo do Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1999
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – “A luta contra os cemitérios públicos no século XIX”, *Ler História*, nº 30 (1996)

- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao Liberalismo, 1834-1844*, Ed. Afrontamento, Porto, 2002
- HUARD, Raymond – “Existe-t-il une politique populaire?”, *Mouvements populaires et conscience sociale – XVI e – XIX e siècles*, Maloine S.A.Ed., Paris, 1985
- JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. – Portugal, 1810-1913*, Ed. Vega, Lisboa, vol. II
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo, Nova História de Portugal*, Serrão, Joel e Marques e A. H. de Oliveira (dir.) vol. IX, Ed. Presença, 2002
- MCPHEE, Peterm – “Contours nationaux et régionaux de l’associationnisme politique en France (1830-1880)” *La politisation des paysans au XIXe siècle. France, Italie, Espagne et Portugal*, École Française de Rome, 2000
- MONTEIRO, Nuno – “Os poderes locais no Antigo Regime”, César Oliveira (dir.) *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade-Média à União Europeia)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996
- OLIVEIRA, Luísa Tiago – “A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns problemas”, *Ler História*, nº 16 (1989)
- PÉCOUT, Gilles – “La politisation des paysans au XIX e siècle. Réflexions sur l’histoire politique des campagnes”, *Histoire et sociétés rurales*, 2, (1994)
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Revolução, Finanças e Dependência Externa*, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1979
- PEREIRA, Miriam Halpern – “A Maria da Fonte: entre o saber e a dúvida”, *História da coragem feita com o coração, Actas do “Congresso Maria da Fonte – 150 anos. 1846/1996*, Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso, 1996
- RADICH, Maria Carlos e Alves, Monteiro A.A. – *Dois séculos da floresta em Portugal*, Celpa, Lisboa, 2000
- RUDÉ, Georges – *Ideologia e protesto popular*, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 192 (1ª Ed. inglesa, 1980)
- SÁ, Victor de – *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Seara Nova, Lisboa, 1969
- THOMPSON, E. P. – “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, Campo das Letras S. Paulo, 1999 (1ª Ed. inglesa, 1991)
- WEBER, Eugene – *Peasants into Frenchmen, the modernization of rural France – 1870-1914*, Stanford U. Press, 1976



Célia Maria Taborda da Silva

## Os levantamentos populares durienses e a formação da Junta de Vila Real durante a “Maria da Fonte”

### R E S U M O

*O levantamento da “Maria da Fonte” que começou em Março de 1846, na Póvoa de Lanhoso, rapidamente se estendeu a Trás-os-Montes e Alto Douro. No Douro, as elites desempenharam um papel fundamental na preparação e condução das sublevações populares que ocorreram na região, tendo formado em Vila Real, no dia 10 de Maio de 1846, a primeira Junta governativa de resistência ao Cabralismo. Esta Junta teve uma acção de relevo na manutenção da ordem e das instituições durienses.*

### Introdução

A revolução da “Maria da Fonte” constituiu a mais importante intervenção popular na história portuguesa do século XIX, tendo suscitado uma vasta bibliografia e interpretações diversas.

Em relação à origem e aos momentos iniciais da revolta, a historiografia portuguesa é, em termos gerais, consensual. O movimento começou na Póvoa de Lanhoso, entre 19 e 24 de Março de 1846<sup>1</sup>, como reacção à legislação cabralista, principalmente às leis de saúde e ao novo sistema tributário sobre a propriedade. A revolta aconteceu quando o Governador da Póvoa de Lanhoso, querendo cumprir as leis sanitárias, mandou o pároco da freguesia enterrar um cadáver no adro da igreja local. Ora, um grupo de mulheres, revoltadas com o sucedido, muniram-se de foices e de outros instrumentos agrícolas, desenterraram o corpo e sepultaram-no no interior da igreja, ao som de toque a rebate e de gritos contra os Cabrais. A partir daqui, as autoridades perderam o controlo dos acontecimentos e a revolta alastrou rapidamente a todo o Minho e daí a Trás-os-Montes. Todas as descrições da “Maria da Fonte”, realçam o papel das mulheres, atestado no próprio nome que foi atribuído à insurreição, e dos padres.

Essa unanimidade, contudo, não existe quando se trata de compreender, no seu âmbito, a totalidade da revolta. A complexidade do movimento levanta vários problemas quanto à sua interpretação, que permaneceram ao longo dos tempos na historiografia nacional.

---

<sup>1</sup> CAPELA e BORRALHEIRO, 1996: 11. Ver também, CAPELA e BORRALHEIRO, 1999: 19; RORICK, 1984: 118-119.

Os primeiros autores que se debruçaram sobre a “Maria da Fonte” insistiram no carácter espontâneo da revolta<sup>2</sup>. Foi Camilo Castelo Branco quem primeiro emitiu opinião diferente no seu romance *A Brasileira de Prazins* e, mais tarde, em *Maria da Fonte*<sup>3</sup>, afirmando que a «gentalha» agiu por influência de algum clero setembrista. Também Oliveira Martins acrescentou, à espontaneidade, a manipulação política do movimento, sobretudo pelos setembristas<sup>4</sup>. Apesar da pertinência das observações de Camilo e Oliveira Martins, foi-se difundindo, até praticamente aos nossos dias, o carácter espontâneo da revolta.

Mais recentemente, nos anos setenta, Víctor de Sá<sup>5</sup>, Miriam Halpern Pereira<sup>6</sup> e Manuel Villaverde Cabral<sup>7</sup> destacaram na revolta o seu carácter antifeudal, antisenhorial e anticapitalista. A tónica principal para estes autores é colocada nas questões económicas e sociais, dando relevo ao desmoroamento de um mundo agrário pelo recuo do comunitarismo face ao individualismo capitalista que se instalava, mas não abandonando totalmente a espontaneidade das primeiras manifestações. A antropóloga Joyce Riegelhaupt<sup>8</sup> seguiu uma interpretação idêntica, sublinhando, além disso, o carácter anti-estatal dos protestos, motivado pela ingerência do Estado na vida quotidiana e na organização do ritual das comunidades camponesas. José Manuel Sobral, num texto introdutório aos *Apontamentos* do padre Casimiro, admite igualmente o eclodir espontâneo da revolta, referindo-se já aos «quadros de sociabilidade local»<sup>9</sup>. Estudos realizados sobre as atitudes mentais das populações perante a morte e o seu culto<sup>10</sup> permitem entender o modo como o processo de laicização da vida local promovido pelos cabralistas, ao fazerem aplicar as leis de saúde e ao reformarem as confrarias, pode ter desencadeado uma resistência activa contra Costa Cabral. Luísa Tiago Oliveira<sup>11</sup>, em 1989, defendeu também a espontaneidade nos «primeiros tempos» e a ausência de um «enquadramento político» definido.

Para Aurélio de Oliveira, a historiografia durante muito tempo ficou sob influência da causalidade próxima e directa da revolta, não procurando a inserção e contextualização em quadros mais vastos, o que, certamente, levaria a conjugar uma série de causas e não a isolá-las. Para este autor, a “Maria da Fonte” apresenta-se como uma rebelião típica de Antigo Regime no que respeita ao cenário e elementos da insurreição, à sua estrutura e aos seus objectivos. A novidade está sobretudo no facto de ter atingido uma grande dimensão humana e geográfica, assumindo-se como uma revolta de tipo regional que desembocou numa guerra civil<sup>12</sup>.

---

<sup>2</sup> ROBY, 1846; CASIMIRO, 1883; MACEDO, 1880.

<sup>3</sup> CASTELO BRANCO, 1882, 1884.

<sup>4</sup> MARTINS, s/d: 143-148

<sup>5</sup> SÁ, 1978:271-296.

<sup>6</sup> PEREIRA, 1983: 293-4.

<sup>7</sup> CABRAL, 1976: 134-52.

<sup>8</sup> RIEGELHAUPT, 1981: 129-139.

<sup>9</sup> SOBRAL, s/d: nota 65.

<sup>10</sup> FEIJÓ; MARTINS; e CABRAL, 1985.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, 1989: 161.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, 1996: 49-56.

O facto de ter sido um movimento social cuja interpretação histórica se tem revelado polémica levou Rui Feijó a considerar que essa ausência de consenso derivava da coexistência, num dado momento, de vários movimentos sociais<sup>13</sup>. Houve simultaneamente mobilização rural e urbana, com características diferentes. No meio rural foi factor de mobilização a legislação sanitária e a questão da terra, tendo os rurais manifestado o seu descontentamento de forma violenta. Nos meios urbanos, a situação era diferente. A actuação política do Governo era seguida pela imprensa e as alternativas políticas dentro do sistema eram observadas com atenção. Por isso, a reacção urbana foi distinta da rural, não foi violenta e teve uma consequência política visível – a constituição de Juntas provisórias.

O que aconteceu no Douro é a prova disso mesmo. A tese da espontaneidade popular não parece aplicar-se aos levantamentos ocorridos na região duriense, nem houve um destaque das mulheres nem dos padres, embora os sentimentos anímicos em relação às leis de saúde fossem idênticos aos experimentados pelas populações minhotas, tanto mais que já tinha havido alterações da ordem em anos anteriores, porque os povos se recusavam a cumprir essas leis.

Efectivamente, no Douro, a legislação cabralista também causou alvoroço e animosidade generalizada dos vários grupos sociais contra o Governo. A revolta assumiu, rapidamente, um carácter político. Os miguelistas, em número considerável nesta região, viram nesta revolta uma oportunidade para restaurarem o absolutismo e os setembristas viram nela a possibilidade de voltar ao poder. Desta forma, estando ideologicamente nos antípodas, estas duas facções políticas uniram-se e formaram a Junta Governativa de Vila Real.

### **Os levantamentos populares no Douro e a constituição da Junta de Vila Real**

Na região do Douro, desde 1845, as autoridades administrativas locais temiam uma revolta, porque os povos se vinham manifestando contra os impostos<sup>14</sup>. O Governador Civil de Viseu avisou o Governo do impacto nefasto que tinha causado nas «massas» o imposto das estradas, afirmando inclusive que alguns homens do povo tinham tomado parte na última revolta (a de Torres Novas e Almeida), na esperança de verem derrogada a lei de 26 de Julho de 1843, pela vitória dos revoltosos. O Governador fazia algumas «considerações» acerca das múltiplas resistências que resultariam da execução daquela lei sem qualquer alteração<sup>15</sup>. O Governador da Guarda chamava a atenção para o mesmo facto, por se considerar que «não estava na justa proporção para com as classes proletárias» e por «ser um tributo novo e grande em proporção ao que o povo está habituado a pagar». Os povos achavam aquele imposto demasiado pesado, por obrigar os homens a trabalhar quatro dias por ano na construção de estradas e ruas entre Lisboa

<sup>13</sup> FEIJÓ, 1981:183.

<sup>14</sup> A.N.T.T., A.S.E., *Ministério do Reino*. Livro 2. Processo 357.

<sup>15</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 2. Processo 357, nº159.

e as cidades distritais ou, não querendo ou podendo fazê-lo, a pagar 400 réis de taxa anual durante 10 anos. Por isso, esperavam a vinda de D. Miguel para lhes fazer justiça<sup>16</sup>.

Os Administradores de Alijó e Murça comentavam, igualmente, que, de dia para dia, o espírito dos povos contra o Governo piorava por causa do lançamento da décima e da contribuição para as estradas<sup>17</sup>. As operações a que as Juntas de Lançamento da Décima procediam consistiam nas medições e avaliações da terra, que era uma maneira nova de fazer tombos e de calcular o imposto. Ora, o campesinato e a fidalguia local, que vivia essencialmente da terra, ficaram alarmados por se prever um grande aumento dos impostos e até outros perigos desconhecidos, que para a gente simples sempre vinham associados à subida dos encargos para com o Estado. Esses receios ampliaram-se neste período, porque o aumento da produção fez descer o preço dos produtos agrícolas<sup>18</sup>. Para o Governador Civil de Vila Real, os causadores de desconfianças e receios nos povos tinham sido os «sequazes do usurpador»<sup>19</sup>.

Nesta região, houve um claro aproveitamento político do descontentamento que os novos impostos causaram junto dos contribuintes. O Governador Civil de Vila Real, no mês de Abril, dizia que, nos concelhos do Douro, os «mal intencionados tratão de desvairar o Povo para que não pague as contribuições»<sup>20</sup>.

Com efeito, alguns elementos da elite local do Douro, proprietários, magistrados e eclesiásticos preparavam os populares para, no momento oportuno, marcharem sobre Vila Real.

Do Minho a revolta estendeu-se a Trás-os-Montes, ainda em Abril. Os primeiros motins ocorreram entre os dias 13 e 16<sup>21</sup> daquele mês, principalmente nas freguesias do concelho de Ruivães, utilizando os insurrectos os mesmos métodos, a queima de processos. O Administrador interino de Ruivães notificou o Governador Civil de Vila Real de que os «criminosos» correram três das dez freguesias do concelho a juntar pessoas «por chamamento e ordem do padre Casimiro», pelo que conseguiram reunir 110 homens e, entrando todos na vila e fazendo reunir as autoridades, que já haviam nomeado anteriormente, deram-lhes posse e entregaram-lhe os papéis que havia na Administração e no Juízo Ordinário. Assim ficou constituída a Câmara, Administrador, Juiz e Sub-Delegado, todos homens «rusticos e a maior parte delles empregados no fabrico do azeite no Alem Tejo no tempo da colheita». Este Administrador interino dizia que não havia partido político nestes revoltosos, cujo fim principal era fazer constituir «autoridades suas» para os livrarem dos seus crimes, pelo que com aquela gente não podia haver «moderação e boas maneiras; força e só força os poderá conter». Este administrativo

<sup>16</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 2. Processo 357, nº13.

<sup>17</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 2. Processo 756-828.

<sup>18</sup> Vivia-se numa época de estagnação do mercado de produtos agrícolas, pelo que qualquer imposto era sentido de forma muito mais drástica para os trabalhadores rurais. JUSTINO, 1981: 467-474.

<sup>19</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 2. Processo 226-230.

<sup>20</sup> Arquivo Municipal de Mesão Frio. *Correspondência Recebida pelo Administrador*, ano de 1846.

<sup>21</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Maço 2090.

pedia providências para Vila Real, pois os efectivos que tinha não chegavam para evitar sangue<sup>22</sup>.

Em 5 de Maio, a revolta deu-se em Mirandela e Murça<sup>23</sup>. Dali os populares dirigiram-se para Vila Real, onde entraram na tarde de 10 de Maio, em número superior a mil, estando mais de metade armados<sup>24</sup>. Cerca de 400 homens desarmaram a tropa estacionada em Vila Real e tomaram conta do local<sup>25</sup>. As forças populares comandadas pelo «seu heróico chefe», o senhor D. Fernando de Sousa Botelho, foram recebidas pelos habitantes de Vila Real com entusiasmo e regozijo<sup>26</sup>, pelo que o Governador Civil, não tendo força para obstar a este movimento, se retirou para Chaves. O povo elegeu então uma Junta Governativa composta, segundo o cônsul britânico no Porto, por algumas das mais influentes pessoas do distrito de Vila Real, com poderes administrativos e judiciários. Para Presidente foi eleito D. Fernando de Sousa Botelho, filho do Conde de Vila Real, proprietário do solar de Mateus, tendo como «companheiros e membros» António da Veiga e Sousa e Sebastião José de Carvalho Moutinho. Sobre eles, a 18 de Junho, D. Fernando escreveu que foram das pessoas que mais cooperaram para o pronunciamento e para reorganizar o distrito. O primeiro era proprietário no lugar de Castedo, Alijó, e foi dos mais fortes agentes do pronunciamento no seu concelho e limítrofes. Conjuntamente com seu sobrinho, dirigiu uma grande força de cidadãos armados na acção contra a coluna de Caçadores nº3 e Cavalaria nº7, junto a Sabrosa, a 10 de Maio. Comandou a força enviada a Lamego, continuando sempre a auxiliar a Junta. Sebastião Moutinho era proprietário, advogado e eclesiástico. Foi dos que prepararam o pronunciamento em Vila Real e muito contribuiu, depois, pelo conhecimento local, para organizar a administração pela fuga de alguns empregados e pela impossibilidade de alguns aparecerem aos povos. Continuou depois, na Junta, a auxiliar D. Fernando de Sousa Botelho<sup>27</sup>.

A 12 de Maio, a Junta, acabada de constituir, recebia o apoio das povoações de Alijó, Favaios, Provesende, Sanfins e S. Mamede que se revoltaram, gritando a favor da Rainha e da Carta, a par de «morrão os Cabraes» e «nada de contribuições»<sup>28</sup>. Em Favaios, o povo desarmou setenta soldados, dirigindo-se, depois, para Vila Real, para expulsar a tropa que ainda lá se encontrava, tendo alguma ido para a Régua<sup>29</sup>.

Quando no Porto se soube da formação desta Junta, foi enviada tropa para Vila Real, para tentar dissolvê-la, mas sem sucesso. Contudo, ainda houve confronto com os revoltosos de que resultou a morte de trinta pessoas e vários prisioneiros.

<sup>22</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 3. Processo 204, nº1.

<sup>23</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 3. Processo 204, nº1.

<sup>24</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 3. Processo 204, nº1.

<sup>25</sup> Public Record Office. Londres, FO 63 626 (nº15).

<sup>26</sup> Arquivo Municipal de Mesão Frio. *Correspondência Recebida*, ano de 1846.

<sup>27</sup> A.N.T.T., A.S.E. *Ministério do Reino*. Livro 3. Processo 179.

<sup>28</sup> Public Record Office. Londres. FO 63 626.

<sup>29</sup> Public Record Office. Londres. FO 63 626.



Esta Junta comunicou, imediatamente, a José Cabral que ele e o Conde de Tomar deveriam deixar o poder, pois a sua retirada era necessária para a paz e prosperidade do país. Sublinhava, no entanto, que continuava fiel à Rainha e à Carta<sup>30</sup>.

A partir de então, a Junta passou a coordenar os motins nas várias localidades do Douro.

No dia 13 de Maio, pronunciou-se Mesão Frio. A Câmara foi dissolvida e a Junta de Vila Real nomeou para ela outros cidadãos. Os povos amotinados das aldeias vizinhas deitaram fogo à maior parte dos papéis daquela Administração, conseguindo o escrivão, já «prevenido e acautelado», salvar os «principais papeis e rois», com grande risco para a sua integridade física. Não obstante, ainda queimaram os papéis das contribuições das estradas<sup>31</sup>.

A 14 de Maio, o cônsul britânico, em relatório para Londres, contava que, na Régua, as autoridades tinham conseguido levar com elas alguns documentos sobre os novos impostos, mas que cerca de cinquenta homens armados destruíram muita coisa, insultaram constitucionais, entraram na casa de muitos e ameaçaram tratá-los como eles haviam tratado os miguelistas<sup>32</sup>.

A 17 de Maio, revoltou-se Lamego. A força militar que a Junta de Vila Real para lá enviou, coadjuvada pelos populares, conseguiu vencer as tropas cabralistas. As autoridades locais colocaram-se ao lado do povo e enviaram uma representação à Rainha, pedindo a demissão do Ministério e providências para que fossem aliviadas as contribuições<sup>33</sup>.

## Conclusão

No Douro foram as elites quem preparou e encabeçou os levantamentos populares que, no dia 10 de Maio, se dirigiram para Vila Real, destituindo as autoridades locais nomeadas pelo cabralismo e formando uma Junta Governativa. Não parece poder falar-se aqui de movimentações populares espontâneas. Desde 1844, a oposição miguelista e setembrista agia, através dos seus adeptos, membros do clero e da aristocracia local ou outros homens com influência social, passando, oralmente, a mensagem de revolta até chegar às massas populares. Neste levantamento há a coexistência de vários movimentos sociais, ocorrendo uma mobilização rural e outra urbana, diferindo uma da outra nos objectivos e nas formas de que se revestiram<sup>34</sup>.

Os elementos que constituíram a Junta de Vila Real eram na sua maior parte magistrados e militares, sendo praticamente todos proprietários no Douro, em Castedo (Alijó), S. João da Pesqueira, Vilar de Maçada, Carrazeda de Ansiães e Vila Real. Este facto é de suma relevância, primeiro, porque a situação comercial dos vinhos continuava

---

<sup>30</sup> Public Record Office. Londres. FO 63 626 (nº15).

<sup>31</sup> Arquivo de Mesão Frio. *Correspondência Recebida*, ano de 1846.

<sup>32</sup> Public Record Office. Londres. FO 63 626.

<sup>33</sup> COSTA, 1975: 170.

<sup>34</sup> FEIJÓ, 1981: 183-191.

desfavorável, apesar da legislação cabralista de 1843; segundo, porque explica a facilidade com que mobilizaram as massas populares, já que muita dessa gente dependeria deles para sobreviver.

Estes membros da Junta de Vila Real eram de diferentes facções políticas. Alguns eram assumidamente miguelistas. Havia nesta zona muita nobreza provinciana que era manifestamente adepta de D. Miguel, como havia muitos ex-oficiais miguelistas que residiam na área e que, desde a implantação do liberalismo, vinham tentando minar o regime liberal com pequenos levantamentos. Outros, pareciam setembristas, como, por exemplo, António da Veiga e Sousa. Após a derrota da revolta de Torres Novas e Almeida, foi ele que escondeu José Estêvão numa quinta no Douro. O sucesso desta convivência temporária de miguelistas e setembristas deveu-se, porém, à carismática figura do conde de Mateus, que era respeitado pelas duas facções ideológicas, não pertencendo a nenhuma. A sua tendência partidária parece ter sido o cartismo moderado.

Esta Junta teve um papel fundamental para a manutenção da ordem e das instituições em Vila Real e em toda a região duriense. Assim, as elites, com a sua liderança evitaram as «desordens» populares e contribuíram para a queda dos Cabrais.

## FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo das Secretarias de Estado. *Ministério do Reino*:  
 ..... (Maço 2090).  
 ..... (Livro 2. Processos 357, 756-828, 226-230)  
 ..... (Livro 3. Processos 204, 179)

Arquivo Municipal de Mesão Frio. *Correspondência Recebida pelo Administrador do Concelho no ano de 1846*.

Public Record Office. Londres. FO 63 626  
 FO 63 626 (nº15).

## BIBLIOGRAFIA

CABRAL, Manuel Villaverde, 1976 – *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, p.134-52.  
 CAPELA, José, BORRALHEIRO, Rogério, 1996 – *A Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal.  
 CAPELA, José, BORRALHEIRO, Rogério, 1999 - *A revolução do Minho de 1846*, Porto, Afrontamento.  
 CASIMIRO, Padre, 1883 – *Apointamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte finda a guerra em 1847*, Lisboa .  
 CASTELO BRANCO, Camilo, 1882 – *A Brasileira de Prazins*, Porto.  
 CASTELO BRANCO, Camilo, 1884 - *Maria da Fonte*, Lisboa.  
 COSTA, Manuel Gonçalves da, 1975 – *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*, Lamego.  
 FEIJÓ, Rui G.; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João de Pina, 1985 – *A morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Quercos.

- FEIJÓ, Rui Graça, 1981 – *Mobilização rural e urbana na «Maria da Fonte»* in “O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX”, Lisboa, Sá da Costa, 2ºvol., p.183-191.
- JUSTINO, David, 1981 – *Conjuntura económica e «Maria da Fonte». Algumas notas.* “Bracara Augusta”, Braga, Janeiro-Dezembro, nº79-80 (92-93), vol.XXXV, p.467-474.
- MACEDO, A. Teixeira de, 1880 – *Traços de História Contemporânea, 1846-1847.* Porto.
- MARTINS, Oliveira, s/d – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Europa-América, 2ºvol.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1996 – *Maria da Fonte no contexto das revoltas e motins populares em Portugal* in “Maria da Fonte. História da coragem feita com o coração. Actas do congresso, Póvoa de Lanhoso, 4 a 6 de Abril 1996”, Câmara Municipal, p. 49-56.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago, 1989 – *A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns problemas.* “Ler História”, nº16, Lisboa, p.159-174.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre Câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na 2ª metade do século XIX*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- RIEGELHAUPT, Joyce, 1981 – *Camponeses e Estado Liberal: a Revolta da Maria da Fonte* in “Studium – Generale - Estudos Contemporâneos”, nº 2-3, Porto, p.129-139.
- ROBY, João Pinto, 1983 – *Exposição Analítica do Pronunciamento do dia 17 de Maio em Braga*, 1ª ed. Porto, 1846; 2ª ed., Lisboa, Antígona.
- RORICK, David, 1984 – *The Maria da Fonte: History and Myth.* Tese de Mestrado policopiada apresentada em Sonoma State University.
- SÁ, Victor de, 1978 – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações socialistas em Portugal 1820-1852*, 3ªed., Lisboa, Horizonte.
- SOBRAL, José Manuel, s/d – *Prefácio aos Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte finda a Guerra em 1847, do padre Casimiro*, Lisboa, Edições Rolim.

Gaspar Martins Pereira

Carla Sequeira\*\*

## Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego». Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX<sup>1</sup>

### R E S U M O

*No início do século XX, a situação de crise comercial afectou muitas das regiões vitícolas europeias, gerando um clima de descontentamento social, propício à eclosão de movimentos de revolta. Nesses movimentos, frequentemente de carácter regionalista, convergem acções das elites locais e motins populares, em defesa da denominação de origem dos seus vinhos, contra imitações, falsificações e outras formas de concorrência desleal. No caso do Douro vinhateiro, os movimentos desencadeados em 1914-1915, que culminaram no trágico «motim de Lamego», inscrevem-se no longo combate regional em defesa da denominação de origem do vinho do Porto, centrando-se nos protestos contra o artigo 6º do Tratado luso-britânico de 1914, que considerava como vinho do Porto qualquer vinho oriundo de Portugal e não apenas o produzido na região do Douro.*

### Crise e revolta nas regiões vinhateiras em inícios do século XX

No início do século XX, a maior parte das regiões vitícolas europeias, em especial as mais dependentes da cultura da vinha, atravessou uma fase de crise profunda, propícia ao agravamento da conflitualidade social e à eclosão de movimentos de revolta.

Todas essas regiões enfrentavam, com maior ou menor incidência, problemas semelhantes. Entre as décadas de sessenta e noventa do século XIX, a filoxera vinha destruindo, sucessivamente, os vinhedos europeus, obrigando a enormes investimentos para replantar e tratar as vinhas. À crise vitícola sucedeu ou associou-se, desde a segunda metade dos anos oitenta, um período de superprodução e de dificuldades comerciais, quando os novos vinhedos, plantados com recurso a porta-enxertos americanos,

---

<sup>\*</sup> Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

<sup>\*\*</sup> Estudante de Doutoramento em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do projecto de investigação «O Douro Contemporâneo: Sociedade, Economia e Instituições» (Projecto POCTI/HAR/47073/2002, financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia e pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação, participado pelo fundo comunitário europeu FEDER). Para a elaboração deste artigo revelou-se fundamental a consulta de muita documentação do arquivo particular de Torcato de Magalhães, cujo acesso nos foi, gentilmente, facultado pelo seu bisneto, Eng. Carlos Magalhães, a quem deixamos aqui expresso o nosso mais sincero agradecimento.

começaram a produzir em pleno e com níveis de produtividade superiores aos do período pré-filoxérico. As regiões vinhateiras clássicas, tal como as novas zonas produtoras, que haviam aproveitado, no período filoxérico, a grande procura de vinhos, a preços compensadores, passaram a enfrentar graves problemas de escoamento e uma fase de abaixamento de preços. A par do aumento da concorrência no mercado europeu de vinhos, outros fenómenos, como a entrada de grandes quantidades de vinhos de outros continentes (os da Argélia ou da Argentina, por exemplo), o proliferar das falsificações e imitações, a substituição, em certos casos, de aguardente vínica por álcoois industriais (de beterraba, de cereais, etc.), vieram agravar a situação das regiões vinhateiras tradicionais.

Para fazer face à crise, todas as regiões vinhateiras ensaiaram, com maior ou menor eficácia, estratégias semelhantes. Desde a reconversão agrícola, com a aposta em outras culturas (como a oliveira, a amendoeira ou o tabaco, no caso do Douro<sup>2</sup>), ao aumento da quantidade de vinho produzido e vendido (mesmo com prejuízo da respectiva qualidade), de modo a compensar, face à queda dos preços unitários do vinho, a receita anual<sup>3</sup>, capaz de sustentar custos de produção cada vez mais elevados. A curto prazo, esta última estratégia revelou-se totalmente ineficaz, constituindo, de resto, mais um factor de crise, já que acabou por estimular a produção e a oferta de quantidades crescentes de vinhos (muitos deles sem qualidade), saturando o mercado e provocando ainda maiores dificuldades gerais de escoamento, com resultados negativos ao nível dos preços. Paralelamente, surgiam em todas essas regiões vitícolas, especialmente nas regiões históricas, crescentes reivindicações de políticas proteccionistas sectoriais ou regionais. Desde medidas de proibição de importação ou de criação de tarifas alfandegárias proteccionistas sobre aguardentes e álcoois importados, a medidas reguladoras da produção e do comércio de vinhos, a medidas de combate à fraude e de defesa das denominações de origem e marcas consagradas.

Por toda a parte, face à crise de superprodução, de dificuldade de escoamento e de queda dos preços dos vinhos, a luta dos viticultores voltava-se contra os «inimigos» externos: os negociantes supostamente promotores de falsificações, de lotações de vinhos de qualidade da sua região com vinhos inferiores e mais baratos de outras regiões, de adição de álcool industrial, ou mesmo de açúcar, na elaboração dos vinhos; as regiões concorrentes (de vinhos ou de aguardentes) ou onde supostamente se processavam as «mixórdias» que invadiam o mercado. Neste sentido, as movimentações dos viticultores assumiram um carácter marcadamente sectorial, corporativo e regionalista, apesar de nelas convergirem, quase sempre, vários movimentos sociais com diferentes interesses, motivações e formas de intervenção<sup>4</sup>.

A liderança destas movimentações sociais nas regiões vinhateiras foi claramente assumida pelas elites locais, canalizando os descontentamentos populares para a reivindicação política da intervenção do Estado, através de medidas de repressão às fraudes e

<sup>2</sup> PEREIRA, 1989: 336-337.

<sup>3</sup> PAN-MONTOJO, 1994: 210.

<sup>4</sup> Veja-se, para o caso da região francesa de Languedoc, LACHIVER, 1988: 473-475; GARRIER, 1995: 265-266.

de regulação da produção e do comércio de vinhos. Multiplicaram-se, assim, os artigos de opinião escritos por proprietários na imprensa da época, denunciando as falsificações e reivindicando a intervenção estatal. Organizaram-se comissões e associações de defesa dos interesses da viticultura regional. Movimentaram-se influências políticas de notáveis locais no parlamento e nos ministérios, sujeitos, obviamente, a influências de interesses antagónicos (dos industriais de álcool, dos negociantes, dos viticultores de outras regiões, etc.). Realizaram-se Congressos Vitícolas e reuniões de viticultores... Porém, o agravamento da crise e a degradação das condições de vida nas regiões vinhateiras conduziria, rapidamente, a formas de agitação popular mais violentas. Aos comícios e manifestações ordeiras, organizadas pelas elites regionais, através das associações de viticultores ou das municipalidades, sucediam-se, por vezes em simultâneo, acções iconoclastas, em que grupos de populares (normalmente, assalariados, artesãos e pequenos viticultores) destruíam os símbolos materiais que representavam os «inimigos» dos interesses da região. Assim, incendiavam-se comboios de vinhos ou aguardente provenientes de outras regiões, destilarias ou armazéns suspeitos. Promovia-se a greve aos impostos, a destruição de edifícios locais das finanças, exigia-se a demissão das municipalidades.

Pela sua amplitude<sup>5</sup> e pelo desfecho trágico que teve<sup>6</sup>, a revolta dos vinhateiros da região francesa do Languedoc, em 1907, ficou para a história como o mais significativo destes movimentos. Mas pode dizer-se que, nas principais regiões vitícolas, recrudescu a agitação social, nos inícios do século XX, com manifestações mais ou menos violentas.

### **A longa crise do Douro**

Na região do Alto Douro, precoce e violentamente atacada pela filoxera desde os anos sessenta do século XIX, a reconstituição do vinhedo fez-se penosa e lentamente, deixando marcas sociais profundas, com muitas famílias na miséria, transferência de propriedades e emigração, tanto mais que, a partir de meados dos anos oitenta, se degradou, continuamente, a situação comercial<sup>7</sup>. Numa época de liberdade de produção e comércio (1865-1907), a utilização de vinhos mais baratos pelos exportadores, fez baixar as compras de vinhos no Douro e os respectivos preços<sup>8</sup>.

Tendo em conta a especificidade da cultura da vinha, dominante na agricultura do Alto Douro, com custos de produção elevados e fracos rendimentos, o esforço realizado no combate à filoxera e os grandes investimentos nas novas plantações, bem como a subida dos preços de consumo corrente e o aumento do custo de vida neste período, facilmente se compreende o agravamento das condições de conflitualidade social na

---

<sup>5</sup> De algumas centenas nas primeiras acções, em Março de 1907, o movimento de manifestantes nas reuniões semanais, aos domingos, sempre em locais diferentes, aumentaria em «bola de neve», até atingir as 600 mil pessoas, em Montpellier, a 9 de Junho. LACHIVER, 1988: 467-469.

<sup>6</sup> Nos confrontos entre a população e os soldados, a 19 e 20 de Junho, foram mortos 6 populares. LACHIVER, 1988: 471.

<sup>7</sup> PEREIRA, 1991: 153-161.

<sup>8</sup> MARTINS, 1990: 169.

região. Porém, tais condições de conflitualidade raramente se exprimiram em confrontos sociais, voltando-se antes contra os «inimigos» externos, catalizando as forças regionais contra as fraudes e falsificações supostamente feitas pelos exportadores de Gaia menos escrupulosos e contra a utilização de vinhos do Centro e do Sul do país nas lotações de vinhos do Porto. Desde os anos oitenta do século XIX, assistimos ao recrudescimento de um forte espírito regionalista. Formaram-se Comissões de Defesa do Douro. Surgiram diversos jornais regionais, assumindo-se, invariavelmente, como «órgãos de defesa dos interesses dos viticultores» ou da região. Multiplicaram-se os movimentos de influências e as reivindicações de medidas protectoras da viticultura regional, defendendo-se o regresso aos princípios da política pombalina.

No final da Monarquia, a «questão duriense» tornava-se uma das grandes questões nacionais, cuja resolução, no plano institucional, iria ser tentada através da legislação reguladora de 1907-1908<sup>9</sup>. A aplicação de tal legislação, porém, esteve longe de ser cumprida com rigor. Apesar de nomeada, a Comissão de Viticultura da Região Duriense, principal órgão de controlo e certificação, praticamente não funcionou até 1911. Como se pode ler no Relatório desta segunda Comissão, «o Douro inteiro queixava-se de que a lei não produzia os resultados que todos esperavam e dizia-se abertamente que na região e em Vila Nova de Gaia continuavam as fraudes em prejuízo do lavrador e em benefício do negociante»<sup>10</sup>. A situação era especialmente grave em relação aos vinhos do Porto consumidos no mercado nacional e em relação aos vinhos de mesa do Douro. Em qualquer dos casos, a concorrência desleal de vinhos do Sul, utilizando as marcas *Porto* e *Douro*, vendidos a preços mais baixos, acentuou as dificuldades de escoamento dos vinhos durienses<sup>11</sup>. Por outro lado, face à pressão dos viticultores do Sul e dos negociantes, o decreto de 27 de Junho de 1907 veio proibir a destilação de vinhos do Douro, obrigando os viticultores da região e os negociantes a beneficiar os mostos destinados a vinhos do Porto com aguardente do Sul<sup>12</sup>.

Ao nível económico e social, a situação dos viticultores do Douro não sofreu melhorias significativas. Nos finais da Monarquia e no início da República, a permanência de uma conjuntura comercial depressiva, com baixas exportações face às quantidades produzidas

---

<sup>9</sup> Decreto-lei de 10 de Maio de 1907 (regula a produção e comércio dos vinhos generosos do Douro, Madeira, Carcavelos e moscatel de Setúbal; estabelece o exclusivo da barra do Douro para a exportação de vinhos do Porto; demarca a região do Douro, produtora de vinhos do Porto, alargando-a até à fronteira), decreto de 16 de Maio de 1907 (regulamenta o decreto anterior); decreto de 27 de Junho de 1907 (regulamenta o comércio de aguardentes e alcoóis); decreto de 2 de Dezembro de 1907 (suspende por três anos a autorização de plantio de vinha em terrenos a menos de 50 m); lei de 18 de Setembro de 1908 (altera o decreto de 10 de Maio de 1907, reduzindo substancialmente a área demarcada do Douro, dado que estabelece a demarcação por freguesias e não por concelhos); decreto de 27 de Novembro de 1908 (regulamenta o comércio de vinhos do Porto).

<sup>10</sup> COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DURIENSE, 1917: 2-3.

<sup>11</sup> No caso do vinho do Porto, o Relatório da Comissão de Viticultura da Região Duriense, após explicitar as práticas correntes de fraude nos armazéns de Gaia, acusa: «O vinho generoso do sul fornece quasi a totalidade do consumo nacional, usurpando o nome de vinho do Porto», 1917: 18.

<sup>12</sup> Na prática, uma pipa de vinho do Porto (550 litros) passou, assim, a incluir cerca de 438 litros de mosto do Douro e 112 litros de aguardente do Sul (equivalente a cerca de 784 litros de vinhos do Sul destilados). Cf. MARTINS, 1990: 364.

e com preços baixos, contribuiu para acentuar a degradação das condições de vida na região e para fomentar o ambiente de revolta.

Nos primeiros meses de 1909, um repórter do jornal republicano *O Século*, descobria, numa série de crónicas, um cenário desolador de desemprego, fome e doença na região, contrapondo ao excesso de vinho por vender nas adegas e à depreciação do seu valor os preços elevados do pão, a usura e os salários baixos. Referia-se ainda, como indicadores da miséria, ao comércio parado nas principais cidades e vilas da região, à emigração em massa para o Brasil, ao roubo e à mendicidade. Como convinha à propaganda republicana, apontava o dedo aos governos monárquicos, responsáveis pela situação do Douro, «terras malditas», «um inferno tremendo, onde milhares de criaturas vivem na mais assombrosa indigência»<sup>13</sup>. Sentia-se, no Douro, um ambiente de «revolta latente». Nesse mesmo ano, em Alijó, os populares incendiaram o edifício da Fazenda e da Contadoria<sup>14</sup>.

### A agitação social no Douro em 1914

A situação social não melhorou com a República e agravou-se desde o início do ano fatídico de 1914, evoluindo para «uma forte agitação de protesto e de reclamações feitas em comícios públicos», com «acontecimentos tumultuários e ataques a armazéns»<sup>15</sup>.

Apesar de ter sido pouco abundante, a colheita de 1913 não se vendia ou vendia-se a preços muito baixos. Uma série de calamidades naturais que se abateram sobre as vinhas, como um ataque devastador de míldio e trovoadas violentas, veio comprometer a colheita seguinte, aumentando o desespero dos viticultores.

Neste contexto, as notícias, que circularam na imprensa diária, de representações de municipalidades de regiões vinhateiras do Sul, pedindo ao Governo a abertura excepcional das regiões demarcadas do Douro e do Dão aos seus vinhos, alegando que não havia aqui vinhos para consumo, dada a escassez da colheita de 1913, enquanto ali existiam vinhos em excesso, foi sentida no Douro como uma afronta, suscitando uma atitude firme de protesto por parte da Comissão de Viticultura regional e excitando, ainda mais, os ânimos populares<sup>16</sup>.

A 10 de Maio de 1914, realizou-se, na Régua, um imponente comício, organizado por iniciativa do Governador Civil de Vila Real, Joaquim Manso, que, face à disposição do governo de Bernardino Machado atender às reclamações durienses, procurava encontrar soluções concretas para a crise que agitava a região do Douro. O comício, que reuniu as municipalidades, sindicatos da região e inúmeras pessoas, foi, como seria de esperar, inconclusivo. Reclamava-se do Governo medidas de maior fiscalização sobre a entrada de vinhos do Sul no Douro e nos armazéns de Gaia e a adopção do princípio do exclusivo do fabrico do vinho generoso tipo *Porto* para a região duriense, já consagrado na legislação

<sup>13</sup> MENDES, 1909: 223.

<sup>14</sup> *Actualidades. O incêndio da Fazenda de Alijó*. «Ilustração Transmontana», Porto, 1909, p. 12.

<sup>15</sup> COMISSÃO..., 1917: 68.

<sup>16</sup> COMISSÃO..., 1917: 83-84.



de 1907-1908, acompanhado das alterações consideradas necessárias à regulamentação do comércio dos vinhos do Douro. Estava em causa a protecção efectiva e real da marca regional dos vinhos durienses contra a usurpação praticada pelos viticultores do Sul, levando Torcato de Magalhães a afirmar que «todas as (...) reclamações se baseiam em que, segundo a lei, se não pode exportar ou vender vinho do Porto que não seja fabricado com vinho da região demarcada do Douro»<sup>17</sup>. Na noite desse dia 10 de Maio, uma reunião das principais forças políticas e sociais da região (municipalidades, sindicatos e membros da Comissão de Viticultura) aprovou um conjunto de propostas a entregar ao governo por uma comissão especial (saída dessa reunião) encarregada de se deslocar a Lisboa. Exigia-se do governo o cumprimento da legislação de 1908 e a publicação das alterações regulamentares acordadas já com a Comissão de Viticultura em 1913. Reclamava-se a regulamentação do sector dos vinhos de mesa do Douro, «evitando que no mercado do Porto se vendessem como vinhos do Douro enormes quantidades de vinho que são de toda a parte menos do Douro». Pedia-se medidas de apoio aos viticultores cujas vinhas tinham sido gravemente afectadas pelo míldio e pelas trovoadas<sup>18</sup>.

Além das propostas referidas, a comissão de representantes do Douro solicitou a Bernardino Machado que o Governo conseguisse junto dos homólogos estrangeiros a repressão da fraude nesses mercados e, mais especificamente, que no tratado que ia ser celebrado com a Grã-Bretanha ficasse reservada a denominação de *Port wine* para os vinhos produzidos no Douro<sup>19</sup>. Bernardino Machado concordou com tudo. Sossegou a comissão, assegurando-lhe que no Tratado com a Inglaterra seria garantida a marca exclusiva dos vinhos durienses<sup>20</sup>. Nada, ou quase nada seria cumprido, o que revoltou ainda mais os viticultores do Douro.

O Tratado de Comércio entre Portugal e a Inglaterra, celebrado a 12 de Agosto de 1914, veio aumentar os argumentos da revolta: «o Governo estava feito com os do Sul». De facto, o texto do tratado, que visava acabar com a enorme concorrência que o vinho do Porto enfrentava no mercado britânico, face a falsificações e imitações estrangeiras, abria caminho às falsificações nacionais, usurpando a denominação de origem *Porto* em favor dos vinhos das outras regiões, abrangidos nessa designação uma vez entrados nas alfândegas inglesas<sup>21</sup>. No seu artigo 6.º estipulava: «O Governo de Sua Majestade Britânica obriga-se a recomendar ao Parlamento a proibição da importação e venda para consumo no Reino Unido de qualquer vinho ou outro licor ao qual a designação do Porto ou

<sup>17</sup> MAGALHÃES, 1914a: 1.

<sup>18</sup> COMISSÃO..., 1917: 69. Além destas propostas, foi ainda acordado defender a criação de uma «fiscalização privativa dos lavradores do Douro», por eles paga e destinada a controlar a aplicação da legislação reguladora do comércio dos vinhos do Porto. Tal proposta seria transformada em projecto de lei e apresentada ao Parlamento pelo deputado Vítor Macedo Pinto (simultaneamente, Presidente da Comissão de Viticultura da Região Duriense), tendo sido aprovado. No Senado, o mesmo projecto seria discutido por Carlos Richter (também membro da Comissão de Viticultura). Idem: 70-71.

<sup>19</sup> *O que o Douro pede*. «Cinco de Outubro», Régua, 23 de Maio de 1914, p. 1.

<sup>20</sup> *A questão duriense*. «Independente Regoense», Régua, 23 de Maio de 1914, p. 2.

<sup>21</sup> *Os nossos vinhos e o tratado de comercio com a Inglaterra*. «Século», Lisboa, 19 de Junho de 1915, p. 1.

Madeira seja aplicada, não sendo vinho produzido, respectivamente, em Portugal ou na Ilha da Madeira». Foi a gota de água... Ao considerar como vinho do Porto o vinho procedente de Portugal, e não da sua legítima e legal região de origem, o tratado desencadeou um forte movimento de contestação junto do Governo. Considerava-se que o referido artigo constituía um grave prejuízo para o Douro, ao mesmo tempo que significava um grande benefício para o Sul, que mais facilmente colocaria as suas imitações em Inglaterra<sup>22</sup>. Mobilizando todas as forças sociais e agentes económicos em defesa da denominação de origem do vinho do Porto e da sua região produtora, a reacção ao tratado uniu os sectores da produção e do comércio, o Douro e o Porto, ao mesmo tempo que aprofundou o antagonismo entre o Norte e o Sul<sup>23</sup>.

Assim, a Associação Comercial do Porto, representando os negociantes de vinhos do Porto, opôs-se, desde o início, ao tratado, reivindicando uma aclaração ao artigo 6.º. Reunida em Assembleia-Geral, em 16 de Outubro de 1914, decidiu telegrafar ao Presidente do Ministério, solicitando que no tratado com a Inglaterra fosse verdadeiramente salvaguardada a denominação de origem do vinho do Porto e sugerindo que se acrescentasse ao referido artigo a menção da «região do Douro» como sua região produtora<sup>24</sup>. Perante uma resposta ministerial negativa, insistiu nas reclamações, através da troca de notas e telegramas e da realização de diversas entrevistas com o Governo<sup>25</sup>.

A partir de Novembro de 1914, momento em que o Tratado foi aprovado na Câmara dos Comuns, em Inglaterra, intensificaram-se as iniciativas pela aclaração do artigo 6º, quer da Associação Comercial do Porto quer da Região Demarcada do Douro<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> Estavam em confronto os interesses dos viticultores/exportadores do Sul – que produziam já grandes quantidades para exportar para Inglaterra –, com grande influência política, e os interesses dos viticultores do Douro e exportadores do Porto.

<sup>23</sup> Face às manifestações desenvolvidas pelo comércio exportador de vinhos do Porto e pela viticultura duriense, os viticultores e exportadores do Sul pressionaram os poderes públicos, defendendo que o Tratado era favorável não só ao Douro mas a todo o país, pois todos os vinhos nacionais passariam a poder ser consumidos em Inglaterra. Deste modo, interessava-lhes manter a designação genérica «de Portugal» constante do artigo 6.º, que lhes permitia introduzir os seus vinhos licorosos tipo «Porto» em Inglaterra. Os seus interesses eram defendidos através da imprensa (com particular destaque para *O Século*), mas também pela Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, que exigiu ao Governo a imediata ratificação do Tratado (Cf. *Cartas da aldeia*. “A Tribuna”, Lamego, 5 de Março de 1916, p. 2).

<sup>24</sup> No mesmo sentido se manifestava uma representação enviada ao Presidente do Conselho de Ministros por 22 casas inglesas exportadoras de vinho do Porto, lamentando que no Tratado não tivesse sido garantido o exclusivo da marca *Porto* para o vinho exportado pela barra do Douro. Insistindo que a doutrina subjacente ao tratado estava em flagrante contradição com a legislação portuguesa, que estabelece como vinho do Porto o produzido na Região Demarcada do Douro, com graduação superior a 16,5º e exportado pela barra do Porto, solicitavam que fossem envidados todos os esforços no sentido de ser reposta a legalidade, obtendo para os vinhos do Douro o uso exclusivo da marca no Tratado Luso-Britânico (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Representação feita por 22 casas inglesas ao Presidente do Conselho*, s/d).

<sup>25</sup> Com o mesmo objectivo, a acção da Associação Comercial do Porto estendia-se até Inglaterra, através de contactos institucionais com a Câmara de Comércio Anglo-Português.

<sup>26</sup> António da Silva Cunha, Presidente da Associação Comercial do Porto, respondendo a uma proposta de Torcato de Magalhães para se organizar uma acção conjunta, defendia que a lavoura e o comércio deviam reclamar separadamente, embora com uma acção combinada. O objectivo era que as duas classes fizessem chegar representações aos Deputados e ao Senado logo que abrissem os trabalhos parlamentares (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Carta de António da Silva Cunha para Torcato de Magalhães*, 30 de Novembro de 1914).

Novamente reunida, em 13 de Novembro, a Associação Comercial, deliberou contactar as câmaras municipais da Região do Douro para que estas, secundando e reforçando os seus esforços, enviassem representações ao Congresso no sentido de se conseguir a alteração da doutrina consignada no artigo 6.º, de modo a salvaguardar os interesses do Douro como exclusiva região produtora de vinho do Porto<sup>27</sup>.

Uma representação enviada pela Câmara Municipal de Sabrosa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros contestava a letra do Tratado, considerando que a doutrina consignada no artigo 6.º punha em perigo a denominação de origem. O poder central, através de ofício da Direcção Geral da Administração Política e Civil (do Ministério do Interior), contestou tal posição, declarando que o artigo em causa se destinava a combater as falsificações estrangeiras no mercado britânico, em nada alterando a legislação interna que assegurava a marca *Porto*<sup>28</sup>. Esta posição do Governo não sossegou o Douro. Antes pelo contrário. Considerava-se, na região, que o Governo pretendia defender, com o Tratado, os interesses das regiões vinhateiras do Sul e respectivas falsificações. O artigo 6.º era visto como uma forma de contrariar e revogar toda a legislação de defesa da marca, tão duramente conquistada. Por isso, a posição dos representantes dos viticultores do Douro mostrou-se inflexível. Era preciso alterar o artigo 6º do Tratado. A 29 de Novembro realizou-se uma reunião entre a Comissão de Viticultura da Região Duriense, as câmaras municipais de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Alijó, Vila Flor, Freixo, Foz Côa, Meda, Armamar, Valpaços e os sindicatos agrícolas de Alijó, Sabrosa, Vila Flor e Freixo de Espada à Cinta. Torcato de Magalhães, Presidente da Câmara de Alijó, sugeriu que se enviassem representações ao Governo e ao Parlamento, solicitando a alteração da redacção do artigo 6.º, de forma a salvaguardar a denominação de origem, propondo, à semelhança do que havia feito a Associação Comercial do Porto, a introdução de uma referência à Região Demarcada do Douro como única produtora de vinho do Porto<sup>29</sup>.

### Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego»

*1ª fase (Dezembro de 1914 - Janeiro de 1915): a «missão de Alijó» e a aprovação no Parlamento da aclaração ao art. 6.º:*

<sup>27</sup> Além das vias diplomáticas, tanto o Douro como o Porto utilizaram a imprensa como forma de reivindicação e pressão, o que se mostrou de grande eficácia. Permitimo-nos destacar, do grupo de personalidades durienses, Amândio Silva, com diversos artigos publicados no jornal *Liberdade*, denunciando a influência da viticultura do Sul e do comércio londrino na redacção do Tratado e insinuando que o principal objectivo era derrogar a lei do Douro (exclusivo da marca), havendo já inúmeras reclamações de câmaras municipais ao Governo a pedir a abolição da proibição de entrada de vinhos do Sul em determinadas regiões. À semelhança de outros autores, incitava à organização de um movimento de protesto por parte da lavoura duriense.

<sup>28</sup> Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Ofício da Direcção Geral da Administração Política e Civil*, 21 de Novembro de 1914.

<sup>29</sup> Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Proposta de representação apresentada na reunião em Peso da Régua*, 29 de Novembro de 1914.

Em Dezembro de 1914, face às hesitações do Governo em dar resposta satisfatória às reivindicações durienses, Torcato de Magalhães iniciou a chamada «missão de Alijó», percorrendo os vários concelhos da região, para mobilizar todas as municipalidades e demais corporações durienses contra o artigo 6.º do Tratado luso-britânico, o «artigo burla do Governo Bernardino»<sup>30</sup>.

Inicialmente formada por Torcato de Magalhães, Serafim de Barros, António Cândido Barbosa e António Augusto Regueiro, outras personalidades se foram juntando ao movimento: Joaquim de Almeida Carvalhais, Amâncio de Queirós, Artur Pinto Ribeiro, entre outros.

Nesta primeira fase, a «missão de Alijó» conferenciou com as câmaras de Sabrosa, Vila Real, Santa Marta, Mesão Frio, Lamego, Tabuaço, S. João da Pesqueira e respectivos sindicatos agrícolas e associações comerciais, reunindo, já em Janeiro de 1915, com representantes da Comissão de Viticultura Duriense, presidida por Vítor Macedo Pinto<sup>31</sup>, e da Câmara de Peso da Régua<sup>32</sup>. Destacamos a reunião ocorrida na Câmara de Lamego. Torcato de Magalhães apresentou um memorando, onde se demonstrava o perigo que a redacção do artigo 6.º, «ofensiva dos legítimos direitos e interesses da região do Douro, única produtora do vinho do Porto»<sup>33</sup>, constituía para o Douro. Por isso, os durienses deviam reivindicar que o Tratado não fosse aprovado sem uma aclaração ao referido artigo, de modo a considerar como vinho do Porto apenas o produzido na região do Douro e exportado pela barra do Porto. Resolveu-se que o memorando fosse impresso pela Câmara de Lamego e enviado, em nome das municipalidades da região, aos deputados, senadores<sup>34</sup> e demais interessados<sup>35</sup>.

Em quatro dias de campanha, formou-se, no Douro, um intenso movimento, essencialmente institucional, multiplicando-se os telegramas de protesto enviados ao Governo contra o artigo 6.º<sup>36</sup>, «anunciando o perigo de uma revolta»<sup>37</sup>. A força do movimento duriense e de todo o sector do vinho do Porto obrigou o Governo a assumir

<sup>30</sup> *Para a História*. “A Defesa do Douro”, Régua, 1 de Janeiro de 1928, p. 1.

<sup>31</sup> E integrando, como vogais da Comissão Executiva, Antão Fernandes de Carvalho, Carlos Richter, António Cândido Pires de Vasconcelos e António Fernandes Mona.

<sup>32</sup> Outras organizações, representativas do comércio, como, por exemplo, a *Port Wine Shippers Association*, prestariam o seu apoio à «missão de Alijó» contribuindo para a formação de um movimento de conjunto, integrado por órgãos do comércio e da viticultura. Esta instituição, em particular, insistiu com o ministro britânico dos Estrangeiros sobre a necessidade de se definir como vinho do Porto o vinho generoso produzido no Douro e exportado pela barra do Porto (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Carta de Taylor, Fladgate & Yeatman, para Torcato de Magalhães*, 2 de Fevereiro de 1915).

<sup>33</sup> MAGALHÃES, 1914b: 5.

<sup>34</sup> Na tentativa de estabelecer uma teia de influências junto dos representantes regionais e do Porto, até porque a Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados emitira parecer – n.º 365, de 14 de Dezembro de 1914 – em que se manifestava a favor da redacção inicial do artigo 6.º, contra as pretensões do Douro.

<sup>35</sup> O memorando foi enviado a todos os deputados, senadores, Associação Comercial do Porto, câmaras e associações comerciais da Região Demarcada do Douro.

<sup>36</sup> Solicitavam também que o Tratado não fosse posto à discussão ou aprovado sem que os representantes do Porto e do Douro tivessem oportunidade de reunir com elementos do Parlamento para pedir a aclaração. Idêntico pedido seria formulado pela Associação Comercial do Porto.

<sup>37</sup> MAGALHÃES, 1925: 1.

medidas imediatas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Soares) convocou a Câmara de Alijó e diversos parlamentares afectos à causa do Douro (entre os quais, os senadores Antão de Carvalho e Carlos Richter, ambos membros da Comissão de Viticultura da Região Duriense) para uma reunião, realizada a 4 de Janeiro<sup>38</sup>, decidindo-se, finalmente, elaborar a aclaração reivindicada pelos durienses e pelo sector do vinho do Porto<sup>39</sup>. Em poucos dias, o referido aditamento seria elaborado<sup>40</sup> e aprovado pela Câmara dos Deputados (a 8 de Janeiro), conjuntamente com a aprovação da ratificação do Tratado<sup>41</sup>.

*2ª fase (Janeiro-Junho de 1915): a instabilidade governativa e o impasse na assunção oficial da aclaração:*

Fechava-se um primeiro ciclo. Era ainda necessário conseguir que a aclaração votada pelo Parlamento português fosse incluída no texto da ratificação do Tratado. Nesse sentido, multiplicaram-se as trocas de telegramas e ofícios, com o Governo mas também com a Associação Comercial do Porto e outras instituições regionais. Sucederam-se, igualmente, reuniões com essas entidades e ainda com deputados e senadores. Procurava garantir-se que o mercado britânico respeitasse a denominação de origem do vinho do Porto, solicitando-se a troca de notas diplomáticas entre os dois países para que a aclaração ao Tratado ficasse oficialmente consignada. Mais uma vez, a Associação Comercial do Porto desempenhou um papel-chave, em sintonia com o movimento duriense<sup>42</sup>.

As vicissitudes da situação política em Portugal e na Europa tornaram particularmente difícil e incerta esta segunda fase do combate regional em defesa da denominação de origem «Porto». O alastrar da guerra na Europa reflectia-se na carestia dos géneros de primeira necessidade, em especial o pão e o carvão, desencadeando tumultos populares, em várias cidades, com assaltos às padarias. Paralelamente, a instabilidade governativa,

<sup>38</sup> A ida a Lisboa foi precedida de reuniões com a Associação Comercial do Porto, nas quais se concluiu que a única hipótese viável era conseguir introduzir um aditamento, declarando o que era, em termos legais, vinho do Porto, que deveria ser reconhecido pela diplomacia inglesa. (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama para António Regueiro*, 3 de Janeiro de 1915). Paralelamente, enquanto acertavam com a Associação Comercial do Porto a forma de se manifestarem junto do Governo, outras comissões trabalhavam no Douro para o mesmo fim (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *ibidem*).

<sup>39</sup> O aditamento foi conseguido por acordo entre os exportadores ingleses, a Associação Comercial do Porto, Sousa Júnior, Bernardo Lucas, Serafim de Barros, Torcato de Magalhães e Afonso Costa. Ficou, ainda, decidido que o Governo deveria encetar a troca de notas diplomáticas com a Inglaterra (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama para a Câmara Municipal de Alijó*, 4 de Janeiro de 1915).

<sup>40</sup> Redigido pelo deputado por Vila Nova de Gaia, Bernardo Lucas.

<sup>41</sup> Lei n.º 298, de 23 de Janeiro de 1915, que aprovou para ser ratificado o Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, esclarecendo quanto ao artigo 6.º que, de acordo com a legislação nacional, o vinho português a que competia a designação de «Porto» era unicamente o vinho generoso produzido na região do Douro, demarcada por lei, e exportado pela barra do Porto.

<sup>42</sup> Assistiremos a uma troca de telegramas entre a «missão de Alijó» e a Associação Comercial do Porto, em que ressalta a uniformidade de pontos de vista e de actuação (cf., por exemplo, Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama do vice-presidente da Associação Comercial do Porto para Torcato de Magalhães*, 6 de Junho de 1915).

que se evidenciara em 1914, acentuou-se nesse primeiro semestre de 1915, com a agitação militar que desembocou no «movimento das espadas» (21 de Janeiro), levando à demissão do Governo e à formação do ministério chefiado pelo general Pimenta de Castro (25 de Janeiro), de pendor ditatorial. Visando afastar da esfera do poder, os republicanos «democráticos», Pimenta de Castro radicalizou, ainda mais, a vida política, demitindo em massa os militares «democráticos», impedindo os deputados «democráticos» de entrar no Parlamento, dissolvendo câmaras municipais afectas ao Partido Democrático (entre as quais as de Lisboa e Porto) e substituindo-as por comissões administrativas da sua confiança. O resultado foi o recrudescer de acções de rua, de propaganda republicana «democrática», que culminariam no movimento revolucionário de 14 de Maio que derrubou o governo de Pimenta de Castro, substituindo-o por um governo «democrático». O Presidente da República, Manuel de Arriaga, acabaria por resignar (26 de Maio), sendo proclamado Presidente Teófilo Braga.

Neste contexto, percebe-se que as reivindicações durienses tardassem a ser plenamente atendidas. Chegou mesmo a constar que o Tratado ia ser ratificado sem a aclaração. Desde Março, sucediam-se no Douro, a cada passo, manifestações, comícios e tumultos, por vezes com acções violentas, como aconteceu a 12 de Março, em que centenas de populares invadiram a estação de caminho-de-ferro da Régua e destruíram pipas de vinho originárias do Bombarral. Os movimentos de protesto ganhavam novo fôlego a partir do início de Junho. Os notáveis locais aproveitaram o período de campanha para as eleições legislativas de 13 de Junho para comprometer as forças partidárias envolvidas. A «missão de Alijó» pôs-se novamente em campo, apelando à abstenção eleitoral do Douro<sup>43</sup>. Moveram-se influências, conseguiram-se promessas de ajuda a troco de votos. E parece ter surtido efeito. Nuno Simões, Governador Civil de Vila Real, convocou Torcato de Magalhães e Serafim de Barros para lhes comunicar que Afonso Costa declarara que logo que reunisse o Parlamento, ele próprio apresentaria uma emenda ao artigo 6.<sup>º</sup><sup>44</sup>. O movimento foi suspenso, aguardando-se pelo cumprimento das promessas eleitorais.

<sup>43</sup> Também Antão de Carvalho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Régua, procurava exercer pressão sobre os poderes públicos. Na sequência de um comício realizado a 9 de Junho de 1915, em que foi mandatado para o efeito, enviou cartas a todas as câmaras, sindicatos e vogais da Comissão de Viticultura Duriense, estabelecendo um prazo para as reivindicações regionais serem atendidas, findo o qual todas as câmaras, administradores do concelho e juntas da paróquia, entretanto encerradas, se demitiriam (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Carta-circular de Antão de Carvalho*, 9 de Junho de 1915). O protesto, acompanhado de levantamentos populares em várias localidades e ameaça de abstenção eleitoral em Sabrosa, iria ser suspenso nas vésperas das eleições, em função da promessa do Presidente do Ministério de que o Tratado não seria ratificado sem que se respeitassem as pretensões durienses.

<sup>44</sup> Afonso Costa afirmava ter já intervindo e prometia continuar a fazê-lo no Parlamento para a concretização das reivindicações regionais, defendendo o Douro contra a concorrência dos outros vinhos licorosos, contando com o apoio ao Partido Democrático. Em telegrama de 7 de Junho de 1915 para Torcato de Magalhães, referia que o próximo Governo envidaria esforços para que a Inglaterra aceitasse a aclaração, prometendo ele próprio, em qualquer dos casos, manter os direitos do Douro já consignados por lei. Teixeira de Sousa, figura-chave pela teia de influências a nível político que desenvolveu (junto, por exemplo, de Afonso Costa e de Nuno Simões), na véspera das eleições, enviou uma carta a Torcato de Magalhães em que reafirmava a posição de Afonso Costa (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Carta de Teixeira de Sousa para Torcato de Magalhães*, 12 de Junho de 1915). Verificava-se, pois, a tentativa de influenciar os resultados eleitorais, em função dos benefícios para a causa duriense. E, de facto, o Partido Democrático ganharia as eleições em todos os círculos eleitorais de Vila Real, à excepção de Sabrosa (MARQUES, 1978: 611).

*3ª fase (Julho de 1915): o recuo dos «democráticos» e a revolta duriense:*

No entanto, quando a Câmara dos Deputados voltou a discutir a questão, entre 6 e 8 de Julho, o compromisso assumido em período eleitoral não foi respeitado pelo Partido Democrático. Cedendo maioritariamente aos interesses da viticultura do Sul, o Parlamento acabaria por votar contra a aclaração ao artigo 6.º, contrariando a resolução parlamentar de Janeiro de 1915, atitude criticada na imprensa<sup>45</sup>.

Mas o Douro, através dos seus órgãos representativos, e também o comércio do Porto, estavam decididos a não aceitar aquela decisão. Multiplicaram-se, de novo, as acções de pressão e de protesto institucionais, a par de uma vaga de agitação popular. Sucediavam-se as reuniões entre a Comissão de Viticultura Duriense (representada por Antão de Carvalho e Vítor Macedo Pinto) e deputados pelo Porto<sup>46</sup>, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como com o presidente da Associação Comercial do Porto e o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto. Todos reconheciam a necessidade de medidas que garantissem a genuinidade dos vinhos durienses e da respectiva marca. Simultaneamente, ocorriam, nos principais concelhos do Douro, comícios, manifestações e tumultos populares.

A 10 de Julho realizou-se, na Câmara Municipal do Porto, uma reunião em que participaram várias câmaras do Douro, Associações Comerciais do Norte, vereadores da Câmara Municipal do Porto, lavradores durienses, etc.<sup>47</sup>. Foi nomeada uma comissão, liderada por Antão de Carvalho, para se deslocar a Lisboa para negociar com o Governo, pedindo-se a todas as câmaras que se fizessem representar, e que, à semelhança do movimento de Junho, os serviços administrativos, agrícolas e indústrias fossem suspensos em todos os concelhos, devendo tal situação ser comunicada por telegrama ao Governo, pressionando-o a atender as reclamações durienses<sup>48</sup>. A Comissão, recebida pelos presidentes do Governo e das câmaras legislativas, conseguiria a elaboração de uma proposta de lei em que ficaram garantidos os interesses da região do Douro.

Quando a notícia do êxito das negociações com o Governo chegou ao Douro já a agitação popular tinha atingido, tragicamente, o seu clímax. Desde Junho, sucediam-se manifestações e tumultos em várias localidades<sup>49</sup>. Em Julho, os acontecimentos assumiram

<sup>45</sup> *Em volta de um tratado*. "A Fraternidade", Lamego, 10 de Julho de 1915, p. 1.

<sup>46</sup> Verificava-se uma grande divisão no Parlamento entre os que defendiam a aclaração, os que defendiam que competia apenas à legislação nacional a defesa da marca e os que consideravam que os interesses do país estavam protegidos desde que o vinho do Porto não sofresse a concorrência dos vinhos licorosos estrangeiros. Procurando alargar a rede de influências, os deputados durienses obtiveram acordo com os deputados pelo Porto, passando a constituir uma frente comum na defesa dos interesses regionais.

<sup>47</sup> *A questão do Douro. Uma reunião importante*. "O Comércio do Porto", Porto, 11 de Julho de 1915, p. 2.

<sup>48</sup> Como aconteceu em Murça, Moncorvo, Pinhão, Freixo de Espada à Cinta, Provesende, Mesão Frio, Alijó, S. João da Pesqueira e Sabrosa.

<sup>49</sup> Surgiram notícias de manifestações em Tabuaço, Pinhão, Sabrosa, Mesão Frio e Alijó, motivadas pelo boato de que o Tratado havia sido aprovado sem a aclaração pretendida. Cf. *A questão do Douro. O tratado com a Inglaterra*. "O Comércio do Porto", Porto, 8 de Junho de 1915, p. 2. e *A Questão do Douro e Interior. Taboaço, 10*. "O Comércio do Porto", Porto, 12 de Junho de 1915, p. 2. Apelando à manutenção da ordem pública, e na tentativa de acalmar os ânimos, Nuno Simões, Governador Civil de Vila Real, informava, por telegrama endereçado a Torcato de Magalhães, que recebera

proporções mais graves, aumentando a exaltação popular com a falta de atenção do Governo e o não cumprimento das promessas eleitorais. Em várias localidades (Régua, Santa Marta de Penaguião, Carrazeda de Ansiães e Armamar), os tumultos adquiriram características de verdadeiro motim (com o incendiar das Conservatórias e Repartições de Finanças e a destruição de cascos com aguardente do Sul<sup>50</sup>). Em vão tentaria o Governador Civil de Vila Real travar a revolta popular com o envio de forças militares<sup>51</sup>.

### *O «motim de Lamego»:*

Foi neste contexto de grande exaltação que se desencadeou o «motim de Lamego». A 20 de Julho de 1915, o povo das aldeias de Cambres, Valdigem, Sande e Figueira, formando uma «marcha da fome» de cerca de cinco mil pessoas, dirigiu-se à cidade de Lamego, manifestando-se em frente ao edifício da Câmara. No momento em que a comissão de representantes se encontrava a conferenciar com a Comissão Executiva da Câmara de Lamego ocorreu a tragédia. De acordo com os relatos dos jornais<sup>52</sup>, tudo corria pacificamente quando, de repente, a população foi atacada com bombas, caindo, mortos ou feridos, vários manifestantes e debandando a maioria. Com a população em fuga, mais nove pessoas seriam atingidas, mortalmente, pelas costas, por tiros disparados das janelas traseiras da câmara<sup>53</sup>. O balanço trágico do motim de Lamego somou doze mortos e vinte feridos.

As entidades oficiais, a começar pela Câmara Municipal de Lamego, procuraram atribuir as culpas do sucedido aos manifestantes, posição adoptada também por parte da imprensa de Lamego, afectada ao Partido Democrático<sup>54</sup>. O povo era acusado de ter provocado as forças militares, com desacatos. Por outro lado, conferindo um carácter

---

garantias do Presidente do Ministério e do Ministro do Interior de que o Governo cumpriria fielmente o que ficou consignado na lei n.º 298, considerando a aclaração na ratificação do tratado (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegramas de Nuno Simões para Torcato de Magalhães*, 6 e 8 de Junho de 1915).

<sup>50</sup> Cf. *A questão duriense e As reclamações do Douro*. “O Comércio do Porto”, Porto, 18 de Julho de 1915, p. 3 e p. 5 e *A questão do Douro*. “O Comércio do Porto”, Porto, 20 de Julho de 1915, p. 1.

<sup>51</sup> Nuno Simões justificou-se perante Torcato de Magalhães, afirmando que o envio de forças militares, não significava calar as justas reclamações do Douro mas apenas evitar o alastrar da exaltação, com idênticos resultados, a outras localidades. Segundo o Governador Civil de Vila Real, a população deveria manter a calma e confiar na acção do Governo, tanto mais que a comissão delegada da reunião no Porto, presente em Lisboa, enviara um telegrama informando que o poder central mostrava boa vontade em colaborar com a causa do Douro (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama de Nuno Simões para Torcato de Magalhães*, 18 de Julho de 1915).

<sup>52</sup> *O dia 20 de Julho de 1915. Lamentáveis acontecimentos em Lamego*. “A Fraternidade”, Lamego, 24 de Julho de 1915, p. 1.

<sup>53</sup> Factos comprovados pelo exame pericial das vítimas, segundo relato de Porfírio Rebelo no Parlamento. Cf. *A tragédia de Lamego no Parlamento*. “A Defesa do Douro”, Peso da Régua, 26 de Julho de 1925, p. 3. O senador Porfírio Rebelo abordou o caso na sessão parlamentar de 30 de Julho de 1915, exigindo um inquérito rigoroso para apurar culpados, não admitindo que fosse culpado o povo, nem que este fosse armado; por sua vez, o Ministro do Interior afirmou ter sido sua a ideia de mandar as forças policiais, do que não se arrependia.

<sup>54</sup> *A questão do Douro. Os acontecimentos de Lamego*. “A Tribuna”, Lamego, 25 de Julho de 1915, p. 1; *Os acontecimentos de 20 de Julho em Lamego. Responsabilidades*. “A Tribuna”, Lamego, 29 de Agosto de 1915, p. 1.



político aos acontecimentos, afirmava-se que os manifestantes se deixaram aliciar por elementos monárquicos, que pretendiam derrubar a República<sup>55</sup>.

A Câmara de Lamego, com maioria do Partido Democrático, ilibava-se de qualquer responsabilidade, directa ou indirecta, repudiando as acusações de ter dado ordens para atirar, ou mesmo de fornecer, as bombas explosivas<sup>56</sup>, atribuindo as culpas ao tom desordeiro da turba e aos organizadores da manifestação. Esta posição foi assumida em reunião camarária de 22 de Julho de 1915, em que se considerou ter sido a população irrequieta a responsável pelos acontecimentos, acusando-a de vir armada de armas de fogo e de semear a desordem e o caos na cidade<sup>57</sup>.

Esta versão dos acontecimentos viria a ser plenamente partilhada pelo juiz do Moga-douro, António Sérgio Carneiro, encarregado, por portaria de 10 de Agosto de 1915, de abrir inquérito para averiguar responsabilidades. Corroborou a posição assumida pela Câmara de Lamego, mas foi mais longe, afirmando que já constava no dia anterior que o povo de Cambres, Valdigem, Sande e Figueira iria à cidade, com o intuito de repetir os acontecimentos de Armamar e da Régua. Concluiu que os populares, trazendo armas brancas e de fogo, vinham não para um protesto ordeiro mas para se apossarem da cidade, causando distúrbios e provocando as forças policiais ao forçarem a entrada no edifícios dos Paços do Concelho para o incendiar.

A versão oficial dos acontecimentos sobrevalorizou a questão política, insistindo que a população amotinada, supostamente liderada por elementos monárquicos, pretendia atacar a Republica. As conclusões do relatório do inquérito, ilibando quer a Câmara, quer a Guarda, responsabilizavam o povo pelas mortes verificadas<sup>58</sup>, acusando-o de ter provocado e agredido a força militar e os elementos republicanos civis<sup>59</sup>.

Porém, a percepção regional do «motim de Lamego» foi bem diferente. A acção popular foi mitificada como gesto heróico em defesa dos interesses da região e os mortos considerados «mártires» da causa que unira os durienses em luta.

Multiplicaram-se as colectas de solidariedade e apoio às famílias das vítimas. Várias edilidades, a começar por Alijó, deliberaram, em sessão camarária, um voto de pesar pelo sucedido, protestando contra os abusos da manutenção da ordem pública que

<sup>55</sup> Apontava no mesmo sentido o telegrama de Nuno Simões para o Administrador do Concelho de Alijó, levantando a suspeita de haver intervenção propositada de elementos monárquicos na agitação verificada no Douro, pedindo vigilância e comunicação de todos os factos suspeitos, de modo a defender a Republica (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama de Nuno Simões para o Administrador do Concelho de Alijó*, 17 de Julho de 1915).

<sup>56</sup> *Câmara Municipal de Lamego. Senado*. "A Tribuna", Lamego, 22 de Agosto de 1915, p. 1-2.

<sup>57</sup> Um dos vereadores, Joaquim Monteiro da Fonseca, propôs que a Câmara abrisse uma subscrição para socorrer as vítimas, mas, perante a rejeição unânime, declarou não mais voltar às sessões (Cf. *O dia 20 de Julho de 1915. Lamentáveis acontecimentos*. "A Fraternidade". Lamego, 24 de Julho de 1915, p. 1).

<sup>58</sup> *Relatório dos acontecimentos de Lamego, do dia 20 de Julho de 1915, pelo juiz de direito da comarca do Moga-douro, sr. dr. António Sérgio Carneiro*. "A Tribuna", Lamego, 6 de Fevereiro de 1916 e seguintes.

<sup>59</sup> Segundo o Relatório, os soldados e os republicanos civis, presentes nas varandas da Câmara, arremessaram bombas explosivas, em legítima defesa, ao serem atacados a tiro e à bomba pelos manifestantes, exercendo importante acção de protecção do edifício da Câmara e da República. Estranhamente, não há notícias de feridos graves entre os militares e os republicanos civis que defendiam a Câmara.

vitimaram tantas pessoas. Numa reunião realizada a 21 de Agosto, em que participaram representantes de vários sindicatos agrícolas, de câmaras municipais e da Comissão de Viticultura da Região Duriense, foi aprovada, por aclamação, uma moção apresentada por Torcato de Magalhães, em que se considerava a brutalidade do ataque das forças policiais no «motim de Lamego» como um «atentado contra as legítimas reclamações que então e agora o Douro vem fazendo colectivamente»<sup>60</sup>. Foi aprovado um voto de pesar e as câmaras assumiram a obrigação de abrir subscrições públicas para socorro das famílias das vítimas, encarregando-se a Comissão de Viticultura de dirigir um apelo ao comércio e imprensa do Porto no mesmo sentido. Decidiu-se, ainda, perpetuar a memória dos mortos e feridos em quadros impressos, que deveriam ser expostos nas salas de sessões das câmaras, bem como a colocação de uma lápide evocativa, em sítio ainda a escolher, na região.

Na memória regional, os «mártires de Lamego» seriam recordados como os responsáveis pelo êxito do movimento duriense em defesa da denominação de origem e da sua consagração no tratado luso-britânico. De facto, escrevia-se, na semana seguinte, no jornal *A Fraternidade*, de Lamego: «foi preciso chegar-se a esse extremo e ainda de selar com sangue a declaração só agora arrancada ao governo, de que, finalmente, depois de tão duras provas da sua justiça, o Douro irá ser atendido na pretensão que ninguém poderá nunca contestar-lhe!»<sup>61</sup>. Ao completar dez anos do fatídico acontecimento, em número especial do jornal *A Defesa do Douro*, em que colaboraram Júlio Vilela (testemunha dos acontecimentos), Amílcar de Sousa, Antão de Carvalho, Amâncio de Queirós, Torcato de Magalhães, Nuno Simões, Augusto Regueiro e Porfírio Teixeira Rebelo e outros, considerava-se que foi pelo «sangue vertido nesse dia, alarmando os governantes»<sup>62</sup> que foram atendidas as reclamações durienses: «a causa triunfou e foram eles os vencedores»<sup>63</sup>.

Na verdade, como já referimos, o Governo parece ter cedido às reclamações durienses ainda antes do desfecho do «motim», aceitando os argumentos da comissão de representantes da região, chefiada por Antão de Carvalho. O projecto, apresentado pelo Governo, logo no dia 21 de Julho, proibia a exportação para Inglaterra de todos os vinhos licorosos excepto os de Porto, Carcavelos, Moscatel e Setúbal<sup>64</sup>. Era uma solução transitória que deveria vigorar até que na legislação inglesa fossem adoptados os princípios consignados na lei n.º 298, de forma permanente. No entanto, também este projecto não vingou, mais uma vez por influência dos deputados do Sul, como denunciou, então, Antão de Carvalho, solicitando a solidariedade das câmaras durienses através do envio

<sup>60</sup> Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Cópia da moção aprovada na reunião de 21 de Agosto de 1915*.

<sup>61</sup> *Selo de sangue!* "A Fraternidade", Lamego, 24 de Julho de 1915, p. 1.

<sup>62</sup> VILELA, 1925: 1.

<sup>63</sup> CARVALHO, 1925: 2.

<sup>64</sup> Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama de Antão de Carvalho para o Administrador do Concelho de Alijó*, 21 de Julho de 1915. Cf., também, *A questão do Douro. Os acontecimentos de Lamego*. "A Tribuna", Lamego, 25 de Julho de 1915, p. 1. Seguindo os relatos da imprensa portuense, este projecto teria por base um esboço apresentado por Antão de Carvalho no ministério dos Negócios Estrangeiros (*A questão do Douro*. "O Comércio do Porto", Porto, 20 de Julho de 1915, p. 1).

de telegramas ao Parlamento<sup>65</sup>. Dias mais tarde, o projecto era votado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, tendo perdido com cinco votos contra e quatro a favor. Antão de Carvalho não se mostrou surpreendido, uma vez que a comissão era constituída na sua maioria por deputados do Sul<sup>66</sup>.

Seria preciso esperar ainda quase um ano para que esta questão ficasse, finalmente, encerrada. Só em 20 de Maio de 1916, com a aceitação pelo governo britânico, seria anexada uma adenda ao Tratado, estabelecendo que «a designação de «Porto» atribuída a vinho produzido em Portugal e importado pelo Reino Unido, será considerada falsa, para os efeitos consignados no artigo VI do mesmo Tratado, se esse vinho não for acompanhado de um certificado passado pelas autoridades portuguesas competentes, garantindo que, nos termos da lei portuguesa, lhe pertencia a referida designação»<sup>67</sup>.

### Conclusão

As movimentações sociais na região do Douro, em 1914-1915, que culminaram no «domingo sangrento» de 20 de Julho, em Lamego, inscrevem-se no ambiente geral de crise e revolta que, desde finais do século XIX, se vivia nas principais regiões vitícolas europeias. À devastação das vinhas pela filoxera juntava-se a crise comercial dos vinhos, com o aumento da concorrência internacional, as dificuldades crescentes de escoamento das colheitas, o abaixamento dos preços à produção, o endividamento dos viticultores, o desemprego e a baixa dos salários reais dos jornaleiros, o espectro da miséria e da fome. As regiões vitícolas históricas enfrentavam os efeitos da concorrência não só de novas e mais produtivas zonas vinhateiras, mas, sobretudo, de imitações e falsificações que

<sup>65</sup> Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Telegrama de Antão de Carvalho para o Administrador do Concelho de Alijó*, 26 de Julho de 1915. Também Teixeira de Sousa denunciava, em carta para Torcato de Magalhães, as movimentações do Sul, informando que o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Soares) apoiava a causa do Douro mas que o Governo não dispunha de força suficiente para se impor (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Carta de Teixeira de Sousa para Torcato de Magalhães*, 21 de Julho de 1915).

<sup>66</sup> Em consequência, continuaram em Agosto diversas acções de influência de personalidades regionais junto do Governo, para que a ratificação do Tratado fosse feita nos termos reclamados pelo Douro.

<sup>67</sup> *O Douro triunfou!* "A Tribuna", Lamego, 28 de Maio de 1916, p. 1. Torcato de Magalhães sugeriu às diversas Câmaras que realizassem uma sessão extraordinária com o objectivo de agradecer e solenizar a vitória do Douro, lembrando a necessidade de se enviar telegramas de agradecimento para Lisboa. Paralelamente, e respondendo a uma sugestão de Teixeira de Sousa, desenvolveu algumas iniciativas no sentido de homenagear, em «nome do Douro aos que de fora da Região trataram da célebre questão do artigo 6.º» (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Documentos de um pedido de vinho em 1916 para oferecer em nome do Douro aos que de fora da Região trataram da célebre questão do artigo 6.º*). Na qualidade de Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Alijó, dirigiu, em Junho de 1916, um pedido de oferta de garrafas de vinho com esse fim. De cerca de sessenta cartas enviadas a ricos proprietários durienses, recebeu 28 respostas positivas. Alguns responderam que não tinham vinho. Houve quem não contribuisse por considerar ser ainda prematuro concluir que o Douro ganhou. Torcato de Magalhães lamentou estas atitudes, escrevendo que «foi por causa dos interesses deles que chegou a haver mortos em Lamego...» (Arquivo Particular de Torcato de Magalhães: *Viticultores que ofereceram vinho à Câmara para distribuir*, 1916). Os lotes, de 12 garrafas cada um, começaram a ser enviados em Janeiro de 1917, destinando-se a António da Silva Cunha (ex-presidente da Associação Comercial do Porto), director de *O Primeiro de Janeiro*, Augusto Soares, Afonso Costa, Bernardo Lucas, Nuno Simões, João Carlos Melo Barreto e Câmara Pestana (Director Geral de Agricultura), entre outros.

inundavam o mercado com «vinhos» baratos, muitos deles usurpando as denominações de origem mais prestigiadas.

Neste sentido, as movimentações durienses de protesto contra o artigo 6º do tratado luso-britânico de 1914 constituíram um momento de particular significado no longo e continuado combate regional pelos direitos da denominação de origem do vinho do Porto contra a concorrência desleal com que outras regiões pretendiam usurpar o nome da marca no mercado internacional. Face ao «inimigo» externo, esbateu-se a tradicional rivalidade entre a produção e o comércio. Os protestos contra o tratado fizeram convergir, num dos raros momentos de unidade, os interesses dos viticultores do Douro e dos negociantes do Porto. Muitos dos protagonistas destes movimentos estarão, em breve, nos anos vinte e trinta, em campos antagónicos, defendendo interesses sectoriais ou profissionais divergentes, como em 1926, aquando da criação do Entreposto de Gaia e das lutas subsequentes pelo seu controlo, ou em 1932, na origem da Casa do Douro e do novo modelo de regulação do sector. Porém, o que interessa destacar neste caso é que, no combate unitário de 1914-1915, todo o sistema do vinho do Porto assumiu princípios básicos, há muito estabelecidos e consagrados na legislação mas nem sempre consensuais. Os durienses assumiram como sua a marca «Porto» para os seus vinhos generosos, que prefeririam designar por «finos do Douro». Em contrapartida, os negociantes de vinhos do Porto assumiram a exclusividade do Douro como região de origem do vinho do Porto.

Como aconteceu noutras revoltas vinhateiras do início do século XX, convergiram nos protestos durienses de 1914-1915 uma empenhada intervenção das elites regionais — assegurando uma direcção ao movimento e representando-o nas negociações com outros sectores e com o poder central — e uma forte mobilização popular. Um marcado carácter regionalista sobrepôs-se a diferentes motivações sociais, contribuindo para reforçar o espírito de uma difícil unidade regional, baseada nos interesses vinhateiros, sobre as divisões naturais e administrativas do território. Será, de resto, pela acção de alguns dos líderes das movimentações de 1914-1915 (que a história regional consagrou sob a designação de «paladinos do Douro») que se formularão, anos mais tarde, as bases para a instituição da Casa do Douro, como organização unitária e representativa da viticultura regional.

No entanto, a unidade regional em torno dos protestos contra o artigo 6.º do tratado luso-britânico era mais aparente que real, formada na base do anti. Em primeiro lugar, em termos sociais, nem sempre foi pacífica a relação entre as elites (desde os detentores do poder municipal e da administração republicana às instituições de viticultura) e o povo, que comparecia em massa aos comícios cívicos promovidos por notáveis locais, mas, aqui e ali, desencadeava, de forma aparentemente espontânea, tumultos e motins que suscitavam uma atitude reservada ou, mesmo, condenatória das elites. De resto, se é possível conhecer, com algum pormenor, as movimentações das elites, através de uma documentação relativamente abundante, torna-se bem mais difícil perceber as formas de mobilização, lideranças e motivações distintas que se jogavam na agitação popular, sempre que esta ultrapassava as acções organizadas pelas instituições ou notáveis locais.

Longamente esquecida pela historiografia nacional, a agitação popular está bem menos documentada e já não é possível contar com o testemunho oral de participantes, que alguns escritores, como Pina de Morais e Alves Redol, utilizaram, há mais de meio século, para construir o enredo de obras literárias<sup>68</sup>, de resto, na linha neo-realista da dramatização e mitificação da acção popular.

Em segundo lugar, se a movimentação das elites parece abarcar, facilmente, o território regional, através das redes de contactos e influências dos notáveis, das municipalidades, dos sindicatos de viticultores e das instituições, estendendo as suas relações ao Porto e a Lisboa (onde alguns protagonistas dos protestos durienses ocupavam cargos políticos na Câmara dos Deputados ou no Senado e onde dispunham de acesso rápido aos gabinetes ministeriais e aos estados-maiores partidários), a movimentação popular aparece-nos, territorialmente, mais localizada e dispersa, explodindo em acções fugazes e descontínuas. Ao contrário do que aconteceu nas revoltas vinhateiras do Sul de França, não deparámos aqui com o efeito mobilizador cumulativo de uma verdadeira revolta regional, mas antes com a emergência de diversos tumultos ou motins localizados, com a participação de algumas centenas de populares do concelho. Mesmo o «motim de Lamego», onde se concentraram uns cinco milhares de manifestantes, não terá ultrapassado muito a área de mobilização das principais aldeias vinhateiras do concelho, especialmente Cambres, Valdigem, Parada do Bispo, Sande e Figueira.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes:

Arquivo Particular de Torcato de Magalhães.

*O Comércio do Porto*, 1915.

*Cinco de Outubro*, 1914.

*A Defesa do Douro*, 1925, 1928.

*A Fraternidade*, 1915-1916.

*Ilustração Transmontana*, 1908-1910.

*Independente Regoense*, 1914.

*A Tribuna*, 1915-1916.

*Século*, 1915.

---

<sup>68</sup> MORAIS, 1942; REDOL, 1953.

## Bibliografia

- CARVALHO, Antão de, 1925 — *Gloria aos mártires*. “A Defesa do Douro”, 26 de Julho, p. 2.
- COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DURIENSE, 1917 — *Relatório da Comissão Executiva do ano de 1914*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- GARRIER, Gilbert, 1995 — *Histoire sociale et culturelle du vin*, Paris, Bordas.
- LACHIVER, Marcel, 1988 — *Vins, vignes et vigneronns. Histoire du vignoble français*, Paris, Fayard.
- MAGALHÃES, Torcato de, 1914a — *A questão do Douro*. “Independente Regoense”, Peso da Régua, 23 de Maio, p. 1.
- MAGALHÃES, Torcato de, 1914b — *A região do Douro e o tratado de Comércio entre Portugal e a Inglaterra*, Porto, Tipografia Progresso.
- MAGALHÃES, Torcato de, 1925 — *Os mortos de Lamego dez anos depois*. “A Defesa do Douro”, Régua, 26 de Julho, p. 1.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord., 1978 — *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord., 1991 — *Portugal— Da Monarquia para a República*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- MARTINS, Conceição Andrade, 1990 — *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- MENDES, Adelino, 1909 — *Terras malditas (campanha d’um repórter)*, Porto, Magalhães & Moniz.
- MORAIS, Pina de, 1942 — *Sangue plebeu*, Porto, Marânus.
- PAN-MONTOJO, Juan, 1994 — *La bodega del mundo. La vid y el vino en España (1800-1936)*, Madrid, Alianza.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1989 — *A produção de um espaço regional— o Alto Douro no tempo da filoxera*. “Revista da Faculdade de Letras – História”, 2.ª série, vol. 6, p. 311-353.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1991 — *O Douro e o vinho do Porto – de Pombal a João Franco*, Porto, Afrontamento.
- PERES, Damião, dir. — *História de Portugal*, Suplemento, Porto, Portucalense Editora.
- REDOL, Alves, 1953 — *Vindima de Sangue*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- SEQUEIRA, Carla, 2000 — *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*, Porto, GEHVID.
- SEQUEIRA, Carla, 2003 — *O Vinho do Porto e as movimentações sociais nos anos de 1914*, “Douro – Estudos & Documentos”, vol. 8, n.º 15, p. 77-86.
- VILELA, Júlio, 1925 – *A homenagem d’«A Defesa do Douro»*. “A Defesa do Douro”, Peso da Régua, 26 de Julho, p. 1.



Sandra Brito

## Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática. O clube Fenianos Portugueses.\*

### R E S U M O

O presente artigo pretende, através de um estudo de caso, abordar o associativismo recreativo cultural português do início do século XX, enquanto meio de intervenção activa, por parte de uma burguesia, na construção de novas realidades (económicas, políticas, sociais e culturais). No início desse século, as associações (incluindo as recreativas) possuindo uma capacidade legitimada de intervenção na sociedade, para além de assumirem um papel fundamental em termos de reestruturação da sociabilidade, acabam por funcionar também como instrumentos de legitimação e consolidação de posições sociais, levando os seus beneficiários a incluir nas actividades destas agremiações outras formas de participação na sociedade, nomeadamente no domínio político. O Clube Fenianos Portugueses é disso um exemplo.

A abordagem histórica de domínios como o da sociabilidade, entendida como os laços existentes “entre os indivíduos e os grupos sociais, configurando valores e comportamentos colectivos”<sup>1</sup> (ou seja, as formas de relacionamento, essenciais ao processo de socialização do homem e apenas inteligíveis no contexto social em que emergem e do qual são reflexo), é hoje entendida como de sumã importância para a melhor compreensão das diversas facetas da realidade (económica, política, cultural, social, religiosa...). Não fossem essas mesmas facetas/domínios da realidade resultantes das diferentes formas que podem tomar os relacionamentos humanos e dos diferentes propósitos que os orientam, ainda que sempre interagindo entre si e impossíveis de separar, de forma total, qualquer que seja o tipo de relação em causa.

Falar de sociabilidade implica abordar noções como a de “lazer”<sup>2</sup>, uma vez que a sociabilidade teve nele um das suas mais fortes expressões. Importa, também, ter sempre presente que este tempo de lazer pode ser orientado de forma a cumprir outros objectivos. No período da viragem do século XIX para o XX (intervalo temporal em que se centra este estudo), o preenchimento deste tempo teve como principal factor de dinamização o associativismo.

<sup>1</sup> ROQUE, 1990.

<sup>2</sup> Conjunto de ocupações a que o indivíduo pode dedicar-se voluntariamente, após cumprir todas as suas funções diárias, as quais podem não estar, necessária ou exclusivamente, ligadas à diversão. CORBIN, 2001.



Ora este presente trabalho pretende abordar o associativismo através da apreensão dos múltiplos sentidos sociais inerentes às suas práticas, tendo como plataforma a constatação da existência de uma complexidade inerente à definição do real domínio de intervenção das suas actividades, as quais extravasam, em muitos casos, os que foram definidos nos seus estatutos iniciais. Entendemos esta realidade como sendo reflexo não só das múltiplas formas que pode tomar o relacionamento humano (familiar, profissional, cultural, social, ideológico ..... ) mas também da impossibilidade de as separar completamente (uma relação do foro recreativo pode incluir muitas outras relações em simultâneo: sociais e económicas, p. ex). Isto mostra a complexidade inerente ao estudo das práticas de sociabilidade, as quais são trespassadas de sentidos vários, que extravasam o campo da folia, mesmo quando nos encontramos no domínio da sociabilidade festiva. Aliás, a festa pública colectiva (ou outra acção no campo do recreativo) é muito mais do que um momento de folia. Ela diz-nos muito sobre os seus actores e promotores, suas intenções, sobre o seu tempo, reflectindo muitas das suas dimensões (económicas, políticas e sociais), inclusive as tensões e conflitos existentes na sociedade.

Ora, o que vamos procurar apreender e explorar neste trabalho são os sentidos sociais inerentes a um conjunto de práticas resultantes da actividade de uma associação categorizada como recreativo-cultural (carnavalesca).

1 - O cenário é a cidade do Porto no início do século XX. O contexto é o de uma urbe que se esforçava por caminhar apressadamente em direcção ao Progresso e à Civilização que caracterizavam outras cidades do mundo, de que Paris parecia ser o centro, com todas as suas traduções económicas, políticas, sociais e culturais. Importava-se e procurava-se implantar tudo o que fosse considerado civilizado ou promotor de civilização. A construção desta cidade civilizada, idealizada pelos intelectuais de acordo com a sua visão do mundo e com os novos valores emergentes – imposição de modelos burgueses- e promovida por um núcleo específico de indivíduos, implicava o romper com tudo o que se opusesse a ela e, se necessário, o combate aberto à realidade que consideravam oposta, não civilizada ou comprometedora do progresso. Eram realidades diferenciadas, cujo confronto se efectuava em várias frentes, em que a civilização procurava implantar-se e erradicar o adversário do campo de acção. Diversas foram essas frentes de combate, desde o domínio do lazer e da festa<sup>3</sup> até ao domínio político, assim como múltiplas foram as armas de combate, muitas delas concebidas e levadas a cabo no meio associativo. Foi numa sociedade em mudança, à procura de novos rumos e alternativas para o futuro do país, fértil em discussões intelectuais que tinham como tema a civilização e como pontos de debate a tradição e a modernidade, discussão com reflexos não apenas no mundo político ou económico, mas também no mundo do lazer; e numa cidade considerada do contra poder<sup>4</sup>, que tinha no associativismo uma das suas grandes forças, que se fundou, a 25 de Março de 1904, o Clube Fenianos Portuenses.

---

<sup>3</sup> Ver BRITO, Sandra - O Carnaval e o Mundo Burguês (no prelo) História - FLUP.

<sup>4</sup> Ver GUICHARD, 2000: 522-637.

Apresentou-se à cidade como um clube, recreativo-cultural, que tinha “*por fim especial o rejuvenescimento do carnaval, assim como quaesquer outros festejos que a direcção entenda, devidamente autorizados, que interessam não só à cidade, como a comercio em geral...*”<sup>5</sup>. O Clube Fenianos apresentava-se não como mais um espaço de sociabilidade masculina, mas principalmente como uma sociedade carnavalesca com o intuito de “*fazer renascer*” o Carnaval portuense, pretensão e actividade cujos sentidos e significado social é tema de um outro artigo<sup>6</sup>. Num contexto de discussão pública sobre a construção de sociedade portuguesa civilizada, o Clube Fenianos Portuenses era portador de um projecto de intervenção, centrado em valores como a Civilização e o Progresso, bem mais amplo e encerrando sentidos mais profundos de que é perceptível ao primeiro olhar.

Essa ideologia de Civilização e Progresso não foi apenas aplicada, pelos Fenianos, à festa carnavalesca, mas também a outros momentos de sociabilidade assim como em actividades e projectos relacionados com a transformação da cidade sob uma perspectiva liberal<sup>7</sup>. Tal como a intelectualidade, o Clube Fenianos abraçara as grandes causas relacionadas com o futuro do país. A causa do Momo foi apenas uma delas. Outras, de ordem social, económica e tocando as franjas da política, presentes desde logo no seu amplo projecto de civilização, haveriam de orientar a sua actividade num segundo momento. Podemos dizer que o Clube procurara, através do conjunto das suas actividades, independentemente dos sentidos provenientes da instrumentalização das mesmas em prol do reconhecimento público de um conjunto de indivíduos, intervir activamente na discussão promovida pelos intelectuais sobre a necessidade de edificar uma sociedade civilizada, num período de procura de alternativas para os destinos da nação.

Numa época de alterações sociais profundas, imperceptíveis mas definitivas onde, cada vez mais, uma classe comercial emergente, possuidora de fortunas por vezes acumuladas por gerações anteriores, procurava vias de participação na sociedade para assim construir nela o seu lugar, o associativismo recreativo apresentou-se-lhes como uma hipótese entre várias. Lentamente esta nova classe comercial vai criar os seus instrumentos, entre os quais as ditas associações, para assim intervir na sociedade de acordo com um código de valores próprio que vai tentar impor à sociedade em geral. Não esqueçamos que, como diz Dominique Mhel, “*o movimento associativo representa também o recipiente no qual são formados, identificados, desdobrados os contra sistemas ideológicos, portadores de novos movimentos sociais, pondo em causa, pelas suas ideias e seus combates, os valores centrais (...) das sociedades*”<sup>8</sup>. O associativismo como uma das formas de intervenção na sociedade, sendo um movimento europeu, encontrou também em Portugal terreno fértil.

<sup>5</sup> Art. 1º - Estatutos CFP de 1904. ADP, Cit. 101, Maço 150. (negrito nosso).

No estatutos do Clube, assim como nas actas iniciais torna-se evidente uma das linhas mestras desta associação na sua 1ª fase de vida [1904-1920] – a sua ligação ao comércio. Esta ligação é um elemento estruturante do próprio clube, evidenciando-se quer na análise das suas actividades, como o Carnaval, o seu financiamento e sentidos, quer na composição social dos seus associados. Sobre o assunto ver BRITO, 2004: cap. I-II.

<sup>6</sup> Ver Ver BRITO, Sandra - O Carnaval e o Mundo Burguês in Porto, Universidade - Revista da Faculdade de Letras: História 2006. (no prelo).

<sup>7</sup> Ver BRITO, 2004: cap. III.

Numa época em que o destino do país estava em efervescente discussão, os homens que a promoviam procuravam mobilizar para a sua causa sectores da população cujo apoio consideravam fundamental – os burgueses. Estes homens não ficavam apáticos perante o curso da História. Actuavam e lutavam pela concretização dos seus ideais, não defendessem eles a noção de cidadão activo, consciente de direitos e deveres e sendo capaz de se organizar para agir e defender os seus interesses (pessoais e colectivos)<sup>9</sup>. Ora, o associativismo funcionou neste contexto como uma das principais formas de intervenção activa, por parte de alguns actores sociais, em todo este processo de construção de novas realidades, nas quais pretendiam rever-se e, se possível, ser delas os responsáveis.

Foi dentro desta linha de pensamento que os Fenianos se organizaram e elaboraram esse amplo projecto de intervenção (pontuado de significados e objectivos vários), lutando pela sua concretização independentemente das contradições com que se depararam ou dos riscos que tiveram que assumir. Se inicialmente se orientaram para o domínio a que foram chamados a intervir (carnavalesco), rapidamente se verificou uma deslocação de forças para as actividades de conotação civil e até política. Aliás, o domínio político era outra das dimensões da realidade que estes homens consideravam como sendo, também, necessária civilizar/alterar para assim atingir o estado de civilização dos países modelo. Quando os Fenianos decidiram intervir na festa pública carnavalesca – enquadramento do lazer popular – e apresentaram um novo carnaval, um carnaval civilizado, burguês, enquanto alternativa às tradicionais práticas carnavalescas, não deixavam de aludir a possíveis transformações políticas na sociedade portuguesa. Os modelos que chegavam de França ou até da capital do Brasil não se referiam apenas à folia, mas também à construção do futuro político do país. Lá estava o Progresso e a República.

Esta outra faceta do projecto Feniano, ainda que existente, esteve como que camuflada durante a sua primeira fase de vida, uma vez que esta agremiação, não era, institucionalmente, uma associação com fins políticos. Aliás, desde o primeiro momento, procuraram passar a imagem de neutralidade nesses domínios. No entanto, não raras as vezes, a dimensão política inerente ao seu projecto ou aos homens que o concebiam e o punham em prática, tornava-se deveras evidente. A análise quer da imprensa carnavalesca quer dos cursos do chamado Carnaval Civilizado (burguês), ambos da responsabilidade do Clube, integrados no projecto de enquadramento do lazer popular e imposição dos modelos de sociabilidade burguesa, permitem a constatação dessa realidade<sup>10</sup>. Começando pela imprensa carnavalesca Feniana<sup>11</sup>, encontramos-la repleta de sentidos políticos. Subjacente a muitos dos textos carnavalescos destas publicações estava uma crítica ao sistema monárquico e à sua política<sup>12</sup>. Um exemplo presente no jornal feniano é a

---

<sup>8</sup> VILAÇA, 1993.

<sup>9</sup> Sobre esta questão ver CARVALHO, 2000.

<sup>10</sup> Ver BRITO, 2004: cap. II.

<sup>11</sup> Destaca-se as publicações “Porto Carnavalesco” e “Echo Feniano e Gironдино”.

<sup>12</sup> Um dos vários exemplos de textos carnavalescos fenianos trespassados de sentidos políticos nas suas comparações, são aqueles que aludem à política do governo:

“*Biographia d’um condemnado à morte*”, no qual a morte do Carnaval é, subtilmente, associada a uma possível morte (queda) da monarquia, enquanto outros se referem mesmo à sua substituição pelo sistema republicano:

*“(...) Enquanto houver uma senhora que com a sua mascara na cara nos mostre na rua o que de cara descoberta mal deixa adivinhar, enquanto o desbragamento for espirito, o Carnaval pode estar mais tranquillo do que o senhor D. Carlos com toda a sua politica: não haverá quem o desthrono. Todavia é um condemnado à morte como as autocracias: pode durar séculos e pode agonisar numa noite. (...)”*

*“(...) Às nove horas da noite já ninguem se lembrava do execranto extincto, e a cidade dirigia-se aos theatros de s. João, do Príncipe, d’Águia d’Ouro, ao Carlos Alberto (...) com esse jubilo peculiar aos povos que acabam de libertar-se de um tyranno. O «Lavrador de S. Cosme», e o «Princez», toda a familia Real do Entrudo havia partido já para o exílio. O chefe da dynastia jazia no cemiterio dos esquecidos. Reinava uma Republica Aristocratica que parecia sonhada pelo professor Albuquerque. O Porto gosava a sua primeira hora de civilização carnavalesca”<sup>13</sup>.*

Se no primeiro texto, ainda que referindo-se sempre ao Carnaval, é clara a referência à intranquilidade que o sistema monárquico vivia naquele período, criticando um sistema que consideravam condenado à morte, no segundo transparece um apoio ao republicanismo, denunciando uma tendência política, se não do Clube (os estatutos iniciais não permitiam discussões ou identificações nesse âmbito) pelo menos dos seus principais representantes<sup>14</sup>, o que justifica, em parte, a conotação republicana que irá ser atribuída a essa agremiação. Coincidência ou não, as cores simbólicas do Clube Fenianos (vermelho e branco) eram as mesmas do regime republicano. Andar com uma gravata às riscas transversais vermelhas e brancas (em voga na época) era sinónimo de ser Feniano (associado ou não). Em simultâneo exibiam-se as cores da República. Se para muitos o seu uso não ultrapassaria o sentido de ser Feniano, para outros podia ter também um sentido político<sup>15</sup>.

---

*“(...) O Carnaval de 1905 foi uma authentica aclamação d’essa dynastia que, se não vem investida de um poder politico para governar os destinos carnavalescos, está incontestavelmente unvida pelo sufragio popular, á flor da qual anda a saudade de Bordallo, a mocidade de Augusto Pina e a influencia de Silva Cunha – entre outros quasi impossivel de catalogar. (...) Como Rei Constitucional que é, S. M. o Carnaval não podia mesmo dispensar dois fortes partidos para estabelecer o tão nacional rotativismo politico. Com a differença que, como carnavalesco que é, este rei governa com dois partidos, dos ministérios simultaneamente, mas sem o juiz Veiga.” (Porto Carnavalesco. 1906, p. 23).*

<sup>13</sup> Porto Carnavalesco, 1906, p. 17

<sup>14</sup> Algumas das suas principais figuras (sócios activos) e dirigentes eram republicanos assumidos, pertencendo a associações políticas como o Centro Republicano e acabando, alguns deles, por ser eleitos deputados republicanos.

<sup>15</sup> A simpatia do Clube pelo regime republicano, ainda que não abertamente declarada, é evidente em muitas das suas opções em termos de actuação durante esta primeira fase de vida. No domínio da actividade carnavalesca, podemos tomar como ex. a sua posição aquando do regicídio (01-02- 1908). Acontecimento lamentado pelo Clube, que apresentou à rainha as devidas condolências, mas que não impediu a realização das suas festas carnavalescas, num período que abrangia ainda o de luto nacional. Levada à mesa das Instâncias Superiores, a decisão era justificada pelo facto das festas contribuírem para “*dissipar e purificar o carregado ambiente em que então se vivia*”. (Relatório da Direcção do Clube. 1907-1908, p. 94).

Mas não era unicamente nestes jornais carnavalescos Fenianos que estes sentidos (políticos) podiam ser apreendidos. As manifestações das suas ideologias, que consideravam a monarquia condenada ao exílio ou à morte e identificavam a República como o alcançar do estado de civilização em termos políticos, passavam ao domínio público ao serem hasteadas nos carros críticos e nas alegorias dos grupos carnavalescos exibidos durante o corso. Um dos vários exemplos da envolvimento ou sentido político do corso Feniano fora a presença do chamado «Grupo das Rolhas» (1906), que seguia o Carro da Imprensa numa representação da *“rolha que acompanhava o pensamento portuguez”*<sup>16</sup> e cuja crítica política estava centrada no «Grupo da Rainha das Rolhas e seus caudatários» que o deveria liderar. No entanto o comissário geral da polícia (Dr. Adriano Accácio), considerara que esta exibição carnavalesca, ao representar a rainha e as suas damas com cabeças em forma de Rolha, era uma ofensa à família real<sup>17</sup>, proibindo assim a sua saída do Palácio de Cristal, onde se organizava o corso.

Outro exemplo fora o “Carro do Dentista Nacional”, cuja alusão parodiava a política dos impostos (dentes) que iam sendo aplicados (extraídos) ao Zé Povinho. Tal como no exemplo anterior, também o figurante (actor) que, do cimo do Carro, distribuía um manifesto a partir de uma mesa representativa da de um charlatão de feira foi obrigado, pela autoridade, a despir-se da caracterização representando o presidente do Conselho da época (José Luciano de Castro)<sup>18</sup>. Nos anos seguintes, não só se acentua a crítica ao sistema político vigente como se evidencia uma ligeira apologia ao republicanismo, de que é exemplo o “Carro do Teatro do Sê Bento” - um teatro de fantoches representando a Câmara dos Deputados, cuja base *“era ornamentada com grande cabeças de Zé Povinhos, umas que choravam e outras que riam. As que choravam estavam rodeadas de serpentes azues e brancas, e as que riam de serpentes vermelhas”*<sup>19</sup>

Mas esta crítica do sistema político através dos carros carnavalescos, mais do que evidenciar a defesa de uma pretensa autonomia municipal, tomava sobretudo a forma de defesa de um povo desprotegido (Zé Povinho), “vítima de impostos e de promessas de charlatões de feira (políticos)”, de que são exemplos extremos os carros-críticos acima referidos<sup>20</sup>. Ao mesmo tempo que, teoricamente, procuravam ensinar, a este povo

<sup>16</sup> Porto Carnavalesco, 1906.

<sup>17</sup> *Echo Feniano e Girondino*. Porto: Costa & Carvalho, ano 1. n.º 5. (1906).

<sup>18</sup> *O Porto Carnavalesco*. 1907.

<sup>19</sup> Composição cenográfica do Carro do Teatro Sê Bento : *“(…) À frente via-se uma enorme cabeça de Zé Povinho, carregando com várias albardas e apresentando no rosto diversos adhesivos com as palavras . «Decima, Impostos, Divida», etc. Depois era o corpo do carro, vendo-se à frente uma plataforma onde, numa especie de varanda, se lê o seguinte letreiro : «Teatro Sê Bento, Empreza Poli...Chinello e C.ª. Director num xe xabe.» Nessa varanda via-se ainda uma albarda. (...) atrás d'elle ia o Teatro de Fantoches, representando o espectáculo uma sessão na Camara dos Deputados. O palco era decorado com cabeças de carneiro e batatas ao lado iam dois grandes ursos de casaca, com o distico : «Figuras de fazemos». No alto do carro via-se um enorme chapéu de bicos que representava o sotão dos ministros, ao qual se vêem trepando numerosos macaquinhos. A fralda do carro é era ornamentada com grande cabeças de Zés Povinhos, umas que choravam e outras que riam. As que choravam estavam rodeadas de serpentes azues e brancas, e as que riam de serpentes vermelhas. Em volta da cabeça que ria via-se os disticos : - «Chamo á ordem! Retiro a Palavra! Fôra! Veja o regimento! Força Armada!».* (...)” (Porto Carnavalesco. 1908. p. 12)

<sup>20</sup> O carro do Dentista Nacional estava ornamentado com dentes que simbolizavam os impostos extraídos ao Zé Povinho, também aí representado.

considerado de costumes bárbaros, como festejar civilizadamente o Carnaval, os promotores deste projecto civilizador apresentavam-se também (com objectivos políticos concretos) como seu porta-voz, falando em nome dele, das suas dificuldades e preocupações<sup>21</sup>. Daí que a figura do Zé Povinho, questões como os impostos ou as cozinhas económicas, surgissem frequentemente nas cenografias dos carros<sup>22</sup>. Esta posição de porta voz e defensor de um *povo - cidadão* tinha todo um propósito político, inserindo-se num movimento de crítica à monarquia e de defesa da ideologia republicana.

O Clube Fenianos Portuenses, ainda que sendo uma associação de cariz recreativo cultural carnavalesca, não organizou aquilo a que chamou “Carnaval Moderno”, “Civilizado” ou “Burguês”, apenas para folia gratuita ou unicamente para fazer rir. Concebido de forma a responder a interesses vários, incluindo o de fazer pensar de acordo com os seus próprios parâmetros, trespassavam-no os mais diversos sentidos<sup>23</sup>, entre eles a imposição de valores de uma ideologia de óptica liberal, incluindo no domínio político, que percorria os vários países. Os carros e a imprensa carnavalesca referidos, concretizam e prolongam o projecto Feniano de Civilização e Progresso, de que o Carnaval era apenas uma parte, quando não se transformava num meio. O seu curso, mais do que a concretização de um projecto que visava civilizar o Carnaval, transformara-se num meio de difundir as suas ideias e valores, referentes a outros domínios que não o carnavalesco. Através dele não se procurara apenas dar o exemplo de um Carnaval civilizado, mas também difundir opiniões políticas aliadas a conceitos como civilização e progresso (republicanismo).

Apesar de todas as afirmações públicas por parte do Clube Fenianos, procurando afastar-se (pelo menos teoricamente) de uma identificação com qualquer ideologia política, a verdade é que a sua evolução enquanto colectividade mostra uma aproximação e envolvimento cada vez maior na vida política, assim como a existência de uma identificação ideológica, embora inicialmente discreta. Ainda que os seus primeiros estatutos proibissem, no capítulo das disposições gerais, tratar de assuntos políticos assim como disponibilizar qualquer dependência do Clube para assuntos dessa natureza, procurando assegurar desta forma a neutralidade necessária para a concretização dos seus fins civilizadores e para o seu crescimento e consolidação enquanto colectividade recente que

<sup>21</sup> Ver “Impressões de Carnaval”. *Echo Feniano e Girondino*. ano 1. n.º 2. (Março de 1906), p. 2.

“ (...) É, pois, bem nobre e sympathico o fim d'estes dois Clubs [ Fenianos e Girondinos ] : não é só prommover festas; é também para desenvolver o commercio, que é fonte de riqueza de um paiz, para procurar o bem estar do povo, confortal-o na sua dor, propagar a civilização, unil-o e fraternizal-o, chamal-o ao sentimento de solidariedade. Estas festas tem mais a vantagem de arrancar dos seus lares, onde vivem retiradas do mundo e quasi indifferentes á vida exterior, centenas de individuos entorpecidos e de um viver excentrico pela má e monotona convivencia que têm, a ponto de se embrutecerem(...)”.

<sup>22</sup> Para além de outros carros alusivos à questão dos impostos (Carro do Tio Fisco. 1909), veremo-los hastear, no cimo dos seus carros alegóricos, questões como a urgência de mais cozinhas económicas (Carro das Sopeiras. 1905) ou a questão do descanso dominical e encerramento das lojas, de que beneficiariam sobretudo os caixeiros e outros empregados comerciais (Carro do Encerramento. 1906)

<sup>23</sup> Sobre os diversos sentidos que se podem apreender nos cursos fenianos do início do século XX ver o capítulo II de BRITO, 2004.

era, vimos já como essa fora uma impossibilidade, ainda mais quando entre os seus dirigentes e associados mais activos estavam republicanos assumidos<sup>24</sup>.

Esta presença de republicanos activos entre os associados do Clube tornou-se mais evidente após a eleição dos deputados para as constituintes de 1911, entre os quais se encontravam muitos fenianos, fossem eleitos pelo Círculo do Porto, Amarante, Moimenta da Beira, Braga, Barcelos, St. Tirso, ou de Lamego. Todos eles haviam tido e continuavam a ter uma vida activa no campo político, do que aliás nos dão conta as sínteses biográficas apresentadas na sequência das eleições para as constituintes<sup>25</sup>, sendo certamente tema de muitas das suas conversas, que ocorriam em espaços de sociabilidade diversos, como nos cafés, nas tabacarias e, principalmente, nos clubes.

Referimo-nos ao facto de, por coincidência ou não, as cores do Clube idênticas às republicanas. Mesmo que se considere que este facto não revela nenhuma tendência política, tendo sido resultante de uma escolha aleatória (o que não me parece<sup>26</sup>), atitudes como as felicitações ao presidente da República brasileira, aquando dos aniversários da proclamação do regime republicano naquele país, deixam transparecer uma inclinação ideológica do Clube Fenianos por detrás de gestos tidos como apenas de cordialidade e de diplomacia, como aliás nos deixam perceber alguns desses ofícios:

*“Tenho a honra e a satisfação de apresentar a V.Ex<sup>a</sup>, em nome do Clube Fenianos, as mais calorosas saudações, pela memorável data d’hoje, tão gloriosa para o heroico paiz de que V.Ex<sup>a</sup> é digno e legítimo representante n’esta cidade. Portugal e Brasil estão intimamente ligados não só por afinidades de linguas e comunidade de interesse commerciaes, mas ainda pelos mais estreitos laços de solidariedade e fraternidade. A data d’hoje é pois, para o povo portuguez um motivo de grande contentamento e mais especialmente para o Club Fenianos Portuenses, porque d’elle faz parte, desde o seu início, um numeroso núcleo de illustres membros da colónia brasileira n’esta acidade, que extraordinariamente tem concorrido para o engrandecimento do mesmo Club. Cumpro pois, o indeclinável dever de felicitar a V.Ex<sup>a</sup>, como Chefe d’essa prestante colonia, em nome do Clube Fenianos Portuenses, n’este dia do anniversario da implantação do regime actual do Brasil, alcançado por um heroico esforço, que justamente assombrou as nações cultas.*

*Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>, 15 Novembro de 1907.*<sup>27</sup>

<sup>24</sup> O Clube Fenianos chegou mesmo a ser acusado de estar a “fazer política republicana”, o que levou um dos seus directores a colocar a questão numa das reuniões de Direcção de Maio de 1908. Ainda que a Direcção desmentisse qualquer motivação política, as suas opções pareciam evidenciá-la. Aquando da deslocação do Rei D. Manuel I ao Porto (1908), a Direcção feniana decide que para demonstrar respeito ao chefe de Estado seria içada a bandeira do Clube no dia da sua chegada e no dia de gala (também o era noutras datas, como na do aniversário da agremiação). Caso o Rei visitasse a sede do Clube, o que supunham não acontecer, decidiram que este seria recebido pelo director do mês (ao contrário de outras personalidades que visitavam o Clube, como o caso de Afonso Costa, que eram sempre recebidas pelo presidente, vice presidente e directores da agremiação). ACFP – Fundo: CFP. Série: Actas de Direcção. Lv. ano 1908.

<sup>25</sup> As Constituintes de 1911 e os seus Deputados. 1911.

<sup>26</sup> Não será certamente por mero acaso que as riscas diagonais vermelhas e brancas, que ocupam quase toda a bandeira do Clube e também as gravatas, ditas fenianas, usadas pelos seus associados, serviram também de grafismo para

Embora o Clube alegue como justificação deste gesto, a presença de um número significativo de brasileiros entre os seus associados, o serviço por eles prestados e as relações cordiais com agremiações e individualidades desse país, torna-se evidente o seu apoio ao regime republicano, considerado acto heróico e característico das nações cultas, diga-se civilizadas<sup>28</sup>. A reforçar esta posição, a Direcção afirma ser a “*nação americana [Brasil], exemplo e modelo para toda a Europa*” a quem devia por isso prestar “*homenagens da sua admiração, respeito, fraternal amizade, nos aniversários da data mais memorável da sua historia – a implantação do seu actual regime [República]*”<sup>29</sup>. Era evidente a inclinação para o republicanismo, se não do Clube abertamente (os estatutos não o permitiam), pelo menos dos indivíduos que o dirigiam.

Por outro lado, ainda que a sua lei estatutária proibisse a discussão política no interior do Clube, esta não só existia como esteve na origem de muitos desentendimentos entre associados. O facto de se discutir política não surpreende, uma vez que os clubes eram então importantes centros de sociabilidade, onde a conversa era uma das práticas mais comuns. Ora, sendo esta uma época de grande instabilidade e incerteza política e em que o destino do país se tornava um dos grandes temas de discussão, era de esperar o confronto de ideias (resvalando muitas vezes para o confronto físico) nos locais onde essas discussões se iniciassem. Daí a sua proibição no interior do Clube.

Estas discussões eram muitas vezes suscitadas pela leitura e comentário dos jornais diários da época e conseqüente divergência de opiniões. Fazendo uma listagem dos periódicos que o Clube adquiria e colocava à disposição dos associados no Gabinete de Leitura verificamos que, para além dos jornais ditos noticiosos, era possível encontrar alguns conotados com posições políticas mais conservadoras ou mais de esquerda, mas na maioria de feição republicana. Do Porto, para além dos três principais órgãos noticiosos (*o Primeiro de Janeiro, o Comércio do Porto e o Jornal de Notícias*), os jornais “*A Voz Pública*” e a “*Montanha*”<sup>30</sup> faziam também parte das leituras diárias. Dos periódicos vindos

---

a capa do relatório do Clube no ano de 1910-11, período em que ocorreu a implantação da República no país. Ainda mais que nenhum outro relatório (anterior ou posterior) apresenta tal grafismo, tendo apenas uma só cor variável entre os tons acastanhados.

<sup>27</sup> Clube Fenianos Portuenses Relatório de Direcção. 1908. pp. 71-72.

<sup>28</sup> Esta associação da noção de civilização à necessária renovação do regime político, através da implantação da república, é evidente noutros ofícios Fenianos de felicitação pelo advento daquele regime no Brasil:

“*Os progressos do grande povo Brasileiro, tão dignamente representado nesta cidade (...) na sua riqueza colectiva ou no esplendor da sua civilização, não podem ser indiferentes ao sentimento da Patria Portuguesa, que está ligada ao Brasil por estreitos laços de solidariedade(...) Ora a data que a florescente Republica Brasileira hoje comemora, marca o inicio d’um esplendido ressurgimento moral e mental, que o sol fecundante da liberdade illuminou. O heroico esforço produzido pelo Brazil para alcançar essa liberdade, encheu de admiração e commoveu profundamente os paizes conscientes pela sua cultura, e dominantes pela sua potencia material. (...)*” (Clube Fenianos Portuenses Relatório de Direcção, 1907: p. 54-55).

<sup>29</sup> Clube Fenianos Portuenses Relatório de Direcção, 1908. p. 33.

<sup>30</sup> A publicação do jornal *Montanha* foi proibida em Maio de 1915, pelo general comandante de divisão do exército. (*Comércio do Porto*, 16 -05-1915.) As relações da Direcção deste jornal com o Clube Fenianos pareciam ser estreitas. Evidenciam-nas, p. ex., o convite feito aos associados fenianos para se deslocarem a Lisboa, numa homenagem a Afonso Costa organizada pela redacção do jornal (Agosto de 1915), o qual prontamente aceitaram. (ACFP – Fundo: CFP. Série: Actas de Direcção. Lv. ano 1915).



da capital, os associados podiam ler O “*Século*” ou “*O Mundo*”, jornais mais de esquerda, sendo este último o futuro órgão do maior partido republicano – o democrático, porta voz de Afonso Costa e Bernardino Machado. Caso a sensibilidade tendesse para o lado conservador, o jornal “*A Lucta*” e “*A República*”, respectivamente porta vozes de Brito Camacho e António José de Almeida, ou então “*A Capital*”, eram os jornais escolhidos. No Gabinete de Leitura do Clube podiam encontrar-se as expressões, a nível de imprensa, do republicanismo emergente, assim como das divisões que foram surgindo entre os republicanos em geral. Lá estava também “*O Intransigente*”, publicado por Machado dos Santos a partir de Janeiro de 1911. Apesar da dominância dos jornais de expressão da nova ideologia e até da existência de jornais como o “*Vintém das Escolas*” (nome da associação republicano - maçónica que mantinha uma escola maternal no Porto, sustentada pela Loja Liberdade de Progresso) encontramos, pelo menos até 1909, alguns periódicos que serviam a imprensa católica no Porto, nomeadamente “*A Palavra*” e “*O Correio do Norte*”<sup>31</sup>. A sua leitura e discussão em paralelo com a dos jornais “*O Século*”, “*Diário de Notícias*” ou “*As Novidades*” (vindos da capital e considerados livros ímpios pelo lado católico<sup>32</sup>), às quais se acrescentava o debate de temas como a lei da separação do Estado e da Igreja (discussão que não era completamente estranha à acção do Clube<sup>33</sup>), proporcionariam, certamente, considerando a presença entre os associados fenianos de monárquicos e elementos da Igreja<sup>34</sup>, discussões políticas frequentes nas salas dos Fenianos, resvalando muitas vezes para o desentendimento. Algumas das perturbações que a agremiação viveu internamente, nomeadamente nas gerências de 1907-1909, deviam-se, no entender da sua Direcção, “*a relações remotas com rivalidades políticas, que de modo algum deviam sequer ventilar-se n’uma agremiação cujo carácter é e deve ser essencialmente incompatível com assumptos de tal natureza*”.<sup>35</sup> Aliás, estas discussões políticas, qualificadas como “*vivas e apaixonadas*”, foram apontadas como um dos factores que contribuíram para a saída de muitos dos seus associados. A Direcção de 1907-08 foi mesmo acusada de incutir às suas iniciativas objectivos políticos, originando discussões e pedidos de esclarecimentos nas assembleias gerais do Clube<sup>36</sup>. Nos anos de 1907 e 1908, fruto dessas discussões, apresentam a sua demissão indivíduos que mais tarde veremos aplaudir a Monarquia do norte, casos que se repetem na gerência de 1910-11, na sequência da implantação da República, demonstrando também a presença de sensibilidades monárquicas no seio do Clube. A existência de uma inclinação política para o regime republicano leva a que, a partir dos finais de 1909 e numa altura em que os governos, face ao avançar

<sup>31</sup> SERRÃO, 1991: 483.

<sup>32</sup> SERRÃO, 1991: 482.

<sup>33</sup> Recorde-se a conferência de Afonso Costa sobre este tema realizada no teatro Águia d’Ouro (dependência do clube).

<sup>34</sup> A título de exemplo, eram sócios fenianos o padre José Lima (Igreja dos Congregados), Manuel Sousa (Asilo Terço), o padre Rodrigo Luís Tavares ou Manuel Sousa Guimarães (este do Colégio dos Órfãos).

<sup>35</sup> Clube Fenianos Portuenses Relatório de Direcção, 1909: 15.

<sup>36</sup> Acta da assembleia de 14 Novembro de 1909. (Ver ACFP – Fundo: CFP. Série: Actas de Assembleia Geral. Lv I. fls.25-28).

do movimento republicano para a própria cultura<sup>37</sup>, recorrem à repressão suspendendo jornais e mandando prender os seus redactores (ex. França Borges- director de “O Mundo”)<sup>38</sup>, o Clube Fenianos deixa de tornar passível do conhecimento público (através da publicação nos seus relatórios) quais os jornais existentes no seu Gabinete de Leitura. Essas listas de periódicos de leitura feniana, onde dominavam jornais de cariz liberal, incluindo alguns que estavam a ser perseguidos (O Mundo), apenas reaparecem nos seus relatórios após a implantação da República.

A associação da agremiação com ideologias políticas e o receio da sua força enquanto colectividade, caso o assumisse declaradamente e passasse a actuar abertamente nesse domínio, estava também na origem de propagandas contra a sua actividade, procurando minar a sua crescente influência. Os corpos dirigentes denunciavam: “*os primitivos elementos de perturbação, não se tinham extinguido; vegetavam nas sombras e, occultando nas trevas, roíam os fortes e consistentes alicerces d’uma instituição (...) indispensável ao nosso meio*”<sup>39</sup>.

A implantação da República em 1910 veio tornar, de certa forma, quase público o republicanismo inerente ao Clube, conotação que o prestigiava perante o novo regime, mas que o tornava alvo dos ataques dos opositores. Apesar de não ser um clube partidário, o seu projecto de civilização e progresso, de criação de uma cidade moderna, implicava não apenas uma intervenção a nível dos costumes, da concepção urbanística da cidade ou das infra-estruturas económicas tendentes a um maior desenvolvimento, mas também e fundamentalmente, a renovação do sistema político, devendo aproximar-se (também neste domínio) do que estava na vanguarda da Europa Civilizada – a República.

Assim, aquando do seu advento no nosso país, o Clube Fenianos não apenas saúda o novo regime como afirma ter-se realizado “*um dos seus mais ardentes desejos, mas também e sobretudo, porque via n’ella a morte da nefasta política, que no deposto regime vinha desde há muito tolhendo, cynica e systematicamente, a ancia do progresso que o Porto, dia a dia manifestava*”<sup>40</sup>. Em 1910 o Clube já não se podia afastar da vida política, nem ele o pretendia. A notariiedade que a agremiação rapidamente alcançou, as redes de influência que tecera e a concretização do seu amplo projecto de intervenção, tornaram inevitável a aproximação à vida política.

No anos que se seguiram à implantação da República, foram várias e frequentes as tomadas de posição do Clube em questões de foro político, como, por exemplo, a presença em manifestações de simpatia e homenagem a figuras republicanas, entre elas o poeta Guerra Junqueiro. Intervenções deste género aumentavam, no meio político, a simpatia pela agremiação, sendo várias as figuras republicanas que o passam a prestigiar, quer pela sua visita quer propondo-se para associados. Por esta altura o Clube decide adquirir o

<sup>37</sup> Por ex. a Academia de Ciências de Portugal era presidida por um republicano em 1908 e a Sociedade de Geografia de Lisboa havia sido fundada em 1907 por outro republicano.

<sup>38</sup> SERRÃO, 1991: 656-657.

<sup>39</sup> Clube Fenianos Portuenses. Relatório de Direcção, 1908: 18.

<sup>40</sup> Clube Fenianos Portuenses. Relatório de Direcção, 1911: 17.

busto da República. A identificação com o republicanismo era praticamente impossível de desmentir, embora ainda o fizessem, nomeadamente quando se sentiram ameaçados enquanto colectividade.

Independentemente da inclinação ou não para uma ideologia política concreta, comprovado parecia ser o “peso político” que esta agremiação parecia ter adquirido, apesar da sua categorização enquanto associação do foro recreativo cultural. Exemplo foi o apelo feito pelo Clube Fenianos, em 1912, para uma manifestação colectiva, com o objectivo de reclamar do governo republicano o seu interesse pelos projectos de lei pendentes no Parlamento e que directamente interessavam à cidade.<sup>41</sup> Na rua a multidão secundava as reclamações levadas a cabo por estas entidades<sup>42</sup>. Estando ou não os manifestantes completamente sintonizados com os objectivos da manifestação, a capacidade de mobilização destas entidades associativas era enorme, estendendo-se muito para além dos seus associados. A força com que uma colectividade, como era o caso dos Fenianos, entrava no imaginário dos portuenses (e não só), nomeadamente através da promoção de simbolismos exteriores, tornava-se um importante motor de mobilização social, fosse para acontecimentos festivos fosse para movimentos de contestação ou apoio. O “peso político” que aquelas detinham era comprovado pelos resultados positivos subsequentes aos seus movimentos reivindicativos. Ora, o resultado desta manifestação contra o atraso da aprovação dos projectos de lei apresentados pelos deputados portuenses, como o do Feniano Silva Cunha, foi a sua discussão e aprovação nas sessões legislativas seguintes<sup>43</sup>.

2 - O sucesso que o Clube Fenianos conseguira em toda esta primeira fase de vida era, na verdade, a expressão da capacidade e do dinamismo dos seus dirigentes traduzida, por exemplo, na mobilização da população para as suas causas/iniciativas. Neste âmbito, os Fenianos não se esqueceram de usar em seu favor uma das estratégias tidas como mais eficaz: a manipulação do imaginário colectivo.

Qualquer projecto/acção tendente à renovação ou intervenção, como era o do ainda recente Clube dos Fenianos, tinha que basear-se no convencimento, de forma a conseguir obter o apoio desejado. Ora, um dos mais poderosos instrumentos de propaganda, de manipulação do imaginário era (e ainda é) o uso de símbolos. A monarquia soube explorá-

<sup>41</sup> No Parlamento as questões relativas à cidade do Porto não tinham a atenção devida ou pretendida. Exemplo disso fora o caso do projecto de expropriação de zonas, apresentado pelo deputado Silva Cunha já em Dezembro de 1911 (considerado pelo município como fundamental para os seus planos de melhoramentos e de progresso da cidade) e do qual não se vislumbrava qualquer resolução imediata. O mesmo ocorria em relação ao projecto acerca do imposto de consumo sobre o vinho e uva (rendimento que o município reclamava como seu), que depois de ser apresentado por Silva Cunha foi remetido para uma comissão, acto que fora entendido pelo deputado do Porto como um propósito para atrasar a sua resolução. O mesmo desinteresse parecia ocorrer em relação à proposta apresentada, em Abril, pelos deputados Ângelo Vaz, Balduino Seabra e Germano Guimarães relativa a um crédito para construção de um quebra mar no porto de Leixões. Esta questão, nomeadamente a sua elevação a porto comercial, tornara-se central para a classe comercial portuense. Sobre estas questões ver cap. III de BRITO, 2004.

<sup>42</sup> A revista *Ilustração Portuguesa* de 20 Maio de 1912, mostra-nos as fotografias referentes a essa manifestação, comprovando a adesão dos portuenses à manifestação.

<sup>43</sup> *Clube Fenianos Portuenses Relatório de Direcção*, 1912: 27.

los, a República construiu, através deles, o seu imaginário, e os Fenianos, ainda que numa outra dimensão mas com sentidos próximos, utilizou a mesma estratégia. Também ele pretendeu criar, pelo menos entre os portuenses, uma espécie de imaginário feniano<sup>44</sup>. Para alimentar este “fenianismo” e para mantê-lo bem vivo entre a população, o Clube não se socorreu apenas da utilização de símbolos como a bandeira, a gravata ou o distintivo da agremiação, da divulgação das suas publicações ou até da iluminação e decoração da sua sede. Utilizou sobretudo os rituais e os símbolos neles incorporados (festas públicas – carro de honra do clube e outros carros alegóricos). Organizados pelos Fenianos para funcionarem como uma apoteose à agremiação e seus representantes, estes momentos apresentavam-se como fundamentais para a formação desse imaginário feniano, o qual certamente também contribuiu para a rápida ascensão e consolidação do Clube no meio portuense. Daí a importância que sempre deu à promoção de momentos de exibição pública (desde as festas carnavalescas aos cortejos cívicos<sup>45</sup>). Fora a capacidade de realização destas festividades públicas que distinguiu o Clube Fenianos das diversas associações recreativas da cidade.

Promover bailes ou saraus para os associados, garantir o funcionamento do sector de jogos e a biblioteca do clube, não lhe teriam permitido conquistar a popularidade que lhe era reconhecida pelos portuenses em geral. Já os momentos de exibição pública feniana, nomeadamente as suas festividades, eram largamente referenciadas como exemplos demonstrativos do grande poder de iniciativa do Clube, assim como do seu poder de dinamização junto de toda a sociedade: por um lado, accionavam as suas complexas e amplas redes de amizade e influência (organização e financiamento das festas); por outro, socorriam-se da força que os seus símbolos pareciam já exercer no imaginário dos portuenses (propaganda/ mobilização do público).

Neste sentido, podemos dizer que o Clube Fenianos foi uma sociedade que soube utilizar em seu favor a força do simbólico, que soube reconhecer a capacidade de mobilização que os eventos festivos têm, assim como as suas potencialidades em termos de manipulação do imaginário colectivo, ajudando-o a crescer, afirmar-se e a tornar-se uma referência para todos os portuenses, sócios ou apenas adeptos. Desta forma, esta vertente da sua acção recreativa revelou-se uma trave importante, se não fundamental, na concretização do seu projecto de civilização (e na procura de projecção). Estes momentos festivos de afirmação e consagração públicas, tornavam adeptos do Clube Fenianos todos aqueles a quem as condições impostas pelos estatutos impediam de se tornarem seus associados. Ora estes indivíduos, mesmo não sendo sócios fenianos, contribuíam para a popularidade da agremiação quando aplaudiam nas ruas as suas

---

<sup>44</sup> Sobre o “Fenianismo” vivido na cidade do Porto no início do séc. XX ver capítulo II de BRITO, 2004.

<sup>45</sup> O resvalar dos objectivos Fenianos para uma dimensão política e a pretensão de continuar a ser um clube recreativo cultural, promotor de festejos públicos, deu um “*novo sentido*” à dimensão festiva que havia impulsionado esta agremiação nos primeiros anos de vida: aos festejos públicos de carácter carnavalesco impuseram-se outros - os chamados festejos cívicos -, numa evidente exaltação e apoio a uma ideologia política, ainda que fosse a do regime implantado. ver “Sociabilidade política e um novo sentido para a sua dimensão festiva”. BRITO, 2004: Cap. III.

iniciativas, popularidade esta cuja base se repartia entre associados e adeptos (divisão que garantia uma diferenciação em termos sociais tida como necessária ao prestígio da agremiação).

Tal como a Igreja e o Estado, em situações e temporalidades diversas, utilizaram os seus símbolos e promoveram os seus rituais públicos (procissões, cortejos cívicos, centenários, festas nacionais...) tendentes a consolidar o seu poder e a fortalecer a sua imagem, a evidenciar a sua superioridade, despertando nos outros fascínio e admiração, também o Clube Fenianos se serviu do mesmo instrumento para atingir os seus objectivos, de sentidos muito próximos. Utilizada de forma mais intensa nos primeiros anos de vida, esta estratégia tornou-se menos frequente à medida que a agremiação atingia o grau de consolidação pretendido ou necessário para a concretização das suas intenções. No entanto, jamais é abandonada tal é a consciência da importância destes momentos no processo de afirmação colectiva ou pessoal.

3 - A inevitável aproximação feniana ao mundo da política, aliás evidente em muitos momentos de exibição pública da agremiação<sup>46</sup>, associava o Clube ao republicanismo. A direcção desmentia qualquer orientação política da agremiação, mas os seus eixos de actuação sugeriam-no. Desta forma, em alguns dos momentos em que o regime foi atacado, o mesmo aconteceu com o clube, ou melhor, com a sua sede (símbolo máximo de uma colectividade).

O primeiro desses momentos ocorreu em Maio de 1915, no contexto do governo do general Pimenta de Castro, uma espécie de ditadura na qual se iniciou uma perseguição aos Democráticos, sendo o Clube e os seus associados também vítimas de perseguições, levando mesmo ao encerramento temporário da sede da agremiação<sup>47</sup>.

No entanto, um das acções mais graves contra o Clube ocorreu no período entre Dezembro de 1917 e Fevereiro de 1919, saldando-se na destruição parcial do interior da sua sede e no seu encerramento definitivo. Com a revolta de cinco de Dezembro de 1917, chefiada por Sidónio Pais, a consequente instauração de uma espécie de ditadura militar no país acompanhada de uma política de terror para com os adversários políticos, num ambiente onde reinava a suspeita e desconfiança das autoridades relativamente a possíveis movimentos políticos, as “buscas” e detenções passam a ser habituais, sendo muitas delas marcadas por uma acção violenta de destruição. Foi o caso da que ocorreu, por exemplo, a 14 de Outubro de 1918, na sede do Clube Fenianos Portuenses<sup>48</sup>. Nessa noite, ela fora invadida por um grupo de indivíduos que, com o intuito de a destruir,

---

<sup>46</sup> Ver “O Carnaval e o Clube ao serviço de interesses pessoais” e “O Carnaval Feniano e a política” in BRITO, 2004: cap. II.

<sup>47</sup> Muitos dos associados Fenianos eram democráticos assumidos, estando alguns deles ligados à fundação do Centro Democrático do Norte. Ver “Perseguição e destruição: o preço de um projecto de intervenção” in BRITO, 2004: cap. III.

<sup>48</sup> Na noite de treze para catorze, as autoridades tiveram conhecimento de que se preparava um movimento político de cariz republicano, o qual obedecia a um plano com ramificações em diversos pontos do país, levando-as a actuar de imediato (através de diligências e detenções) de forma a impedir a sua execução.

não só vandalizaram o seu interior, como pilharam e levaram consigo tudo o que conseguiram, deixando para trás um rasto de violência. Tudo fora destruído, desde o simples mobiliário até aos símbolos da agremiação, nomeadamente os quadros com as fotografias dos dirigentes, assim como os emblemas gravados nos vidros. O objectivo era impedir, de uma forma definitiva, o funcionamento daquele Clube e, em simultâneo, humilhar os seus principais representantes. Não era resultado de uma arruaça ou mera agitação social, mas sim um movimento de destruição com objectivos e razões concretas e ligadas, muito provavelmente, ao foro político, como demonstram os acontecimentos deste período.

Perante a situação de anormalidade que se vivia e a preponderância dos reaccionários a Direcção Feniana decide encerrar, temporariamente, a sua sede. No entanto, esta continuou a ser vítima de assaltos, de destruição e de roubos. Para além da procura de elementos que comprometessem a agremiação em termos de qualquer movimento político, o saque passava a ser outro dos objectivos, um vez que o seu espólio era já relativamente valioso.

Com a proclamação, em Janeiro de 1918, da Monarquia, a consequente instauração da Monarquia do Norte e a organização da Junta Governativa do Reino do Porto, agravava-se a situação dos republicanos. No período da sua vigência (até treze de Fevereiro) e na sequência da procura de restabelecimento dos símbolos da monarquia, o que implicava a destruição daqueles que consideravam opor-se-lhe, a sede do Clube Fenianos foi novamente vítima de assaltos e destruições, cuja autoria é atribuída aos chamados «trauliteiros» que se encontravam ao serviço da Junta Governativa do Reino no Porto. O resultado destes assaltos, saldou-se na inutilização definitiva de todas as divisões do edifício, enquanto sede de uma agremiação, e o desaparecimento de todo um valioso recheio. Desta forma, na cidade do Porto, enquanto o Clube Portuense e o Centro Monárquico eram o centro das saudações durante os momentos de manifestação pública de júbilo pela restauração monárquica, todas as outras associações que fossem identificadas com o republicanismo eram vítimas da fúria dos defensores da monarquia. Fora o caso do Clube Fenianos e do Centro Democrático Republicano, ambos vítimas de assaltos e destruições<sup>49</sup>, dos grémios maçónicos como o da rua Alexandre Herculano, dos centros republicanos e socialistas de S. Mamede de Infesta ou do Centro Democrático Afonso Costa, entre muitos outros. A simultaneidade desta violência destruidora em termos materiais, com uma violência de carácter físico, como a que estava a ser levada a cabo pelos “inquisidores monárquicos do Porto”, aquando das detenções no aljube e no Eden-Teatro, tornava quase impossível qualquer reacção, por parte da Direcção feniana para suster os assaltos à sua sede. Foram muitos os portuenses e diversos os Fenianos que, detidos por motivos políticos, passaram pelas mãos dos “trauliteiros”, ou no Aljube ou no Eden-teatro, sendo este referenciado como um espaço onde torturavam os presos

---

<sup>49</sup> Em relação aos assaltos ao Centro Democrático Ver *Primeiro de Janeiro* de 15-02-1919.

políticos. Uma passagem atenta pelas páginas da revista “Ilustração Portuguesa” permite-nos ver imagens das marcas dessa violência física e que ficavam registadas nos corpos dos agredidos, assim como alguns dos portugueses influentes vítimas das mesmas agressões.

Na verdade, toda esta perseguição e destruição da sede Feniana era o efectivar dos riscos que o Clube assumira quando definiu e pretendeu pôr em execução um amplo projecto de renovação, pautado pelos novos ventos ideológicos (civilização e progresso) e tocando não apenas numa mas em diversas facetas da realidade. A concretização de um projecto de renovação e mudança, fosse a nível político, económico, social ou cultural, exigia naturalmente uma atitude de intervenção, que poderia traduzir-se apenas em acções de reivindicações mas também de contestação, ainda mais numa época em que havia uma oposição à mudança em determinados domínios (no político, p. ex.). O preço a pagar pela defesa dos ideais em que acreditamos, pela tentativa de os ver concretizados, pode ser muitas vezes a perseguição e repressão: foi o que, em parte, aconteceu com o Clube Fenianos.

Mas, se por um lado as acções contra a agremiação se devem à própria evolução da concretização do seu projecto de renovação (inicialmente limitado ao domínio dos costumes e da festa, mas logo extravasando para outras dimensões e resvalando para a política), por outro, a incapacidade ou impossibilidade, por parte dos dirigentes do Clube, em separar os seus diversos papéis, enquanto actores sociais, em domínios e espaços diferenciados, contribuíra para que esta agremiação fosse perspectivada como uma força também política. Nela estavam reunidos elementos pertencentes quer a agremiações democráticas e republicanas quer às chefias da cidade, sendo por isso temida pelos opositores e como tal combatida.

Quando os relatórios do Clube nos falam da perseguição e detenção de alguns dos seus associados, esta ter-se-á ficado a dever mais ao passado republicano do indivíduo em causa ou à sua actividade em associações assumidas como políticas, do que ao facto de ser Feniano. Mas quando a sede do Clube fora assaltada, pesara não apenas a sua aproximação à vida política, mas também tudo o que estava inerente aos homens que o dirigiam ou que o secundavam na sua orientação, como seus associados activos. O presidente, vice presidente ou secretário Feniano, por exemplo, não eram apenas os elementos dirigentes de uma destacada colectividade. A estes cargos acrescentavam-se todos os outros que exerciam paralelamente ou que haviam exercido na cidade e fora dela, e em todos os domínios da realidade, incluindo a vida profissional e política.

Da mesma forma que a posição económico-social e política de muitos dirigentes e associados Fenianos havia emprestado os seus louros ao Clube, também lhe oferecera alguns espinhos.

4 - A construção, por parte do Clube Fenianos, de uma complexa e eficaz rede de sociabilidade, que podemos considerar também política, o resvalar para essa dimensão e a pretensão de continuar a ser um clube recreativo cultural, assim como a pretensão de intervir em várias frentes, desde a social (filantropia) até à económica, em termos de actividades desenvolvidas levou alguns autores a referirem-se a ele como tendo-se “tor-

nado uma mistura de associações de classe, de clubes, de sociedades filantrópicas<sup>50</sup>. Perspectivado como uma associação de classe certamente pelo facto de nele predominar a burguesia comercial e industrial da cidade, pugnando o clube pelos seus interesses, como sociedade filantrópica pelas importantes acções beneficentes que concretizou, destacando-se por exemplo a construção do Bairro de Benavente<sup>51</sup>, e como clube, pelas actividades recreativas próprias de uma agremiação recreativo-cultural, as quais nunca deixou de promover. Entre outros títulos que lhe poderíamos acrescentar incluem-se (para além de sociedade carnavalesca), por exemplo, o de centro de sociabilidade política<sup>52</sup>. Não sendo, de direito, um centro político como o Centro Democrático Portuense ou, no caso de outra cidade, o Centro Republicano Nacionalista Eborense, este analisado por Manuel Baiona e descrito como um espaço onde se realizavam “*frequentes reuniões partidárias, podia-se conviver falando de política ou de outros assuntos, ou lendo jornais em particular a Democracia do Sul*”<sup>53</sup>, o Clube Fenianos não deixava também de funcionar, neste âmbito, como um espaço de sociabilidade política (as discussões nesse domínio e a leitura desses jornais faziam também parte da sua rotina diária). Distinguiu-se apenas no que diz respeito à ausência de realização (pelo menos legal) de reuniões partidárias, uma vez que não estavam definidas nos estatutos. A conotação política dada aos Fenianos, assim como a outras associações recreativo-culturais do país, decorria também, como vimos, da orientação política dos que o frequentavam<sup>54</sup> e a dirigiam, identificação que ocorre também em relação aos cafés (outro potencial espaço de sociabilidade política) e ao seu público. Isto conduz-nos à noção do clube enquanto espaço de sociabilidades várias e a problematizar a sua categorização consoante aquela que, à partida, é definida como a dominante (estatutos).

Os clubes ou associações, mobilizados por diferentes objectivos consoante as épocas, num fenómeno geral e independente das diferenças locais, são estudados de acordo com “tipologias gerais” que os dividem consoante a prioridade dos objectivos consignados na sua lei estatutária. Temos assim associações ou centros políticos, associações de classe, de socorros mútuos, filantrópicas ou recreativo-culturais. Na sequência desta divisão e quando se procura, por exemplo, privilegiar a dimensão política do associativismo, a atenção recai sobre as primeiras formas de associação desvalorizando-se, por vezes, as recreativo culturais. Ainda que o estudo das associações de carácter político deva, logicamente, ter prioridade numa abordagem do associativismo nesse âmbito, não se deve no entanto

<sup>50</sup> QUEIROZ, 1992: 38.

<sup>51</sup> Sobre o seu programa de filantropia, nomeadamente a construção do Bairro Fenianos /Cidade do Porto na Vila de Benavente ver “Outros domínios de acção feniana” in BRITO, 2004: cap. III.

<sup>52</sup> Outro título a acrescentar seria o de Monte Pio pela acção desenvolvida em termos de previdência social. Sobre esta matéria ver “Dinamizando a Sociabilidade recreativo-cultural portuense” in BRITO, 2004: cap. III.

<sup>53</sup> BAIONA, 1999: 101.

<sup>54</sup> Manuel Baiona, no seu texto sobre sociabilidade política em Évora no final da I República, no qual aborda o Centro Republicano Nacionalista Eborense enquanto importante espaço de sociabilidade política, refere-se também a associações recreativas- culturais (Sociedade Harmonia Eborense, Sociedade União Eborense, Círculo Eborense), apontando-lhes uma conotação política decorrente da sensibilidade, a esse nível, dos que as frequentavam, o que aliás exemplifica: cariz republicano da Sociedade Harmonia. (BAIONA, 1999).



excluir dessa mesma abordagem, nomeadamente quando se trate da vida política local, as agremiações cuja lei estatutária leva a definir como recreativo-culturais (e que a memória consolidou como tal), uma vez que estas podem ter um papel, se não determinante, pelo menos de grande importância a esse nível.

Neste estudo, desenvolvido aliás na dissertação de mestrado em que se inclui<sup>55</sup>, analisamos o exemplo de uma sociedade, primeiramente carnavalesca, sempre recreativo-cultural, mas nunca, de acordo com os seus estatutos, uma associação política, o que não significou que a sua acção não tenha tido um papel também importante a esse nível, em especial no âmbito dos jogos do poder local.

Importa reter algumas ideias de António Teixeira, segundo o qual as associações são tidas como redes informais de poder, fonte de potenciais eleitos, estes potenciados pelos votos conseguidos face às redes de clientela e lealdades criadas<sup>56</sup>, para as quais contribuía muitas vezes os cargos que desempenhavam nas ditas associações. Ou seja, o poder reputacional do associado/ dirigente do Clube, traduzido numa grande estima e capacidade de mobilização sobre a população e sobre os outros actores sociais presentes num mesmo sistema de relações, torna-se não só um poder efectivo como pode ser um mecanismo que conduz ao poder político. Das redes informais de poder emergem para as redes formais. A relação entre estas duas estruturas é importante para compreender os jogos de poder numa comunidade, assim como a orientação que aquela dá à sua acção.

Pelo que analisamos, pensamos que a categorização de uma associação, ainda que na maioria dos casos nos possa dar a imagem da sua actividade predominante, pode também ocultar parte importante da sua acção/contributo noutros domínios da realidade social. Em muitos casos esta limitação não é suprimida pela análise dos seus estatutos, uma vez que estes, ainda que resumindo os vectores determinantes da sua actividade, não conseguem abarcá-la na sua totalidade. Apenas a análise concreta e aprofundada da mesma permite desvendar aquilo que é ocultado pela sua categorização.

Se a abordagem das suas actividades apenas tiver em consideração as predominantes na sua lei estatutária ou no imaginário da sociedade, ou se não tiver a preocupação de as inserir nos contextos sociais que as envolvem, facilmente somos levados a aceitar o rótulo que lhes é atribuído sem sequer o questionar. Ora, a concretização de um projecto amplo como o que o Clube Fenianos procurara pôr em prática, tocando em diversas facetas da sociedade e indo muito além dos seus estatutos, exemplifica os limites de uma categorização que não parece prever a simultaneidade de objectivos em campos de acção tão diversos e com igual importância (recreativo, cultural, económico, político, social ...).

5 - Independentemente da verdadeira essência do Clube Fenianos, das dimensões em que actuou, este parece ser um bom exemplo da importância que o associativismo

---

<sup>55</sup> BRITO, 2004.

<sup>56</sup> FERNANDES, 1993: 20.

(mesmo o recreativo cultural) e as relações que potenciava tinham, no início do século XX, nomeadamente na potencialização de outras relações identificáveis, por exemplo, nos jogos do poder local ou até mesmo nos de âmbito nacional.

No caso do Clube Fenianos, se ele foi certamente um meio encontrado para uma participação activa na vida colectiva da urbe e do país, na construção de uma sociedade segundo um projecto definido segundo os seus valores, com todas as suas traduções económicas, políticas, sociais, cultural..., não podemos perspectivar a actividade feniana, neste período, apenas como “fundamental na animação recreativa da urbe”<sup>57</sup>. François Guichard, ao referir-se ao Clube Fenianos desta forma, pensava certamente na sua acção carnavalesca, que se inclui na sua dimensão recreativa. Importante, sem dúvida, ela não resume a actividade desta agremiação, nem é a única responsável pelo prestígio que Guichard lhe reconhece. Podemos vê-la, sim, como uma sociedade recreativa-cultural carnavalesca, mas principalmente como um projecto de civilização e progresso, que procurou intervir em várias frentes, inclusive no domínio político, mobilizado por homens que procuravam simultaneamente uma auto-projecção.

No final deste estudo importa dizer que, quando analisamos os sentidos sociais inerentes à actividade de uma associação, independentemente dos objectivos estipulados nos estatutos e da categorização em que se insere, não podemos esquecer que estas são mobilizadas por indivíduos que para além do título de associados ou dirigentes dessas mesmas associações, incluíam no seu curriculum vitae muitos outros títulos. Na maioria das vezes, aquela era apenas uma das muitas formas de organização por parte desses mesmos indivíduos, os quais se organizavam também em associações de classe, políticas, religiosas, filantrópicas.... Importa assim conhecer as experiências desses mesmos homens nas suas várias vertentes (económica, política beneficente...), procurando saber em que medida essa realidade influenciou as orientações da agremiação em causa, as quais podem oscilar entre domínios opostos da realidade.

Importa ter uma perspectiva acerca destes indivíduos, o mais aproximada possível das que nos ofereciam os diversos ângulos a partir dos quais eles eram perspectivados no seu meio, para assim procurar reconstituir as relações sociais por eles estabelecidas assim como as suas potenciais áreas de intervenção.

Há que relembrar que o movimento associativo que se desenvolve ao longo do século XIX e entra pelo século XX “*cria[ra] e conquista[ra] modalidades de os cidadãos participarem na sociedade*”<sup>58</sup>, participação que se podia verificar a vários níveis. Possuindo uma capacidade legitimada de intervenção na sociedade, as associações, incluindo as recreativas culturais, para além de assumirem um papel fundamental em termos de reestruturação da sociabilidade<sup>59</sup>, acabam por funcionar também como instrumentos de legitimação e consolidação de posições sociais, levando os seus beneficiários não apenas a instrumentalizar as práticas de lazer previstas nos estatutos, mas também a incluir nas

<sup>57</sup> GUICHARD, 2000.

<sup>58</sup> VILAÇA, 1993: 4 e 44.

<sup>59</sup> MEHL, 1982.

actividades destas agremiações outras formas de participação na sociedade. Daí que alguns clubes de carácter recreativo acabassem por alargar a sua acção a outras esferas da sociedade, nomeadamente no domínio social e político. O Clube Fenianos Portuenses foi disso exemplo.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Abreviaturas:

ADP – ARQUIVO DISTRITAL PORTO  
 AHMP – ARQUIVO HISTÓRIO MUNICIPAL PORTO  
 ACFP – ARQUIVO CLUBE FENIANOS PORTUENSE  
 AFCFP – ARQUIVO FOTOGRÁFICO CLUBE FENIANOS PORTUENSE  
 BPMP – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PORTO

### 2. Fontes impressas e manuscritas:

*Estatutos do Club Fenianos Portuenses*. Porto: Typographia Mendonça, 1912. 22 p. - ACFP – Fundo: CFP. Série: Estatutos.

PATRÍCIO, Francisco José – *Variedades: colectânea de artigos escritos em jornais entre 1900 e 1903*. (não publicado)

*Relatórios Club Fenianos Portuenses: Relatório de Direcção*. Porto: Typographia a Vapor Empresa Guedes, [1905-1920] . - ACFP – Fundo: CFP. Série: Relatórios de Direcção. Lv.1-15.

*Relatório da Comissão Executiva do Bairro da Cidade do Porto em Benavente*. Porto: Typographia a Vapor Empresa Guedes, 1917. ACFP – Fundo: CFP. Série: Benavente. Pasta: Relatório.

*Relatórios a Sociedade Humanitária (Real)*. Porto: Typographia a Vapor, [1895-1918]. - ACFP – Fund : Real Sociedade Humanitária. Série: Relatórios de Direcção. Lv. 1-8.

*Echo Feniano e Girondino*. Porto: Costa & Carvalho, 1906. N.º 1 – 11 [Fevereiro a Dezembro].

*Echo Feniano e Girondino: supplemento ao n.º 3*. Porto: Costa & Carvalho, Maio 1906.

*Echo Feniano e Girondino no Carnaval de 1907-08*. Porto: Costa & Carvalho, 1908.

*O Porto Carnavalesco*. Porto: Empresa Litteraria e Typograohica, 1906-1908. n.º 1-3.

*O Porto Carnavalesco*. Porto: Tipografia Leitão, 1939. n.º 4.

ADP – Fundo: Governo Civil do Porto. Série : Associações – Estatutos. Maços 101, 118-120, 130-155 (1634-1925) e 186-192.

ACFP – Fundo: Clube Fenianos Portuenses: Série: Actas de Direcção. Lv. I -V (1904-1920).

ACFP – Fundo: Clube Fenianos Portuenses: Série: Actas de Assembleia Geral. Lv. I - III (1904-1920)

ACFP – Fundo: *Clube Fenianos Portuenses: Série: Copiador de Correspondência. Lv. I. (1904-05)*

ACFP - Fundo: CFP. Série: Actas. Pasta: documentação vária.

ACFP – Fundo: CFP. Série: Documentação Legal. Pasta: Estatutos do Clube Fenianos.1904 e 1912.

ACFP - Fundo : Clube Fenianos Portuenses. Série : Documentação legal. Pasta: Contractos.

#### Legislação:

Decreto de Lei de 29 Março de 1890 - Colecção de Legislação Portuguesa. 1890. p. 164- 165 (associações)

Decreto de Lei de 15 Junho de 1870 - Colecção de Legislação Portuguesa. 1890. p. 303-304 (associações)

Literatos e cronistas:

CHAGAS, João – *Homens e Factos: 1902-1904*. Coimbra: França Amado Editor, 1905.

DIAS, Carlos Malheiro – *Cartas de Lisboa: 1904*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1905.

DIAS, Carlos Malheiro – *Cartas de Lisboa: 1905-06*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1907.  
SARAIVA, José – *Á Porta do Lino*. Famacião: Minerva, 1933. 379 p.

### 3. Bibliografia

- As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1911. 541p.
- AZEVEDO, António; GOMES, Marques; LEITÃO, Joaquim - *Livro de Ouro da 1ª Viagem de S. M. El-Rei D. Manuel II ao norte de Portugal*. Foz do Douro: ed. Carlos Pereira Castro, 1908. 195 p.
- BASTOS, Carlos (org.) - *Livro de Ouro do Comércio e da Indústria do Porto*. [Porto]: Carlos Basto, 1943.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues – *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do século XIX: O Círculo Eboense*. Évora. Departamento de História da Universidade de Évora, 1992. 300 p. Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica.
- BRITO, Sandra – “*Clube Fenianos Portuenses: um projecto de civilização, uma busca de projecção*”. Tese de mestrado. 2004. FLUP (texto policopiado).
- BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 311p. ISBN 972-29-0014-05
- CARVALHO, José Murilo – *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p. ISBN 85-7164-128-5.
- CARVALHO, José Murilo – *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 196 p. ISBN 85-85095-13-X.
- CHARTIER, Roger – *A História Cultural. Entre Práticas e Representações. Porto: Afrontamento, 1990*.
- CORBIN, Alain – *História dos Tempos Livres*; Lisboa: Teorema, 2001. 514 p. ISBN 972-695-464-9
- CUNHA, Maria Clementina Pereira - *Ecoss de Folia: uma História Social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 396 p. ISBN 85-359-0104-3. Tese de Doutoramento.
- CRUZ, Maria Antonieta - *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999. 711 p. ISBN 972-8386-23-0. Tese de Doutoramento. 1994
- DAUMARD, Adeline – *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. S. Paulo: Perspectiva, 1985.
- DAUMAR, Adeline (dir.) – *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XX siècle*. Abbeville: Imprimerie Paillart, 1983
- ELIAS, Nobert – *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1989-1990. 2 vols.
- GOMES, Mário José Afonso – *Da Vida Social em Elvas: As Instituições de Sociabilidade de Finais do Século XIX a Meados do Século XX*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996. 286 p. Tese de Mestrado em Literatura e Culturas Portuguesas.
- LOPES, João Teixeira – *A Cidade e a Cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. [s.l.]: Edições Afrontamento/C.M.P. 390 p. ISBN 972- 36-0529-5.
- MEIRELES, José - *Pelo Porto*. Famacião: Fernando Machado editores, 1941. 245 p.
- RAMOS, Luís A. Oliveira (dir.) – *História da Cidade do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2.
- REIS, Artur Duarte Sousa - *Jornais do Porto*. Porto: BPMP, 1999. 84 p. ISBN 972-634-092-6.
- VILAÇA, Helena Carlota Ribeiro – *Associativismo e Movimentos Sociais: modalidades de participação*. Porto: FLUP, 1993. 139 p. (Provas de Aptidão Pedagógica e Científica)
- VOVELLE, Michel - *Ideologias y mentalidades*; trad. de Juana Bignozzi. 1ª edição. Barcelona: Ariel, 1985. 327 p.

### Artigos:

- BAIONA, MANUEL - *Sociabilidade Política no final da I República em Évora: O Centro Republicano Nacionalista Eboense*. Separata das Actas do Congresso “Maia-História Regional e Local”. [S.l. : s.n.], 1999. pp. 85-103.

- BRITO, Sandra – *O Carnaval e o mundo burguês in Porto*, Universidade - Revista da Faculdade de Letras: História 2006 (no prelo).
- FERNANDES, António Teixeira – Poder Autárquico e Poderes Difusos. *Revista de Sociologia*. Porto: FLUP. Série I. vol. III (1993), pp. 9-34.
- FERNANDES, António Teixeira – Espaço Social e suas representações. *Revista de Sociologia*. Porto: FLUP. Série I. Vol II (1992), pp. 61-100.
- GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE – Os Homens da Governança. *Boletim Cultural*. Porto: C.M.P. 1949, vol. XII, Fasc. 3-4 [Setembro-Dezembro 1949], p. 332-340.
- GUICHARD, François – O Porto no século XX. RAMOS, Luís A. Oliveira (dir.) – *História da Cidade do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto editora, 2000
- JORNADAS DE ESTUDO NORTE DE PORTUGAL – AQUITÂNIA, III, Porto, 1993 - CRUZ, Antonieta – O Poder Regional: Mitos e Lendas: actas. CENP: Publicações da U.P., 1996. pp. 403-413.
- MEHL, Dominique – Culture et associatives. *Sociologie du Travail*. N° 1. 1892
- ROQUE, João Lourenço – Coimbra de Meados do Século XIX a Inícios do Séc. XX: Imagens da Sociabilidade Urbana. Revista da História das Ideias: Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1990. vol. 12. pp. 301-337.
- VIEGAS, José Manuel Leite – Associativismo e Dinâmica Cultural. *Sociologia: problemas e práticas*. [s.l.]: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/Real Editores. n.º 1 (Junho 1986). pp. 114-122.
- VILAÇA, Helena – Associativismo Urbano e Participação na Cidade. *Revista de Sociologia*. Porto: FLUP. Série I. vol. I (1991), pp. 175-186.

Jean Pierre Dedieu\*

## Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l'histoire sociale. Le système Fichoz

### R E S U M O

*Fichoz c'est un système de base de données permettant le recueil et le classement de tout type de renseignements concernant les personnes aux époques historiques. Système intégré, il permet de stocker des données de type biographique classiques, généalogiques, notariales, judiciaires, paroissiales, administratives dans un même fichier, selon un format unique permettant de les traiter simultanément. L'élaboration du système s'est faite dans le but de fournir un instrument qui permette de faire face au défi posé par l'évolution récente du paradigme dominant en histoire sociale. Prenant l'action et la relation comme éléments de base, il met sur le même plan l'ensemble des champs entre lesquels on divisait traditionnellement l'étude: histoire sociale, économique, religieuse, institutionnelle, judiciaire, familiale et autres. Il repose sur l'idée que si chacun a sa logique propre, l'action sociale de l'individu est fondée sur la mise en relation de ces diverses logiques, qu'il est donc essentiel de prendre en compte simultanément*

Le paradigme qui régit l'histoire sociale a rapidement évolué au cours des quinze dernières années<sup>1</sup>. Il reposait depuis le milieu du XIXe siècle sur l'idée que les conduites individuelles manquaient d'intérêt, que seuls importaient les groupes. Qu'on les appelât classes sociales, ordres, civilisations, royaumes ou catégories socio-professionnelles changeait finalement peu de choses: l'historien maniait de grandes masses, définies par quelques traits caractéristiques<sup>2</sup>, et il se donnait pour objectif de décrire leurs rapports, le jeu de leurs alliances et de leurs affrontements. L'individu, lorsqu'il l'étudiait, ne l'intéressait pas en lui-même: il ne valait que s'il était l'expression, l'illustration de la nature d'un groupe, ou un leader qui avait su cristalliser la stratégie d'un groupe autour de sa personne. La seconde moitié du XX siècle fut marquée par une extension considérable du regard de l'historien. Il prit en compte des contraintes techniques et écologiques jusque là négligées<sup>3</sup>: la distance devint un facteur clef; les contraintes sanitaires, alimentaires et

\* CNRS/Larhra - Lyon.

<sup>1</sup> Les premières pages de cet article ont fait l'objet, sous une forme légèrement différente, d'une publication dans une revue interne du CNRS: *Une nouvelle approche de l'histoire sociale: les grandes bases de données*. « Sciences de l'homme et de la société (CNRS), N° spécial -Vie de laboratoires», 2003, n° 66, p. 35-38.

<sup>2</sup> On définit volontiers dans certains cercles d'expression française cette pratique comme «durkheimienne», faisant porter la l'illustre sociologue la responsabilité d'un état de fait maintenant rejeté.

<sup>3</sup> BRAUDEL, Fernand, 1966 - *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 2ème éd., Paris, Armand Colin, 2 vol.

démographiques passèrent au premier plan de ses préoccupations. Il comprit l'importance des représentations, autrement dit que la manière dont les acteurs percevaient les choses avait autant d'effet que leur réalité substantielle<sup>4</sup>. Il rêva d'une histoire totale, qui ferait contribuer l'ensemble des champs nouveaux qu'il s'ouvrait à l'intelligibilité d'histoires régionales, lesquelles prendraient en compte, à leur tour, l'ensemble des interactions entre les différentes régions du monde pour expliquer l'histoire de chacune d'entre elles. Il imagina en un mot pouvoir faire tenir ensemble l'ensemble des domaines qui constituent une civilisation, et l'ensemble des civilisations connues saisies d'un seul regard, mieux qu'aucune autre science sociale n'avait su le faire auparavant. Ce fut la grandeur de F. Braudel et de «l'Ecole des Annales» d'avoir su formuler cette ambition avec une force inégalée<sup>5</sup>.

De tout cela, redisons-le, l'individu restait absent. L'observation montrait sans cesse que les contours des ensembles géographiques, culturels, sociaux que l'on manipulait étaient flous, que leurs périphéries constituaient des lieux d'échange à l'identité incertaine que l'on avait du mal à faire entrer dans ce schéma d'interactions limitées entre acteurs bien définis, car les critères utilisés pour caractériser ces derniers s'appliquaient mal sur ces marges et cette indéfinition même semblait constitutive de leur nature. La somme de ces espaces incertains finissait par représenter une part si importante du terrain observée qu'il était difficile de les ignorer. Par ailleurs, même dans les zones centrales du modèle, si l'on rendait assez bien compte des conflits entre groupes, sur quelque plan que l'on se place - social, culturel, économique, politique - on éprouvait de grandes difficultés à conceptualiser les relations de collaboration intergroupe, autrement dit le ciment qui faisait tenir ensemble les sociétés dont on était censé rendre compte. Une fois achevée la première exploration des terrains nouvellement défrichés, on s'aperçut de même qu'il n'était pas facile de décrire les voies par lesquels ils interagissaient l'un avec l'autre.

Réapparut alors l'acteur individuel. Fortement inspirés par une évolution parallèle d'autres sciences sociales, redécouvrant par ailleurs des courants minoritaires de leur propre discipline, les historiens s'aperçurent que, loin d'être un pur produit de forces extérieures, l'acteur secrétait littéralement la société dans laquelle il vivait. On ne rejeta pas l'acquis pour autant. L'idée subsiste, fortement ancrée, que l'individu agit dans des cadres de multiples nature qui sont autant de contraintes qui pèsent sur son action. L'idée subsiste aussi que l'action individuelle s'inscrit à l'intérieur de groupes; mais on perçoit ceux-ci de façon beaucoup plus fine qu'autrefois, on les voit beaucoup plus nombreux, multiples et divers dans leur définition. Les grands acteurs collectifs qui servaient de cadre à l'interprétation antérieure, ont perdu leur caractère absolu. Ils sont perçus comme des abstractions utiles à un certain niveau d'analyse, sans préjudice d'autres, plus fins<sup>6</sup>. Les appartenances surtout ne sont plus exclusives. La multiappartenance est la règle. Dans chacun des domaines de la vie, l'individu appartient à un collectif différent,

<sup>4</sup> Un premier bilan, triomphant, de cette extension fut dressé dans un ouvrage collectif d'historiens presque tous français: LÉROY-LADURIE, Emmanuel, éd, 1977 - *Le territoire de l'historien*, Paris, Gallimard.

<sup>5</sup> BRAUDEL, Fernand, 1967 - *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIIe siècles)*, Paris, 2 vol.

<sup>6</sup> REVEL, Jacques, dir., 1996 - *Jeux d'échelle. De la micro-analyse à l'expérience*, Paris, Gallimard.

doté de sa logique propre. Il combine ces logiques dans son action, qui en est la synthèse<sup>7</sup>. Celles-ci sont elles-mêmes le produit des interactions entre les acteurs qui constituent les collectifs en action *hic et nunc*. Ces individus reproduisent les conduites antérieurement marquées comme acceptables par le groupe, mais en les distordant en fonction des intérêts qu'ils ont dans d'autres groupes. Ils les font ainsi évoluer et créent de nouvelles normes<sup>8</sup>.

La compréhension de ces phénomènes et des règles qui les régissent apparaît aujourd'hui comme une urgence. Nous savons qu'elle est le chemin vers l'histoire totale que les pères fondateurs de la discipline sous sa forme actuelle lui ont donné pour objectif. Elle nous pose cependant un déficit technique de grande ampleur.

Le paradigme ancien, fondé sur un nombre restreint d'acteurs collectifs, réduisait considérablement le nombre des interactions possibles entre eux et de leurs combinatoires. La recherche prenait très souvent l'allure du rassemblement de données statistiques sur les différents groupes mis en présence, censées les caractériser comme acteurs collectifs. Une fois ces caractères - en nombre restreint - mis en évidence, on les reliait comme on pouvait sans trop s'attarder sur les modalités pratiques de leurs interactions, que l'on postulait plus qu'on ne les décrivait. La masse documentaire mise en oeuvre pouvait être considérable<sup>9</sup>. Elle présentait cependant presque toujours deux caractéristiques: sa définition préalable à la recherche en adéquation étroite à l'objectif poursuivi, en fonction d'une hypothèse de travail préexistante, ce qui avait pour inconvénient de rendre très rigide le processus de recherche, et pratiquement impossible la réutilisation des données pour une autre recherche<sup>10</sup>; son caractère anonyme: sauf cas exceptionnel, les données n'étaient jamais nominatives<sup>11</sup>. L'avantage résidait, comme on s'en aperçut *a posteriori*, dans leur volume comparativement faible.

Le but que nous poursuivons aujourd'hui impose une pratique documentaire très différente. La recherche est centrée sur les acteurs, nous l'avons vu. Même en histoire institutionnelle, même en histoire économique<sup>12</sup>. Or, un acteur ne peut se concevoir

<sup>7</sup> BOLTANSKI, Luc, et THEVENOT, Laurent, 1991 - *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.

<sup>8</sup> BECKERT, Jens, 2000 - *Economic action and embeddedness: the problem of the structure of action*. "Economic Sociology", electronic review (Amsterdam), [www.pscw.wve.nl/sociosite](http://www.pscw.wve.nl/sociosite). Repris dans Bechert (Jens), *Beyond the Market: the Social Foundations of Economic Efficiency*, trad. ag., Princeton, 2002.

<sup>9</sup> VOVELLE, Michel, 1973 - *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments*, Paris, Plon, 700 p.

<sup>10</sup> De gros efforts ont été faits, notamment aux Pays-Bas, pour réutiliser les données informatisées des premiers chercheurs ayant utilisé les ordinateurs. Elles ont échoué, mais il faut attendre les années 1980 et les travaux menés à Paris autour de demeurant - qu'à cause de cette dépendance du recueil des données à une problématique très précise. Voir: VAN HORIK, René, 1990 - *The development of a new standard: the historical data set description scheme*, in «L'ordinateur et le métier d'historien, Bordeaux, Maison des Pays Ibériques», p. 137-140.

<sup>11</sup> Les études fondées sur les techniques de reconstitution des familles de Louis Henri utilisaient les noms pour déterminer l'appartenance à un même groupe familial; mais l'individualisation disparaissait complètement lors de l'étude proprement dite et lors de la publication des résultats. Il faut attendre les années 1980 et les travaux menés à Paris autour de Jean Pierre Bardet ou à Cambridge autour de Allan Mc Farlane, utilisent l'individu autrement que comme un simple numéro statistique. Voir comme exemple de ces nouvelles techniques: PELISSIER, Jean Pierre, 1987 - *Démographie, généalogie, micro-informatique*, Paris, Ed. Christians, 2ème éd., [1983].

<sup>12</sup> BECKERT, 2000; BONIN, Hubert; BOUNEAU, Christophe; CAILLET, Ludovic; FERNANDEZ, Alexandre; MARZAGALLI, Silvia, ed. 2002 - *Transnational companies - 19th - 29th centuries*, Paris, Plage.



que globalement. On ne peut distinguer en lui l'*homo oeconomicus*, de l'*homo socialis*, de l'*homo religiosus*, du *paterfamilias* ou du *magister docens*: ce sont des rôles distincts, mais dans chacun d'eux il assume simultanément tous les autres, ce qui oblige à rassembler des données sur son action dans chacun de ces domaines avant d'opiner. Par ailleurs, c'est l'étude des interactions qui est prioritaire. Cela signifie que l'individu ne pouvant être compris que dans ses relations avec d'autres, tout ensemble de données le concernant doit inclure les informations pertinentes sur l'ensemble des personnes avec lesquelles il est lié jusqu'au degré pertinent pour l'étude en cours. L'on ne pose plus enfin les interactions comme découlant mécaniquement de la juxtaposition des caractères définissant les différents groupes, mais comme des stratégies souples dépendant hautement du contexte. De ce fait, les règles qui les régissent, et dont la découverte constitue l'un des objectifs principaux de la recherche, ne sont plus déduites de la situation de départ, mais inférées de l'observation de conduites effectives. Tout ceci conduit à multiplier les points d'observation et à procéder sur chacun d'eux à des rassemblements de données particulièrement lourds, sans commune mesure en tout cas avec les exigences du paradigme antérieur.

D'où un goulot d'étranglement: la masse d'information nécessaire dépasse les capacités d'un chercheur isolé travaillant selon les techniques traditionnelles de la fiche manuelle, modèle encore dominant dans la profession. L'informatisation et le travail collectif s'imposent. Selon quel cahier des charges<sup>13</sup>?

Les données doivent évidemment être nominatives. Il n'est pas nécessaire d'insister sur ce point.

Si l'on tient compte du fait que le travail collectif est une nécessité, elles doivent pouvoir être utilisées dans plusieurs types de recherches. Ceci implique qu'elles soient stockées selon une articulation qui, tout en permettant d'y accéder rapidement, respecte strictement l'articulation des documents de façon à les lier le moins possible à une recherche particulière. Cette nécessité est d'autant plus impérieuse que la procédure d'inférence que nous décrivons ci-dessus interdit tout *a priori* sur la manière s'agenceront les différents facteurs dans le modèle final qui sera le produit de la recherche. Comment procéder pour concilier souplesse, ergonomie et neutralité? Il y a eu au moins une tentative antérieure, très poussée, qui respectait la lettre du document et se contentait d'affecter chacun de ses éléments de marqueurs qui permettaient de retrouver ce que l'on cherchait: noms propres, noms d'objets, concepts, lieux, etc.: le langage de codification des données historiques Kleio, développé en Allemagne par Manfred Thaler<sup>14</sup>. La souplesse de

<sup>13</sup> Le système Fichoz, dont nous décrivons à partir d'ici les caractéristiques principales, a été réalisé principalement par l'auteur de ces lignes, pour répondre aux nécessités d'une recherche entamée par Didier Ozanam et menée en compagnie de nombreux autres chercheurs, dont les réflexions ont considérablement enrichi l'instrument. Mentionnons parmi d'autres, pour le rôle moteur direct qu'ils ont joué dans cet enrichissement, Juan Luis Castellano, María Victoria López Cordon, Francisco Andújar, Teresa Nava, José María Imizcoz, Michel Bertrand, Jean Marc Buigues, Monique Peronnet et, parmi nos étudiants, Lucrecia Enriquez, Thomas Glessener, Valérie Lafage, Sylvie Pinault, Aude Bullier, Olivier Drault, Dominique Goncalves, Pascal Raynaud, Isabelle Rio, Franck Saint-Avit, Marie-Pierre Lacoste, Catherine Leroy, Céline Lèbre, Marlène Pérez, Jérôme Grondin, Clara Palmiste.

<sup>14</sup> THALLER, Manfred, 1987 - *Κλειο. A data base system for historical research. Version 1.1.1, b-test Version*, Göttingen, Max-Planck-Institut für Geschichte, 127 p.

l'instrument était parfaite, sa neutralité très forte, son ergonomie, hélas, très faible: le nombre des types de marqueurs était tel qu'il était pratiquement impossible de dominer le système. Ceci conduisit à son échec. Le mode de marquage rendait en outre difficile l'attribution claire de chaque élément à un acteur particulier, ce qui rompait avec l'exigence nominative.

La nouvelle conception du travail en histoire sociale nous dicte la solution. Il faut traiter chaque donnée comme un événement dans la vie d'un acteur. La documentation doit donc se lire comme une suite de séquences décrivant des actions effectuées ou subies par un acteur individualisé. Chacune de ces actions doit correspondre à une entrée dans une base de données contenant tous les éléments nécessaires à son interprétation: nature et description de l'action, identification de l'acteur, date, référence, éléments de contexte, etc. Le découpage de la documentation en actions est de la responsabilité du chercheur et donne prise à une marge d'interprétation; mais en aucun cas aucune intervention individuelle mentionnée par la source, pour faible qu'il soit, ne doit être laissée de côté. L'ordinateur se charge de remonter la suite des actions concernant un individu ou de regrouper les actions similaires effectuées par des individus différents, ce qui obvie les conséquences négatives de l'effet de masse.

Ces actions peuvent être uninominales (exemple: naissance de l'acteur) ou binominales (exemple: l'acteur (1) appuie l'acteur (2) pour l'obtention de tel poste), et traitées quel que soit leur type par un modèle unique de fiche de type:

Acteur (1)      Relation      Acteur (2)

dans le cas où l'action est binominale;

—                      Action      Acteur (2)

dans le cas où l'action est uninominale, séquence identique à la précédente en laissant la première position vide. Ceci permet de traiter dans le même fichier et selon le même format informatique à la fois les événements biographiques de carrière et les relations établies dans le courant de la vie, de les manipuler avec une souplesse parfaite, et de les stocker pour une utilisation postérieure, par le chercheur qui les a rassemblés ou par tout autre.

Un tel schéma s'avère extraordinairement robuste et permet de couvrir l'ensemble des cas possibles, quelle que soit la source - chronique, archives administratives ou judiciaires, correspondance, actes notariés, registres paroissiaux, littérature secondaire ou autre. Il permet notamment un dépouillement extrêmement rapide des instruments publics - registres paroissiaux, état civil, actes notariés -, qui ne sont en fin de compte que des machines à créer de relations interindividuelles<sup>15</sup>. Il en livre de façon immédiate la matière dans le contexte de la carrière vitale de chacun des acteurs<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Relations interindividuelles dans ce cas particulièrement faciles à exploiter, car légalement prédéfinies.

<sup>16</sup> Autre tentative remarquable dans ce domaine, selon des principes similaires, mais plus spécialisé sur les correspondances intellectuelles, celle de Pierre-Yves Beaurepaire et Dominique Taurisson, dans le cadre du CEDIM de Montpellier. Voir: BEAUREPAIRE, Pierre Yves, TAURISSON, Dominique, éd., 2002 - *Les ego-documents à l'heure électronique. Nouvelles approches des espaces et réseaux relationnels - Colloque de Montpellier, 23-25, 10, 2002*, site:

Il impose surtout une lecture nouvelle de la documentation. La nécessité du découpage en séquences événementielles nominatives oblige à jeter sur les sources un regard froid, discipliné, donc plus objectif. Elle impose la désagrégation de conduites auparavant perçues en bloc comme un tout en unités constituantes, ce qui met en valeur leur complexité, tout en permettant de retrouver des comportements de base qui constituent en quelque sorte les atomes de l'action sociale, atomes que la pratique précédente, beaucoup moins encadrée, offusquait sous l'implicite. La notion de «clientélisme» par exemple, vole en éclat. Nous découvrons, sous ce que l'historiographie range d'habitude sous cette étiquette, des schémas très divers, qui ont certes en commun une relation inégalitaire entre deux acteurs, mais recouvrent des réalités et obéissent à des règles différentes: proximité familiale, origine géographique commune, services préalables qui exigent retour, soit directement en faveur du donataire, soit indirectement par un vaste jeu de compensation qui lie à tous les autres chacun des acteurs agissant dans une sphère commune, considérations d'efficacité pratique, proximité idéologique, sont tous des éléments qui peuvent conduire à la «clientèle», mais par des voies et sous des formes si différentes que le concept apparaît rapidement comme dénué de pertinence sous sa forme brute générale<sup>17</sup>. L'expérience des utilisateurs est unanime: l'utilisation de la base implique une manière nouvelle d'aborder les sources et une multiplication des données que l'on en tire.

La possibilité de rassembler, au sein d'une même base et sous une forme nominative, c'est-à-dire de façon directement accessible, des données récoltées par des chercheurs différents induit à soi seul un enrichissement considérable des perspectives de recherche. Chacun ne voit que la documentation qui l'intéresse, sous l'angle qui l'intéresse. Le spécialiste de l'économie n'est que médiocrement intéressé par le rôle diplomatique des marchands qu'il étudie; le spécialiste d'histoire administrative en revanche oubliera volontiers que tel employé de bureau est avant tout un grand poète, et à l'inverse le spécialiste de poétique ne prendra pas en compte que l'auteur des odes bucoliques qu'il admire a passé le plus clair de sa vie enfermé dans un bureau poussiéreux à surveiller les humeurs d'un chef grincheux. L'historiographie classique tend ainsi à aplatir le caractère multidimensionnel des carrières individuelles, à les réduire à un aspect et un seul. Cela était admissible sous le règne de l'ancien paradigme. Ce ne l'est plus sous le nouveau pour qui, nous l'avons vu, met au centre de ses préoccupations la coïncidence sur le même individu de logiques sociales de type différent. L'inconvénient reste cependant très difficile à obvier: on ne peut demander à un chercheur individuel qu'il mène des

---

egodoc.revues.org/octobre.2002, Montpellier. Ce système fonctionne selon des principes très proches de ceux que nous proposons ici. Il permet de lier édition typographique enrichie, recherche des liens et recherche de des actions individuelles. Il reste cependant à notre avis trop proche de l'indexation traditionnelle pour constituer un véritable instrument de recherche systématique, mais il est dans son domaine une réussite remarquable.

<sup>17</sup> Sur la question des clientèles, l'un des meilleurs ouvrages reste: KETTERING, Sharon, 1986 - *Patrons, Brokers and Clients in Seventeenth Century France*, New York, Oxford University Press. Cette complexité, qui implique la coexistence de logiques différentes, explique, selon nous, l'instabilité des clientèles souvent constatée, parfois de manière déroutante, par la plupart des auteurs qui ont traité la question.

recherche sur tout avec une égale compétence. En revanche, une base de donnée organisée comme nous le proposons, si elle contient des informations sur la participation d'un même acteur à des mondes différents, oblige le chercheur qui l'utilise à les prendre en compte, en les lui servant qu'il le veuille ou pas, lorsqu'il recherche les données chargées. Ceci pose la question du nécessaire travail collectif, et largement collectif, indispensable au plein rendement de la base.

La constitution de la base déborde largement le cadre du simple recueil des données et impose une réflexion de fond sur nombre de problèmes importants. Les événements uninominaux, outre les grands événements de la vie que sont la naissance, les mariages et le décès, concernent les études, le choix de la profession, la carrière. On rencontre ainsi au passage une foule d'institutions sur lesquelles on n'avait pas coutume de s'attarder mais que la nécessaire transparence du travail informatique rend nécessaire d'explicitier. Un fichier annexe des institutions développe ces aspects (DIEM: Dictionnaire des Institutions de l'Époque Moderne). De même, l'examen systématique, sans exclusive ni *a priori*, des relations entre individus, et la nécessité de définir synthétiquement des types de relations pour pouvoir tout simplement manier la base, pose le problème de leur recensement et de leur classement. Si dans le domaine de l'histoire institutionnelle la mise au jour de données nouvelles est considérable, que dire de celui, beaucoup moins travaillé, des relations interpersonnelles! La création de la base exige l'élaboration d'une syntaxe générale de ces dernières qui constitue à elle seule un programme de recherche à part entière. C'est un terrain de recherche pratiquement vierge, dont nous avons vu, pour lui aussi, à quel point il est central dans le nouveau paradigme. On remarquera que la base, si elle rend indispensable un tel travail, le permet aussi en rendant aisément accessibles les milliers d'événements relationnels à partir desquels doivent être inférés les règles qui les régissent.

On l'aura compris, le système que nous décrivons ne saurait être un dictionnaire biographique, sinon son contraire. Ce doit être un instrument ouvert, en perpétuelle évolution, où chacun apporte et prend<sup>18</sup>. La nouvelle pratique de l'histoire sociale rend impossible la fermeture d'un corpus «exhaustif». Il est bien rare en outre qu'un chercheur qui consulte la base trouve du neuf sur les personnages qui sont au cœur de son étude, du moins sous l'aspect sous lequel il les envisage principalement. Il y découvre en revanche systématiquement ce qu'il n'y cherchait pas: des facettes imprévues des protagonistes qu'il croyait le mieux connaître et surtout une série de connections avec d'autres dont il n'avait généralement pas la moindre idée. Nous n'infligerons pas à nos lecteurs le récit de nos souvenirs à ce propos pour ne pas céder à la tentation du pittoresque et ne froisser

<sup>18</sup> Le dictionnaire biographique de conception classique, c'est-à-dire fermé sur lui-même, figé dans un état donné à un moment donné, n'a plus à notre avis de fonction scientifique à l'heure actuelle, pour des raisons que le lecteur déduira aisément de ce qui précède. Il garde, en revanche, sa valeur pédagogique et sa valeur politique de détermination d'un corpus de grands ancêtres de la tribu, indispensable à sa constitution identitaire. L'usage de l'histoire à cette fin reste, qu'on le déplore ou non, l'une des principales fonctions sociales de la discipline.

aucune sensibilité. Ils nous croiront sur paroles si nous leur affirmons qu'à bien des reprises nous avons été témoin à ce propos de scènes qui ne manquaient pas de sel, les réactions allant de l'enthousiasme le plus franc au désespoir le plus profond de devoir remettre sur le chantier une étude qui paraissait achevée. Passons.

Nous avons dit pourquoi la collaboration entre chercheurs était indispensable autour de la base. Nous avons mis en place, pour la rendre effective, la procédure suivante. Nous avons élaboré le système à propos d'une recherche sur les personnels administratifs et politiques de l'Espagne du XVIII<sup>e</sup> siècle<sup>19</sup>. Nous disposons à l'heure actuelle d'une base de données de 250 000 événements biographiques concernant quelque 43 000 personnes, pour l'essentiel des agents de la monarchie espagnole de l'époque. Le chargement des données a évidemment constitué un travail de groupe qui, d'une façon ou d'une autre, a impliqué une quarantaine de chercheurs d'une demi-douzaine de pays. L'instrument étant arrivé à maturité, nous le diffusons en proposant à nos partenaires une mise à disposition gratuite des données déjà engrangées; ils agrègent à celles-ci celles qu'ils dépouillent pour leur propre recherche et les mettent en contrepartie à disposition de la collectivité: l'universalité du domaine d'intérêt et l'homogénéité de la mise en forme rend, redisons-le, ces données utiles à l'ensemble des utilisateurs. Nous espérons créer à terme un instrument de référence permettant à la fois l'identification des acteurs - comme le ferait un dictionnaire biographique, totalement transparent - mais encore la fourniture de séquences biographiques et relationnelles à la demande en vue de test et d'expériences.

Collaborer est plus facile à dire qu'à faire. On aura compris que, contrairement à ce que beaucoup de candidats collaborateurs s'imaginent, la base ne leur fournit pas toutes mâchées les informations dont ils ont besoin pour le cœur de leur étude. On aura compris également que transcrire dans la base ses propres données n'est pas une mince affaire. D'un côté, l'informatique n'admet pas l'imprécision. La mise en forme, même minimale, des données, en exige une compréhension totale. Par voie de conséquence il est extrêmement difficile de confier un tel travail à du personnel technique, sauf de très haut niveau ou sur des sections précises, isolées et parfaitement homogènes, sous le contrôle strict du chercheur: le recueil des données, au contraire de ce que l'on pense trop souvent en sciences sociales y compris, hélas, chez les autorités qui décident des politiques de recherche, est partie intégrante du processus de recherche et nullement une tâche mécanique quasi-automatisable que l'on puisse confier à du personnel annexe. Elle joue chez nous le même rôle que la conception d'une manipulation dans les sciences dites expérimentales: le chercheur peut s'y faire aider, mais il doit garder le

---

<sup>19</sup> Groupe PAPE, actif depuis 1989 dans le cadre de l'UMR TEMIBER (CNRS / Université de Bordeaux III). Il regroupe un réseau de chercheurs français (Bordeaux, Toulouse, Paris, Montpellier, pour l'essentiel), chiliens (Université Catholique de Santiago du Chili) et espagnols (Barcelone, Alicante, Grenade, Madrid pour l'essentiel). Il a largement bénéficié de l'appui du CNRS, notamment grâce à un PICS, et du Ministère des Affaires Etrangères et trois Actions Intégrées franco-espagnoles. Il a été transféré en janvier 2005 à l'UMR LARHRA (CNRS/ Universités de Lyon / ENS), à Lyon.

contrôle de tous les aspects du travail sans s'en décharger sur les épaules d'un tiers, surtout quand les données sont destinées à un usage collectif et que la valeur d'un ensemble de ce type se mesure à celle de son maillon le plus faible. La prise de conscience de la dure nécessité de mettre personnellement la main à la pâte, et de l'y mettre abondamment, continûment, a découragé plus d'une bonne volonté.

La connaissance de l'informatique est une nécessité. La consultation visuelle des données et leur chargement n'exigent que des connaissances élémentaires: toutes les tâches courantes de recherche sont en effet automatisées et accessibles par boutons figurant sur l'écran. Une batterie d'écrans de présentation permet en outre d'accéder aux données sous toutes les formes courantes et à l'impression, gérée par la machine des carrières sélectionnées. En revanche, le système ne prend pas en charge l'exploitation statistique ni les recherches très complexes: il n'est en aucun cas un système d'exploitation de données historiques, mais un (presque) pur instrument de stockage et de filtrage<sup>20</sup>. Lorsque l'on a besoin de résultats fins exploitables statistiquement, il faut d'abord sélectionner l'ensemble des fiches correspondantes, puis exporter les données nécessaires à Excel, les travailler ensuite sous ce dernier logiciel. Tout cela reste à la portée du chercheur moyen, à condition qu'il ait été formé au maniement d'Excel et qu'il possède les bases de l'analyse informatique. Tant que ces disciplines indispensables n'auront pas été introduites systématiquement dans les cursus d'histoire, nous aurons là un goulot d'étranglement qui gênera le développement de tels systèmes.

Passons sur le problème de la propriété intellectuelle. Curieusement, il ne nous a guère gêné jusqu'à aujourd'hui, contrairement à ce que nous craignons au départ. À l'évidence, l'avantage que l'utilisateur trouve à la base compense l'inconvénient de devoir partager le fruit de son travail. La grande question est celle de la gestion de la base. Plus celle-ci grandit, plus elle est utile, car plus de connexions elle permet. Or l'introduction des données est nécessairement décentralisée. La première tâche du centre qui piloterait l'opération consisterait donc à récupérer les données chargées par les groupes de travail indépendants, à les valider et à les intégrer dans la base principale, puis à redistribuer les exemplaires mis à jour à l'ensemble des participants. Si, comme il est souhaitable, la base est un jour installée sur la toile mondiale et accessible à distance, cette fonction en sera transformée, mais non abolie: validation et agrégation des données resteront identiques. Le centre de gestion devrait par ailleurs assurer la formation des utilisateurs, l'évaluation de leur besoins; guider leurs attentes, vérifier leur pratique et proposer les évolutions souhaitables du système en fonction de la demande. Il devrait enfin, et c'est en cela qu'il dépasserait une pure fonction de service, coordonner ou mener les recherches nécessaires à la compréhension des mécanismes institutionnels ou

---

<sup>20</sup> Le système facilite les recherches par l'intégration d'un codage systématique des événements et des relations stockées. Il permet en outre à chaque utilisateur de constituer des fichiers de codage propres, en fonction de ses besoins particuliers, sans interférence avec les codages effectués par d'autres chercheurs. Nous considérons que l'exploitation des données pouvant se faire dans les directions les plus variées en fonction des besoins de chaque recherche et selon des évolutions imprévisibles, la constitution d'un logiciel voulant la prendre en charge serait vouée à l'échec.

relationnels nécessaires à l'interprétation des données. La création d'un tel organisme devient urgente.

Du point de vue technique, la base est tenue pour le moment sous le logiciel FileMaker.Pro, dont nous apprécions la souplesse, la puissance et l'ergonomie. Elle est transposable sous tout logiciel de base de données qui n'exige pas des champs de longueur fixe. Nous donnons en appendice, à titre indicatif, la liste des fichiers et des champs constituant le système.

## Annexes

### Liste des fichiers et des champs du système Fichoz

Le système Fichoz comprend des fichiers principaux, où sont stockés les données événementielles et relationnelles concernant les individus, et des fichiers annexes donnant des éléments de contexte.

#### Fichiers principaux

##### *Fichier Actoz\_acontecimientos*

C'est le fichier principal du système. Il contient l'ensemble des événements uni- et binominaux à raison d'un par registre informatique. Chaque registre comprend, le nom du ou des acteurs, un numéro d'identification de celui-ci ou ceux-ci<sup>21</sup>, la date de début et de fin de l'événement, la liste des sources utilisées, des remarques et la mention des événements annexes. Il contient également un code, inséré par l'administrateur, qui permet de retrouver aisément tous les événements d'une même classe (voir ci-dessous le paragraphe sur le fichier Codipost). Un champ donne l'âge de l'acteur ou des acteurs concernés à la date de l'événement. Celui-ci est automatiquement calculé par l'ordinateur si l'on possède pour le personnage une année de naissance et pour l'événement le millésime.

##### *Fichier Actoz\_documentos*

Lors du dépouillement des actes publics (protocoles notariaux, registres paroissiaux) ou de pièces de correspondance (lettres, billets, etc.), Actoz\_documentos reçoit le texte ou un résumé de l'acte ou de la lettre. Informatiquement lié à Actoz\_acontecimientos, il permet de faire apparaître le contenu de du document dépouillé sur une moitié de l'écran et, en regard sur l'autre moitié, la liste des relations qu'il engendre. Il permet aussi de sélectionner automatiquement dans Actoz\_acontecimientos l'ensemble des registres issus d'un même document public ou d'une même pièce de correspondance.

---

<sup>21</sup> Ce numéro d'identification, attribué par le chercheur la première fois qu'il rencontre l'individu et qui suit celui-ci à jamais dans la base, permet de résoudre de façon très économique le problème des homonymies et des variations onomastiques.

*Fichier Actoz\_datos\_actores*

Stocke au vol les données individuelles non relationnelles mentionnées dans les actes publics ou les lettres. Son utilisation accélère considérablement le dépouillement de ces pièces.

*Fichier Actoz\_importación*

Fichier de même structure que Actoz\_acontecimientos, qui permet d'importer dans la base principale de façon ergonomique les fichiers constitués par des collaborateurs extérieurs.

**Fichiers de codification**

Ces fichiers sont à la disposition des utilisateurs pour procéder aux codifications qui leurs semblent nécessaires pour leur recherche. Liés aux fichiers principaux, ils permettent d'accéder directement aux données que ceux-ci contiennent. Un jeu de fichiers vides est créé par copie pour chacun des utilisateurs. Chaque jeu est automatiquement branché sur les fichiers principaux dès qu'on donne aux fichiers qui le composent leur nom canonique. Pour débrancher les fichiers et laisser la place à d'autres, il suffit de transformer leur nom en leur donnant, par exemple, celui de leur utilisateur.

*Actoz\_codif\_acontecimientos*

Codifie chacun des champs du fichier principal Actoz\_acontecimientos.

*Actoz\_codif\_datos\_actores*

Codifie chacun des champs du fichier principal Actoz\_datos\_actores.

*Actoz\_codif\_documentos*

Codifie chacun des champs du fichier principal Actoz\_documentos.

*Actoz\_codif\_marcadores*

Permet de marquer des événements mentionnés dans l'un des fichiers principaux, quel qu'il soit, pour son usage ultérieur.

**Fichiers de données annexes**

Les fichiers de données annexes contiennent des renseignements sur le contexte qui permettent d'exploiter utilement les données événementielles et relationnelles contenues dans la base. Ils sont le produit d'une recherche élaborée de grande ampleur, et ouverts à toute évolution exigée par la nature des données nouvellement engrangées.



### *Atlasesp*

Fichier File Maker donnant, pour chacun des lieux-dits d'Espagne<sup>22</sup>, à la date de 1849 environ, province, commune, population, diocèse, localisation, entre autres éléments. Cet atlas informatisé constitue un très puissant instrument d'identification des lieux figurant dans la documentation<sup>23</sup>.

### *Cataom*

Fichier FileMaker. Index collectif des catalogues d'information de pureté de sang. Donne pour chaque information la liste des noms de famille du prétendant, de ses parents, grands-parents et arrière-grands-parents; ainsi que l'ensemble des lieux de naissance de ces personnes. Stocke ainsi le contenu de tous les catalogues qui passent entre les mains de l'équipe. Le fichier contient à l'heure actuelles les données de tous les catalogues publiés d'informations de pureté de sang des ordres militaires, des chanoines de la cathédrale de Séville, des gardes-marines et des procès d'hidalguía de la Chancellerie de Valladolid<sup>24</sup>. Il constitue un puissant instrument de recherche, car il permet de localiser les données généalogiques concernant non seulement le prétendant, mais encore les ascendants, souvent présents dans la base, bien que n'ayant jamais fait eux-mêmes d'information<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Il reste à charger environ les deux tiers des lieux dits de Galice, mais pour le reste de l'Espagne le travail est complet.

<sup>23</sup> Basé sur le contenu de Madoz (Pascual), *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid, 1848-1850, 16 t., il a été réalisé par une équipe de vacataires payés par la Région Aquitaine placée sous la direction de fait de Clara Palmiste.

<sup>24</sup> Cadenas Vicent (Vicente), [*Extracto de las informaciones de los*] *Caballeros de Santiago. Siglo XVIII*, Madrid, Hidalguía, 1977-1980, 5 t., (1701-1777); Cárdenas Piera (Emilio), *Caballeros de la Orden de Santiago. Siglo XVIII*, Madrid, 1994 - 1995, 2 t. (1789-1799) Cadenas Vicent (Vicente), *Caballeros de la orden de Santiago que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XIX*, Madrid, Hidalguía, 1958; Cadenas y Vicent (Vicente), *Caballeros de la orden de Alcántara que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XVIII*, Madrid, Hidalguía, 1991-1992, 2 t.; Cadenas Vicent (Vicente), *Caballeros de la orden de Alcántara que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XIX*, Madrid, Hidalguía, 1956; Cadenas Vicent (Vicente), *Caballeros de la orden de Calatrava que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XVIII*, Madrid, Hidalguía, 1986-1987, 4 t.; Cadenas Vicent (Vicente), *Caballeros de la orden de Calatrava que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XIX*, Madrid, Hidalguía, 1976; Cadenas Vicent (Vicente), *Caballeros de Montesa que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XIX*, Madrid, Imprenta Maestre, 1957; Cadenas Vicent (Vicente), *Extracto de los expedientes de la orden de Carlos III, 1771-1847*, Madrid, Hidalguía, 1979-1988, 13 t.; Cadenas Vicent (Vicente), *Índice de apellidos probados de la Orden de Carlos III. Antecedentes que se conservan en sus expedientes*, Madrid, Hidalguía, 1965; Cadenas Vicent (Vicente), *Pleitos de hidalguía que se conservan en el archivo de la Real Chancillería de Valladolid. Extracto de sus expedientes. Siglo XVIII, extractados y papelados...*, Madrid, 1981-1996, les dix-huit premiers tomes; Salazar Mir (Adolfo de), *Los expedientes de limpieza de sangre de la catedral de Sevilla (Genealogías)*, Madrid, Hidalguía, 1995 - 1998, 3 t.; Valgoma (Dalmiro), Finestrat (Barón de), *Real compañía de guardias marinas y colegio naval. Catálogo de pruebas de aspirantes*, Madrid, Instituto histórico de Marina, 1943-1956, 7 vol.

<sup>25</sup> La saisie des données a été réalisée, en grande partie bénévolement, par Sophie Dedieu.

*Codipost*

Fichier Word. Contient la liste des codes codant les événements de Fichoz\_acontecimientos. Les relations interpersonnelles sont codées d'un mot indiquant leur nature, selon un système encore provisoire. Les événements unipersonnels, en revanche, ont fait l'objet d'une codification hiérarchique arborée qui permet de retrouver n'importe lequel d'entre eux selon sa classe. En particulier, la codification des postes administratif a impliqué la reconstitution de l'organigramme complet des administrations royale, seigneuriales et municipales du XVIIIe siècle dans la partie européenne de la Monarchie espagnole<sup>26</sup>.

*Diemart*

Fichier FileMaker. Dictionnaire Institutionnel de l'Espagne Moderne. Contient la définition de tous les termes techniques, concepts, institutions et événements marquants rencontrés lors de la constitution de la base et tente d'en donner une définition dynamique fonctionnelle. Encore en cours de constitution, il distingue soigneusement ce qui est certitude avérée, des commentaires de l'auteur de l'entrée sur le rôle ou le poids de tel ou tel élément. Ce fichier constituera à terme un dictionnaire institutionnel indépendant.

*Diembibl*

Fichier Word. Contient les références des sources utilisées pour constituer Diemart.

*Diemcro*

Fichier Word. Contient les dates précises d'un ensemble d'événements remarquables (batailles, décès de personnages connus, etc.) utilisés par les sources pour dater relativement des événements concernant les individus. Facilite grandement le dépouillement des dossiers, spécialement des relations de mérites. En voie de constitution, au gré des besoins.

*Juris*

Fichier FileMaker donnant à la date de 1789 la liste complète des villes (*villas*) et cités (*ciudades*) de la partie européenne de la Monarchie espagnole et, pour chacune, son statut juridictionnel et le nom de son seigneur (lorsqu'il est connu)<sup>27</sup>.

**Fichier généalogique***Fichoz\_genealogía*

Fichier tenu sous Heredis\_2001, logiciel commercial de généalogie. Les relations de parenté n'ont pu être informatisées comme les autres dans le fichier principal Fichoz\_acontecimientos, étant donné que l'établissement d'une seule relation en modifie des centaines d'autres. Nous utilisons donc un logiciel généalogique du commerce, de

<sup>26</sup> Le travail est très avancé en ce qui concerne l'administration royale, encore en cours dans les deux autres domaines.

<sup>27</sup> Fichier constitué par Catherine Leroy sur la base du *Nomenclator o diccionario de las ciudades, villas, lugares, aldeas, granjas, cotos redondos, cortijos y despoblados de España y sus islas adyacentes, con expresión de la provincia, partido y término a que pertenecen, y la clase de justicias que hay en ellas*, Madrid, 1789.

bonne qualité au demeurant, indépendant du reste de la base. Chaque individu y est affecté du numéro d'identification qui l'individualise dans la base principale, ce qui permettra à terme de lier informatiquement les deux fichiers.

### **Manuels**

#### *Fichoz\_codipost*

Fichier Word contenant la liste des codes insérés dans la base par les administrateurs.

#### *Fichoz\_diario*

Fichier Word indiquant la chronologie des événements marquants de l'histoire de la base.

#### *Fichoz\_descriptivo*

Fichier Word décrivant dans les détails chacun des champs et scripts de la base. Ce fichier constitue le manuel de référence de l'utilisateur averti.

#### *Fichoz\_matriz\_general*

Tableau croisé sous Excel contenant la liste complète des champs, formats d'écran et scripts<sup>28</sup> dont dispose le système. Donne pour chacun d'eux la liste de champs, formats d'écran et scripts que chacun d'eux utilise. Ce fichier constitue en quelque sorte le plan général technique du système Fichoz dans son ensemble.

---

<sup>28</sup> Script (en espagnol: «guión»): désignation des programmes écrits sous le langage de programmation de FileMaker permettant d'assurer automatiquement les routines les plus courantes de gestion des données.

José María Imízcoz\*

## Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global

R E S U M O

*“Actores, redes, procesos” reflexiona sobre cómo aplicar los análisis de red social a una historia con vocación de globalidad. Para ello, los plantea como instrumento eficaz de un análisis inductivo, que parta no de categorías preestablecidas sino de la observación de los individuos, para descubrir las relaciones efectivas entre ellos y, por tanto, sus configuraciones sociales reales. En el punto de partida, se considera que los hombres y mujeres son sujetos de una historia, la suya, que es al mismo tiempo económica, política, social y cultural, y que, por ello, pueden tomarse como principio de relación e hilo conductor de una investigación que busque la relación interna, no sobrevenida, de esa historia. Sin embargo, para que esto sea posible, los análisis de red social no se pueden quedar en un conjunto de técnicas de medición, ni se pueden trasladar acríticamente los principios de la sociología de redes contemporánea a las sociedades del pasado. En esta línea, el artículo valora las aportaciones de dichos análisis, pero reflexiona, al mismo tiempo, sobre las insuficiencias que limitan su alcance y propone vías para un modelo más integrador de análisis relacional, que tenga en cuenta las relaciones entre los actores y las formas de organización social. La tercera parte se centra, más específicamente, en la sociedad del Antiguo Régimen, buscando el equilibrio necesario entre los elementos estructurantes de sus vínculos sociales y el análisis de los actores y de sus redes egocentradas. Por último, se observan aplicaciones a las élites dirigentes de la España del siglo XVIII y, en cuanto a las fuentes documentales, se propone la explotación intensiva de la correspondencia epistolar como fuente privilegiada para los análisis de red social.*

Tras la crisis de los grandes paradigmas historiográficos que resultaron dominantes hasta los años 1980, el análisis inductivo de la sociedad a partir de los actores sociales se está revelando como un paradigma especialmente prometedor. En este procedimiento, el análisis relacional juega un papel decisivo. En lugar de partir de categorías sociales preestablecidas, dicho análisis parte de la observación de las relaciones efectivas entre los individuos para reconstruir sus redes y configuraciones reales. En la Sociología de las últimas décadas, este principio se ha desarrollado con una fuerza especial bajo el nombre de “análisis de red social”. Sin embargo, para ser realmente válido, en particular cara al análisis histórico de las sociedades del pasado, dicho análisis debería integrar de una forma equilibrada dimensiones de la realidad social que, en un primer momento, empezó desechando, sin duda como efecto de la ruptura inicial con los análisis categoriales clásicos, pero que son indispensables para un análisis global de la sociedad. En particular, es

\* Universidad del País Vasco (España): [www.ehu.es/grupoimizcoz](http://www.ehu.es/grupoimizcoz).

necesario reconsiderar la relación entre actores y “estructuras sociales” o sistémicas, entendidas como formas de organización social, y la relación entre actores y cultura, entendiendo por ello el conjunto de representaciones, valores y normas con las que (y con respecto a las cuales) los actores se mueven.

Nuestras propuestas se van a desarrollar en cuatro tiempos. En un primer momento, reflexionaremos sobre los actores sociales como protagonistas de la historia y, por lo tanto, como principio de coherencia y globalidad. La segunda parte se centrará en los “análisis de red social”. Valoraremos sus aportaciones para investigar las configuraciones de los actores sociales, pero también las insuficiencias que, a nuestro entender, limitan su alcance, y propondremos vías para un modelo más integrador de análisis relacional, cara a una historia más global. En la tercera parte, nos centraremos en la sociedad del Antiguo Régimen para buscar el equilibrio necesario entre los elementos estructurantes de sus vínculos sociales y el análisis de los actores y de sus redes egocentradas. Por último, nos referiremos al campo que estamos trabajando – el de la emergencia de élites dirigentes en la España del siglo XVIII- para observar cómo el seguimiento de los actores sociales desborda ampliamente los marcos sectoriales establecidos y requiere un análisis relacional. En cuanto a las fuentes documentales, la correspondencia epistolar, explotada de forma intensiva, se revela como un instrumento de primera magnitud para la observación de los actores, de sus redes y de sus dinámicas históricas.

## 1. LOS ACTORES SOCIALES: UN PRINCIPIO DE GLOBALIDAD

### a. Un principio de coherencia para una historia más global

Desde finales de los años 1970 se produjo una crisis de los grandes paradigmas científicos que unificaban la investigación histórica y que habían dominado la historiografía durante el siglo XX. Se deshizo la creencia de que la sociedad era un todo estructurado que evolucionaba guiada por algún principio rector de carácter universal que confería unidad al proceso y lo dotaba de sentido. Hasta entonces, el historiador podía aspirar a construir un relato dotado de unidad, de coherencia interna, en el que todos los niveles estuvieran trabados y guiados por una ley de desarrollo que determinaba el futuro. Esto ha dejado paso a una época caracterizada por la dispersión de concepciones, el desmigajamiento de los temas y la pluralidad de métodos<sup>1</sup>. Sin embargo, muchos historiadores no se contentan con esta historia en migajas y buscan principios de coherencia que puedan orientar la investigación para captar de forma operativa las relaciones entre las diferentes dimensiones de lo real, que las historias sectoriales perciben separadamente. ¿De qué modo?

Las propuestas de “historia total” que se habían formulado hasta entonces tenían la ambición de captar la globalidad a partir de la coherencia de un principio único o dominante de inteligibilidad. Se pretendía entender la interrelación orgánica de los diversos

---

<sup>1</sup> JULÍA, 1992.

elementos y planos de una sociedad en movimiento, proponiendo modelos de explicación que concebían a la sociedad como una estructura en la que unos niveles determinaban o condicionaban a otros. En los modelos entonces dominantes – como el materialismo histórico, la historia socio-económica o la historia regional de Annales- lo económico definía lo social y determinaba lo político y lo cultural. Las diferencias en el aparato de producción definían a los “grupos sociales” o clases, a los que se atribuía la agencia histórica y cuyas contradicciones y conflictos explicaban el devenir histórico. Por esta vía, la globalidad sólo podía conseguirse al precio de aceptar una jerarquía en la que unos niveles privilegiados determinaban a otros, cosa que pareció excesivamente dogmática al emanciparse nuevos campos de la historia, como el cultural o el político, que reclamaban su relativa autonomía respecto a lo económico. Al fin y al cabo, aquella “historia total” no era sino una historia particular más, o una peculiar manera de escribir la historia.

En los años ochenta y noventa se produce una singular renovación historiográfica que ahonda en la complejidad de lo social y lleva de lo estratificado y uniaxial a lo comunicante y multicausal. Superando los determinismos imperantes – los excesos del estructuralismo, del marxismo vulgar o del economicismo- se abren diversas vías hacia el estudio de los hombres y mujeres como agentes de los procesos de cambio, con una fuerza que ha llevado a caracterizar esta época como de “retorno del sujeto”<sup>2</sup>. No es éste el momento de detenerse en las corrientes y métodos que han ido convergiendo en este movimiento, a pesar de sus diferencias<sup>3</sup>. Desde diversos horizontes, como la microhistoria o el análisis de los actores y sus redes de relaciones, se cuestiona el valor de las categorías con las que se venía trabajando y se transfiere el protagonismo histórico de los “actores alegóricos” clásicos (las clases, los grupos sociales, el Estado) a los actores efectivos de los procesos históricos, los individuos<sup>4</sup>, buscando sus configuraciones colectivas reales, sus motivaciones, experiencias y valores, así como sus interacciones en contextos cambiantes.

La crisis de los grandes paradigmas historiográficos pudo provocar cierta zozobra. El abandono de los grupos sociales y de las categorías clásicas con las que se venía trabajando, en favor de los individuos, hizo temer una vuelta a simples individualidades<sup>5</sup>, una regresión hacia la vieja historia narrativa y positivista, un retroceso de la globalidad a la que aspiraban muchos historiadores. Sin embargo, puede que la humilde experiencia personal de tantos hombres y mujeres no resulte tan disolvente como parecía, sino, al contrario, el hilo de Ariadna hacia una historia más global, si se aplica a explicar procesos de cambio. E.P. Thompson, con sus estudios sobre la formación de la clase obrera en Inglaterra<sup>6</sup>, o F.X. Guerra, con su estudio sobre los actores políticos mexicanos en el paso del Antiguo Régimen a la Revolución<sup>7</sup>, han mostrado cómo, en las experiencias de los

---

<sup>2</sup> BARROS (ed.), 1995.

<sup>3</sup> Presenté un esbozo de este panorama en IMÍZCOZ, 1996: 14-17.

<sup>4</sup> G. GOZZINI, 1991: 24.

<sup>5</sup> He debatido sobre estas cuestiones en “Redes, grupos, clases: algunas reflexiones en torno a un problema”, en IMÍZCOZ, 2003a (en prensa).

<sup>6</sup> THOMPSON, 1977.

<sup>7</sup> GUERRA, 1985: cap. 3.

actores sociales y políticos, se forman visiones y conciencias —culturas en común— que van cuajando, a través de la acción, en formaciones sociales y políticas. De este modo, las experiencias de los hombres y mujeres se convierten en el punto de partida y motor para explicar no sólo procesos de cambio de gran complejidad, sino para reformular, descosificándolo, el concepto de clase<sup>8</sup>, o para proponer nuevas formas de abordar la historia política<sup>9</sup>.

Por éstas y por otras vías, en las últimas décadas se abre paso con fuerza lo que podría ser un nuevo principio unificador, centrado no en un modelo de explicación predeterminado, exterior a la observación, sino en el mismo punto de partida de la observación: los actores sociales. Partir de los hombres y mujeres como protagonistas de su historia para descubrir cómo, en sus experiencias y dinámicas, se relacionan las diferentes dimensiones de la realidad y cómo se produce el cambio histórico. Es un principio de historia global humilde pero eficaz, un principio de coherencia que se sitúa en la misma fuente de observación y en el mismo origen en que se produce y manifiesta la historia. Partiendo de los actores sociales es posible percibir la relación íntima y efectiva entre dimensiones que, de otro modo, aparecen disociadas y que relacionamos de forma sobrevenida, mediante supuestas cadenas de dependencia o determinación.

En este sentido, partir de los hombres y mujeres como agentes del cambio histórico, considerando su experiencia en todos los órdenes (económico, político, social, cultural) puede abrir nuevas vías para una historia global. Como ya advertía Marc Bloch, “el homo religiosus, el homo oeconomicus, el homo politicus, toda esa retahíla de hombres en us, de la que se podría alargar la lista hasta el infinito, son cómodos fantasmas, y el peligro sería grave si los tomáramos por otra cosa. El único ser de carne y hueso es el hombre, sin más, que lo reúne a la vez todo”<sup>10</sup>. Estudiar a los actores sociales desde una perspectiva de historia global que intente explicar procesos de cambio requiere tener en cuenta la globalidad de elementos que constituyen a los actores sociales y que intervienen en las relaciones entre éstos, los contextos y los procesos de cambio.

A la vista de este principio de coherencia, es útil recordar la propuesta de Marc Bloch y Lucien Febvre de que toda historia es social. Creo que aquí tenemos una definición de los hombres en sociedad no sólo como objeto de estudio sino como sujetos de historia. Sólo así se entiende que toda historia sea social, que los actores de toda historia política, económica y cultural sean los hombres y las mujeres en sociedad. De la mano de los actores, es necesario volver a una historia social que aporte una percepción unificadora de las diferentes dimensiones de su historia.

---

<sup>8</sup> TOMPHSON, 1981.

<sup>9</sup> GUERRA, 1990: 245-260.

<sup>10</sup> BLOCH, 1952 (1949): 117-118.

### b. El método inductivo: de los individuos a las configuraciones sociales

Por lo tanto, el seguimiento de los actores y de las relaciones con las que se asocian en la acción puede resultar un hilo conductor de gran centralidad para intentar articular una historia más global. Pero, ¿cómo hacerlo? Un ejemplo especialmente revelador de cómo es posible construir una “historia global” a partir de los individuos es el conocido trabajo de microhistoria de Giovanni Levi<sup>11</sup>. En su investigación, el punto de partida e hilo conductor es el nombre de los individuos, a los que sigue la pista nominal – gracias a una explotación intensiva de la documentación – recogiendo todas sus huellas documentales. De este modo, G. Levi identifica a los actores sociales, los observa en sus acciones plurales, reconstruye sus relaciones y configuraciones efectivas, y puede hacer una historia en la que se cruzan, con una coherencia especial, el parentesco con la economía, con el poder o con el universo cultural. Sin duda, este trabajo es posible gracias a la reducción de la escala de observación al nivel microhistórico, pero, como ha observado M. Gribaudi, el secreto no reside tanto en la escala empleada – que puede variar según el objeto de estudio-, como en el método de investigación inductivo a partir de los individuos.

Comentando la obra de G. Levi, Maurizio Gribaudi ha puesto de relieve la alternativa esencial que divide el campo de la investigación histórica: la alternativa entre dos modelos de análisis – dos modelos de causalidad fundados sobre retóricas demostrativas diferentes – que orientan claramente, en un sentido u otro, el trabajo empírico de la investigación.

El análisis macrosocial clásico es de tipo deductivo. Parte de categorías predefinidas y busca construir sus pruebas a partir de un modelo global. La demostración se halla preinscrita en las categorías establecidas en el modelo y los datos empíricos tienen una función fundamentalmente de ilustración. Esto conlleva una reducción drástica de la complejidad de los datos empíricos, a través de la traducción de sus contenidos nominativos y contextuales en los de las categorías empleadas. Al constituir sus pruebas y generalizarlas a partir de un modelo, reifica de hecho las categorías que constituyen su objeto de análisis. El concepto de norma y los tipos a través de los que diferencia y clasifica el material empírico son al mismo tiempo el producto y la justificación de esas mismas categorías. De este modo, el historiador queda prisionero de las representaciones que pesan no sólo sobre el objeto sino sobre los instrumentos metodológicos utilizados.

Al contrario, el análisis microsocia evita estos problemas. Es inductivo. Construye el conjunto de su argumentación a partir de los datos empíricos. La retórica de la demostración es de tipo generativo: las fuentes proveen el material bruto para individualizar y analizar mecanismos y dinámicas sociales. El análisis inductivo no necesita reducir la complejidad de los datos empíricos, sino al contrario: lejos de rechazar la diversidad de los comportamientos observados, asume la variación y la dispersión, elaborando sus categorías a partir de ellas. Las categorías se constituyen en el curso del

---

<sup>11</sup> LEVI, 1990.



análisis, a partir de la variabilidad misma de los datos empíricos. Este procedimiento se aleja de manera crítica de las categorías establecidas, pero da cuenta de los valores y de los contenidos que recubren en momentos y contextos diferentes<sup>12</sup>.

Este cambio de paradigmas, de las categorías a los actores y sus relaciones, se produce en todas las ciencias sociales. En Sociología se materializa especialmente en los “análisis de red social”. Esta corriente está desarrollando unas reflexiones teóricas y metodológicas sobre el análisis de la sociedad que pueden ser útiles al historiador, con tal de que se sepan adaptar a las características específicas de las sociedades del pasado.

Como sintetizan A. Degenne y M. Forsé, tradicionalmente, la Sociología clásica ha pensado la realidad social en términos de categorías y no en términos de relaciones. Busca explicar las conductas y la acción social en función de categorías como la clase, la profesión, el género, la edad, la religión, el nivel cultural, etc. Estas categorías están construidas a priori como agregados de individuos con atributos semejantes que los caracterizan biológica o socialmente. Estas categorías tienen la ventaja de corresponder a las representaciones del sentido común: esto es, gozan de un grado de realidad fuerte y evidente a primera vista, ya que corresponden a las clasificaciones con las que habitualmente entendemos e interpretamos la realidad social y/o a las representaciones con que se representan a sí mismos los actores sociales (o sus sectores más influyentes). A partir de ahí, se buscan las correlaciones entre “categorías sociales” y conductas, con el objeto de dar cuenta de las dinámicas sociales, observando en qué medida esas categorías descriptivas están relacionadas significativamente con las variables que se intentan explicar.

Sin embargo, este procedimiento plantea el problema de la predeterminación que acecha a todo método deductivo. El análisis reposa sobre categorizaciones establecidas a priori, anteriores a la observación, y el estudio de sus correlaciones consiste a menudo en verificar la mayor o menor pertinencia de dicha categorización. Por un lado, se supone que la estructura social viene dada por un conjunto de atributos y que los individuos que comparten determinados atributos están próximos estructuralmente, cosa que no se puede saber si no se empieza por investigar cuáles son las relaciones efectivas entre las unidades de análisis<sup>13</sup>. Por otro lado, el análisis categorial basado en los atributos no percibe las interrelaciones que superan las fronteras de esas categorías<sup>14</sup>.

Al estudiar correlaciones entre categorías y conductas, los datos no ofrecen una explicación sobre el porqué de esas correlaciones. Para explicarlo, la Sociología clásica ha recurrido tradicionalmente a explicaciones normativas, culturales y psicologizantes. Según éstas, el comportamiento social está normativamente orientado y los individuos de una misma categoría tienen una misma mentalidad o conciencia colectiva, comparten las mismas normas y actúan conforme a esas normas interiorizadas. Como ésto sólo resulta cierto como media, se interpreta que los comportamientos divergentes son marginales

---

<sup>12</sup> GRIBAUDI, 1996: 127-129.

<sup>13</sup> DEGENNE; FORSÉ, 1994: 5-6.

<sup>14</sup> MOLINA, 2001: 19.

dentro del grupo o clase, cuando se pueden deber a que la categoría construida a priori no es correcta. El análisis de red social, al contrario, rechaza las explicaciones según las cuáles los actores son movidos por fuerzas (normas interiorizadas, hábitos, etc.) esto es, por una causalidad abstracta. Las normas no son la causa mecánica de la conducta sino efectos de la situación relacional de la que forman parte los individuos<sup>15</sup>.

En definitiva, el análisis de red social no acepta la predeterminación, anterior a la observación, que supone explicar las conductas y la dinámica social a partir de los atributos de los actores – y de las clasificaciones, categorías o “grupos” correspondientes- y a partir de las normas que imperan supuestamente en esos “grupos”. En esto, su apuesta metodológica es semejante a la que hemos observado en el análisis microhistórico inductivo y es común a un movimiento de fondo que se abre paso actualmente en todas las ciencias sociales: partir de los actores sociales y de sus configuraciones reales para observar cómo se articulan realmente y explicar mejor sus conductas y dinámicas.

Hasta aquí estamos de acuerdo. El problema es cómo hacerlo de forma satisfactoria y, en nuestro caso, cómo aplicarlo a una historia social aglutinadora.

## 2. ACTORES RELACIONADOS: REFLEXIONES SOBRE LOS ANÁLISIS DE RED SOCIAL

### a. Los “análisis de red social”: aportaciones y carencias

En dos textos de los años 1990 planteé una crítica de los límites de los “análisis categoriales” clásicos de la historia social y propuse llevar a cabo un “análisis relacional” de la sociedad del Antiguo Régimen<sup>16</sup>. En cuanto al modo de hacerlo, expresé mis reticencias con respecto a una aplicación acrítica de los “análisis de red social” a la Historia, al menos tal y como se estaban planteando por entonces desde determinada Sociología<sup>17</sup>. Retomo ahora esta cuestión para reflexionar sobre las aportaciones y carencias de dichos análisis y sobre qué deberían tener en cuenta, a mi entender, cara a una historia global como la que estamos planteando.

Para valorar las posibles aportaciones de los análisis de red social a la Historia creo que es necesario distinguir dos niveles, en función de cuáles son sus pretensiones y de qué queremos hacer con ellos. En primer lugar, se constata que, a pesar de la apariencia unívoca del concepto, el análisis de red social recubre una polifonía de propuestas y de enfoques, a veces contradictorios, lo cual se debe, probablemente, a que se trata todavía de “una aproximación en construcción”<sup>18</sup>. Hay quienes sostienen que el análisis de red social es sólo un conjunto de técnicas para medir las características de las redes de relaciones y hay quienes afirman que se trata de un nuevo paradigma sociológico capaz de superar

<sup>15</sup> DEGENNE; FORSÉ, 1994: 6-7.

<sup>16</sup> IMÍZCOZ, 1995, t. II: 341-353; IMÍZCOZ, 1996: 13-50.

<sup>17</sup> IMÍZCOZ, 1996: 23.

<sup>18</sup> MOLINA, 2001: 14.

los análisis categoriales clásicos y explicar mejor la estructura social y los comportamientos de los individuos<sup>19</sup>.

Como conjunto de técnicas, la principal aportación metodológica del análisis de red social, desde su aparición en la Sociología y la Antropología de los años 1950 y 1960, ha consistido en superar el uso metafórico habitual del concepto de red (esto es, el uso de la imagen de la red de relaciones para referirse a un complejo abanico de relaciones mutuas dentro de un sistema social) para llevar a cabo un análisis efectivo de la red social<sup>20</sup>. Para ello, según la definición clásica de J.C. Mitchell, se concibe la red como un conjunto específico de conexiones entre un definido grupo de personas, con la propiedad adicional de que las características de dichas conexiones como un todo pueden usarse para interpretar el comportamiento social de las personas implicadas<sup>21</sup>.

El análisis de red social procura un instrumento de primer orden para medir la red de relaciones entre actores sociales y las características y formas de ésta<sup>22</sup>. Esto se formaliza mediante la representación del campo social como una estructura en red, materializada por un grafo o diagrama, en el cual los individuos son representados por puntos o nodos y las relaciones entre ellos por líneas. De este modo, el concepto de red pasa de ser una metáfora a una herramienta analítica operativa para medir y representar las relaciones entre individuos. Tradicionalmente, este análisis se ha polarizado en los aspectos cuantitativos, utilizando el lenguaje matemático de la teoría de grafos, de las matrices y del álgebra relacional<sup>23</sup>, aunque, como veremos más adelante, parece que cada vez se tiende a valorar más los aspectos cualitativos de las relaciones<sup>24</sup>.

Dichos instrumentos pretenden caracterizar y comparar las estructuras de las redes y las posiciones de los individuos en ellas: analizan la estructura general de la red y el nivel de integración que la caracteriza, midiendo el tamaño y composición de la red, y la densidad, frecuencia, intensidad, etc. de las relaciones; estudian la posición que cada uno de los actores o grupos de actores ocupan en el conjunto de la red, a través de parámetros como la centralidad, la dispersión, la accesibilidad, la mediación, etc.<sup>25</sup>; y pueden observar, así mismo, las funciones de la red y de sus relaciones, esto es, los atributos de cada vínculo y el tipo prevalente de intercambio interpersonal característico tanto de vínculos específicos como de la suma o combinación del conjunto de vínculos<sup>26</sup>.

Si el análisis de red social es sólo un conjunto de técnicas, o si sólo nos interesa instrumentalmente, resulta un instrumento específico para medir y analizar redes de relaciones, y sus técnicas son directamente aplicables a la Historia con dicho fin, como se

---

<sup>19</sup> SANZ MENÉNDEZ, 2003: 21; MOLINA, 2001: 14.

<sup>20</sup> REQUENA SANTOS, 1992: 91-108; PISELLI, 1994: 45-92.

<sup>21</sup> MOUTOUKIAS, 1995: 228.

<sup>22</sup> Una selección y traducción al castellano de los artículos de algunos de los principales autores sobre Network Analysis en REQUENA SANTOS, 2003.

<sup>23</sup> SANZ MENÉNDEZ, 2003: 25.

<sup>24</sup> FOMBUENA VALERO, 2003: 417.

<sup>25</sup> SANZ MENÉNDEZ, 2003: 26; MOLINA, 2001: 32-33.

<sup>26</sup> SLUZKI, 1996: 45-59.

está haciendo, por ejemplo, para el estudio de redes mercantiles y financieras, de redes de poder de las élites gobernantes o de redes de ilustrados. En este caso, sólo cabría debatir sobre las técnicas empleadas, en particular sobre su carácter esencialmente cuantitativo y sobre la necesidad de aportar análisis cualitativos de las relaciones, también para que la cuantificación sea correcta. En este sentido, se han alzado voces críticas para prevenir sobre la supuesta objetividad automática de los datos recogidos por los análisis de red social. Según J.L. Molina, no se observan “relaciones” (en el sentido de relaciones profesionales, relaciones familiares, relaciones de amistad, etc.), sino interacciones entre individuos que hay que interpretar. Para ello es necesario abstraer los datos de la experiencia inmediata en categorías impuestas por el investigador para poder realizar el análisis, de tal modo que la supuesta objetividad de los datos relacionales está sujeta en buena medida a la misma problemática que los datos atributivos<sup>27</sup>. Nuestra experiencia de acercamiento cualitativo a las relaciones interpersonales a través de la correspondencia epistolar revela la importancia de percibir el significado que dichas relaciones tienen para los propios actores<sup>28</sup>. Por último, cara a la Historia, habría que explorar las posibilidades que ofrecen las fuentes documentales para aplicar dichas técnicas a las sociedades del pasado. Trataremos de ello en la última parte.

Hasta aquí, ningún problema de fondo. En cambio, si el análisis de red social pretende ser un paradigma para analizar la sociedad con pretensiones de globalidad y explicar los comportamientos de los actores sociales mejor que los análisis categoriales y culturales o normativos clásicos, es necesario corregir y completar seriamente sus propuestas, integrando elementos esenciales que los análisis de red social han tendido a desechar o a infravalorar, sin duda en su afán por desmarcarse de los análisis categoriales.

En efecto, el análisis de red social nace como reacción contra todo lo que en los análisis sociales clásicos determina a los individuos. En un primer momento, esta línea se caracterizó por un fuerte “individualismo metodológico”. La voluntad de demostrar la no determinación de los roles, de las normas o de los atributos, y, al contrario, las incidencias de la forma de la red sobre las conductas, llevó a obviar o a no reflexionar sobre los atributos y las normas, o sobre su significado o valor desde el punto de vista de la red. Desde luego, esta reducción se opone a nuestra idea de un análisis relacional que parta de los actores como principio de un análisis histórico global.

Los análisis clásicos de red social tienen la virtud de focalizar más radicalmente la atención sobre los individuos y sobre el conjunto de sus interacciones personales, de su red social, como principio de explicación de sus comportamientos. No aceptan ninguna sobredeterminación del individuo por las intenciones de su grupo o por regularidades estadísticas, y se oponen, en particular, a las visiones normativas, estructurales o esencialistas que han tendido a explicar los comportamientos de los actores sociales, de forma automática, por el determinismo de las normas, roles o atributos que supuestamente

---

<sup>27</sup> MOLINA, 2001: 19-20.

<sup>28</sup> IMÍZCOZ, 2003: 165-216.

correspondían a su pertenencia a una categoría o a su estatuto en una comunidad o en un grupo social<sup>29</sup>. De ahí la crítica habitual a Durkheim y a las concepciones que tienden a pensar los vínculos sociales como las normas que los regulan y a analizar los comportamientos de los actores en términos de adecuación o desviación con respecto a dichas normas y roles<sup>30</sup>. Al contrario, las estructuras y normas serían principalmente un efecto emergente de las relaciones entre los individuos.

Sin embargo, esta reacción frente a los planteamientos estructurales lleva a un desequilibrio que constituye, a mi entender, la principal insuficiencia de este modelo. Pone el acento radicalmente en los individuos, pero los vacía de su contenido: de sus atributos, normas y cultura. Esto conduce prácticamente a identificar la estructura social con la sola forma de las redes de relaciones entre individuos, a obviar o a descalificar de entrada los elementos corporativos y estatutarios de la organización social, y a considerar las normas y las representaciones como “artefactos externos a los agentes”<sup>31</sup>, sin observar realmente las relaciones efectivas entre individuos, normas y formas de organización, como cabría esperar en unos análisis centrados en los actores sociales.

Al eliminar de entrada el resto de elementos de la estructura social, y la virtualidad de otros elementos clásicos del análisis social como el estatuto, los recursos o los demás atributos de los actores<sup>32</sup>, se transfiere una virtualidad excesiva a la conectividad, que tiende a quedar como elemento exclusivo, o realmente significativo, para explicar el comportamiento de los individuos. Al eliminar los demás elementos de la realidad individual y social, lo que en principio era un instrumento de análisis corre el riesgo de tomarse como la realidad. Se corre el riesgo de sustantivar la red – y su representación, el grafo- hasta convertirla en la estructura social real, produciéndose una nueva cosificación, paradójicamente por la vía que pretendía evitar la reificación habitual de los análisis clásicos de los grupos sociales.

Sin embargo, sucesivamente, en los años 1980 y 1990, una línea del análisis de red social se ha orientado hacia el análisis de la “estructura social”, bajo el nombre de “análisis estructural de red social”, o “análisis estructural”. Esta vía ha reintroducido en el análisis elementos que inicialmente habían sido explícitamente desechados o simplemente dejados de lado, como las “estructuras sociales”, los “atributos” de los actores y las normas o la cultura. Esta apertura es importante porque permite plantear – desde la observación de las relaciones entre actores- cuáles son, en un sistema dado, las relaciones entre las interacciones individuales y las estructuras organizativas, entre los individuos y los sistemas normativos, entre los individuos y las posiciones estructurales socio-económicas y políticas, y entre las acciones de los actores sociales y las dinámicas de cambio. Parece que esta orientación abre una vía de encuentro para los historiadores que quieren analizar las

---

<sup>29</sup> DEGENNE; FORSÉ, 1994: 12-13; MOUTOUKIAS, 1995: 228-229.

<sup>30</sup> MOUTOUKIAS, 1995: 232-233.

<sup>31</sup> MOUTOUKIAS, 1995: 234.

<sup>32</sup> DEDIEU; MOUTOUKIAS, 1998: 10 y 12.

estructuras sociales del Antiguo Régimen y sus dinámicas de cambio a partir de la observación de los actores sociales.

Sin embargo, para que esto sea posible, es necesario integrar el análisis de red social en un análisis más global, en el que se tengan en cuenta la pluralidad de dimensiones de lo social y no únicamente la relacional. Incluso entre los sociólogos que teorizan el análisis de red social como paradigma de análisis estructural, subsiste un fuerte reduccionismo de lo social a lo relacional. Este reduccionismo se expresa en su lenguaje. Así, por ejemplo, hablan de “estructura social” y de “capital social”, cuando sólo se están refiriendo a la “estructura relacional” y al “capital relacional”<sup>33</sup>. Por ahora, parecen excepcionales las voces que, desde dentro de los análisis de red social, reclaman – refiriéndose a grupos, organizaciones o empresas- que “estas entidades, o actores colectivos, son más que un sistema de relaciones entre miembros: comprenden también, por ejemplo, una cultura o un sistema de normas” y que “reducirlos a su estructura relacional es un empobrecimiento inaceptable en sociología”<sup>34</sup>.

Estos riesgos y parcialidades nos remiten nuevamente a lo que debería ser el punto de partida: no las relaciones, la red o la conectividad, sino los hombres y las mujeres, los actores sociales tomados en su globalidad. Volvamos, por lo tanto, a ellos. Lo interesante de partir de los actores sociales y de sus relaciones no es negar unas dimensiones de la realidad para privilegiar otras, sino, al contrario, poder observar empíricamente cómo se relacionan de hecho unas y otras entre sí.

Los individuos tienen unos atributos y unos valores – de economía, cultura, creencias, capacitación, posición en una escala social, etc.- y se relacionan no sólo con otros individuos, sino con todos los elementos materiales e inmateriales de su entorno y de su conciencia. Estas dimensiones de la realidad no son exteriores a los actores sociales. La cultura, las instituciones, la economía, el poder político, no existen fuera de las personas, están encarnados en ellas o “son llevados” por ellas. Por ello mismo, los actores actúan con sus atributos y con su cultura: con su riqueza, con su estatus, con sus atribuciones jerárquicas, con sus valores, con sus convicciones y dudas, con sus normas e instituciones, con su interés y desinterés, etc. Paradójicamente, el problema de los análisis de red social más individualistas metodológicamente es que manejan un concepto pobre de “individuo”: las personas no son solamente individualidades que se relacionan con otros individuos, guiados únicamente por intereses conscientes y siguiendo estrategias de acción racional<sup>35</sup>.

En definitiva, un análisis satisfactorio de los actores y de sus redes sociales debería de tener en cuenta todos estos elementos para observar, de forma inductiva, la relación entre los elementos relacionales o configuracionales y las demás dimensiones de los actores sociales (las formas de organización social, las jerarquías institucionales, las clases económicas, las creencias y culturas), esto es, de la sociedad.

---

<sup>33</sup> MOLINA, 2001: 16-18; SANZ MENÉNDEZ, 2003: 21 ss.; DEGENNE; FORSÉ, 1994: 5.

<sup>34</sup> LAZEGA, 1998: 5.

<sup>35</sup> INNERARITY, 2001; DOSSE, 1997: 151-159.

## b. Por un modelo más global de análisis relacional

Un análisis estructural de los actores y sus redes sociales debería integrar las estructuras organizativas, los atributos, las normas, incluso las categorías o representaciones con las que los actores se piensan a sí mismos, para analizar de otro modo las relaciones entre los actores y las estructuras, los atributos, las normas y las representaciones: desde el punto de partida de las relaciones entre actores, evitando predeterminaciones y siguiendo un procedimiento inductivo a partir de la observación de la globalidad de dimensiones que encarnan y expresan los individuos en sus actos.

En cuanto a la relación entre actores y estructuras, es necesario superar los planteamientos individualistas del análisis de red social para situarlos en el contexto sistémico de la organización social. La mayor parte de los análisis clásicos de red social se han efectuado en contextos bastante igualitarios y abiertos y se han aplicado en gran medida al estudio de redes egocentradas de individuos que se relacionan con otros individuos con amplios márgenes de libertad y en situaciones bastante informales. En estos contextos individuales, igualitarios y abiertos, de solas relaciones entre individualidades, la “estructura social” equivale o tiende a confundirse con la forma de la red. De ahí la insistencia habitual en estos estudios sobre la necesidad de conocer la forma completa de la red – a la que se confunde con el estructura social- para poder interpretar correctamente el comportamiento de los individuos. Para superar esta percepción tan limitada es necesario integrar los principios y técnicas del “análisis de red social” en un análisis relacional que conceptualice satisfactoriamente las relaciones de los individuos y de sus redes de relaciones con las estructuras de la organización social.

Para ello es necesario un análisis estructural integrador que permita articular los diferentes niveles de análisis –individual, relacional y estructural o sistémico-, de modo que se tengan en cuenta y combinen las características de los actores, las características de las relaciones que tienen entre ellos y las características del conjunto del sistema social<sup>36</sup>. Desde este punto de vista, el análisis de red social se sitúa, a mi entender, en el nivel mezo que permite articular el estudio de la acción y conducta de los individuos a nivel micro con el nivel macro de las estructuras organizativas y los sistemas normativos. Este nivel me parece especialmente operativo para analizar, en una sociedad dada, las configuraciones reales de los actores sociales, sus dinámicas colectivas y de qué modo en estas dinámicas se produce el cambio o la reproducción de las estructuras organizativas y de los sistemas sociales.

Desde la corriente de los análisis estructurales de red social se rechazan las posiciones más radicales tanto del holismo como del individualismo metodológico y se abre una vía, interesante para el historiador, que plantea la relación entre actores y estructuras<sup>37</sup>. Desde esta perspectiva, la estructura es tanto condicionamiento como efecto emergente.

---

<sup>36</sup> LAZEGA, 1998: 9.

<sup>37</sup> DEGENNE, FORSÉ, 1994: 9-16.

La red de relaciones es una estructura que pesa sobre los individuos, pero al mismo tiempo esa estructura es un efecto emergente de la acción de los actores sociales<sup>38</sup>. Las estructuras sociales preexisten a las relaciones entre actores y, en este sentido, condicionan –con un determinismo débil– a los actores sociales. Pero, al mismo tiempo, las estructuras se construyen, refuerzan o modifican como efecto emergente de la acción y las relaciones de los actores sociales<sup>39</sup>. Desde este punto de vista, la observación de la acción de los individuos y de sus redes de relaciones es particularmente apropiada para observar cómo, porqué y con qué significado se producen las dinámicas de cambio histórico.

En cuanto a la relación entre los actores y sus atributos, para los análisis estructurales de red social las “estructuras relacionales” tienen un poder explicativo más importante que los atributos personales de los miembros que componen el sistema. Las personas no se relacionan entre sí libre ni aleatoriamente, sino en función de la “estructura de relaciones” en la que están inmersas<sup>40</sup>. El problema es que esta “estructura de relaciones” no es solamente la forma de la red social, ya que las relaciones entre actores están estrechamente relacionadas con sus atributos. Los actores se relacionan con sus atributos y posiciones económicas, jerárquicas, institucionales y culturales. La organización social, la desigual distribución de los recursos económicos, culturales, institucionales y simbólicos – esto es, los “atributos” de los actores sociales– condicionan las “posiciones” sociales y el tipo de relaciones de unos y otros en la escala social. Quizás esto no resulte tan decisivo en un contexto igualitario, pero sí lo es en sociedades fuertemente jerárquicas y desiguales como las sociedades del Antiguo Régimen. Pensemos, por ejemplo, en el modo en que la relación entre señores y vasallos condicionaba el campo social en las sociedades medievales y modernas.

Hemos señalado cómo, entre los sociólogos que teorizan el análisis de red social, incluso en su variante estructural, se produce un fuerte reduccionismo de lo social a lo relacional, llamando “capital social” a lo que en realidad habría que llamar “capital relacional”<sup>41</sup>. Esta reducción es inadmisibles desde todos los puntos de vista, también desde el relacional, en la medida en que empobrece considerablemente las posibilidades de análisis. Siguiendo la conceptualización de Pierre Bourdieu, el capital social resultaría de la suma del capital económico, cultural, simbólico y relacional, a lo que podemos añadir el capital humano, esto es, la capacidad y carácter de los actores sociales. Si lo enfocamos desde el punto de vista del análisis relacional, el capital social sería el conjunto de recursos actuales o potenciales que están vinculados a la posesión de una red durable de relaciones y el volumen del capital social que posee un actor dependería, por lo tanto, de la red de relaciones que puede movilizar efectivamente y del volumen del capital económico, cultural, simbólico, humano y relacional que posee cada uno de aquellos a quienes está vinculado<sup>42</sup>. Por lo tanto, no se trata de elegir entre atributos o relaciones,

<sup>38</sup> DEGENNE; FORSÉ, 1994: 8.

<sup>39</sup> DEGENNE; FORSÉ, 1994:12.

<sup>40</sup> MOLINA, 2001: 19.

<sup>41</sup> MOLINA, 2001: 16-18; SANZ MENÉNDEZ, 2003: 21 ss.; DEGENNE; FORSÉ, 1994: 5.

<sup>42</sup> BOURDIEU, 1980: 2-3.



sino de observar la relación entre ambas cosas: considerar los atributos de los actores es la única manera de llevar a cabo un análisis relacional satisfactorio.

Los atributos de los actores inciden muy directamente en sus relaciones y en la dinámica de la red y, cuando no se han tenido en cuenta, el análisis relacional se ha visto perjudicado. Tomemos un ejemplo. Diversos autores atribuyen la diferencia de resultados obtenidos por los individuos, por ejemplo a la hora de conseguir un empleo, a la utilización de “lazos débiles” o de “lazos fuertes”, entendiéndose que son los “lazos débiles” los que sirven de puente para acceder a instancias o recursos a los que habitualmente no se tiene acceso a través de los “lazos fuertes”, que suelen configurar un ámbito (de recursos e información) más estrecho. De ahí la expresión de Granovetter sobre “la fuerza de los lazos débiles”<sup>43</sup>.

Sin embargo, esta teoría atribuye observaciones empíricas a la forma de los lazos, a las diferentes propiedades de su conectividad, cuando estos resultados podrían deberse más bien al nivel social de las personas con las que se está relacionado, en el fondo a la diferencia de status. Así, se observa que existen más posibilidades de obtener un resultado positivo cuando se es capaz de entrar en contacto con personas de estatuto social elevado, que para una persona de estatuto social elevado la naturaleza del lazo no incide sobre el resultado obtenido (lógico, ya que sus lazos fuertes se sitúan de por sí a un nivel de recursos y posibilidades alto), mientras que las personas de estatuto inferior sí obtendrían mejores resultados utilizando vínculos débiles en lugar de sus vínculos fuertes<sup>44</sup> (lógico, su universo de relaciones es bajo y para acceder a un nivel superior necesitarían el apoyo de alguien más poderoso o más introducido). En el fondo, se está diciendo algo tan evidente como que los poderosos o las personas relacionadas con poderosos tienen mayores posibilidades de conseguir resultados positivos que aquellos que no tienen acceso a estas fuentes de poder e influencia. En suma, el resultado no depende tanto de la forma de los lazos como de otros elementos que la teoría de la red, al menos inicialmente, no ha tenido suficientemente en cuenta.

Este ejemplo pone al desnudo los límites de querer explicar la dinámica de los actores sociales y sus resultados exclusiva o principalmente mediante la forma de la red. Este paradigma es válido en condiciones de igualdad entre los individuos, pero se revela insuficiente cuando entran en consideración otros elementos del campo social, como la desigualdad y la jerarquía. De ahí el riesgo de aplicarlo acriticamente a las sociedades del Antiguo Régimen. En definitiva, es importante tener en cuenta el capital relacional que aportan los diferentes lazos, pero hay que combinarlo con el resto del capital social de los actores.

En cuanto a la relación entre actores y normas, estamos de acuerdo en que las normas y la cultura no son fuerzas abstractas que mueven a los actores con un poder de causalidad más o menos determinante. Sin embargo, en lugar de obviarlas o subestimarlas,

---

<sup>43</sup> GRANOVETTER, 1973: 1360-1380.

<sup>44</sup> GRANOVETTER, 1982: 105-130; DEGENNE; FORSÉ, 1994: 131.

hay que examinar la relación dialéctica que se da entre actores y normas. El análisis de red permite observar las limitaciones que la red de relaciones ejerce sobre la conducta de los individuos. Pero los actores se hallan en sistemas normativos y tienen su cultura, sus normas y sus creencias. Se relacionan entre sí según sus normas, valores, códigos de conducta, y se relacionan con respecto a las creencias, normas e instituciones vigentes.

Los análisis de red social tienden a ver las normas como exteriores a los individuos, que sólo se guiarían por su interés. Sin embargo, esta conceptualización de la relación entre individuos y normas es muy insuficiente: la norma pueda ser motivación personal (con diferentes grados de adhesiones, creencias y militancias), no tiene por qué ser contraria al interés del individuo, sino que, al contrario, puede constituir la base de su promoción, y, en cualquier caso, forma parte de la evaluación que hace el individuo en la búsqueda de su interés. Por lo tanto, el determinismo de las normas propugnado por los planteamientos holistas más radicales no es excusa para evacuar las normas del campo social, como si no existieran, o como si sólo fueran el resultado de las relaciones entre individuos<sup>45</sup>. Veremos más adelante, en el contexto de la sociedad del Antiguo Régimen, cómo con otros planteamientos más integradores, el análisis de red social podría servir para acercarse empíricamente a la relación entre individuos y normas.

Por último, la relación entre actores y “categorías” se puede analizar en, al menos, dos planos: con respecto a ellos y con respecto a nosotros. Para el análisis de red social las categorías no serían sino el reflejo de las redes estructurales que vinculan a los individuos, y su conocimiento debe emerger del análisis de las relaciones entre los elementos que componen la estructura<sup>46</sup>; esto es, como hemos señalado, deben resultar, por inducción, de la observación de los actores sociales y de sus configuraciones efectivas. Esto tiene otras aplicaciones para la Historia y las ciencias sociales: el análisis de la relación entre los actores y sus representaciones, y, de forma crítica, la percepción de la distancia entre los actores reales y las representaciones que éstos generan sobre sí mismos. Esto tiene aplicaciones importantes para una historia social de la cultura, de las identidades o de los conceptos: Sobre el modo en que, en la experiencia de los actores, se producen formas de conciencia, de identidad y de cultura en común. Sobre las legitimaciones y las ficciones: el modo en que los actores usan esas representaciones para legitimar o deslegitimar su acción colectiva y la de sus adversarios. Sobre los procesos de “construcción de sentido”, esto es, la pugna por dar nombre y sentido a las cosas, por imponer la vara de medir, por definir lo justo y lo injusto, lo bueno y lo malo (y, por lo tanto, a los buenos y a los malos), o por reescribir la memoria y la historia. Entender la lógica social de estas continuas atribuciones de sentido nos ayuda a deconstruir -y a reconsiderar en su contexto efectivo- todas las mediaciones a través de las cuales nos llega la información documental. Por último, la distancia entre actores y categorías pone de relieve los procesos de “atribución” de sentido por parte de los historiadores y los científicos sociales y nos remite, como un

---

<sup>45</sup> IMÍZCOZ, 2004 (en prensa).

<sup>46</sup> DEGENNE, FORSÉ, 1994: 7.

espejo, un conocimiento reflexivo y crítico de nuestra propia epistemología: el modo en que los investigadores sociales vemos – o construimos- esas representaciones como reflejo de nuestra propia historia.

### 3. LOS ACTORES SOCIALES Y EL SISTEMA DE RELACIONES EN LA SOCIEDAD DEL ANTIGUO RÉGIMEN

En trabajos anteriores he intentado buscar el equilibrio necesario entre los elementos estructurales de la sociedad del Antiguo Régimen y el análisis de los actores sociales y de sus redes de relaciones<sup>47</sup>. Criticaba la reificación de las categorías sociales tradicionales - de las clases, grupos socioeconómicos o estamento - entendidas como “cosas”, como formaciones sustantivas y completas a las que se tomaba como agentes de la Historia. Pero, al mismo tiempo, me preocupaba la deriva neopositivista que podía resultar de la negación de dichas categorías, el riesgo de quedarse en simples individualidades, olvidando sus configuraciones colectivas y sus formas de organización social, en lugar de servir como hilo de Ariadna para articular nuevas formas de historia global<sup>48</sup>. Para ello era necesario situar a los actores sociales y a sus relaciones en las formas de organización, en las estructuras organizativas, de cada sociedad. Por eso defendía y me sigue pareciendo importante tener en cuenta, cara a un análisis relacional, el valor analítico relativo de las categorías sociales mejor establecidas: su valor relativo, no absoluto, esto es, con respecto a un referente (la diferencia económica con respecto al aparato de producción, la diferencia jurídica estamental, la estructura comunitaria y corporativa, etc.) y, por lo tanto, como instrumento de análisis necesario –aunque parcial, por relativo- para analizar las relaciones de los actores sociales con respecto a dichos referentes: esto es, sus atributos y posiciones en una organización social fuertemente desigual y jerarquizada.

Los vínculos más característicos de la sociedad del Antiguo Régimen correspondían a unas formas de organización social y, como tales, tenían una entidad organizativa que circunscribía a los individuos en formas de organización específicas y fuertemente establecidas. Para caracterizarlos partía de la conceptualización de François-Xavier Guerra sobre los actores sociales y sus vínculos en la sociedad del Antiguo Régimen y en las sociabilidades democráticas contemporáneas<sup>49</sup>. Los vínculos más característicos del Antiguo Régimen no eran simplemente “relaciones interpersonales” entre individuos libres, autónomos, de una sociedad atomizada, que se asocian según su adhesión libre, voluntaria y revocable. Los vínculos de pertenencia a una familia, parentela, comunidad campesina o urbana, corporación profesional, comunidad religiosa o señorío feudal eran vínculos dados por el nacimiento o por otras vías de pertenencia más o menos formalizadas, como el matrimonio, el ingreso en un gremio, la adquisición de la vecindad, las órdenes o votos religiosos, el vasallaje, etc. Los funcionamientos que estos vínculos comportaban

---

<sup>47</sup> IMÍZCOZ, 1996: 13-50.

<sup>48</sup> IMÍZCOZ, 2001: 28-30.

<sup>49</sup> GUERRA, 1985: cap.III.

—la pertenencia y el estatus en su seno, la integración y la exclusión, la organización colectiva y jerárquica, los derechos y deberes— pesaban sobre los individuos de un modo particularmente imperante. Otros vínculos eran lazos personales contraídos por los individuos, como la amistad, la alianza o la clientela. Aunque en estas relaciones la capacidad de elección era mayor, los términos de la relación estaban preestablecidos por la tradición o costumbre y, en principio, exigían a los individuos pautas de comportamiento, reciprocidades e intercambios más o menos explícitos.

Como tales, estos vínculos fueron particularmente estructurantes. Se regían por reglas de funcionamiento propias, comportaban el ejercicio de una autoridad en el ámbito propio de la relación y conllevaban en principio una acción solidaria en el campo social. Articulaban de forma privilegiada la autoridad, la integración y la subordinación; los derechos y obligaciones; las empresas, economías e intercambios de servicios. Aglutinaban a los hombres y mujeres en grupos o redes que actuaban en negocios comunes, en conflictos y luchas por el poder, configurando la trama grupal de una sociedad.

La función vertebradora de los vínculos del Antiguo Régimen no tiene parangón con las relaciones personales actuales y, para entender su fuerza y significado, la única comparación equivalente en la sociedad contemporánea sería, a mi entender, la de la relación del Estado con el individuo. En aquella sociedad preestatal, anterior al Estado liberal, no existía una división entre lo público y lo privado, en la medida en que “lo público” no había quedado reservado al ámbito del Estado, como “ente impersonal y abstracto, sujeto unitario de derecho público y detentador del monopolio del poder político”<sup>50</sup>, y los vínculos sociales más estructurantes comportaban en mayor o menor grado el ejercicio de una autoridad inherente a la propia relación, circunscrita a su ámbito, y legitimada por la propia organización jerárquica del grupo y por sus normas internas. En cualquier caso, esto significa que la jurisdicción estaba en manos de señores particulares, con importantes consecuencias para la organización social, económica y política, y que sus vínculos personales tenían otro significado que el de las relaciones contemporáneas entre individuos desprovistos de semejantes atribuciones<sup>51</sup>.

En estas relaciones, las personas se regían por unas pautas y expectativas, propias de la relación, que gobernaban su funcionamiento colectivo. Creo que estas pautas no eran exteriores al grupo y a los individuos que formaban parte de él, sino los valores más o menos compartidos de su propia economía moral, unos valores y pautas que correspondían a sus hábitos de funcionamiento, a su costumbre, esto es, a las prácticas y experiencias más habituales de sus miembros.

Los vínculos personales de aquella sociedad comportaban generalmente un alto grado de dependencia del individuo: dependencia del superior jerárquico — del “pater familias” sobre la “casa grande”, del señor feudal sobre sus dependientes, del maestro de taller sobre los oficiales y aprendices, del amo sobre los criados, etc. — y dependencia de las costumbres, normas y obligaciones por las que se regían las comunidades o grupos a

---

<sup>50</sup> FERNÁNDEZ ALBALADEJO, 1992: 87.

<sup>51</sup> IMÍZCOZ, 2004: 53-77.

los que el individuo pertenecía. Al mismo tiempo, estos vínculos no eran realidades estáticas ni sustantivas, sino relaciones que conocían una intensa vida interna, la propia vida de los hombres en sociedad y, por lo tanto, en su seno se observa una amplia gama de variabilidad y ambivalencia en los comportamientos personales<sup>52</sup>.

Este modelo sobre la entidad estructurante de los vínculos del Antiguo Régimen me parecía y me sigue pareciendo especialmente apto para situar a los actores sociales y sus redes de relaciones en el contexto específico de un determinado sistema social. Asumiendo plenamente la personalidad de los individuos como actores y sus relaciones personales como forma de articulación social, permitía, al mismo tiempo, plantear sus dimensiones estructurales y, por lo tanto, una percepción global de la articulación de los actores sociales y del significado de su acción en dinámicas y procesos de cambio específicos. De este modo, la observación de las relaciones entre los actores sociales no se quedaba solamente en la conectividad de individualidades desposeídas de cualquier atributo, sino que incorporaba, al mismo tiempo, sus elementos grupales, jerárquicos, normativos y culturales, entendiéndolos que estos elementos no son algo externo sino interno a la relación y participado de un modo u otro por los propios individuos.

Sin embargo, esta visión estructural de los vínculos sociales no puede anteponerse a la observación de los actores sino que debe resultar de ella. Zacarías Moutoukias ha criticado la visión sistémica de los vínculos sociales propuesta por François-Xavier Guerra, alegando que se trata de una definición en la cual las relaciones sociales tienen un papel preciso y predefinido, que enfatiza los aspectos más ritualizados, y en la que los vínculos corresponderían a las normas y formas culturales que regulan su funcionamiento, cosas que excluirían la observación directa de dichos vínculos<sup>53</sup>. En efecto, en la formulación de F.X. Guerra los vínculos parecen no solamente predefinidos sino excesivamente consensuales, ya que su objeto es mostrar cómo las élites tradicionales movilizan a sus dependientes en la acción política y cómo éstos les siguen y les prestan apoyo y servicio. Como bien expresa Z. Moutoukias, las relaciones sociales son una construcción cambiante y hay que tener en cuenta los márgenes de libertad e incertidumbre dentro de los cuales los individuos pueden manipular las reglas y las representaciones, reactualizándolas. Por ello, no se pueden subestimar el conflicto y la negociación, ni presentar como dadas pautas de comportamiento que son el resultado, siempre contingente, de tensiones.

Estamos de acuerdo en que se trata de partir de la observación efectiva de los actores sociales y de sus relaciones, pero la observación demuestra también que ambos acercamientos, más estructural o más individualizado, no son contradictorios sino complementarios y que se necesitan mutuamente. Veamos un ejemplo desde los análisis de red social, y concretamente desde la obra que Z. Moutoukias toma como principal modelo de referencia. Elisabeth Both ha mostrado, observando la vida de parejas de Londres en los años 1950, que el comportamiento de los individuos con respecto a los roles está

<sup>52</sup> IMÍZCOZ, 1996: 13-50.

<sup>53</sup> MOUTOUKIAS, 1995: 235.

directamente relacionado con la mayor o menor densidad de su red de relaciones o círculo social<sup>54</sup>. A mi entender, hablar del carácter imperativo de las normas en el seno de los vínculos estructurantes del Antiguo Régimen no significa que haya normas por encima de los individuos, fuera de ellos, que se impongan de una manera mecánica, sino – en un sentido relacional, análogo al de E. Both – que esas normas tienen vigencia y se imponen efectivamente, en la medida en que los miembros del grupo las practican y que la densidad de la red de relaciones impulsa al cumplimiento de esas reglas comunes, por ósmosis y convicción, o por la presión de las autoridades del grupo y/o de los demás miembros o actores del entorno. Esto supone que el grado de libertad individual de elección es mayor en una sociedad fuertemente individualizada y abierta, como la occidental contemporánea, en la que los individuos gozan de amplios derechos y autonomía, y es sensiblemente menor en las sociedades tradicionales o antiguorregimentales, fuertemente comunitarias y jerarquizadas. En éstas, la persona siempre goza de un grado de libertad, pero las posibilidades de presión del grupo y de sus autoridades son más fuertes, la dependencia del individuo es por lo general mayor y la ruptura con las normas del grupo puede tener consecuencias especialmente graves para el infractor, llegando hasta su expulsión del círculo social<sup>55</sup>.

A mi entender, los planteamientos de Z. Moutoukias abren especialmente el análisis a la percepción del cambio y de la emergencia de lo nuevo. Sería en los márgenes de libertad e incertidumbre de los individuos donde las relaciones de conflicto y de cooperación pueden transformar las estructuras de sus configuraciones sociales. De este modo, si las dimensiones estructurales son condiciones iniciales de las interacciones entre individuos, a su vez resultan un efecto emergente de ellas. Estos conceptos son importantes para observar mejor la relación entre la acción de los actores sociales y los procesos de cambio de los que estos son agentes. La explicación de la dinámica histórica queda particularmente abierta a la observación de sus protagonistas: abierta hacia futuros posibles y no predeterminada en función de un fin –los resultados de esa historia– que ya conocemos de antemano. Queda preservado el campo de observación como el campo de lo posible. Pequeñas variaciones iniciales pueden acabar provocando importantes efectos, o, al contrario, determinada dinámica, una vez seleccionado su curso, puede determinar su propia dependencia. En este marco de análisis, el historiador puede observar sin predeterminaciones los procesos a través de los cuales “el tiempo transforma en un único pasado la multitud de futuros posibles”. En este proceso, las redes de relaciones personales representarían “tanto el instrumento para observar la dinámica del sistema, como el espacio en el cual se sitúan los mecanismos que lo generan”<sup>56</sup>.

En definitiva, estamos de acuerdo en que es necesario partir de la observación de los actores y de sus redes de relaciones. Pero, por mi parte, me parece importante observar a

---

<sup>54</sup> BOTT, 1990 (1971): 132 ss. , 262 y 268-269.

<sup>55</sup> Así lo muestra, por ejemplo, el caso de la expulsión de Juan de Buztinaga de la casa de la que era dueño y señor, por los elementos fuertes de su parentela; cf. IMÍZCOZ, 2004 (en prensa).

<sup>56</sup> MOUTOUKIAS, 1995: 229 y 235.

los actores no sólo como individualidades interactivas sino en su globalidad: con sus estructuras de organización social, con sus atributos, normas y representaciones. Los análisis de red social pretenden explicar los comportamientos de los individuos como efecto de la forma de la red. A mi juicio, esta aportación es válida pero insuficiente. Para ser plenamente satisfactorios deberían integrar las demás dimensiones de los actores sociales en el sentido en que hemos sugerido. Los individuos y sus interacciones se sitúan en estructuras sociales, sistemas normativos y culturas. Por lo tanto, es necesario observar a los actores en dichas estructuras y percibir cómo éstas les condicionan. Al mismo tiempo, el cambio de las estructuras es un efecto emergente de la acción social y el seguimiento de los actores y de sus redes es un instrumento privilegiado para percibir cómo se producen las dinámicas de cambio. La combinación de ambas dimensiones permitiría valorar en dichos procesos de cambio tanto la emergencia de lo nuevo como las inercias.

#### **4. FUENTES Y APLICACIONES: ELITES, REDES Y CORRESPONDENCIA EPISTOLAR EN LA ESPAÑA MODERNA**

##### **a. Superar historias compartimentadas: la emergencia de nuevas elites dirigentes en la España del siglo XVIII**

En mi caso, y con un grupo de doctorandos en la Universidad del País Vasco, estamos trabajando sobre la emergencia de nuevas elites dirigentes en la España del siglo XVIII<sup>57</sup>. Seguimos a una serie de gentes originarias de tierras hidalgas del Norte de la Península, que salen de simples casas vecinales de los valles y villas de las provincias vascas y del reino de Navarra, para medrar en muy diversos lugares de la Península y de las Indias. Desde la segunda mitad del siglo XVII, estos hombres se enriquecen en actividades mercantiles y financieras y, con la llegada de los Borbones, conquistan posiciones privilegiadas en el gobierno de la Monarquía y del imperio colonial.

Creo que estamos ante la emergencia de una clase dirigente, en buena parte nueva, compuesta por familias que se especializan en actividades administrativas, financieras y mercantiles especialmente relacionadas con la construcción del Estado burocrático, con las finanzas de la Corona y con la gestión y el comercio del imperio colonial<sup>58</sup>. A lo largo del siglo XVIII, los miembros de estas familias se enriquecen en actividades económicas relacionadas con la Corona y el Estado (finanzas reales, aprovisionamiento del Ejército y de la Corte, posición hegemónica en el comercio colonial) y se reproducen con gran fuerza en la alta administración y en la cúspide del Ejército, la Marina y la Iglesia.

---

<sup>57</sup> En el marco de los proyectos de investigación: "De la aldea a la corte y de España a América: Vascos y navarros en el gobierno del Imperio borbónico (siglos XVIII-XIX)" (años 2001 y 2002), y "A la sombra de la Corona. Las élites vasconavarras en las estructuras políticas y económicas de la Monarquía en la Edad Moderna: redes de poder, negocios y transformaciones sociales" (años 2003-2004).

<sup>58</sup> IMÍZCOZ, 2000 (en prensa).

La estructura humana de sus negocios, estudios y carreras administrativas es la de unos grupos de familias que trabajan, se reproducen y renuevan siguiendo sus relaciones de parentesco, amistad, paisanaje y patronazgo. Estos hombres sitúan sistemáticamente a sus jóvenes parientes colaterales en sus negocios y administraciones. Los miembros de estas parentelas se introducen y prosperan en una gran pluralidad de instituciones, actividades y geografías. Son elites polivalentes: grupos familiares cuyos miembros se elevan en carreras diferentes pero que, al mismo tiempo, están relacionados y actúan muchas veces con intereses comunes e intercambios significativos<sup>59</sup>.

Estas familias se caracterizan por una gran movilidad geográfica y social, así como por la polivalencia de los sectores de actividad en los que sus miembros actúan y la variedad de atributos económicos, culturales, etc., según sus "niveles sociales", en el seno de un mismo grupo de parentesco. Estas características hacen especialmente necesario un seguimiento de los actores sociales y un análisis de red que supere las fronteras de las categorías sectoriales con las que habitualmente se les ha intentado definir. En efecto, sus trayectorias desbordan los compartimentos estancos clásicos. Su economía supera ampliamente el concepto estrecho de familia y se apoya en amplias relaciones de parentesco, de tal modo que la clave del ascenso familiar, su motor más inmediato, no es tanto el linaje paterno-filial, tradicional en las sociedades agrarias, sino las relaciones de parentesco colateral. Sus características sociales desbordan los conceptos de clase, grupo socioeconómico o estamento, ya que estos grupos de parentesco relacionan a gentes de muy diversa condición. En muchos casos, el ascenso social de una de estas familias es rápido, pasando en dos o tres generaciones de campesinos a comerciantes y a virreyes, con lo cual, aunque se sitúe en la cúspide de la sociedad estamental, mantiene relaciones estrechas con sus parientes campesinos, comerciantes, etc. Además, la familia que asciende tira a su vez de los parientes colaterales, que pasan de la labranza al comercio, o a la administración real, dando lugar a una dinámica de gran movilidad. Desde el punto de vista socio-económico y estamental, el grupo de parentesco aparece como una pirámide social compuesta por familias de niveles y rasgos a veces muy diferentes, que cubren incluso toda la escala social, desde campesinos de azada que no saben hablar castellano a ministros e ilustrados que lideran la modernidad política e intelectual española: familias de campesinos, comerciantes, financieros, burócratas, cortesanos, mandos militares, alto clero, que se hallan en niveles sociales diferentes pero que se relacionan más o menos estrechamente entre sí. Estas familias desbordan también los marcos socio-profesionales estrechos: no son sólo familias de "comerciantes", o de "financieros", o de "burócratas", o de "militares", ya que sus miembros prosperan en actividades, carreras e instituciones diversas. Así mismo, desbordan las fronteras de las instituciones administrativas, pues, aunque destaquen en alguna de ellas, sus redes de poder se extienden simultáneamente por diferentes administraciones. Por último, su geografía desborda los marcos tradicionales de la comunidad local o de la región, ya que sus miembros se extienden "a escala de

---

<sup>59</sup> IMÍZCOZ; GUERRERO, 2004.



imperio” y sus redes sociales conectan ámbitos de influencia y riqueza geográficamente alejados, entre la corte y las provincias, entre la metrópoli y las Indias, siendo este capital relacional una de las claves de su dinámica<sup>60</sup>.

Por lo tanto, el análisis de estas familias y de la dinámica histórica en la que participan, y en la que sus miembros son actores de primera fila, requiere un tratamiento global que supere los enfoques sectoriales y espaciales clásicos que se han empleado hasta ahora: sólo partiendo de los actores y de sus redes sociales se pueden descubrir las relaciones que existían entre sectores de actividad, territorios y dinámicas históricas aparentemente muy diferentes y distanciadas, y hacerlo desde la percepción aguda de la coherencia interna que procura el seguimiento de los actores sociales.

### **b. Las fuentes: correspondencias epistolares y redes sociales**

La correspondencia epistolar es especialmente necesaria y útil para conocer las redes sociales de las familias con las que estamos trabajando, en la medida en que una buena parte de sus miembros y de sus relaciones se mueven en territorios muy diversos y en que, para sus negocios, carreras y trayectorias, se comunican entre ellos mediante cartas<sup>61</sup>.

Como fuente documental, la correspondencia epistolar aporta información privilegiada tanto para un análisis de las características estructurales de la red como para conocer los contenidos cualitativos de las relaciones entre actores sociales: los intercambios que se movilizan a través de ellas, las funciones y atributos de cada vínculo como del conjunto de la red, así como otros elementos referidos a los valores e ideas con los que actúan y se relacionan los actores sociales.

Nuestro planteamiento metodológico se centra en una explotación intensiva de la correspondencia epistolar y, en este sentido, dista mucho de los usos más habituales de la correspondencia que se han practicado hasta ahora. No se trata de un empleo episódico de las cartas para completar información, o para ilustrar, por ejemplo, aspectos de la vida familiar o de la vida cotidiana, ni de utilizar las expresiones de parentesco, amistad o patronazgo que emplean los autores de las cartas para un análisis meramente formal o nominal de sus relaciones. Por otra parte, para el análisis de red social no sirven cartas sueltas ni correspondencias entre dos corresponsales, sino que se requiere el conjunto de la correspondencia completa que mantuvo un actor con sus diferentes corresponsales.

Una correspondencia epistolar bien conservada nos ofrece una percepción detallada de la red egocentrada del destinatario de las cartas. Con algunas salvedades. En primer lugar, el trabajo será más rico cuando, además de las cartas recibidas, se conserven los copiadore de cartas en que a veces un personaje consignaba los borradores de las misivas

---

<sup>60</sup> IMÍZCOZ, 2003a.

<sup>61</sup> Los doctorandos y nosotros mismos trabajamos intensivamente con las correspondencias epistolares de los baztaneses Gastón de Iriarte, del ministro Juan-Bautista de Orendain, de los comerciantes con Indias Ruiz de Apodaca, de los comerciantes coloniales Marticorena, de familias de la oligarquía bilbaína, de los Belaústegui, comerciantes establecidos en el Río de la Plata, y de los ilustrados de la Real Sociedad Bascongada de los Amigos del País.

que enviaba. Por otra parte, la correspondencia epistolar sólo refleja la parte de la red egocentrada con la que ego se relaciona a través de cartas, ya sea directamente (los corresponsales) o indirectamente (las referencias de los corresponsales a personas con las que se hallan relacionados). No recoge, lógicamente, las relaciones con aquellas personas con las que, por su proximidad geográfica, se relaciona directa y oralmente, sin mediación epistolar, aunque en las cartas pueden quedar reflejadas también algunas de estas relaciones, aunque sólo sea indirectamente. Para este tipo de relaciones del círculo social geográficamente inmediato – el de la propia aldea o ciudad- será necesario contentarse con las posibilidades, más limitadas, que ofrece la documentación notarial y judicial clásica.

La información que aporta la correspondencia epistolar sobre las relaciones entre actores es de gran riqueza cualitativa. Las cartas informan sobre relaciones efectivas, no sobre vínculos nominales. Muestran su funcionamiento real y revelan la globalidad de sus dimensiones. Las relaciones aparecen con sus contenidos y atributos. Evidencian su funcionalidad operativa real. Revelan el capital relacional y su uso, las funciones de mediación, el desarrollo de la acción y la movilización de los actores implicados, la circulación de la información, los intercambios de bienes y servicios, etc. Revelan también el significado que dan a sus relaciones los propios actores implicados. Expresan los valores, normas o ideas con las que éstos actúan y se relacionan. Así mismo, la secuencia cronológica de la correspondencia muestra algo que los análisis de red social de los sociólogos no suelen percibir: la duración, la evolución de las relaciones, sus regularidades y variaciones, su renovación y durabilidad, así como la evolución de la forma de la red en relación con la propia historia de los actores sociales y de sus contextos. La información de la correspondencia epistolar sobre los asuntos o acciones en las que los actores se hallan implicados revela en su máxima amplitud documental la pluralidad de contenidos de estas relaciones, así como las dinámicas individuales y colectivas del grupo de actores relacionados. Esto es, asocia, en la acción real, la red de relaciones con la pluralidad de dimensiones de la realidad en que los actores se mueven y con los procesos históricos en los que participan: afectos, economías, relaciones de poder, conflictos y solidaridades, universos culturales e ideológicos, etc. Todos estos elementos tienen un valor inestimable para un análisis cualitativo de las relaciones y del funcionamiento de la red social.

El trabajo con la correspondencia epistolar empieza con la identificación nominal de los actores y de sus relaciones, tanto de los corresponsales directos, autores de las cartas, como de todas las personas relacionadas con ellos a las que hacen referencia en sus cartas: quiénes son, qué son unos con respecto a otros, qué relaciones mantienen unos con otros. Con esta información se pueden medir las características relacionales de la red, tanto las propiedades de la red en su conjunto como las características de las diversas relaciones o grupos de relaciones. Por ejemplo, según los parámetros habituales en los análisis de red social, se puede conocer el tamaño (o número de personas implicadas), la composición (o tipo de vínculos: de familia, amistad, etc.), la frecuencia de las relaciones (o número de interacciones en un periodo determinado), la densidad (o porcentaje de relaciones efectivamente existente en función del número máximo posible), el rango (o número de vínculos de una persona), la accesibilidad (o capacidad de la red de permitir

el acceso de unos nodos a otros), la dirección (o sentido de una relación), el contenido (o tipo de intercambio que vehicula una relación), la durabilidad (o periodo de vigencia de una relación), la centralidad o la dispersión (que permite detectar la presencia en la red de núcleos de mayor poder e influencia respecto a otros más periféricos), etc.

La correspondencia epistolar revela con una riqueza cualitativa extraordinaria las funciones efectivas de los diferentes vínculos y de la red en su conjunto. Funciones de compañía social (o realización de actividades conjuntas), informativas, de acceso a fuentes de riqueza y poder, de acceso a nuevos contactos, de mediación con otras redes o instancias, de promoción y colocación profesional, de asesoramiento técnico o estratégico (para matrimonios, inversiones, gestiones burocráticas, trámites legales, etc.), de financiación, de orientación educativa en función de las posibilidades de acceder a determinada colocación, etc. Funciones de regulación (o control social), a través de interacciones que ejercen una influencia y autoridad, que recuerdan y reafirman las responsabilidades y roles, que neutralizan las desviaciones que contradicen las expectativas colectivas, que median en la resolución de conflictos internos<sup>62</sup>.

La correspondencia revela el grado de prevalencia (el tipo prevalente de intercambios personales) o de polivalencia (la combinación de funciones) que caracterizan de forma dominante a los diferentes vínculos y a la red en su conjunto. Cada vínculo de la red puede cumplir diversas funciones, pero las relaciones más intensas de familia y amistad suelen cubrir simultáneamente un número importante de funciones. A su vez, la densidad revela el grado de cohesión entre los miembros de la red: los parientes cercanos que son íntimos entre sí, los amigos de ego que son amigos entre sí, etc. Una red con un nivel de densidad muy elevado favorece la conformidad de sus miembros, por la presión para la adaptación del individuo a las reglas del grupo y, si persiste la desviación del individuo, favorece su exclusión del círculo social<sup>63</sup>.

Por último, la correspondencia epistolar, al descubrirnos las actividades y trayectorias en que se hallan implicados los actores, sirve como hilo conductor para encontrar todo tipo de fuentes documentales directamente relacionadas con esa dinámica.

Pero el estudio de la conectividad entre actores sociales, de cómo se relacionan en la acción, es un instrumento, no un fin en sí mismo. Lo que nos interesa es cómo estos actores son protagonistas de historia y agentes de cambio histórico. Esto nos lleva más lejos. La correspondencia epistolar permite observar la acción de los actores sociales en una amplia pluralidad de dimensiones y de una forma global. Global en el sentido de que actúan simultáneamente en actividades, instituciones y geografías que habitualmente solemos percibir disociadas, pero que, a través de la correspondencia epistolar, se perciben relacionadas entre sí. Por este cauce, se percibe la relación íntima —no sobrevenida— entre dimensiones históricas que los historiadores trabajamos en disciplinas separadas (lo político, lo económico, lo social, lo cultural...), lo que abre una vía importante para percibir con un grado de coherencia superior procesos de cambio complejos.

---

<sup>62</sup> SLUZKI, 1996: 48-59.

<sup>63</sup> SLUZKI, 1996: 46.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, C. (ed.), 1995 - *Historia a debate*, t.II: Retorno del sujeto, Santiago de Compostela.
- BLOCH, M., 1952 (1949) - *Introducción a la Historia*, México, FCE.
- BOTT, E. 1990 (1971) - *Familia y red social. Roles, normas y relaciones externas en las familias urbanas corrientes*, Madrid, Taurus.
- BOURDIEU, P., 1980, - *Le capital social. Actes de la recherche en sciences sociales*, N° 31, enero 1980
- DEDIEU, J.P.; MOUTOUKIAS, Z., 1998 - *Approche de la théorie des réseaux sociaux*, en J.L.Castellano Y J.P.Dedieu (dirs.), "Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime", Paris, CNRS.
- DEGENNE, A.; FORSÉ, M., 1994 - *Les réseaux sociaux. Une analyse structurale en sociologie*, Paris, A. Colin.
- DOSSE, F., 1997 - *L'empire du sens. L'humanisation des sciences humaines*, Paris, La Découverte.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, P., 1992 - *Fragmentos de Monarquía. Trabajos de Historia política*, Madrid, Alianza.
- FOMBUENA VALERO, J., 2003 - *Redes sociales*, en A. ARIÑO (ed.), "Diccionario de la solidaridad", Valencia, vol.I
- GOZZINI, G. 1991 - *Génesis y desarrollo de la Historia Social en Italia*, en S. Castillo (coord.), *La Historia Social en España. Actualidad y perspectivas*, Madrid, Siglo XXI.
- GRANOVETTER, M., 1973, - *The Strength of Weak Ties*. "American Journal of Sociology", 78 (1973), pp.1360-1380.
- GRANOVETTER, M., 1982 - *The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited*, en Peter V. Marsden, Nan LIN (eds.), "Social Structure and Network Analysis", Beverly Hills-Londres- Nueva Delhi, Sage, pp.105-130.
- GRIBAUDI, G., 1992 - *La metafora della rete*. "Meridiana. Revista di Storia e Scienze Sociali", nº15, 1992, pp. 91-108.
- GRIBAUDI, M. , 1996 - *Echelle, pertinence, configuration*, en J. Revel (dir.) - "Jeux d'échelle. La micro-analyse à l'expérience", Paris, 1996, pp.127-129.
- GUERRA, F.X., 1985 - *Le Mexique, de l'Ancien Régime à la Révolution*, Paris, L'Harmattan-Publ. de la Sorbonne, cap. III.
- GUERRA, F.X. 1990 - *Pour une nouvelle Histoire politique: acteurs sociaux et acteurs politiques*, en "Structures et cultures des sociétés ibéroaméricaines", Bordeaux, MPI.
- IMÍZCOZ, J.M., 2003 - *Redes, grupos, clases: algunas reflexiones en torno a un problema*, en "Grupos, clases y redes sociales. Teoría y Análisis, Seminario Familia y élite de poder, siglos XV-XIX", Murcia, 12 y 13 de mayo de 2003 (en prensa).
- IMÍZCOZ, J.M., 1996 - *Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen*, en J.M. Imízcoz (dir.), "Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna", Bilbao, Universidad del País Vasco
- IMÍZCOZ, J.M.; R. GUERRERO, 2004 - *Familias en la Monarquía. La política familiar de las elites vascas y navarras en el Imperio de los Borbones*, en J.M. Imízcoz (ed.), "Casa, familia y sociedad", Bilbao, Universidad del País Vasco Bilbao, pp. 177-238.
- IMÍZCOZ, J.M., 1995 - *Actores sociales y redes de relaciones en las sociedades del Antiguo Régimen. Propuestas de análisis en Historia social y política*, en Actas del Congreso Internacional "Historia a Debate", Santiago de Compostela, 1995, t. II, pp.341-353.
- IMÍZCOZ, J.M., 2000 - *La construcción de cierta España. Las élites vascas y navarras en la Monarquía hispánica, siglos XVI-XVIII*, Colloque International "La Monarchie hispanique, XVIe-XVIIIe siècles", Paris, EHES.
- IMÍZCOZ, J.M., 2001 - *Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global*, en J.M.Imízcoz (dir.), "Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)", Bilbao, Universidad del País Vasco.

- IMÍZCOZ, J.M., 2003 - *Parentesco, amistad y patronazgo. La economía de las relaciones familiares en la hora navarra del siglo XVIII*, en C. FERNÁNDEZ y A. MORENO (eds.), "Familia y cambio social en Navarra y País Vasco. Siglos XIII al XX", Pamplona.
- IMÍZCOZ, J.M., 2004 (en prensa) - *Actores en contextos* en Z. Moutoukias (ed.), "Réseaux sociaux et histoire sociale", París, EHESS.
- IMÍZCOZ, J.M., 2004 - *El entramado social y político*, en A. FLORISTÁN (Coord.), Historia de España en la Edad Moderna, Barcelona, Ariel, pp. 53-77.
- INNERARITY, D. 2001 - *Ética de la hospitalidad*, Barcelona, Península.
- JULIÁ, S. 1992 - "¿La historia en crisis?", El País, julio de 1992.
- LAZEGA, E., 1998 - *Réseaux sociaux et structures relationnelles*, París, PUF.
- LEVI, G., 1990 - *La herencia inmaterial. La historia de un exorcista piemontés del siglo XVII*, Madrid.
- MOLINA, J.L., 2001 - *El análisis de redes sociales. Una introducción*, Barcelona, ed. Bellaterra.
- MOUTOUKIAS, Z. 1995 - *Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la Historia social y económica*, en M. BEJERG y H. OTERO (Comp.). "Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna", Tandil, IEHS-CEMLA.
- PISELLI, F., 1994 - *Famiglia e networks sociali. Tradizione di studio a confronto*. "Meridiana. Revista di Storia e Scienze Sociali" n° 20, 1994, pp.45-92.
- REQUENA SANTOS, F., 1989 - *El concepto de red social*. "REIS", n° 48, 1989, pp.137-152.
- REQUENA SANTOS, F., 2003 - *Análisis de redes sociales. Orígenes, teorías y aplicaciones*, Madrid, CIS, ed. Siglo XXI.
- SANZ MENÉNDEZ, L., 2003 - *Análisis de redes sociales: o cómo representar las estructuras sociales subyacentes*. "Apuntes de Ciencia y Tecnología", n° 7, junio 2003.
- SLUZKI, E. Carlos, 1996 - *La red social: frontera de la práctica sistémica*, Barcelona, Gedisa.
- THOMPSON, E.P. 1981 - *La miseria de la teoría*, Barcelona, Crítica.
- THOMPSON, E.P., 1977- *La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra: 1780-1832*, Barcelona, Laia.

Outros  
Estudos



Paula Pinto Costa

## As adaptações das Ordens Militares aos desafios da “crise” tardo-medieval<sup>1</sup>

### R E S U M O

*As adaptações das Ordens Religiosas e Militares presentes em Portugal aos desafios dos tempos tardo-medievais podem ser interpretadas, por um lado, no contexto das generalizadas dificuldades desta época e, por outro, no âmbito de uma crise de identidade, decorrente da cumplicidade que estas instituições têm para com a monarquia, que lhes exigirá uma nova dinâmica e um desempenho adequado aos projectos régios, interferindo nas suas próprias regras de funcionamento. Estas instituições atravessaram no período tardo-medieval uma multiplicidade de desafios, que se repercutiram na sua conduta e deram lugar a reflexões internas, traduzidas no plano jurídico-normativo.*

As adaptações das Ordens Religiosas e Militares presentes em Portugal aos desafios dos tempos tardo-medievais podem ser perspectivadas em dois vectores, que podemos identificar, por um lado, com as fragilidades sentidas no âmbito das generalizadas dificuldades económicas desta época e, por outro, com uma crise de identidade, decorrente da cumplicidade que estas instituições têm para com a monarquia, que lhes exigirá uma nova dinâmica e um desempenho adequado aos projectos régios, interferindo nas suas próprias regras de funcionamento.

O reino de Portugal, a partir de meados do séc. XIII, assiste a alterações de relevo no campo político-diplomático e ao nível da sua projecção externa, na sequência do final da reconquista territorial. Este último facto contribuiu de forma decisiva para a criação de algumas das condições essenciais para o posicionamento das Ordens Militares nos tempos subsequentes. De facto, estas instituições atravessaram no período tardo-medieval uma série de desafios económicos, sociais e políticos, que se repercutiram na sua conduta e deram lugar a reflexões internas, traduzidas, no plano jurídico-normativo, na procura de regulamentação mais ajustada. Neste sentido, interessa-nos perceber as adaptações que implementaram e que conduziram à revisão de certos parâmetros que definiam a sua identidade, bem como equacionar alguns dos aspectos negativos, que tiveram lugar nestes tempos de recessão económica generalizada, retratados, porém, fogueiramente na documentação escrita coeva.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no Congresso *Portugal e Castela na Idade Média*, mais propriamente na secção intitulada: *Épocas de crise. O século XIV na Península Ibérica*, que decorreu na Universidade Portucalense de 17 a 20 de Março de 2004.



A resposta a estas questões pode implicar a consideração de determinadas circunstâncias, que ocorreram num plano mais alargado, entenda-se o da Cristandade, por motivos associados à própria origem, âmbito de influência e características das Ordens Militares. Assim, e em primeiro lugar, por uma razão geográfica, já que duas das Ordens presentes em Portugal (Hospital e Templo) têm origem no Próximo Oriente e conheceram uma difusão por vários reinos, onde evidenciaram uma relação de proximidade privilegiada com diversos sectores da nobreza europeia, sendo na sua essência um paradigma para as outras instituições de perfil similar. Em segundo lugar, são órgãos da Igreja e, como tal, dependem da Santa Sé. Estes elementos fazem-nas participantes na discussão sobre os poderes a larga escala, não podendo, por isso, passar incólumes a questões do foro internacional, como o Cisma do Ocidente ou a disputa centrada no domínio do Mar Mediterrâneo, renovada nos tempos tardo-medievais e onde a Ordem de S. João desempenhou um papel de relevo. Apesar de alguns destes assuntos serem particularmente sentidos em Portugal, por razões óbvias, não lhes podemos dispensar a atenção que mereceriam.

Atendendo, em concreto, ao caso português, a reacção das Ordens Militares em função da problemática colocada pela “*crise do séc. XIV*” resulta, em boa medida, das características com que se foram definindo anteriormente, como a grande ligação à monarquia e a adopção de um modelo rentista de gestão patrimonial, sob o enquadramento dos núcleos comendatários. Desde as suas origens no nosso reino, as Ordens sempre se mantiveram muito próximas da monarquia. De facto, a colaboração na defesa do território, no âmbito da Reconquista, foi regular e tem uma expressão sólida na rede de castelos que integram o seu senhorio, a par da própria distribuição das comendas, já que na sequência da participação nestas acções bélicas, os *Miles Christi* iam recebendo parcelas patrimoniais que contribuía para a consolidação da sua implantação senhorial, que se afigura crucial na exposição à problemática económica tardo-medieval. Por sua vez, as alterações decorrentes da crise política portuguesa de meados do séc. XIII, que culminara na conhecida guerra civil de 1245-1248, mostram-se favoráveis à média e pequena nobreza, com representatividade nas Ordens Militares, uma vez que estes sectores aristocráticos vão ganhar protagonismo e capacidade de intervenção junto da coroa, nomeadamente, no reinado de Afonso III<sup>2</sup>. Esta situação, a par do final da reconquista territorial, propicia a renovação do lugar das Ordens Militares no contexto do reino, a partir de meados de *Duzentos*. Simultaneamente, acentua-se o seu perfil laico, até porque, o recorrente cenário de batalha, no contexto da reconquista, pode favorecer o distanciamento dos freires em relação à oração, ao mesmo tempo que se torna determinante a influência da conjuntura política no comportamento destes professos. Se a estes elementos associarmos a manifestação dos primeiros sintomas de inversão da tendência expansionista no domínio económico, conseguimos compreender de forma mais satisfatória a trajectória que as Ordens descreveram nos tempos tardo-medievais.

---

<sup>2</sup> Sobre o enquadramento geral, consulte-se VENTURA, 1992 e sobre a situação particular da Ordem do Hospital COSTA, 2004.

Como é sabido, com a conquista de Faro, em 1249, fica definida aproximadamente a extensão máxima do reino e afastada para além da nossa fronteira a ameaça muçulmana, pelo que ao nível da política interna, os monarcas passam a concentrar as suas preocupações, sobretudo, em questões que se prendem com a organização do reino e com o desenvolvimento da eficácia do seu poder. Em função deste cenário, a existência das Ordens Militares poderia ser questionada, pelo menos no plano teórico, uma vez que se extinguiu a sua função prioritária, ou seja, participar em acções bélicas feitas em nome de Cristo. Na verdade, é comum afirmar-se que, a partir da segunda metade do séc. XIII, as Ordens Militares se tornaram cada vez mais anacrónicas no contexto do fortalecimento da monarquia, muito embora tenham sido um dos veículos da maior projecção desta última, em termos da política externa e da salvaguarda do seu posicionamento estratégico<sup>3</sup>.

A este nível, é pertinente entrar em linha de conta com a atitude dos cavaleiros face à dimensão político-diplomática da nossa fronteira com outros reinos peninsulares, como a Galiza, Leão e Castela, na medida em que há vínculos orgânicos com as casas conventuais aí instaladas e que contribuem para uma interpretação *sui generis* desta aludida demarcação. Recordamos que todas as Ordens Militares presentes em Portugal, à excepção da de Cristo, e à qual presidem razões muito próprias, estão umbilicalmente ligadas a conventos situados em outros reinos, o que promove a diluição da rigidez da linha diplomática. Efectivamente, Santiago depende de Uclés, Avis de Calatrava e o Hospital (priorado do Crato) do respectivo convento supranacional. Não é nosso propósito explorar a natureza destas relações de dependência nem a evolução que conheceram ao longo dos tempos, mas tão só entrar em linha de conta com a vitalidade do seu exercício, pois foi um dos condicionalismos das relações da monarquia com estas instituições. A própria existência de propriedades de um e outro lado da fronteira pertencentes à mesma Ordem, e mesmo de comendas sob a responsabilidade de um mesmo comendador<sup>4</sup>, bem como a prática das visitas, responsáveis pela circulação de freires de um reino para outro, e o cumprimento das obrigações para com as respectivas dinâmicas institucionais, constituem elementos sintomáticos da dimensão polivalente da fronteira<sup>5</sup>.

Como já afirmámos, o reinado de Afonso III representou a conclusão de uma etapa no que toca à constituição física do reino e inaugurou, também, um novo comportamento em relação às Ordens Militares, justificado pelos factores já aduzidos e que, recordamos, decorrem do fim da reconquista e de um novo dinamismo impresso ao poder real. De facto, em 1261, teve lugar o cerceamento de certas atribuições fiscais das quatro Ordens à data presentes em Portugal, sendo regulamentada a cobraça do montado, ou seja, o

<sup>3</sup> FONSECA, 2004: 321-347.

<sup>4</sup> AYALA MARTINÉZ, 1999: 51-92.

<sup>5</sup> Em Cagliari, nos dias 11 e 12 de Outubro de 2002, teve lugar um seminário, dedicado à reflexão sobre a "Frontiere del Mediterraneo in epoca medioevale e moderna", tendo-nos sido pedida uma intervenção sobre "As Ordens Militares portuguesas na estruturação da fronteira". Este texto encontra-se em publicação pelo Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea.

imposto aplicado sobre gado bovino e ovino que pastava em terrenos senhoriais ou concelhios<sup>6</sup>. No entanto, será no reinado de D. Dinis que a situação se altera de forma clara, o que pode reforçar a sua inclusão dentro de um novo ciclo que se estende pelo longo século XIV<sup>7</sup>. De uma forma geral, as coordenadas que então se definiram iriam nortear o desenrolar dos acontecimentos futuros, na medida em que, a partir desta altura, as Ordens perderam autonomia e passaram a estar vinculadas aos desígnios da monarquia. No plano concreto das Ordens Militares, as anteriores atitudes de Afonso II e Sancho II, tomadas com o objectivo de controlarem o poder do clero na generalidade, já faziam prever estas mudanças, consubstanciadas num maior controlo exercido junto destas organizações<sup>8</sup>. Esta política, que adquiriu contornos mais seguros ao longo dos reinados seguintes, encontrou um expoente na figura de D. João I, que entregou aos infantes a administração destas instituições<sup>9</sup>.

São muitos os sintomas destes novos tempos ao nível das diversas Ordens Religioso-Militares. Fixemo-nos, por isso, nos exemplos mais emblemáticos - a luta pela independência de Santiago e Avis em relação aos conventos que as tutelavam, se bem que, neste último caso, em menor grau, e a criação da Ordem de Cristo<sup>10</sup>, com as consequências negativas que daqui resultaram para o Hospital. De facto, o processo de independência da Ordem de Santiago em relação a Uclés, desenrolou-se a um ritmo francamente positivo durante o reinado dionisino<sup>11</sup>, bem como o esforço para desvincular Avis do convento de Calatrava<sup>12</sup>. Ao agir com determinação frente a estes assuntos, o monarca revelou que tinha conseguido gizar um plano que lhe permitia reforçar a sua autoridade, impôr-se frente ao reino vizinho e controlar estes institutos. No plano geral, e respeitando uma actuação já iniciada anteriormente, ainda que de forma incipiente, D. Dinis revelou-se um astuto político, refreando os ímpetos senhoriais de muitos dos seus súbditos, numa luta imparável contra a prática de alguns abusos, que chegavam a pôr em causa a autoridade do rei e do próprio Estado. Apesar de serem muitos os aspectos que se inserem na execução deste programa, uma sistematização de dados referentes às Ordens Militares revela-se elucidativa da actuação protagonizada por D. Dinis, ao nível da adaptação destas instituições às necessidades do Portugal de então. Neste sentido, são amplas e plurifacetadas as reformas que pretendem atingir as Ordens e cujo significado se traduz no reforço da sua integração no centro dos interesses da monarquia, como evidencia o caso particular de cada uma delas.

<sup>6</sup> IAN/TT - *Chancelaria de D. Afonso III*, l. I, fl. 49 e publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines...*, p. 201.

<sup>7</sup> HOMEM, 1996: 160-163, favorável a uma actuação inovadora protagonizada por D. Dinis.

<sup>8</sup> VELOSO, 1996: 100, onde, a propósito das leis de 1211, é afirmado que o monarca "proibia a extensão abusiva das propriedades dos Hospitalários, feita em prejuízo das herdades régias".

<sup>9</sup> PIMENTA; SILVA, 1999: 805-824. Apesar de, já anteriormente, D. João, bastardo régio e futuro Mestre de Avis, ter sido educado por Nuno Rodrigues Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo.

<sup>10</sup> SILVA, 1997: 22-25.

<sup>11</sup> CUNHA, 1991: 148-169.

<sup>12</sup> CUNHA, 1995: 113-123 e CUNHA, 1996: 103-122.

O Templo vai ser alvo da actuação de D. Afonso III e, sobretudo, de D. Dinis, para que o mestrado provincial sediado no nosso reino corresponda a uma definitiva organização portuguesa<sup>13</sup>. Com a extinção internacional desta organização e a criação da Ordem de Cristo em Portugal, o Hospital, contrariamente à solução apontada pela Santa Sé, viu-se quartado de herdar o vasto património que, até então, fora pertença dos Templários e de reestruturar o seu, com base neste núcleo territorial. Paralelamente, D. Dinis cerceou alguns dos direitos dos Hospitalários, fazendo emitir uma série de sentenças contrárias aos interesses dos freires, quer ao nível da fiscalidade quer da jurisdição exercida em certas terras<sup>14</sup>. No plano das chamadas Ordens peninsulares, a preocupação do monarca foi desvincular as casas portuguesas de Santiago e de Avis em relação aos conventos de Uclés e de Calatrava, respectivamente, interferindo nestas jurisdições peninsulares de âmbito compartilhado. Neste sentido, a Santa Sé confere aos Santiaguistas portugueses a possibilidade de elegerem Mestre Provincial, recaindo a escolha em D. Lourenço Eanes. Pedro Escacho promulgou estabelecimentos, no ano de 1327, ou seja, um texto que confere operacionalidade ao mestrado dentro do novo contexto, limitando-se a revelar uma mera reorganização administrativa e deixando praticamente em silêncio a vivência quotidiana dos freires e as suas obrigações no plano religioso<sup>15</sup>. A partir deste momento ficou implicitamente aceite o direito de o rei português supervisionar a Ordem, pelo que, apesar de o reconhecimento oficial aguardar pelos meados do séc. XV, na prática, a partir dos anos 30 da centúria de *Trezentos*, os nossos Espatários deixaram de prestar obediência aos seus superiores castelhanos. Em relação à Ordem de Avis, a estratégia incidiu sobretudo na legitimação dos mestres eleitos em Portugal sem a interferência de Calatrava. Contrariamente ao previsto pelas determinações estatutárias, que reservavam o direito de confirmação do superior de Portugal ao convento central, em 1330, coube ao Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, confirmar o Mestre que superintendia aos freires portugueses, o que nos remete para uma maior independência da freiria de Évora em relação a Calatrava<sup>16</sup>.

Face aos elementos expostos, e que se integram no contexto do reforço da cumplicidade entre as Ordens Religiosas e Militares e a monarquia, torna-se importante observar que, em alguns momentos assinalados por conjunturas mais atribuladas, esta mesma colaboração adquire contornos seguros. São disto exemplo, as posições assumidas no quadro da guerra civil de 1319-24, em que as Ordens Militares vão abraçar preferencialmente o partido do monarca<sup>17</sup>, e o apoio militar dado pelos *Miles Christi* ao rei, no

<sup>13</sup> AYALA MARTÍNEZ, 1998: 1279-1312.

<sup>14</sup> COSTA, 2001a. Neste contexto, é pertinente o comentário negativo feito pela Ordem do Hospital, em relação ao resultado das inquirições, devido aos privilégios que usufruía (IAN/TT - *Leitura Nova, Guadiana*, I, I, fl. 125). No entanto, D. Dinis foi contemporâneo de Gonçalo Pires Pereira e de Garcia Martins, ambos da sua confiança e Grão-comendadores do Hospital nos cinco reinos de Espanha, ou seja, com atribuições jurisdicionais sobre todo o espaço ibérico (PIZARRO, 1999, vol. II: 302-304 e BARROCA, 2000, vol. II, tomo 2: 1288-1294).

<sup>15</sup> BARBOSA, 1998: 136-137 e AYALA MARTÍNEZ, 1997: 53-69.

<sup>16</sup> CUNHA, 1996: 103-122.

<sup>17</sup> MATTOSO, 1982: 163-176 e reeditado em MATTOSO, 1992: 293-308. Na verdade, como causa directa dos confrontos que marcam estes anos, costuma ser aduzida a exigência formulada pelo infante D. Afonso, em 1319, no

contexto da guerra que divide Portugal e Castela, entre 1336 e 1339<sup>18</sup>. Por sua vez, a fidelidade à monarquia constitui uma referência na solicitação da colaboração destes indivíduos em missões diplomáticas. Assim, e a mero título indicativo, quando, em 1328, o infante D. Pedro foi prometido em casamento a D. Branca, foram escolhidos para as negociações deste consórcio o Prior do Hospital e o capitão-mor do reino<sup>19</sup>. Factores como o prestígio e a projecção externa da Ordem de S. João, as redes de sociabilidade em que se inscrevem estes indivíduos, a sua experiência em matéria marítima e a necessidade de gerir de forma equilibrada a política peninsular podem ter sido determinantes na escolha desta embaixada régia.

Apesar deste voto de confiança dado ao Prior Hospitalário, nos primeiros anos do reinado de Afonso IV, foi notória a interferência deste monarca na Ordem Sanjoanina, ao apoderar-se do contributo anual que os freires portugueses enviavam para o tesouro da instituição, na altura sediado na ilha mediterrânica de Rodes. O rei pretendia, assim, canalizar esta verba para a luta contra os sarracenos de Granada, o que gera o desacordo da Santa Sé, na medida em que estes professos estavam dispensados desta obrigação, porque lutavam contra os inimigos da fé de Cristo, em territórios para além da fronteira que delimitava o reino<sup>20</sup>. Apesar dos esforços pontifícios, o problema mantém-se, chegando mesmo a intromissão régia a ter uma amplitude maior, já que se estendia à própria proibição de os freires se deslocarem à sede conventual, caso fossem chamados pelo Grão Mestre<sup>21</sup>. Várias explicações podem ser ponderadas, como a escassez de recursos humanos, já que decorreram cinco anos após a batalha do Salado, que terá custado a vida a alguns freires. Os factores de índole financeira também poderão ter aqui algum significado, como o desgaste do erário régio, devido à guerra e a uma crise generalizada, que sustentam a promulgação da célebre pragmática contra o luxo. Paralelamente, a intenção de pôr em prática um plano de controlo, com o intuito de eximir os Hospitalários portugueses à tutela exercida pelos órgãos conventuais, parece ter, também, bastante pertinência. Estas questões continuam a carecer de resposta, muito embora a última pareça mais consistente, atendendo ao espectro global da política afonsina, no que toca à limitação das jurisdições senhoriais. De facto, neste reinado, esta discussão assumiu contornos bem definidos, sendo accionados mecanismos que permitiriam que o rei submetesse à sua alçada os diversos senhorios, que, de resto, eram estruturalmente muito diversos e integravam redes de poderes de amplitude complexa, o que dificultava a gestão deste assunto<sup>22</sup>.

---

sentido de lhe ser entregue a justiça do reino. D. Dinis tem consciência da gravidade deste pedido, pois poderia dar azo à condução negligente das questões judiciais, em favorecimento de um sector descontente da aristocracia, que gravitava em torno do infante. Em função da identificação dos apoiantes de ambas as facções, J. Mattoso é da opinião que estamos perante “*uma luta entre o país senhorial e o país concelhio*”, consoante nos centramos na perspectiva do infante ou do rei, respectivamente.

<sup>18</sup> MARQUES, A.H. Oliveira, 1987: 498-500.

<sup>19</sup> *Monumenta Henricina*. Coimbra, 1960, vol. II, doc. 10 e ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Ed. F.M. Esteves Pereira. Lisboa, 1915, cap. XVI.

<sup>20</sup> *Publ. Monumenta Henricina*. Vol. I, doc. 77, p. 166-167.

<sup>21</sup> *Publ. Monumenta Henricina*. Vol. I, doc. 99, p. 235-236.

<sup>22</sup> MARQUES, 1990: 1527-1566.

Simultaneamente, a política externa mostrava-se exigente e implicava o compromisso de Afonso IV, que, na sequência da ofensiva granadina a Gibraltar, respondeu ao apelo castelhano, liderando a presença portuguesa contra as forças muçulmanas<sup>23</sup>. Assim, o espírito de cruzada mantém-se, exigindo a presença das Ordens Militares no campo de combate, que, desta forma, tinham mais uma oportunidade de honrarem a fundamentação que sustentava a sua existência. Independentemente da importância deste conflito, é certo que a sua valorização ficou, desde o séc. XIV, associada à Ordem do Hospital, e em particular ao Prior Álvaro Gonçalves Pereira, devido ao carácter que lhe atribui o refundidor do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, tanto mais significativo quanto esta Ordem é a guardiã do Santo Lenho e este texto identifica o reino com um palco de cruzada<sup>24</sup>.

A participação das Ordens Militares nos assuntos da esfera política é inevitável, já que, como temos vindo a chamar a atenção, elas estão muito próximas da monarquia, o que é favorecido, também, pelo perfil sociológico dos seus membros e das expectativas das respectivas famílias de onde são oriundos. Aliás, o seu envolvimento na guerra civil de meados do séc. XIV<sup>25</sup> e na crise de 1383/85 reitera esta estratégia. O problema dinástico, colocado após a morte de D. Fernando, terá implicações que ultrapassam muito claramente a questão da sucessão, atendendo ao contexto em que se desenrolou e à nossa posição em relação à política externa, marcada em termos globais, pela Guerra dos Cem Anos, pelo Cisma do Ocidente e pelo arrastar de um prolongado ciclo depressivo. No que toca às Ordens Militares, o nosso envolvimento nesta conjuntura vai ser crucial na polarização gerada em torno da crise de 1383-85, na medida em que os Mestres vão ser recompensados pela sua fidelidade, através do exercício de cargos na corte<sup>26</sup>, ou mesmo indigitados para os lugares cimeiros das Ordens<sup>27</sup>. Em suma, na crise de 1383-85, salvo

<sup>23</sup> MARQUES, A.H. Oliveira, 1987: 500-501.

<sup>24</sup> KRUS, 1994: 140-141.

<sup>25</sup> No contexto das divergências entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, o Prior Hospitalário, D. Álvaro Gonçalves Pereira, coadjuvado pelo Mestre de Cristo, Rodrigo Anes, empenha-se na resistência às tropas do infante, que cercavam a cidade do Porto (SOUSA, 2000, 137-138). No caso da Ordem de Cristo, as consequências deste assumir de posições não tardarão. Assim, à morte do rei segue-se a renúncia ao mestrado por parte de Rodrigo Anes e a sua sucessão por Nuno Rodrigues Freire de Andrade, que curiosamente foi responsável pela educação de D. João, bastardo régio e futuro Mestre da Ordem de Avis (SILVA, 1997: 36-37).

<sup>26</sup> Em 1384, Lopo Dias de Sousa ter-se-à afastado da rainha viúva, para se vincular à causa nacional, o que justifica a escolha deste aristocrata para mordomo-mor de D. Filipa de Lencastre (SILVA, 1997: 75).

<sup>27</sup> D. Fernando reprova a escolha de Álvaro Gonçalves Camelo para o Priorado do Crato, por parte da Ordem, e apresenta para esta dignidade Pedro Álvares Pereira, filho bastardo do Prior Álvaro Gonçalves Pereira, de acordo com o prestígio desta linhagem e a confiança que merecia ao rei, bem sintomática na nomeação de D. Nuno como Condestável do reino. Com efeito, em 1382, D. Fernando entrega a D. Pedro Álvares Pereira, Prior do Crato, o governo da cidade de Lisboa, uma vez que havia afastado Gonçalo Mendes do exercício deste cargo. No entanto, a fidelidade de D. Pedro é interrompida em plena crise de 1383-85, quando abraça a facção castelhana, o que permite a Fr. Álvaro Gonçalves Camelo alcançar a dignidade de Prior do Crato, bem como, em 1389, um lugar enquanto representante do rei português, nas negociações das tréguas entre ambos os reinos peninsulares. COSTA, 1999-2000: 196-197.

Por sua vez, é também sintomática a actuação do Mestre de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque, e de Lourenço Eanes de Fogaça, chanceler-mor do já desaparecido rei D. Fernando, que estabelecem negociações com a Inglaterra em nome do nosso rei, para conseguir captar apoios contra Castela. Ambos assinam o tratado de Windsor, deixando claros os interesses Santiaguistas no Atlântico norte, bem como de uma franja da sociedade portuguesa ligada ao mundo dos negócios. FONSECA, 1986.

raras excepções, estas instituições vão assumir a defesa do Mestre de Avis. As razões parecem residir, por um lado, na ascensão à coroa de um dos seus pares e, por outro, na forte cumplicidade que mantinham para com a monarquia, o que as vai comprometer na viabilização dos seus interesses, integrando-as no âmbito do reforço da autonomia que se anseia para o reino e na sua projecção para espaços cada vez mais alargados.

A este panorama, caracterizado por uma grande instabilidade política e social, acrescentam-se os problemas de índole económica, que se inserem no carácter plurifacetado da “*crise do séc. XIV*”. De uma maneira geral, e sem discutir o conceito de crise e a sua extensão, defende-se a não limitação dos problemas às décadas de *Trezentos*. Na Europa, o impacto dos maus anos agrícolas a partir de 1315 tem consequências profundas, porque, ao manifestarem-se ciclicamente, rompem um equilíbrio já de si muito precário e a acusar limites decorrentes de um crescimento anterior pouco sustentado. O mundo senhorial, que já se encontrava numa situação pouco confortável, no séc. XIV, debate-se com graves carências. A baixa rentabilidade agrícola é agora sentida de forma bastante particular e agravada pela falta de mão-de-obra, que sucumbe aos vários episódios de peste e às escaramuças militares<sup>28</sup>. A estas circunstâncias podem, ainda, aliar-se os efeitos produzidos por um sistema de transmissão de bens com tendência a contemplar os vários herdeiros e a favorecer o estiolar do património familiar já de si pouco rentável<sup>29</sup>. Neste sentido, em Portugal, à semelhança do que ocorreu em outras regiões, está comprovado o abandono de terras de cultura e o progresso da criação de gado e das pastagens<sup>30</sup>.

De uma forma global, as Ordens Militares não constituem uma excepção e vão sofrer as consequências desta “*crise*” multifacetada, acusando, naturalmente, disparidades geo-cronológicas, no que toca a estas manifestações. Assim, há que equacionar factores como as condições climatéricas, determinantes num mundo dependente do sector primário, surtos de peste e até episódios de guerra, que podem fustigar sobretudo uma comenda e contribuir para o seu depauperamento. De resto, estas instituições mantêm o modelo rentista, desenvolvido ao abrigo de uma gestão de comendas, tentando proceder a ajustes nas rendas, vector este comum a outros senhorios. Outra estratégia complementar pode ter passado pela necessidade de fortalecer patrimonialmente a Mesa Mestral, ou seja, os bens directamente adstritos à dignidade mestral, por causa do papel cimeiro desta figura e da sua grande ligação à monarquia<sup>31</sup>. A entrega de bens a estas instituições por parte dos mais crentes, que, desta forma, esperavam ver assegurada uma hipótese estável de sufrágio da alma, e, por outro, a recompensa da fidelidade prestada à monarquia, que garantia a concessão ou confirmação de algum património imóvel ou de prerrogativas jurisdicionais, pode ajudar a atenuar a quebra de alguns rendimentos, se bem que seja difícil avaliar o impacto produzido por estes expedientes.

<sup>28</sup> PORTELA, 1999, oferece uma perspectiva genérica sobre estas problemáticas.

<sup>29</sup> MARQUES, A.H. Oliveira, 1987: 95.

<sup>30</sup> PIZARRO, 1999, vol. II: 565-592.

<sup>31</sup> PIMENTA, 2001: 141. AYALA MARTÍNEZ, 2003: 220-241.

Apesar das grandes lacunas documentais, os sintomas de dificuldades económicas são conhecidos para todas as Ordens Militares presentes em Portugal. Já no final do séc. XIV, o Mestre de Cristo queixava-se dos roubos feitos nas comendas, na sequência da morte dos seus titulares<sup>32</sup>. Por sua vez, em Avis é possível confirmar o reflexo das infidelidades políticas de alguns comendadores, perdendo, por isso, os bens que lhe estavam confiados<sup>33</sup>, o que aumentava a instabilidade na gestão dos recursos materiais. No caso de Santiago, está identificado o esforço desenvolvido para aumentar as rendas, nomeadamente dos fornos, o que dá lugar a processos de contencioso com os municípios, nos anos de 1337 e 1341<sup>34</sup>. No entanto, a projecção económica dos Espatários no norte da Europa, sustentada, entre outros aspectos, pela sólida implantação no vale do Sado e na vitalidade da exploração do sal<sup>35</sup>, pode conferir uma certa especificidade a esta organização. No caso dos Hospitalários, estas circunstâncias são agravadas pelos compromissos fiscais que é necessário satisfazer junto do comum tesouro e dos malogros sofridos na sede conventual, trasladada para a ilha de Rhodes no início desta centúria. Os exemplos relativos aos Cavaleiros de S. João são bastante elucidativos das dificuldades e dos desafios que então se colocavam em Portugal. De facto, em 1430, as propriedades e comendas da Ordem “... *som de todo danificadas e perdidas entanto que ao presente nom rendem o que rendiam pode aver dez annos e esto pollas grandes devisões e contendas em que os cavalleyros e freires da dicta Hordem som huuns com os outros e ainda alguuns delles com o Prior ... andarem fora da via e obediencia que som theudos conservar e manter ...*”<sup>36</sup>. Como se pode verificar, para além dos constrangimentos económicos, há que considerar as discordâncias no seio da comunidade e a inoperância por elas gerada. Outros relatos podem ajudar a esclarecer esta situação. Com efeito, cinco anos mais tarde, o rei dera autorização para o Prior conceder em regime de sesmarias todas as propriedades da Ordem, de forma a que se rentabilizasse a sua produtividade<sup>37</sup>. Apesar de tudo, no final desta década, as terras da Ordem encontravam-se “... *em perdiçam ...*”, por não haver quem as cultivasse<sup>38</sup>, o que era agravado pelo eclidir das lutas políticas subsequentes à morte de D. Duarte e pelo desgaste provocado pelas campanhas militares. Esta conjuntura terá sido de tal forma prejudicial, que, já em 1523, a propósito do pregão das rendas do Priorado do Crato, se diz que “... *as nuvidades estam muito fracas nesta terra ...*”, sendo acrescentado que o Priorado andava devassado e as coisas não andavam visitadas como deveriam<sup>39</sup>. É certo que, no caso desta instituição, à conjuntura depressiva generalizada, acrescenta-se uma grave crise relacionada com a casa conventual e o avolumar de problemas

<sup>32</sup> SILVA, 1997: 38. Neste contexto, a Ordem de Cristo vai optar por fazer vários contratos enfiteúticos, relativos a propriedades sitas no termo de Santarém.

<sup>33</sup> PIMENTA, 1997: 190.

<sup>34</sup> FERNANDES, 2002: 116-129.

<sup>35</sup> MATA, 1997: 205-216 e PIMENTA, 2001: 153.

<sup>36</sup> Vd. COSTA, 1999-2000: 107.

<sup>37</sup> Vd. COSTA, 1999-2000: 203.

<sup>38</sup> Vd. COSTA, 1999-2000: 209.

<sup>39</sup> Vd. COSTA, 1999-2000: 106-107.



no Mediterrâneo, assinalados pelas campanhas militares frente aos turcos em 1480 e 1522<sup>40</sup>.

Neste contexto de recessão, os abusos cometidos na concessão de comendas podem ter sido ainda mais frequentes. Ou seja, para além, do prestígio e influência exercidos por algumas famílias, a diminuição da renda senhorial, a proximidade geográfica entre as comendas e a morosidade no procedimento de nomeação de um novo comendador, constituem aspectos que mereceram uma reflexão interna e até a definição de normas ajustadas. No plano jurídico-normativo, procurou-se fixar as pessoas às unidades de gestão, criando-se incentivos à responsabilização dos indivíduos que desempenhavam estas tarefas. Assim, nenhum freire Hospitalário já provido de uma comenda podia “*melhorar se de outra*” sem ter aí residido, pelo menos, cinco anos<sup>41</sup>. A própria união dos membros com as respectivas comendas desta Ordem foi autorizada, na transição do séc. XIV para o XV, no contexto de dificuldades económicas e demográficas<sup>42</sup>.

Em função dos elementos aduzidos, podemos concluir pela pluralidade de repercussões económicas, políticas e jurídico-normativas, ao nível das Ordens Militares, provocadas pelas exigências da “*crise*” tardo-medieval. Para estas instituições, as questões que se colocaram são mais complexas do que a já de si difícil “*crise do séc. XIV*”, na medida em que conheceram desafios, relacionados com o seu perfil e desempenho, e que não seriam colodados a outras organizações. Com efeito, debateram-se com um problema de identidade e assumiram novos compromissos, em parte dependentes dos condicionamento políticos de Portugal. A proximidade à monarquia e a mútua identificação de interesses favorecem a adopção de modo de vida mais aberto aos valores laicos e impõem aos cavaleiros o cumprimento de responsabilidades de Estado. Estas são visíveis, tanto ao nível da administração do reino, patente no exercício de cargos na coroa e em representação desta e na familiaridade de alguns freires com altos dignitários da vida política e administrativa, dada a elevada condição social que caracterizava, pelo menos, alguns deles, como no plano da política externa, ou seja, na participação em missões diplomáticas e em acções militares abraçadas pelo poder real, envolvendo-se na defesa da soberania nacional<sup>43</sup>. Ao ponderarmos os problemas atravessados por estes institutos durante a

<sup>40</sup> COSTA, 2001b: 75-97, onde estão inventariados os freires portugueses que se deslocaram a Rodes e a Malta para participarem em operações militares.

<sup>41</sup> BIBLIOTECA DA AJUDA - *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, 49-II-32, fl. 183. Os fls. 182-200, contém todo um conjunto de directrizes sobre as comendas e respectivas administrações. A preocupação de obrigar os comendadores a fixar residência nas comendas, para evitar o mau aproveitamento dos bens patrimoniais, também se pode comprovar nas outras instituições deste perfil, como, por exemplo, é revelado pelas Definições de 1503 da Ordem de Cristo (SILVA, 2002: 190).

<sup>42</sup> BIBLIOTECA DA AJUDA - *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, 49-II-32, fl. 190v-191.

<sup>43</sup> Alguns exemplos podem ser mencionados em relação às diversas Ordens. Assim, Nuno Freire de Andrade, da Ordem de Cristo, foi chanceler-mor (1367) e fronteiro de Coimbra (1369) (SILVA, 1997: 39) e Gomes Eanes de Zurara desempenhou o cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo, na segunda metade do séc. XV (SILVA, 2002: 381).

Fernão Rodrigues de Sequeira, da Ordem de Avis, foi fronteiro-mor de Lisboa (1385) (PIMENTA, 1997: 177). Por fim, Álvaro Gonçalves Camelo, Prior dos Hospitalários, foi Marechal da hoste do reino e Meirinho-mor de Entre Douro e Minho e Trás os Montes, grosso modo, no reinado de D. João I, e, em 1389, foi representante do rei português, nas negociações das tréguas com Castela (COSTA, 1999-2000: 251-254).

época em apreço, temos que distinguir entre, por um lado, a “*crise geral do séc. XIV*”, que não é exclusiva destes, mas que também os afectou, sublinhando as singularidades geo-cronológicas destas limitações, e, por outro, os seus problemas específicos, decorrentes da conclusão da reconquista territorial e do relacionamento com o poder político, o que acelera a procura de adaptações, em muitos casos, forçadas pela monarquia.

## BIBLIOGRAFIA

- AYALA MARTINÉZ, Carlos de, 1997 - La escisión de los santiaguistas portugueses. Algunas notas sobre los “establecimientos de 1327”. *Historia. Instituciones. Documentos*. Nº 24, p. 53-69.
- 1998 - Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350). *Actas das IV Jornadas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices. Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*. II série, vol. XV-2. Porto, p. 1279-1312.
- 1999 - *Frontera castellano-portuguesa y Ordenes Militares. Problemas de jurisdicción (ss. XII-XIII)*, in Jornadas de Cultura Hispano-portuguesa, ed. Científica V. Alvaréz Palenzuela, Universidade Autónoma de Madrid, p. 51-92.
- 2003 - *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons Historia / Latorre Literaria, p. 220-241.
- BARBOSA, Isabel Lago, 1998 - A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática). *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 2. Porto: Fund. Engº António de Almeida p. 93-288.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. *Corpus Epigráfico Medieval Português*. 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BIBLIOTECA DA AJUDA - *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, 49-II-32.
- COSTA, Paula Pinto, 1999-2000 - A Ordem Militar do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. nº 3 / 4. Porto: Fundação Engº António de Almeida.
- 2001a - *D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto*, separata das Actas da *II Semana de Estudos Alfonses*. Puerto de Santa Maria.
- 2001b - O Mediterrâneo e a Ordem de S. João. In *Portogallo mediterraneo*, ed. Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche / Istituto sui rapporti italo-iberici, 2001, p. 75-97.
- 2004 - *A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica*. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, p. 543-559.
- CUNHA, Maria Cristina, 1995 - A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis. *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. XII, Porto, p. 113-123.
- 1996 - A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII-XV. *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. XIII, Porto, p. 103-122.
- CUNHA, Mário, 1991 - *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto: edição policopiada da dissertação de mestrado.
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, 2002 - *A Ordem de Santiago no séc. XIV*. Porto: edição policopiada da dissertação de mestrado.
- FONSECA, Luís Adão da, 1986 - *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- 2004 - As Ordens Militares e a expansão. In *Actas do Colóquio “A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia”*. Lisboa, p. 321-347.

- HOMEM, Armando Carvalho, 1996 – D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?. In *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III. Lisboa: Editorial Presença, p. 160-163.
- KRUS, Luís, 1994 – *A concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1388)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.
- MARQUES, A.H. Oliveira, 1987 - Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, José, 1990 - D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Vol. IV. Porto, p. 1527-1566.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 1997 – As marinhas de sal do mosteiro de Santos nos séculos XIV e XV. In *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, p. 205-216.
- MATTOSO, José, 1982 e 1992 - A guerra civil de 1319-1324. In *Estudos de História de Portugal*. Homenagem a A. H. Oliveira Marques, t. I. Lisboa, p. 163-176 e reeditado em *Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 293-308.
- Monumenta Henricina*. vol. I, II. Coimbra, 1960.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 1997 – A Ordem Militar de Avis (durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira). *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 1. Porto: Fundação Engº António de Almeida, p. 127-242.
- 2001 - As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge. *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 5. Porto: Fundação Engº António de Almeida.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes; SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, 1999 – As Ordens de Avis e de Cristo na Baixa Idade Média e a Monarquia Portuguesa: percursos de complementaridade. In *Estudos de Homenagem a Joaquim Silva Cunha*. Porto: Funfação Universidade Portucalense, p. 805-824.
- PIZARRO, José Augusto, 1999 – *Linhagens medievais portuguesas (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica e História da Família da Univ. Moderna.
- PORTELA, Ermelindo, 1999 - La peste negra y las crisis agrarias. In *Historia de la Edad Media*. 3ª reimpressão da 2ª edição. Barcelona, Editorial Ariel.
- Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines...*, vol. I., Olisipone: Typis Academicis, 1856, p. 5-126.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, 1997 – A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417). *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1. Porto: Fundação Engº António de Almeida, p. 5-126.
- 2002 – A Ordem de Cristo (1417-1521). *Militarium Ordinum Analecta*. Nº 6. Porto: Fundação Engº António de Almeida.
- SOUSA, Armindo de, 2000 – Tempos Medievais. In *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 118-253.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre, 1996 – Um tempo de afirmação política. In *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do séc. XIV*. Direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. III. Lisboa: Editorial Presença.
- VENTURA, Leontina, 1992 – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Fac. Letras.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Ed. F. M. Esteves Pereira. Lisboa, 1915.

Francisco Manuel Teixeira Ferraz  
Maria João Monteiro Domingues

## Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV\*

### R E S U M O

A cidade do Porto, a exemplo da restante Europa, sofreu várias investidas da peste, sendo possível, através dos relatos contidos nos Livros de Vereação, observar as medidas preventivas levadas a efeito para proteger a cidade da veloz propagação da epidemia nos tempos tardo-medievais. Este estudo sintetiza as medidas tomadas pelos oficiais camarários, na segunda metade do século XV, de forma a fazer face à ameaça pestífera em várias ocasiões problemáticas.

Este estudo baseia-se na análise de várias manifestações de peste, no caso do Porto, na segunda metade do século XV. Assim, procurámos coligir informação sobre os vários surtos de peste e episódios com ela relacionados, que penetraram ou rondaram a cidade, analisando as posições da Vereação Municipal face às ameaças pestíferas e relatando as medidas profiláticas tomadas ao tempo, não só na cidade como no país.

No seguimento de termos procedido à leitura das Actas de Vereação, tendo elaborado um instrumento de acesso à informação contida nestas mesmas actas<sup>1</sup>, utilizámos os Livros de Vereação da Câmara Municipal do Porto<sup>2</sup> para, a partir das sessões camarárias neles relatadas, procurar avaliar o impacto sofrido dos surtos de peste na cidade, durante a segunda metade do século XV. Apesar de constituir um núcleo documental muito importante para se formular uma percepção da vida no burgo medieval portuense, como qualquer outra fonte, não permite responder a todas as questões que o investigador coloca. Assim, uma das dificuldades sentidas foi o facto de não terem chegado até aos dias de hoje registos de sessões camarárias de muitos dos anos da centúria de Quatrocentos.<sup>3</sup> Por outro lado, e como veremos, os surtos epidémicos foram uma preocupação de todo o reino, durante o século XV, sendo-o também para a Vereação portuense. Aliás, a resolução de um problema relacionado com um navio que entrou na barra do Douro, vindo de Inglaterra, e que trazia “*ar pestelenciall*”<sup>4</sup> foi adiada, por não estarem presentes

\* Como mostra de gratidão, dedicamos a realização deste trabalho a todos aqueles que o tornaram possível, nomeadamente ao grupo de colegas “Os de Sempre” e à Prof. Paula Pinto Costa que nos incentivou a realizá-lo e nos apoiou e dirigiu sempre incondicionalmente.

<sup>1</sup> No âmbito de um estágio Prodep – Programa de Estágios no Ensino Superior - Medida 3/Ação 3.2.

<sup>2</sup> AHMP, Livros de Vereação, livros 3, 4, 5 e 6.

<sup>3</sup> De forma a ter uma melhor percepção dos manuscritos existentes consultar o quadro cronológico elaborado por João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. MACHADO, 1985: 22, 23.

<sup>4</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fl. 63v.

peças suficientes para discutir um caso tão importante, tendo sido acordado que se mandasse chamar, por pregão, gente para vir à Relação para que fosse tomada uma decisão sustentada. Todavia, este facto não nos garante que sempre que a peste rondou a cidade, por terra ou por mar, tal tenha sido objecto de discussão camarária. Prova destas dificuldades é o facto de, os casos que apresentaremos se referirem todos à segunda metade da centúria, sendo dado adquirido que, pelo menos em 1415, um dos anos de que não temos hoje registos nos Livros de Vereação, a peste grassou na cidade.<sup>5</sup>

O Porto era, pelo menos, nos finais da Idade Média, uma cidade de perfil mercantil<sup>6</sup>, o que se pode reflectir na proliferação dos vários surtos de peste. Várias eram as portas da muralha que abriam a cidade ao contacto terrestre com outras localidades limítrofes. Mas as suas relações eram estabelecidas, sobretudo, a partir da zona ribeirinha, isto é, a partir do Douro, que, uns metros à frente, desagua no mar Atlântico, o que justifica que grande parte das portas e postigos da muralha se encontrassem na Ribeira, sobranceiros ao rio, local por onde entravam e saíam as riquezas, e, como veremos, também a peste.<sup>7</sup>

A par das guerras e dos períodos de fome, os surtos epidémicos foram um dos maiores flagelos vividos na Idade Média, de acordo com vários autores<sup>8</sup>, assumindo relevo o pensamento expresso por Yves Renouard: *“Bem mais grave para a humanidade ocidental do que as grandes guerras do século XX.”*<sup>9</sup> Apesar da importância destes surtos, há uma falta de rigor na utilização do termo “peste”. À primeira vista estamos a falar de peste bubónica, a epidemia que grassou devastadoramente na Europa nos finais da década de 40 do século XIV. Porém, não é totalmente correcto associar aos termos coevos, *“pestellença”* e similares, apenas os surtos de peste bubónica. Tal confusão tem sido objecto de reflexão por parte de vários autores, que concluíram que, dentro do “universo epidémico” denominado por “peste” várias são as epidemias passíveis de lhe serem associadas, como o tifo, a desintéria ou a gripe pneumónica<sup>10</sup>. Lamentavelmente, a fonte por nós estudada não permite aferir o tipo de epidemia correspondente a cada surto de peste que atormentou a cidade. Os surtos epidémicos que assolaram o Porto, a exemplo

<sup>5</sup> LEMOS, 1899: 138.

<sup>6</sup> SOUSA, 2000: 146.

<sup>7</sup> GONÇALVES, 1987: 85, 86.

<sup>8</sup> A. H. de Oliveira Marques, na obra *“Introdução à História da Agricultura em Portugal”*, p. 30, refere que a peste, tal como as guerras, as navegações e as Descobertas, foram uma das causas para a frequência das fomes no Portugal medieval e para o declínio da agricultura nos séculos XV e XVI. Outra referência bibliográfica importante é a obra de Françoise Hildesheimer, *« Fleaux et société de la Grande Peste au Choléra »*, obra em que a autora refere que *“Les épidémies sont, dans l’histoire médicale des peuples, les événements principaux, les accidents les plus remarquables”*. HILDESHEIMER, 1993: 3.

<sup>9</sup> MARQUES, 1968: 53.

<sup>10</sup> Um exemplo flagrante quanto à confusão que o termo “peste” pode gerar ocorreu durante o cerco de Lisboa, quando, tal como citou Fernão Lopes, na sua *“Crónica de D. João I”*, os castelhanos, devastados pela peste enquanto mantinham cerco à capital, decidiram, por vingança, relativamente ao insucesso das operações militares, colocar prisioneiros portugueses no meio dos soldados castelhanos doentes, de forma que também eles morressem vítimas da epidemia. Reza a história que, para além dos resistentes intra-muros, também estes prisioneiros, colocados maliciosamente no meio dos pestosos, sobreviveram, deixando no ar a ideia que, as tropas castelhanas terão padecido de um surto de tifo e não de peste bubónica, altamente contagiante. ROQUE, 1979: 178.

dos que atravessaram a restante Europa, nos finais da Idade Média, sucederam-se com grande intensidade a partir da Grande Peste dos anos 40, muito embora tenham existido desde tempos anteriores.<sup>11</sup> Esta epidemia, vulgarmente conhecida como Peste Negra, entrou na Europa a partir do golfo da Criméia, foi difundida no Mediterrâneo pelos navios genoveses vindos do Levante e atingiu Portugal no ano de 1348<sup>12</sup>, à semelhança do que aconteceu com a grande maioria dos reinos europeus. A partir deste grande surto, outros se seguiram regularmente, estendendo-se, praticamente, por todo o século XV, ideia corroborada por Ricardo Jorge, que refere que, no caso do Porto, “no século XIV a peste do levante arremetteu-nos bastas vezes; e mais ateou os seus estragos nos séculos XV e XVI”<sup>13</sup>, com intervalos mais ou menos curtos.<sup>14</sup> No dizer de A. H. de Oliveira Marques, “cada português dos séculos XIV e XV viu duas ou mais epidemias durante a sua vida, e teve, com certeza, parentes e amigos levados por elas.”<sup>15</sup> Apesar da escassez dos números, a regularidade destes surtos, por breves e pouco intensos que fossem, impediu um crescimento contínuo da população portuguesa e europeia.

O próprio rei D. Duarte foi um dos monarcas que mais atenção prestou a este fenómeno, devido às trágicas consequências que este trouxe ao reino. Aliás, um dos seus legados, permite-nos observar, à luz das teorias coevas, as causas da rápida e avassaladora propagação da epidemia. Na sua obra “Leal Conselheiro”, D. Duarte prescreve alguns conselhos profiláticos a seguir em períodos de peste e sistematizou as causas do seu aparecimento. Neste sentido, as principais causas, apontadas à época, para a difusão da doença, estão relacionadas com a corrupção das águas, com a vontade de Deus, sendo a epidemia, neste caso, uma espécie de castigo divino por causa da vida desregrada e mundana do Homem medieval, e com determinadas condições meteorológicas.<sup>16</sup> No final do século surgiu uma obra em Portugal, baseada em escritos do bispo e pestólogo Kaminto, de meados do século XV, que sistematizava as restantes causas da difusão da peste, e conhecida por “Regimento proveytoso contra ha pestenença”. Nesta obra estão referidas, então, para além das anteriores, a corrupção do ar e a falta de limpeza de fossas, canos, monturos e outros conjuntos de imundícies.<sup>17</sup> Está assim, estabelecido, desde a época, que as condições de higiene e salubridade pública tiveram muita influência na propagação da epidemia. Também a alimentação teve um papel fundamental para que a doença se propagasse mais facilmente, pois esta era muito deficiente, sobretudo em termos

<sup>11</sup> Françoise Hildesheimer refere que os surtos de peste grassaram já na Antiguidade Clássica e na Alta Idade Média, tendo se difundido com regularidade a partir do século VIII. HILDESHEIMER, 1993: 8. Para o caso português, A. H. de Oliveira Marques refere que há notícias de peste desde o século XII. MARQUES, 1974: 93.

<sup>12</sup> MARQUES, 1987: 20.

<sup>13</sup> JORGE, 1899: 99.

<sup>14</sup> No caso francês, J. Ruffié e J. C. Sournia defendem, por exemplo, que “Dès 1356, des villes françaises furent à nouveau contaminées, et jusqu’en 1670 il n’y eut pas une année durant laquelle plusieurs villes du royaume ne souffrirent de la maladie”. RUFFIÉ, 1993: 107. Estes surtos imediatamente surgidos à Peste Negra de 1348, ocorreram em média, no entender de Françoise Hildesheimer, de 12 em 12 anos. HILDESHEIMER, 1993: 14.

<sup>15</sup> MARQUES, 1974: 93.

<sup>16</sup> ROQUE, 1979: 145, 146.

<sup>17</sup> ROQUE, 1979: 49, 53.

vitamínicos, facto que se traduzia numa fraca resistência às infecções.<sup>18</sup> Os vários períodos de fome agravaram ainda mais esta situação. Por outro lado, a epidemia propagava-se, também, mais facilmente em tempo de guerra, fosse por causa da quantidade enorme de cadáveres resultantes do conflito militar, pelo facto de os exércitos serem veículos transmissores, ou ainda pela dificuldade acrescida em serem implementadas medidas de prevenção.<sup>19</sup> Contudo, os surtos de peste não surgiam, obrigatoriamente, como consequência da fome e da guerra, ideia sintetizada por Virgínia Rau: “*Ardilosamente ligada ou associada à fome e à guerra, umas vezes precedendo, outras seguindo as duas espantosas companheiras, algumas vezes, porém, a peste apareceu como espantalho solitário e brutal*”.<sup>20</sup>

Depois de traçado este panorama geral sobre a peste na Europa e em Portugal, é interessante analisar as informações que estão nos livros de Vereação relacionadas com esta matéria.

Ricardo Jorge referiu-se aos surtos de peste no Porto como um “*açoute cruelissimo (...) o feixe supremo de todas as calamidades*”.<sup>21</sup> Este pensamento parece definir o panorama vivido na cidade na segunda metade do século XV, sobretudo, como veremos, desde finais da década de 70 até ao final da centúria, apesar de as actas de Vereação só permitirem saber que o burgo, delimitado pela muralha fernandina, apenas coexistiu com a epidemia em duas ocasiões. Como veremos, várias vezes a peste ameaçou a cidade, mas os livros de Vereação apenas se referem a ela, em duas ocasiões, como já tendo propagado intramuros. Com efeito, o caso mais grave ocorreu no Verão de 1481.<sup>22</sup> O facto de a cidade estar “*trabalhada e enferma destes aares corrutos*”<sup>23</sup> obrigou a que a habitual eleição do corpo de oficiais camarários, que acontecia a 24 de Junho, dia de S. João, fosse adiada. Tal situação motivou a saída da cidade de grande parte dos cidadãos, factor que obstou também à normal realização da eleição camarária.<sup>24</sup> O documento em análise contém o acto eleitoral, que, se realizou a 5 de Julho, em Azurara, termo da cidade,<sup>25</sup> para o qual foram convocados muitos daqueles que estavam ausentes. Numa sessão dirigida por um oficial do desembargo régio, Fernão de Figueiredo, e pelo corregedor da comarca de Entre Douro-e-Minho, Gonçalo Camelo, procedeu-se à eleição do corpo de oficiais camarários, que, excepcionalmente, foi eleito por um período de 3 anos, de forma que a cidade fosse provida de justiça. Para além da dificuldade em se realizar a eleição camarária, a ocupação efectiva dos cargos constituiu um problema, pois os que estavam fora continuavam renitentes em voltar, como foi o caso do tesoureiro<sup>26</sup> e do

<sup>18</sup> MARQUES, 1974: 7.

<sup>19</sup> HILDESHEIMER, 1993: 80.

<sup>20</sup> RAU, 1986: 159.

<sup>21</sup> JORGE, 1899: 99.

<sup>22</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 161-164v; 169v-170; 170v-172.

<sup>23</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fl. 161v.

<sup>24</sup> A principal reacção das populações às epidemias era a fuga. Das cidades fugiam aqueles que tivessem possibilidades para tal, contando-se entre eles os mais poderosos. No caso de França, Françoise Hildesheimer cita o caso de três cidades que viveram uma situação similar à do Porto, aquando da fuga dos seus oficiais: Grenoble (1410), Paris (1418) e Dijon (1457). HILDESHEIMER, 1993: 50.

<sup>25</sup> Este local é actualmente sede de freguesia do concelho de Vila do Conde.

<sup>26</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 169v-170.

escrivão.<sup>27</sup> Estes oficiais apresentaram à Vereação um requerimento a pedir a sua substituição, por estarem ausentes da cidade por causa da epidemia. Ainda outro dado é-nos dado a conhecer, reforçando a ideia de que a cidade viveu momentos delicados por esta altura. De facto, a 10 de Setembro, o procurador da cidade, João Gomes Riconado, comunicou à Vereação portuense que era necessário realizar as exéquias de D. Afonso V, cerimónia que não pode ser efectuada na devida altura por causa da peste.<sup>28</sup> Assim como tinha ocorrido por ocasião da eleição acima analisada, também neste caso o aglomerado urbano estava bastante afectado “*pollo bispo aqui nom seer nem a moor parte de seu collegio e isso meesmo a moor parte dos cavalleiros e cidadaaos que daqui som ausentes por causa da pestellença*”.<sup>29</sup> Como é sabido, as exéquias de um rei eram realizadas por todas as cidades do país por ocasião do seu falecimento, e a agravar a situação do Porto, pesava o facto de Lisboa, Santarém, Coimbra e a maior parte do reino já terem procedido a tal cerimónia. Mas as ausências referidas atrasaram o cumprimento deste protocolo.

Passado este período em que a epidemia grassou na cidade, a sua aparição intramuros apenas se sucederia 5 anos mais tarde, em inícios de 1486. Em sessão camarária de 14 de Janeiro deste ano, o procurador, João de França, referiu que “*avya certos dyas que na rua do Olyvall começaram de morrer de pestellença*”<sup>30</sup>, referindo ainda que a cidade já tinha mandado anteriormente proceder ao entaipamento da rua, facto que, curiosamente, levou a que esta artéria tenha hoje o nome de Rua das Taipas. Este procedimento proliferou nos finais da Idade Média nas cidades europeias infectadas pela peste, constituindo-se uma das principais medidas profilácticas tomadas pelas administrações municipais. Apesar de dificultar o avanço da doença, verificaram-se novas mortes abaixo do dito taipamento, revelando a debilidade de muitas destas medidas face à propagação da epidemia. Apesar de limítrofe, esta rua podia funcionar como rampa de lançamento da epidemia para o resto da cidade, factor que preocupou a administração municipal, ciente da rapidez devastadora do contágio.

Apesar de só estes casos se referirem directamente à peste presente no interior da cidade, os restantes exemplos por nós analisados não deixaram de ser motivo de grande preocupação para juízes, vereadores e procuradores da edilidade. Apesar de apenas a doença ter rondado a cidade, estes elementos sabiam dos efeitos devastadores que a peste podia produzir, até porque, já no século XIV a cidade viu perder grande parte dos seus efectivos à custa da crise, de que a peste foi uma das faces mais mortíferas.<sup>31</sup> De todos, os que mais preocuparam a cidade, foram os surtos que envolviam a zona ribeirinha, que era porta de entrada de riquezas e de peste. Aliás, através da análise dos diferentes casos que assolaram o Porto no período em estudo, é possível referir que as medidas preventivas assumidas pela Vereação revelaram grande minúcia e cuidado, quando entravam na barra

<sup>27</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 162v.

<sup>28</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 170v-172.

<sup>29</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 171.

<sup>30</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 26v.

<sup>31</sup> MARQUES, 1968: 53.



do Douro barcos suspeitos de transportarem a epidemia. E vários foram os casos em que tal sucedeu.

O primeiro deles ocorreu no verão de 1460, quando à Vereação portuense chegou a notícia de que na barra do Douro havia entrado uma caravela, onde tinha morrido parte da tripulação vítima de peste.<sup>32</sup> Mal souberam da novidade, a 22 de Agosto<sup>33</sup>, os oficiais ordenaram que a caravela, chefiada por Estêvão Domingues, fundeasse em Santa Catarina<sup>34</sup>, um dos locais escolhidos pela administração municipal para a ancoragem de barcos nessas ocasiões. Os seus tripulantes estavam proibidos de abandonar a embarcação, não podendo entrar na cidade por um período de 15 dias, estando previstas penas para os incumpridores. Porém, o assunto voltou a ser discutido 3 dias depois em Vereação<sup>35</sup>, pois o mestre da caravela não conseguiu levá-la para o local determinado, por causa da recusa da tripulação em cumprir a resolução camarária. Seguiu-se uma sucessão de penas aplicadas: ao mestre, que, em desespero de causa, proferiu palavras desonestas contra os oficiais; aos tripulantes da caravela; e ainda a outros pilotos, nomeadamente, Gabriel Gonçalves, que tinham sido solicitados pela Vereação para levar a caravela para Santa Catarina, mas tinham recusado. Os oficiais camarários acabaram por rever as suas posições, manifestando piedade pelos condenados, tendo o alcaide penhorado os seus bens, para garantir o pagamento das penas.

Cerca de um quarto de século mais tarde, a 30 de Agosto de 1486, a cidade é outra vez ameaçada pela chegada de um barinel, proveniente de Tanaby, Inglaterra<sup>36</sup>, navio comandado por João Bentes e que trazia "*ar pestelencial*".<sup>37</sup> De forma a proteger a urbe do surto epidémico, que tinha matado o dito João Bentes e mais três ou quatro tripulantes, os oficiais decidiram que o navio permanecesse fora da barra, até nova decisão, estando a tripulação proibida de abandonar a embarcação. Imediatamente os juízes e vereadores estabeleceram que os tripulantes que não cumprissem tais desígnios seriam presos e obrigados a pagar uma multa pecuniária, assim como os que os acolhessem seriam expulsos de suas casas e da cidade pelo período de um ano, não sem antes pagarem uma pesada multa.<sup>38</sup> Por estas medidas se pode observar a extrema preocupação que estes casos constituíam para a Vereação do burgo. A 2 de Setembro o caso foi novamente discutido, até porque, como já vimos, não estava presente na sessão anterior gente suficiente no Paço da Relação para resolver um assunto tão importante.<sup>39</sup> Os oficiais, depois de ouvirem os presentes, decidiram que o barinel entrasse na barra e fundeasse no Cabelo<sup>40</sup>, outro dos locais de isolamento de embarcações, "*e ally se tirasse toda a roupa que em elle vem asy*

<sup>32</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 234v-237.

<sup>33</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 234v-235v.

<sup>34</sup> Local correspondente à actual zona de Massarelos.

<sup>35</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 236-237.

<sup>36</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63-64; 64v-67; 89v.

<sup>37</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63v.

<sup>38</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 63-64.

<sup>39</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 64v-67.

<sup>40</sup> Local situado nas margens do Douro, do lado de Gaia.

de mercaderia como de roupa da gente que em elle vem e se ponha todo no dito Cabedello e se asoelhe<sup>41</sup> e este hy viinte e quatro dyas por se escusarem os inconvenientes que se já de semelhante caso seguirom<sup>42</sup>. Apesar de mais perto da cidade, a tripulação tinha de se manter na embarcação, sendo guardada e notificada por João Ledo, incumbido pela Vereação de cumprir tal missão. As penas mantinham-se, mesmo para João Ledo, no caso de incumprimento das ordens. Este isolamento forçado terminou apenas em Dezembro, quando os oficiais concluíram que a tripulação estava sã.<sup>43</sup> Todavia, e como forma de certificação, juízes e vereadores decidiram, na sessão de 9 de Dezembro, que a embarcação e a tripulação cumprissem mais 8 dias de degredo, podendo, após esse período, finalmente, partir. Caso ímpar, pelo tempo de isolamento decretado pela Vereação, mostra como os conhecimentos profilácticos a este nível eram ainda reduzidos, sendo todos os cuidados, poucos.

O último caso analisado de uma ameaça de peste trazida por uma embarcação que se acercou à cidade, data de 4 de Agosto de 1487, quando, em Vereação, os oficiais levantaram a questão de uma nau que, vinda de Londres, cidade acometida de peste, tinha entrado no dia anterior na barra do Douro.<sup>44</sup> A exemplo do sucedido uns meses antes com o barinel vindo de Tanaby, a nau foi obrigada a fundear no Cabedelo, tendo sido a tripulação impedida de abandonar a zona, sendo assegurados os seus mantimentos. O mestre, João Pais, o Velho, é que não se livrou de uma pena, por ter entrado na barra do Douro sem conhecimento dos oficiais.

Outras ocasiões houve em que a peste rondou a cidade não a tendo, porém, atingido. Em função de notícias chegadas à cidade, os oficiais optaram por pôr em marcha medidas preventivas que evitassem a sua propagação intramuros. Foi o caso ocorrido em Agosto de 1479, quando, no dia 14, chegou à cidade a notícia que se morria de peste em Coimbra.<sup>45</sup> Alarmados, os oficiais decidiram montar um cordão sanitário de modo a proteger o Porto e Vila Nova do surto epidémico. Assim, foi decidido que todos os moradores e vizinhos da cidade guardassem, rotativamente, as portas e postigos da muralha, a barca que ligava a cidade a Vila Nova, na outra margem, e ainda a barra de Gaia, o que permite antever que, de uma maneira geral, a população do Porto estava habituada a estas manifestações sazonais. Este cordão servia para filtrar a entrada de forasteiros que, prestando juramento aos Santos Evangelhos em como não vinham de Coimbra ou de outros lugares afectados, veriam a entrada na cidade franqueada. Pelo contrário, todos os que viessem desses locais seriam impedidos de entrar e forçados a

<sup>41</sup> Esta decisão camarária prova que já se praticava entre nós a “serena”, “que é termo provençal que quer dizer purificação por exposição ao ar. A sereine sur fer era o arejamento das mercadorias feito no próprio barco ancorado longe do porto”, ROQUE, 1979: 188. O arejamento das roupas era medida essencial no combate ao contágio, pois estas eram perigosos veículos transportadores da peste, pois abrigavam as pulgas pestíferas.

<sup>42</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 65.

<sup>43</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 89v.

<sup>44</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 145-146v.

<sup>45</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 90-91.

retirar-se para longe, de modo a evitar o contágio<sup>46</sup>, sendo previstas penas para os incumpridores. Situação similar ocorreu em Dezembro de 1484, quando, na sessão camarária do dia 23, os oficiais decidiram defender a cidade da peste que grassava em Aveiro e Barcelos.<sup>47</sup> Do mesmo modo, foi montado um cordão sanitário, em que os moradores guardariam, rotativamente, as portas da cidade, verificando-se o encerramento dos postigos e das portas “*que vissem que mais escusadas sam*”.<sup>48</sup> Entre estas duas situações, o Porto teve ainda conhecimento de peste nas suas áreas limítrofes, nomeadamente em Arrifana e Azurara, em Julho de 1481.<sup>49</sup> Neste sentido, no dia 18 foi discutida a situação dos judeus que, vindos destes lugares, vieram à cidade enterrar os seus familiares mortos, no cemitério judaico. Quando os oficiais souberam da sua presença, decidiram expulsá-los, por virem de locais infectados, recusando uma petição, em que os judeus asseguravam a sua sanidade, pedindo que os deixassem entrar na cidade. De modo a reforçar esta decisão, definiram que “*nenhua pessoa de qualquer estado e condiçom que seja e asy a judeos e mouros que daqui sejam partidos por causa da dicta pestelença que nom sejam consentudos em a dicta cidade*”<sup>50</sup>, a exemplo do que se fazia em Lisboa. Para além de estabelecerem penas, decidiram ainda escrever ao rei, pedindo-lhe que confirmasse esta posição, de forma a cidade “*nom seer enpoçoentada pellos que de fora vierem*”.<sup>51</sup>

A guarda da cidade foi também reforçada em ocasiões em que a peste, tal como nos casos anteriores, rondou a cidade, não havendo, no entanto, indicação quanto ao seu local de origem. Mesmo assim, estes episódios foram igualmente preocupantes para os governantes da cidade que, tal como em casos anteriores, decidiram reforçar a guarda das entradas do burgo, prevenindo a propagação da epidemia. Com algum pavor se terá vivido na cidade em Abril de 1488, dado que os oficiais, na sessão do dia 23, “*vieram a falar como era ainda muito neçecareo se tornar a gardar a cidade do ar pestenenceall*”<sup>52</sup>, determinando que, mais do que nunca, as pessoas que estavam incumbidas de a guardar, o fizessem com a maior das responsabilidades.<sup>53</sup> A guarda das portas da cidade foi, como já vimos várias vezes, a principal medida preventiva tomada pelos oficiais camarários, funcionando estes cordões sanitários como tampões à entrada da peste. Com o aproximar do final do século, a esta medida foi acrescentada a nomeação de um guarda-mor, que superintendia a vigilância das portas e postigos da muralha e aplicava as penas aos infractores. Tal situação parece ocorrer, pela primeira vez, em 1487, quando a 1 de Agosto, Rodrigo Afonso, foi nomeado para o cargo, numa altura em que houve necessidade de

<sup>46</sup> Já no início do século a cidade se tinha precavido face à entrada de pessoas contaminadas. Em sessão camarária de 17 de Setembro de 1401, os oficiais decidiram não permitir a entrada dos “lázarus” na cidade, estando esta expressão coeva relacionada com pessoas infectadas com doenças contagiosas, não sendo possível apurar se seriam pestosos. AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 2, fl. 19v.

<sup>47</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 252-253.

<sup>48</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 252v.

<sup>49</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 164v-166.

<sup>50</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 165.

<sup>51</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 165.

<sup>52</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 178.

<sup>53</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 177-178v.

proteger a cidade das pessoas que vinham de lugares onde se morria de peste.<sup>54</sup> Este mercador do Porto cumpriu tão bem a missão, que foi reconduzido nestas tarefas no final do ano seguinte, em sessão de 24 de Outubro de 1488, por causa da peste que grassava em Guimarães.<sup>55</sup> Esta nomeação aumentou um diferendo com o corregedor, que o tinha degredado para fora da cidade, mas mesmo assim, Rodrigo Afonso foi confirmado no cargo, sendo-lhe definido um salário anual.<sup>56</sup> O único caso referente à década de 90, refere-se também à nomeação, não de um, mas de dois guardas-mor da cidade, no caso João Vaz Ferraz e Pedro Gomes<sup>57</sup>, com competências similares às de Rodrigo Afonso.

Para além destas medidas preventivas assumidas pela Vereação municipal portuense na 2ª metade do século XV, outras foram tomadas tendo em vista a protecção do aglomerado urbano. Marcas indeléveis da passagem frequente da peste pelo burgo foram as discussões em torno da criação de um local onde pudessem ser isolados e tratados os portuenses vítimas da epidemia.<sup>58</sup> Entre 1486 e 1488, a Vereação aventou esta possibilidade, tendo em vista dois locais distintos, não nos sendo possível aferir da efectividade do seu funcionamento.<sup>59</sup> Aquando do entaipamento da Rua do Olival, o procurador da cidade, João de França, sugeriu, pela primeira vez, a utilização de um espaço para albergar e curar os doentes que adoecessem de peste.<sup>60</sup> Esse espaço seria a Torre de Pedro do Sem, onde estaria um corpo médico, permanente, que prestaria os cuidados necessários. Assim, neste espaço limítrofe à cidade<sup>61</sup>, um físico, um sangrador e duas mulheres curariam os doentes enviados para fora da muralha. O facto de a Vereação não poder suprir tal despesa levou a que se sugerisse que este corpo médico fosse pago por um rol de beneméritos da cidade, que a apoiariam nesta iniciativa. Porém, os registos camarários dão-nos a entender que a ideia não foi concretizada, já que no ano seguinte, a 28 de Novembro de 1487, este caso voltou a ser discutido em Vereação<sup>62</sup>, sendo referida apenas a presença de uma mulher que tratasse dos doentes, factor que revela a insipiência de muitas destas medidas.<sup>63</sup> Contudo, esta acta contém determinações rigorosas aplicáveis a quem fosse atacado pela epidemia, que seria imediatamente enviado para a Torre de

<sup>54</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 144-144v.

<sup>55</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 19-20v.

<sup>56</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 19-20v; 29-33.

<sup>57</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 77v-78v.

<sup>58</sup> ROQUE, 1979: 144.

<sup>59</sup> Mário da Costa Roque defende que “A instituição e o rápido estabelecimento destes e de outros hospitais similares tinham carácter meramente provisório e o seu funcionamento ficava limitado ao tempo de duração dos mais vultosos rebates de peste”. ROQUE, 1979: 185.

<sup>60</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 26-27.

<sup>61</sup> A Torre de Pedro do Sem foi construída perto dos Jardins do Palácio de Cristal.

<sup>62</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 5, fls. 161-162v.

<sup>63</sup> Os médicos existiam em reduzidas quantidades nos finais da Idade Média, não sendo a sua contratação fácil. Tanto mais que tinham tanto medo da doença como os restantes humanos, sendo, por vezes, os primeiros a fugirem. Aliás, já Raymond Chalmelli de Vivario referia no século XIV, “*personne n'est d'une folie assez aveugle pour s'inquieter du salut des autres avant le sien, surtout dans une maladie où la contagion est si rapide*”. ROQUE, 1979: 227.

Pedro do Sem, sendo a sua casa encerrada<sup>64</sup> e os seus moradores expulsos da cidade. Estas medidas estendiam-se às casas contíguas, que seriam também isoladas, podendo, no entanto, os seus moradores permanecer na cidade. Logo no ano seguinte, a Vereação toma a decisão de instituir um hospital que albergue os doentes de peste. Em sessão camarária<sup>65</sup>, os oficiais decidiram instalá-lo no outro lado do rio, na banda de Gaia, no lugar de S. Nicolainho<sup>66</sup>, local que teria duas camas à disposição dos doentes.<sup>67</sup> Este hospital ficava a cargo de Pedro Vasques e sua mulher, que tinham a incumbência de para lá levar os pestosos para serem curados, com a ajuda de uma barca que, ligando as duas margens, seria utilizada exclusivamente para o transporte dos doentes e de físicos e sangradores.

Para além da criação destes albergues, outras medidas profilácticas de combate à peste foram promulgadas pela administração municipal. A exemplo do que ocorria na restante Europa, juízes e vereadores procuraram fomentar a higiene da cidade<sup>68</sup>, impedindo o acumular de lixeiras, esterqueiras e estrumeiras, considerados focos de propagação da peste.<sup>69</sup> Tal procedimento foi logo levado a efeito no início do século, por iniciativa do corregedor da comarca, que enviou um regimento à cidade, onde, entre outras coisas, ordenava a remoção de esterqueiras no espaço urbano, ciente do seu impacto negativo para a saúde pública.<sup>70</sup> Medida similar foi tomada a 9 de Janeiro de 1482, quando os administradores foram informados que os presos eram trazidos fora da cadeia, à rua, para fazerem as suas necessidades fisiológicas, constituindo tal acto outro grave atentado à saúde pública.<sup>71</sup>

Analisados os casos de peste que afectaram a cidade no período em estudo, podemos concluir que, apesar de não constituir uma novidade, este fenómeno afectou a cidade, sobretudo, no último quartel do século XV. Tal facto levou a que as autoridades concelhias

<sup>64</sup> O Homem medieval rapidamente se apercebeu que era melhor abrir as portas e as janelas das casas infestadas, de forma a ventilar convenientemente. ROQUE, 1979: 179.

<sup>65</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 6, fls. 3-4v.

<sup>66</sup> Correspondente à actual zona do Senhor do Além.

<sup>67</sup> Mário da Costa Roque refere que apesar da capacidade reduzida, estas duas camas permitiriam albergar entre 6 a 8 pessoas cada uma! ROQUE, 1979: 184.

<sup>68</sup> Muito por causa da insalubridade que a caracterizava. Um expressivo retrato dessa insalubridade é-nos fornecido por Maria Amélia Figueiredo: “ruas estreitas, sinuosas, irregulares, sombreadas pelos enormes beirais dos telhados, pelos numerosos alpendres colocados sobre as portas das habitações (...) as águas sujas e toda a espécie de lixo doméstico que se possa imaginar era lançado na via pública; os passeios eram raros, circulando pessoas e animais lado a lado nas vielas; (...) trabalhava-se geralmente, à porta ou mesmo no exterior, atulhando o espaço comum com todo o tipo de objectos, utensílios e desperdícios das diferentes artes. A esta imagem do Porto resta acrescentar a humidade que tornava as ruas escorregadias; a falta de sol e de luz davam-lhe um ar lúgubre. Em consequência de todos estes factores, a imundície era permanente.” FIGUEIREDO, 1996: 122. Este retrato é complementado por outro, traçado por Luís de Pina, que se refere ao rio da Vila como “o sumidoiro de toda a imundície cidadina, dos resíduos dos pelames às escorrências estercoreárias do casario e das latrinas de toda a espécie, das lamas dos lodos das ruas e ruelas do burgo, da lavagem das roupas, sepultura da bicharia canina e felina, que no Porto abundavam.” PINA, 1960: 74.

<sup>69</sup> Todavia, este procedimento obrigava a que os dejectos fossem armazenados dentro das casas que, não sendo arejadas, facilmente eram acometidas pela epidemia.

<sup>70</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 3, fls. 45v-46. Este regimento data de 1412.

<sup>71</sup> AHMP – *Livros de Vereação*, lv. 4, fls. 183v-184.

se preocupassem bastante com as suas manifestações, cientes das suas trágicas consequências. A partir da análise deste conjunto de relatos, é possível verificar que a cidade, à mínima notícia, procurava proteger-se dos ataques epidémicos, nem sempre, porém, da melhor forma. Aliás, o conjunto de medidas tomadas revela algum desconhecimento face ao seu verdadeiro alcance, como foi o caso das quarentenas dos barcos, o taipamento, infrutífero, da rua do Olival, ou o encerrar das habitações dos pestosos, não sendo estas ventiladas. A prevenção foi, assim, uma prioridade das diferentes vereações que, com um saber de experiências feito, foram implementando determinadas formas de agir face à peste. Foi à Câmara que competiu a guarda da cidade e do seu termo, sendo essa vigilância posta em prática através das diferentes medidas analisadas, e que eram promulgadas quando a peste já havia passado a muralha ou dela andava perto, visando, também, a promoção da higiene e da salubridade pública do burgo.

Que difícil seria viver na cidade em tempos de peste. As actas de Vereação não nos transmitem os sentimentos do comum portuense, mas podemos tentar imaginar o ambiente na cidade, nas alturas em que esta esteve fechada ao exterior, com a peste do lado de lá da muralha, mais do que nunca, protecção simbólica, atenuadora de medos e pavores. O clima era, com certeza, intenso, até porque os poderosos, como vimos, fugiam ao mínimo sinal da epidemia. A cidade mercantil, do bulfcio ribeirinho, parava. “*Mas o Porto é d’estas cidades que subsistem, quando mais não seja, por necessidade topographica; da terra haurem, como Anteu, a força indestructivel. A labuta comercial sustinha-o de pé, vergado momentaneamente ao peso da calamidade, ressurgindo logo melhorado em gentes e cabedae.*”<sup>72</sup>

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes primárias

Arquivo Histórico Municipal do Porto - *Livros de Vereação da Câmara Municipal do Porto*, lvs. 3, 4, 5 e 6.

### 2. Fontes impressas

FERREIRA, J. A. Pinto, 1980 – “*Vereações*” anos de 1401-1449: o segundo livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo, Documentos e Memórias para a história do Porto, 40. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.

MACHADO, João Alberto e DUARTE, Luís Miguel, 1985 – *Vereações: 1431-1432*, Documentos e Memórias para a história do Porto, 44. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, p. 22,23.

### 3. Bibliografia

FERRAMOSCA, Fabiano, 1998 – *O Porto medieval e o seu termo (segundo o Livro da Rua Nova)*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos, 1996 – *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 das Vereações*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.

GONÇALVES, Iria, 1987 – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto, Arquivo

<sup>72</sup> Ricardo Jorge, referindo-se aos surtos de peste no Porto. JORGE, 1899: 101.

- Histórico Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a história do Porto, 45. p. 85, 86.
- HILDESHEIMER, Françoise, 1993 – *Fleaux et société: de la Grande Peste au Choléra*. Paris: Hachette livre.
- JORGE, Ricardo, 1899 – *Demographia e Hygiene da cidade do Porto – I, clima, população, mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara Municipal do Porto.
- LEMONS, Maximiano, 1899 – *História da Medicina em Portugal*. Lisboa: Manoel Gomes editor.
- LOURO, Laura de Jesus do Paço Viana, 1997 – *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as Actas das Vereações*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1968 – *Introdução à história da agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1974 – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., 1987 – *Nova História de Portugal*, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, Volume IV. Lisboa: Editora Estampa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1997 – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOURA, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo Gomes de, 1945 – *Alguns séculos de administração sanitária na cidade do Porto e no seu termo*. Separata do Boletim de Assistência Social.
- PERES, Damião, dir., 1952 – *História da cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora.
- PINA, Luís de, 1960 – *A Medicina portuense no século XV*. Porto: Centro de estudos humanísticos, Studium Generale.
- RAMOS, Carla Susana Barbas dos, 1997 – *A administração e as Vereações do Porto – 1500/1504*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.
- RAU, Virgínia, 1986 – *Estudos de História medieval*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROQUE, Mário da Costa, 1979 – *As pestes medievais europeias e o “Regimento proveytoso contra ha pestenença”*, Fontes Documentais Portuguesas, XII. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RUFFIÉ, J. e SOURNIA, J. C., 1993 – *Les épidémies dans l’histoire de l’homme*. Paris: Flammarion.
- SOUSA, Armindo de, 2000 – *Tempos medievais*. In “História do Porto”, dir. L. A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, p. 115-253.

Hugo Ribeiro da Silva  
Susana Cardoso

## Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)<sup>1</sup>

R E S U M O

*Partindo das escrituras de perdão que se encontram nos livros de um tabelião da segunda metade do século XVII, procurou-se, por um lado, conhecer que crimes se praticavam, porque se praticavam, quem os praticava e quando se praticavam e, por outro, porque é que alguém, em vez de clamar por justiça, clama pelo perdão de outrem e que contrapartidas entravam em jogo. Além disso, traçou-se o perfil dos outorgantes que intervinham no acto notarial, caracterizando-os do ponto de vista socio-profissional, origem geográfica e género. Mais do que apontar conclusões, procurámos levantar hipóteses de leitura e interpretação dos dados recolhidos, salvaguardadas as limitações da principal fonte utilizada.*

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a historiografia tem dado alguma atenção ao estudo dos perdões, conhecendo-se vários trabalhos que utilizaram como fonte as cartas de perdão régio, quer para a época medieval, quer para a moderna<sup>2</sup>.

No entanto, existem perdões de natureza diferente: os que se registavam nos livros dos tabeliães. Aqui não é o rei quem concede o perdão<sup>3</sup>, mas sim a vítima do crime<sup>4</sup>. Ou melhor, esta vem pedir a *Sua Magestade que não lhe* [ao autor do crime] *sejão imputadas culpas*, invocando toda uma série de argumentos atenuantes<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Versão revista de um trabalho apresentado, em 2001, no âmbito da disciplina de *Cultura e Mentalidades na Época Moderna*, e orientado pela Prof. Dra. Amélia Polónia. Agradecemos também os comentários da Dra. Helena Osswald.

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, TRINDADE, Maria Lígia Monteiro Teixeira, 1968 – *Os Perdões Régios (D. Afonso VI – 1671-1683)*. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. FRANCO, Maria Manuela Guimarães Sardon, 1968 – *Perdões régios. Reinado de D. Pedro II (1683-1706)*. Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drummond, 1993 – *A Criminalidade em Palmela no Reinado de D. João III: Delitos e Perdões*. “A Cidade”, Portalegre, 2ª série, nº 8, p. 65-81. BRAGA, Paulo Drummond, 1994 – *Perdões concedidos por D. João IV a moradores em Évora* in “Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas, Évora”, Évora, Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, vol. 1, p. 529-538.

<sup>3</sup> A clemência, como qualidade essencial do rei, estava relacionada com a representação deste enquanto pastor e pai dos súbditos, que mais se devia fazer amar que temer. Sobre estes e outros aspectos do perdão (régio) vd. HESPANHA, 1993: 247-250.

<sup>4</sup> *He livre ao offendido perdoar todo e qualquer delicto, pelo qual possa accusar a outro*. Vd. TELLES, 1819: 164 (tendo como fonte as *Ordenações Filipinas*, Lv. 1, t. 3 e Lv. 5, t. 25).

<sup>5</sup> Ver desenvolvimento deste aspecto mais adiante.

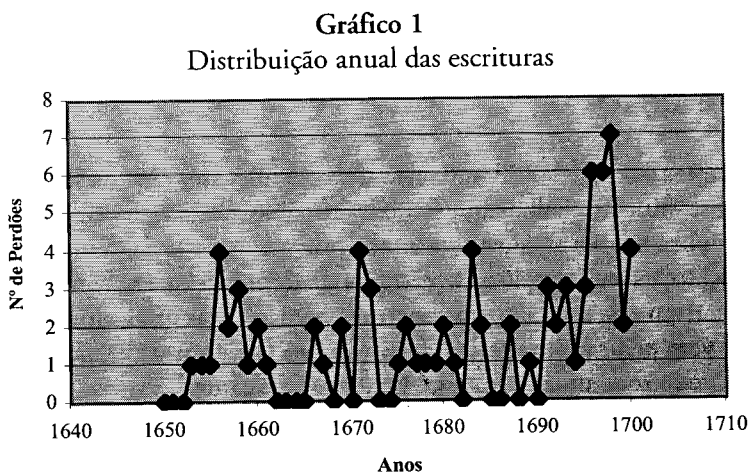


As escrituras de perdão tinham uma estrutura relativamente fixa: local onde foi realizado o acto, data do mesmo, identificação dos outorgantes, tipo de crime cometido, as razões que levam à concessão do perdão, as contrapartidas exigidas (quando as havia) e o rol das testemunhas da escritura notarial.

Utilizando sobretudo esta fonte, foi nosso objectivo principal compreender a sua importância para a história social, das mentalidades e da própria criminalidade. Procurámos, pois, retirar o máximo de informações destes actos notariais e, mais do que apresentar resultados, colocar uma série de hipóteses de trabalho. Obviamente que foi também nosso intuito tentar saber que crimes se praticavam, porque se praticavam, quem os praticava, quando se praticavam e porque é que alguém, em vez de clamar por justiça, clama pelo perdão de outrem.

## 1 - DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA DOS ACTOS

### 1.1. Distribuição Anual



Entre os anos de 1650 e 1700 foram identificadas 83 *escrituras de perdão* nos livros do notário com sede na Rua das Congostas (ainda que ao longo do período estudado a morada daquele não tenha sido sempre a mesma)<sup>6</sup>. Convém, no entanto, ter sempre presente que o número de perdões não é sinónimo do número de crimes. De modo algum.

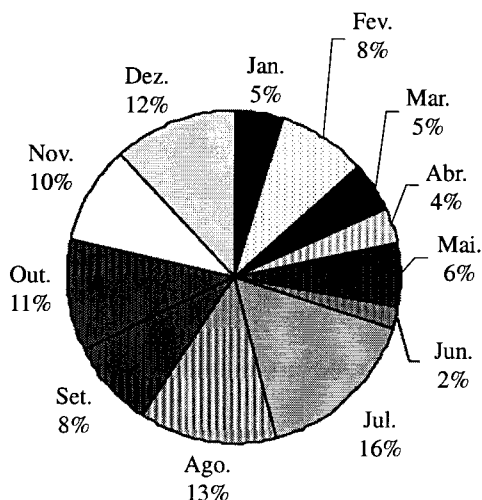
<sup>6</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, Livs. 38 a 104 (anos de 1649-1700).

Ao observarmos o gráfico, não nos apercebemos de nenhuma regularidade. Pelo contrário, tanto há anos em que surgem quatro escrituras, como outros em que não se registou nenhuma.

Importante é verificar que na última década do século XVII aumenta significativamente o número de perdões registados neste notário, atingindo-se mesmo os seis e sete num só ano. É neste lapso de tempo que estão 45% de todos os documentos encontrados na segunda metade da centúria. Como sabemos, este período é marcado por problemas económicos com as constantes desvalorizações, fusão e cerceamento das peças de circulação legal, circulação da moeda “*falsa e falida*” e conseqüente desconfiança pública<sup>7</sup>; e pela instabilidade político-social que marcou o reinado de D. Pedro II. Mas um maior número de concessão de perdões estará necessariamente relacionado com um igual aumento da criminalidade? Ou terá antes a ver com sentimentos de piedade, difíceis de aqui serem alcançados pelo nosso olhar? A verdade é que, para percebermos se este fenómeno era excepcional, ou não, haveria que estudar as décadas seguintes, testando se se tratava de um ciclo conjuntural ou de uma tendência firmada. Também seria importante analisar os perdões de outros notários, de forma a podermos verificar se se tratava de uma tendência geral, e não apenas localizada num único notário.

## 1.2. Incidência Mensal

Gráfico 2  
Distribuição mensal



<sup>7</sup> MACEDO, 1982: 23.

As escrituras de perdão emergem sobretudo no segundo semestre do ano. Contudo, apenas em 12 % dos documentos é indicado o mês em que ocorreu o crime. Ao observarmos o *quadro 1*, verificamos, ainda, que estão representados sobretudo casos de agressões físicas. Quando a concessão do perdão surgia poucos dias após a ocorrência do crime, teria certamente como objectivo evitar que a Justiça conduzisse o processo criminal até ao fim e/ou que o indivíduo permanecesse na prisão. Mas as escassas informações relativamente ao intervalo de tempo que separa o crime da atribuição do perdão, não nos permitem saber se, na maior parte dos casos, a estação dos perdões coincide com a da criminalidade.

Note-se que é no Verão e no Outono que se registam mais escrituras. Estando nós perante um contexto essencialmente urbano<sup>8</sup>, não deverá haver, portanto, qualquer relação entre criminalidade e o calendário e ritmo de vida agrícola ou com feiras e romarias<sup>9</sup>. Por outro lado, o calendário religioso, que poderia conduzir a atitudes de piedade em determinadas alturas do ano (como a Páscoa) também não parece fornecer-nos qualquer justificação para esta distribuição das escrituras ao longo do ano.

Por esclarecer ficam as razões que levaram alguns indivíduos a conceder o perdão passados seis ou até vinte anos da data da ocorrência do litígio.

### Quadro 1

O intervalo de tempo entre o crime e o a atribuição do perdão

Tipo de litígio	Data do litígio	Data do Perdão	Intervalo de tempo
Agressão física	26/09/1656	15/10/1656	19 dias
Agressão física	27/10/1656	30/10/1656	3 dias
Agressão física	00/08/1657	02/02/1658	6 meses
Agressão Física	18/07/1660	31/07/1660	13 dias
Homicídio	00/05/1666	06/11/1672	6 anos e 6 meses
Agressão física	00/08/1671	25/08/1671	Alguns dias
Homicídio	03/05/1672	04/09/1672	4 meses
Agressão física	00/06/1673	15/12/1676	3 anos e 6 meses
Danos numa <i>charrua</i>	03/10/1681	22/10/1683	2 anos e 19 dias
Agressão física	26/07/1698	11/08/1698	16 dias
Agressão física	06/09/1698	30/09/1698	24 dias
Agressão física	8 anos atrás (aprox.)	30/03/1655	8 anos
Agressão física	10 anos atrás (aprox.)	20/10/1657	10 anos
Testemunho falso	20 anos atrás (aprox.)	14/03/1691	20 anos

## 2 – LITÍGIOS

### 2.1. TIPO DE LITÍGIO

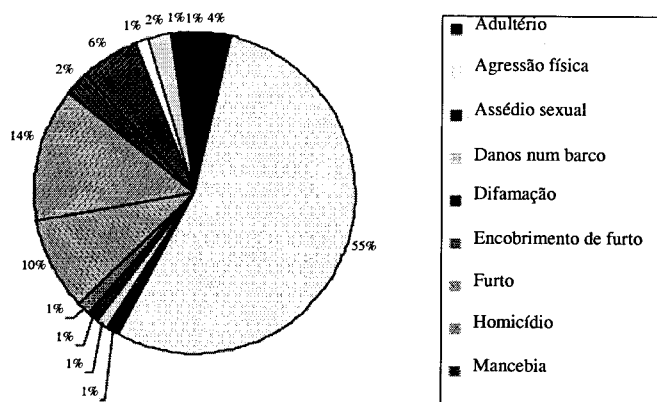
Para uma análise mais clara dos litígios encontrados, optámos por adaptar aos nossos dados a tipologia apresentada por Luís Miguel Duarte<sup>10</sup>, ainda que este tenha estudado perdões régios.

<sup>8</sup> Ver adiante, onde tratamos a distribuição geográfica dos outorgantes.

<sup>9</sup> O que se poderá confirmar, mais à frente, quando abordarmos as circunstâncias do litígio.

<sup>10</sup> DUARTE, 1993: 318-326. Vd. também a tipologia apresentada por BRAGA, 1995: 527.

Gráfico 3  
Os crimes



### 2. 1. 1. Crimes contra o rei, a autoridade e a ordem pública

Quem **testemunhasse falso** seria condenado à morte e perderia todos os seus bens para a Coroa. Não poderia suplicar o perdão de Sua Majestade<sup>11</sup>. Contudo, Manuel Dias e Maria Gonçalves Basto perdoam António João por ter testemunhado falso perante o corregedor, há mais de 20 anos, contra o sogro e pai daqueles<sup>12</sup>. A escritura refere ainda que ele tinha fugido da prisão. As circunstâncias que envolvem este perdão são, pois, pouco claras. Onde estava António João na data em que lhe é dado o perdão? Que consequências práticas tinha o acto?

A **desobediência**, por parte dos *desordeiros*, às ordens proferidas pelos oficiais da Justiça, acompanhada de resistência e ferimento do oficial, seria punida com a pena de morte; mas tal sentença teria de ser comunicada primeiro ao rei, para este verificar a gravidade do caso e “qualidade” das pessoas, e mandar fazer o que achasse por bem. Se fosse o meirinho o ferido, seria decepada uma mão ao criminoso, tendo ainda de cumprir 10 anos de desterro no Brasil. Manuel Quaresma resistiu a João Rebelo de Bessa, meirinho da Relação, quando este o pretendia prender, ferindo-o numa mão<sup>13</sup>. Na análise estatística incluímos este episódio no conjunto das agressões físicas, mas havia que o referir aqui, ainda que seja, mais uma vez, um caso isolado.

<sup>11</sup> PORTUGAL... livro V, título LIV, p. 1204.

<sup>12</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 86, fl. 168v (14-03-1691).

<sup>13</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 100, fl. 79 (30-09-1698).

## 2.1. 2. Crimes contra a pessoa humana

Os homicídios, que surgem, quantitativamente, a seguir às agressões físicas, seriam, muitas vezes, resultado de uma luta ou acidente. Bárbara Ferreira, por exemplo, desculpa o assassino do marido, pois segundo ela a morte deste terá resultado duma briga entre os dois, os quais até eram amigos<sup>14</sup>. Contra a vontade do agressor, e devido a um confronto físico, o indivíduo acabaria por morrer e o acusado do feito arrepende-se quase automaticamente. Matar alguém era fácil: incipientes conhecimentos médicos, condições de higiene insuficientes e fraca capacidade de resistência às infecções conduziam rapidamente um ferido à cama de qualquer casa de familiar que tentava, recorrendo a mezinhas e outros medicamentos naturais, salvar-lhe a vida. Sem ajuda especializada e actuante, a morte ceifava muitas pessoas nestas condições<sup>15</sup>. Raramente é indicada a motivação do homicida. Por vezes, nas razões que levam ao perdão, é dito, como fez Catarina Moreira, que o agressor, o padre Gonçalo Serqueira Pinto, agiu em legítima defesa da sua vida e da sua honra, quando assassinou o irmão daquela, João Coelho, também clérigo.<sup>16</sup> Do mesmo modo, torna-se de certo modo compreensível aos pais de Manuel Lopes que Gaspar da Cunha Barreto, também sacerdote, o tenha ferido fatalmente, já que agiu em defesa de um irmão<sup>17</sup>. A lei estabelecia mesmo que quem matasse numa atitude de autodefesa não seria punido. Mas um aspecto fica aqui por explicar: o que é que se terá passado em Sanfins (comarca de Lamego), em Maio de 1672, para dois padres – João da Fonseca<sup>18</sup> e o já referido João Coelho - serem assassinados?

A **violência física** representa 55% dos crimes, sem contar com os homicídios. Trata-se sobretudo de actos individuais que geram desequilíbrios, que rompem o ritmo habitual da vida quotidiana e que funcionavam como elementos desintegradores de qualquer sociedade. Estes crimes eram vistos como desrespeitando a ordem pública, mas também como algo que punha em risco a moral e os bons costumes, para além de porem em risco a vida humana.

Esta parece ser uma gente armada, até porque qualquer objecto poderia funcionar como tal. Espadas, armas de fogo, facas, paus ou um ferro, foram os objectos que provocaram ferimentos. O próprio corpo surge como meio de agressão através de, por exemplo, bofetadas.

A maioria das agressões incidia sobre a cabeça e a face. Quem ferisse de propósito alguém no rosto seria degredado para o Brasil e perderia todos os seus bens para a Coroa<sup>19</sup>. Numa luta a dois elas eram o alvo mais fácil e aquele em que as marcas da violência se tornavam visíveis aos olhos de todos. Logo a seguir as mãos e os braços, membros activos

<sup>14</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 71, fl. 163 (27-08-1679).

<sup>15</sup> Vd. DUARTE, 1993: 338-339 e QUEIRÓS, 1999, Vol. 1, p. 9-10.

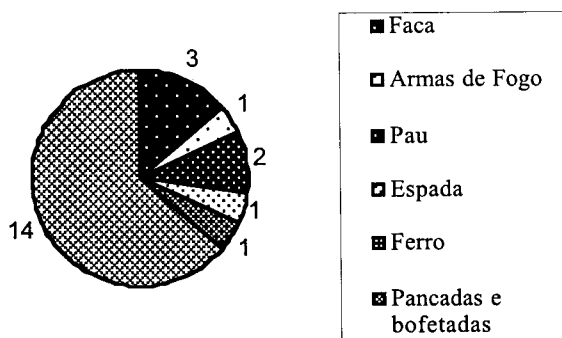
<sup>16</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 61, fl. 72 (04-09-1672).

<sup>17</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 68, fl. 94v (26-07-1676).

<sup>18</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 68, fl. 94v (15-05-1672).

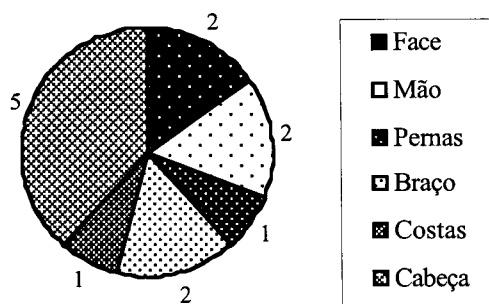
<sup>19</sup> PORTUGAL... livro V, título XXXV, p. 1186.

**Gráfico 4**  
Formas de agressão



durante a rixa. Ocasionalmente outras partes do corpo, como as costas e as pernas, poderiam ser também atingidas, o que se relacionará com o tipo de utensílio empregue na luta. O único ferimento nas pernas, por exemplo, foi provocado por uma arma de fogo, e deveu-se a um disparo acidental, daí nem ter havido queixa.

**Gráfico 5**  
Incidência corporal da agressão



As penas variavam muito, o que se explicará pela gravidade dos ferimentos, pela “qualidade” do agressor e até pela sua “conduta moral”. Amaro Pinheiro, alfaiate, teria de cumprir degredo de três anos fora do termo do Porto por ter ferido Maria da Costa, para além de lhe ter de pagar 15 mil réis<sup>20</sup>. Luís Correia da Fonseca teve uma pena mais

<sup>20</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 73A, fl. 16v (12-04-1681).

dura: cinco anos de degredo no Brasil e 100 mil réis<sup>21</sup>. A sentença era sempre aguardada na prisão.

Entre agressões físicas e assassinatos poderemos concluir que esta era uma sociedade violenta? Esta não será, porventura, a melhor fonte para responder a esta questão, já que não é produzida, por exemplo, por uma entidade judicial (um tribunal ou outra). Mas estas escrituras parecem ser claras num aspecto: gestos violentos seriam muitas vezes a resposta a palavras injuriosas. Quem as proferiu reconhece que também errou, ao incendiar os ânimos daquele a quem se dirigiam tais provocações. O perdão ao agressor tornava-se assim quase obrigatório, mesmo quando houvera ferimentos, como aconteceu com Maria da Costa, que ofendera verbalmente Amaro Pinheiro, ao que este respondeu com actos coléricos<sup>22</sup>.

Em suma, facilmente se legitimava o uso da força para a resolução dos problemas. As palavras poucas vezes seriam suficientes para pôr fim a uma discussão. Estes actos parecem comprovar a ideia que se difundiu acerca do homem mediterrânico: conduzido pela *paixão* (palavra frequente para descrever o estado de espírito do agressor), era pela corporalidade que se afirmaria a sua virilidade, e sobretudo se defendia a honra e o bom nome<sup>23</sup>.

### 2. 1. 3. Crimes contra a propriedade e a “ordem económica”

O furto, também frequente, dever-se-ia a dificuldades diárias. Roubam-se produtos agrícolas, materiais têxteis, animais domésticos. Curioso é ver Manuel Pereira Campos, alfaiate, a roubar ou mandar roubar tecidos a um homem de negócios<sup>24</sup>. Exceptuando-se este e um outro caso, rouba-se fruta e até um boi, tais eram as necessidades por que muitos passavam, compreendendo-se facilmente o porquê do perdão. Mas as criadas também não deixavam de roubar os seus próprios patrões, furtando linho, roupa, colheres e dinheiro. De salientar que dos oito furtos assinalados, cinco ocorrem no curto espaço de tempo entre 1697 e 1700. A que se deverá esta maior incidência de roubos? A uma conjuntura económica de recessão? Como já referimos atrás, seria necessário verificar o que acontece nos anos seguintes, mas também procurar aferir se este aumento do número de perdões a quem praticou furtos também é observável noutros notários. Além disso, note-se, uma vez mais, que a curva do número de perdões não acompanha obrigatoriamente a da criminalidade.

A condenação do ladrão dependia da quantia roubada. A lei especifica que o furto de uma *marca* de prata ou de outro objecto com esse valor ou meio *marco* de prata acompanhado de arrombamento de casa seria merecedor de pena de morte<sup>25</sup>. Maria da

<sup>21</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 77, fl. 110 (25-07-1684).

<sup>22</sup> Vd. nota anterior.

<sup>23</sup> Vd. VAQUINHAS, 1992: 28-31.

<sup>24</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 97, fl. 193v (17-02-1697).

<sup>25</sup> PORTUGAL... livro V, título LX, pp. 1207-1210 e título LXI, p. 1210.

Costa e seu marido, João Manuel, foram acusados de ter assaltado a casa de Manuel da Costa, pai e sogro daqueles<sup>26</sup>. Desconhecemos o valor do roubo e se houve sentença, o certo é que ter-se-ia tratado de uma falsa acusação. Verdade ou não, eram familiares muito próximos, o que, por si só, legitimava o perdão.

Roubos no valor superior a 400 mil réis levariam ao açoitamento público do larápio, e pequenos roubos a outros castigos corporais. Quem salteasse alguém em *caminho, ou no campo, ou em qualquer lugar fora de povoações no valor de 100 réis*, também seria punido com a pena capital, e se a quantia arrecadada fosse inferior àquela cabia-lhe cumprir o degredo *ad eternum* no Brasil. Domingos Rodrigues atacou dois viajantes que se dirigiam para Lisboa, tendo sido condenado com uma pena de 10 mil réis e a degredo para África<sup>27</sup>.

Maria da Rosa teria encoberto o furto de cera praticado por uma criada de Francisco Pinto da Silva, pelo que foi condenada a quatro anos de degredo para fora da cidade do Porto<sup>28</sup>.

Ligada à questão do furto estava a *delinquência patrimonial*, ou seja, a destruição da propriedade. Apenas nos surgiram dois casos que podem ser aqui enquadrados, tornando, assim, impossível grandes desenvolvimentos. Um deles incluímos até, no gráfico, no grupo dos “furtos”: alguns indivíduos, para roubar fruta, derrubam e destroem uma cerca. Um deles, Miguel Fernandes, é condenado a indemnizar em dinheiro o lesado e a cumprir degredo. O perdão incidirá apenas sobre o degredo, pois Miguel Fernandes é pobre e tem muitos filhos<sup>29</sup>.

O outro refere-se a Pedro da Costa, marinheiro, que causou, involuntariamente, danos avultados na embarcação em que viajava, ao confundir uma outra como sendo turca. No entanto, só após este ter pago os prejuízos é que se chegou à conclusão que não tivera qualquer culpa... Por isso, e por ser um homem pobre, pede-se a *Sua Majestade* que Pedro da Costa saia em liberdade<sup>30</sup>.

Mas há outros “crimes económicos”. Desde logo, o não pagamento de *dívidas*. Não cumprir um acordo era, por si só, algo de condenável, pois era “faltar à palavra dada”. Além do mais, colocava-se em causa o equilíbrio social, já que quem emprestava dinheiro contava recebê-lo de volta, e até beneficiar dos juros.

O Mosteiro de Santo Agostinho acusara Manuel Teixeira de não ter pago uma dívida. Mas não se pense que ela foi perdoada. Não. Foi é paga. Apesar do pagamento da dívida, o perdão torna-se necessário porque tinha havido queixa, pedindo-se assim que *não lhe sejam imputadas culpas*<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 100, fl. 107 (21-10-1698).

<sup>27</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 45, fl. 137 (30-03-1655).

<sup>28</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 52, fl. 1 (30-07-1660).

<sup>29</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 59, fl. 292v (11-07-1671).

<sup>30</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 76, fl. 100 (22-10-1683).

<sup>31</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 91, fl. 171v (27-01-1694). O acto notarial é mesmo considerado como sendo um *perdão e quitação*.



Devido a uma dívida de pescado, João Fernandes Aguiar, sapateiro, e Manuel Ribeiro, pescador, entraram em conflito físico, ficando os dois feridos, ainda que só o primeiro fosse preso<sup>32</sup>.

#### 2.1. 4. Crimes contra a “moral e os bons costumes”

O homem que dormisse com uma mulher casada seria condenado à morte, bem como a mulher que praticasse **adultério**<sup>33</sup>. Caso o marido perdoasse a mulher e acusasse o adúltero, este seria condenado apenas a degredo perpétuo para o Brasil. As *ordenações* dizem ainda que se não fosse expressamente acusado, o degredo seria de 10 anos em África. Quando o marido traído o perdoasse, incorreria, mesmo assim, num degredo de 7 anos para África. A lei permitia ainda ao marido traído matar os adúlteros, mas obrigando-o depois a provar o facto<sup>34</sup>.

São três os homens acusados de adultério. Gaspar Fernandes vem perdoar aquele que andava sexualmente envolvido com a sua mulher, que por essa razão está presa. Mas, pelo menos no documento em que escusa Manuel Vieira Aranha, nada indica que pretenda fazer algo em defesa da mulher, dizendo mesmo que aquele não tinha qualquer culpa. Resta saber de quem considera ser a culpa, ou se se trata de um argumento necessário à absolvição do acusado<sup>35</sup>. Já Manuel Gomes Teixeira justifica o perdão à sua esposa e a Bento de Andrade, afirmando que se tratara de uma falsa acusação<sup>36</sup>.

Diogo Bravo de Meneses, conde residente em Braga, é condenado em 10 anos de degredo para África e a pagar 200 mil réis. Estamos, segundo as *ordenações*, perante um caso excepcional: o adúltero é de maior condição social do que o marido traído. As justiças teriam assim de comunicar ao rei o facto. Sendo ambos os outorgantes desta escritura moradores em Braga, ao deslocarem-se ao Porto não pretenderiam evitar que o caso se tornasse do conhecimento público em Braga...?<sup>37</sup>

O homem casado que tivesse *barregã teúda e manteúda*<sup>38</sup> era punido com degredo de três anos para África, tendo ainda de pagar a “quarentena” (quadragésima parte do valor dos seus bens, sem contar com os da esposa), num valor mínimo de 3 mil réis. Caso fosse reincidente, além do degredo teria de pagar a “quarentena” em duplicado ou em triplicado (quer se tratasse da segunda ou da terceira vez em que era acusado deste crime).

Por seu lado, a manceba de homem casado seria açoitada na vila, teria de viver em degredo durante um ano e pagar metade da “quarentena”, mas nunca menos de 2 mil

<sup>32</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 60, fl. 22 (25-08-1671). Como o que foi perdoado foi o ferimento, do ponto de vista estatístico considerámos este episódio no conjunto das agressões físicas.

<sup>33</sup> PORTUGAL... livro V, título XXV, p. 1174-1177.

<sup>34</sup> PORTUGAL... livro V, título XXXVIII, p. 1188-1189.

<sup>35</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 48, fl. 167 (03-04-1658).

<sup>36</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 94, fl. 128 (19-07-1695).

<sup>37</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 75, fl. 273v (12-05-1683).

<sup>38</sup> PORTUGAL... livro V, título XXVIII, p. 1179-1180.

réis. Barregã e barregão nunca poderiam ser degredados para o mesmo local. Jerónima Martins, viúva, seria assim, na plena conformidade com a lei, sentenciada em um ano de degredo para fora do concelho onde residia, para além de ter de pagar dois mil réis. Perante tal sentença, o meirinho procura que as autoridades a perdoem<sup>39</sup>.

Os dois casos de mancebia surgem na documentação porque o meirinho da correição fez queixa à Justiça. Num dos casos age após ter havido uma denúncia. Mas teria sempre de haver testemunhas. Bartolomeu de Aguiar, casado, amancebado com Inácia Marques, terá sido acusado por pessoas *sem crédito*, funcionando o perdão, por isso, como uma espécie de “retirar da queixa”<sup>40</sup>.

Note-se que, no Antigo Regime, casar é antes de mais fundar um “casal”, unidade não apenas afectiva e biológica, mas também económica e social. Os interesses e sentimentos individuais eram, então, fortemente condicionados por estratégias familiares de aliança e/ou sobrevivência que se articulam com exigências de cariz demográfico, económico, social ou cultural<sup>41</sup>. Assim, adultério e mancebia, duramente penalizados, seriam praticados por aqueles que, de forma aventureira, aproveitando por vezes a ausência prolongada do cônjuge, procuravam alcançar o prazer.

A violação parece ser um crime comum, mas não dos mais penalizados pela lei<sup>42</sup>. A violência sobre a rapariga impúbere fere um bem secreto, um pudor sempre sublinhado, uma “castidade” particular que a desfloração poderia arruinar. A existência de virgindade é a condição do casamento e o seu ataque público compromete a honra e até a vida, tornando uma rapariga desflorada numa rapariga “perdida”<sup>43</sup>.

A vontade de evitar o recurso à justiça levaria à procura de acordos. O acordo prévio seria, aliás, quase sempre tentado. Por vezes, as negociações prosseguiriam mesmo depois de ter havido queixa. Custódia da Rocha, solteira, exige a Manuel Barbosa, ourives, que se encontra preso, 14 600 réis para desistir da queixa<sup>44</sup>. Já Isabel, solteira, grávida em resultado do estupro praticado por Manuel Dias, lavrador, pretende ser indemnizada em 20 mil réis para si e 15 mil réis para os pais<sup>45</sup>. Também Mena, solteira, dá o perdão em troca de 30 mil réis<sup>46</sup>.

Impunha-se, no Antigo Regime, uma palavra que comparava violar uma mulher a arrebatá-la: é o termo **raptado**<sup>47</sup>. Um acto implicaria o outro. Ou seja, a violação é um acto tanto de sexo como de posse, marca de poder. Manuel Pereira Nunes foi condenado a degredo para o Brasil e a pagar uma pena pecuniária por ter raptado Serafina Carvalho numa noite<sup>48</sup>.

<sup>39</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 48, fl. 8 (17-08-1657).

<sup>40</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 49, fl. 119 (15-10-1658).

<sup>41</sup> PEREIRA; ALVES, 1990: 31.

<sup>42</sup> PORTUGAL... livro V, títulos XVI, XVIII, XXIII.

<sup>43</sup> VIGARELLO, 1998: 15-35.

<sup>44</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 80, fl. 153v (30-01-1687).

<sup>45</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 90, fl. 172 (19-08-1693).

<sup>46</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 94, fl. 205v (20-09-1695).

<sup>47</sup> VIGARELLO, 1998: 65-70.

<sup>48</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 69, fl. 226v (12-02-1678).

De acordo com as *ordenações*<sup>49</sup>, quem dormisse com mulher virgem com seu consentimento e vontade deveria casar com ela se esta o desejasse. Se um deles ou ambos não o quisessem fazer, aquele seria condenado a uma pena pecuniária. Assim aconteceu com Custódia Rocha que diz a Manuel Barbosa que pode casar com quem quiser<sup>50</sup>. Caso não possuísse bens no montante estipulado seria açoitado e degredado para África. Jerónima Lima, quando era solteira, foi desflorada, com seu consentimento, por António Soares. Por esta razão, e porque se terá casado com outro homem, vem perdoar aquele, na esperança de receber também a misericórdia de Deus. Tendo havido querela, o acusado teria de ficar preso até terminar o processo judicial<sup>51</sup>, como aconteceu com o já citado Manuel Barbosa. A querela teria de ser feita no prazo de um ano, excepto nos casos em que a vítima fosse menor de 25 anos ou provasse ter sido impedida de o fazer.

Inácio Correia, estudante, terá, numa noite, **ofendido verbalmente** Isabel Lopes de Lerga quando esta estava em casa, pelo que foi preso; não sabendo nós que afirmações terá proferido<sup>52</sup>. Pedro Lopes dos Reis chamou *ladrão* a José dos Santos, seu primo, pelo que este fez queixa às autoridades quando os ânimos ainda estavam “quentes”, acabando depois por lhe perdoar, querendo, pois, manter a amizade com o familiar<sup>53</sup>. A exiguidade dos números não nos permite, mais uma vez, maiores tipificações e desenvolvimentos.

## 2.2. CIRCUNSTÂNCIAS DO LITÍGIO

Em apenas cerca de 37% dos documentos nos é dada alguma indicação, por pequena que seja, sobre as circunstâncias em que ocorreu o delito. Ainda que a heterogeneidade da informação dificulte a tentativa de recriar o momento do litígio, é possível apontar um modelo de análise, que poderia ser aplicado se estudássemos um maior número de escrituras: haveria que reconstituir o *tempo* e o *espaço* do acontecimento, percebendo o ambiente que o envolveu.

A questão temporal já foi, de alguma maneira, abordada quando analisámos a incidência mensal dos perdões<sup>54</sup>. Como vimos, a documentação poucas vezes nos indica a data do delito. Mas é provável que na Primavera e Verão certo tipo de criminalidade aumentasse. As pessoas andariam mais na rua do que nas estações chuvosas. Nos campos, a vida agrícola propiciava um maior contacto entre as gentes, pois era a altura das colheitas. Os animais andariam à solta, facilitando o seu furto<sup>55</sup>. A fruta estava madura, sendo roubada por aqueles que eram atingidos pela fome<sup>56</sup>.

<sup>49</sup> PORTUGAL... livro V, título XXIII, p. 1172-1174.

<sup>50</sup> Vd. nota 44.

<sup>51</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 99, fl. 15 (20-12-1697).

<sup>52</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 43A, fl. 111 (26-11-1653).

<sup>53</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 98, fl. 249 (21-09-1697).

<sup>54</sup> Observe-se novamente o *quadro 1*.

<sup>55</sup> O documento que perdoo o furto de bois data de 12 de Maio de 1700.

<sup>56</sup> Este perdão ocorre em Julho, altura em que a fruta está madura. Ou seja, o delito, mesmo que não tenha ocorrido neste mês, terá tido lugar entre Maio e a data do perdão, o que parece indicar que, pelo menos em determinado tipo de crimes, o tempo do perdão e o tempo do delito coincidiam.

Continuando na dimensão temporal chamamos a atenção para o facto de 8% das escrituras indicarem que o crime ocorreu à noite. O único rapto que nos surge acontece à noite, bem como o delito de ofensas verbais, sendo os restantes agressões físicas, procurando-se assim, talvez, dificultar a identificação do agressor, sendo muitas vezes indicado como motivo de perdão precisamente o facto de não se saber a certeza de quem havia cometido o delito. Entre vários exemplos, foi o que aconteceu com Gaspar Ribeiro, agredido numa noite. Acusou António Luís e Cristóvão Reimão, mas acaba por reconhecer que não sabe quem o feriu, já que era noite e não pôde identificar os agressores<sup>57</sup>. Quem fosse espancado à noite, não lhe ficando nódoas negras ou hematomas no corpo, para que pudesse provar a agressão deveria bradar bem alto *Fere-me Foão!* ou *Isto me fez!*, para que alguém saísse à porta ou janela e houvesse testemunhas<sup>58</sup>. O problema é que nas zonas rurais nem sempre haveria habitações por perto.

Mas é também possível, por vezes, reconstituir o espaço ou as circunstâncias em que se desenrolaram os acontecimentos. Sobretudo das agressões físicas. Grande parte delas aconteceria no decorrer de brigas e rixas, chegando nós aos motivos que as provocaram pelas razões invocadas para conceder o perdão.

A praça da Ribeira, devido à sua situação ribeirinha e conseqüente movimento de pessoas, seria palco frequente dessas rixas e brigas. João Pinto, indo buscar carvão numa noite de Agosto ao cais da Ribeira, foi ferido na cabeça por dois aprendizes de ourives<sup>59</sup>. Também num mês de Agosto, António Ribeiro e Diogo Vieira de Freitas travam entre si uma luta com espadas<sup>60</sup>.

Os largos das igrejas, e depois das celebrações religiosas, eram também espaços (e tempos) propícios ao *ajuste de contas*. Era aqui que, mesmo não o desejando, os indivíduos desavindos se acabavam por cruzar. Saindo da porta do templo, era altura de deixar para mais tarde a justiça de Deus, e pôr em prática a vingança dos homens. Úrsula Ferreira, provavelmente desavinda com Maria de Paiva, pede-lhe, no final da missa, que a deixe passar. A recusa teve como resposta um rasgão no manto, ao que Maria de Paiva reage verbalmente e puxa-lhe também o manto. Estavam incendiados os ânimos<sup>61</sup>. Também António de Sousa não andaria de boas relações com o seu vizinho Inácio Gonçalves e à saída da igreja este agride-o. Na altura do perdão, António de Sousa diz mesmo que o pai de Inácio é *limpo* e que este é *filho de família*<sup>62</sup>.

Como veremos quando abordarmos a questão da distribuição geográfica dos outorgantes, uma maioria significativa destes tinha relações de proximidade, e muitas vezes eram vizinhos: António Gonçalves e Manuel Gonçalves, de Canidelo<sup>63</sup>; Domingas

<sup>57</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 69B, fl. 142v (15-06-1680).

<sup>58</sup> PORTUGAL... livro V, título CXXXIV, pp. 1130-1131

<sup>59</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 47, fl. 96 (30-10-1656).

<sup>60</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 48, fl. 110 (02-02-1658).

<sup>61</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 52, fl. 1v (31-07-1660).

<sup>62</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 60, fl. 13 (31-07-1671).

<sup>63</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 58, fl. 198v (03-12-1669).

Manuel e Roque Fernandes, de Cedofeita<sup>64</sup>; Maria Francisca, Domingos Jorge e Vicente Fernandes, de Condeixa<sup>65</sup>; e muitos, muitos outros. Eram certamente desentendimentos pessoais que estavam na origem do frente-a-frente físico. Gonçalo Fernandes, da Madalena, depois da filha lhe ter contado uma discussão que tivera com Madalena Gonçalves, da mesma freguesia, decidiu ir pedir explicações a esta, acabando por a ferir com uma vara<sup>66</sup>. Luzia, moradora na Rua da Porta Nova, afirma que foram as palavras injuriosas que proferiu contra Francisco Cardoso Manso, residente na mesma rua, que fizeram com que este a ferisse com uma faca<sup>67</sup>.

Os locais de trabalho constituiriam ambientes propícios a desentendimentos. Ontem, como hoje, surgiriam conflitos quer entre patrões e funcionários, quer estes entre si mesmos. Como sabemos, eram comuns os castigos corporais aos aprendizes por parte de seus mestres, o que estava de acordo com as ideias dominantes. Deste modo, António Dias, pasteleiro, acaba por perdoar o seu antigo mestre por o ter agredido fisicamente durante a sua aprendizagem, reconhecendo que aquele tinha *boas intenções*<sup>68</sup>. Para além dos pasteleiros, encontrámos dois homens do mar que se envolvem em ofensas corporais a bordo duma embarcação<sup>69</sup>. Por vezes, até seriam acidentes de trabalho. É talvez assim que podemos classificar o disparo acidental que ocorreu a bordo duma fragata que vinha de Pernambuco e que acabou por ferir um dos tripulantes<sup>70</sup>.

As festas religiosas constituíam espaços e tempos privilegiados para o surgimento de desordens. Elas atraíam gentes vindas de outras localidades, muitas vezes, talvez, com o intuito de aproveitar a existência de uma massa de pessoas para realizarem furtos. Além do mais, em tais festejos não faltaria o álcool, que seria responsável por comportamentos que colocavam em causa a ordem pública e desestabilizavam as boas relações de sociabilidade. Terá sido numa destas situações que Silvestre Rodrigues, morador na cidade do Porto, foi agredido por vários indivíduos, aquando das celebrações das festas de Santa Ana, em Leça do Balio<sup>71</sup>.

---

<sup>64</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 89, fl. 52 (12-08-1692).

<sup>65</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 104, fl. 145v (10-12-1700).

<sup>66</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 52, fl. 211v (14-06-1661).

<sup>67</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 56, fl. 178v (04-03-1666).

<sup>68</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 102, fl. 32 (08-08-1699).

<sup>69</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 96, fl. 260 (26-09-1696).

<sup>70</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 57, fl. 232v (08-11-1667).

<sup>71</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 100, fl. 33 (11-08-1698).

## 3- Distribuição Geográfica dos Outorgantes

Quadro 2  
Distribuição geográfica dos outorgantes<sup>72</sup>

Concelho <sup>73</sup> do 1º outorgante	N.º
Aveiro	1
Barcelos	2
Braga	2
Castelo de Paiva	1
Condeixa-a-Nova (1)	1
Estarreja	1
Gaia (2)	11
Gondomar	2
Guimarães	2
Matosinhos	1
Melgaço	1
Paredes	1
Penafiel	2
Penaguião	1
Porto	45
Póvoa do Varzim	1
Viana do Castelo	1
Vila do Conde	2
Vila Nova de Famalicão (3)	1
Alijó/Valpaços (4)	1
Vila de Trovões (5)	1
Sem indicação (6)	2

Concelho <sup>2</sup> do 2º outorgante	N.º
Arouca	1
Aveiro	2
Baião	1
Braga	1
Castelo de Paiva	2
Cinfães	1
Coimbra	1
Condeixa-a-Nova (1)	1
Figueira da Foz	1
Gaia (2)	9
Gondomar	2
Guimarães	2
Maia	1
Matosinhos	3
Melgaço	1
Paços de Ferreira	1
Paredes	1
Penafiel	3
Porto	31
Póvoa de Varzim	1
Santa Maria da Feira	1
Viana do Castelo	1
Vila do Conde	2
Vila Nova de Famalicão (3)	3
Alijó/Valpaços (4)	1
Vila de Trovões (5)	1
S. João de Sousa (4)	1
Sem indicação	6

<sup>72</sup> Para tornar mais clara a nossa análise, optámos por integrar as diversas localidades que nos surgiram nos concelhos a que pertencem na actualidade. Tratou-se duma tarefa difícil, desde logo porque as escrituras nem sempre são claras no que respeita à identificação geográfica dos intervenientes. Admitimos, pois, que a síntese de que resultaram os dois quadros aqui apresentados possua algumas falhas que, no entanto, julgamos em nada prejudicarem a validade das conclusões a que procuraremos chegar.

<sup>73</sup> (1) O texto refere apenas "Condeixa"; (2) Incluímos aqui Canidelo, que poderá também pertencer a Vila do Conde; (3) Incluímos aqui Refóios de Riba d'Ave; (4) O texto refere a localidade de Sanfins; (5) Não identificámos o concelho, será a freguesia de Foz do Sousa?; (6) Num dos documentos é dito que a outorgante é galega. -

Ao analisarmos a distribuição geográfica dos outorgantes é nosso objectivo averiguar a sua proveniência, verificando se são todos da cidade do Porto (cujas fronteiras eram diferentes das de hoje) e, assim, observar se a nossa documentação evidencia uma delinquência tipicamente urbana; ou se, pelo contrário, existe uma diversidade geográfica, que procuraremos caracterizar e explicar.

Mesmo não sendo vizinhos ou moradores na mesma freguesia, 61% dos outorgantes têm alguma relação de proximidade geográfica na data da ocorrência do litígio. Em 23% essa proximidade não existe e em 19% dos documentos apenas é fornecida informação relativa a um dos outorgantes. Como veremos, nas motivações que levam à concessão do perdão, muitas vezes é referida essa vizinhança, laços de familiaridade e amizade, até por se pretender pôr fim aos ódios entre as partes.

O notário (entendido aqui como entidade, não como indivíduo), para se referir aos moradores da Sé, S. Nicolau e Vitória, ou seja, aos do núcleo intramuros e aqueles que mais se dirigiam a ele, devido à localização da rua em que estava sediado, dizia simplesmente que eram do Porto ou indicava a rua em que residiam (ainda que num caso se afirme que o indivíduo é de S. Nicolau e noutro da Vitória). Para todos os que habitassem *extramuros* especifica se se tratava de Cedofeita, Massarelos, Miragaia ou Santo Ildefonso.

Dos 45 *primeiros outorgantes* que residem no Porto, 31 são do *velho burgo*, cinco de Cedofeita, dois de Santo Ildefonso, Massarelos, Miragaia e Campanhã, e um de Paranhos<sup>74</sup>. Quanto aos que recebem o perdão, dum total de 31, 21 são das três freguesias nucleares, quatro de Cedofeita, três de Miragaia, e as freguesias de Santo Ildefonso, Massarelos e Campanhã encontram-se representadas cada uma com um caso.

Cruzando estas informações com as das actividades profissionais dos intervenientes, chega-se à conclusão que quer as freguesias ribeirinhas, quer as situadas mais no interior constituem espaços propícios à conflitualidade. Cedofeita e Campanhã, por exemplo, são zonas de agricultores, são espaços rurais, e, por isso, marcados por uma forma muito própria de relacionamento entre as gentes. São espaços onde todos se conhecem e as desavenças eram, por vezes, resolvidas de forma “apaixonada”. João Pereira e Luís António Pereira, por exemplo, ambos lavradores de Cedofeita, envolvem-se em hostilidades físicas<sup>75</sup>. E Domingas Manuel vem desculpar Roque Fernandes, lavrador, ambos de Cedofeita, por serem vizinhos<sup>76</sup>. Por outro lado, por essa proximidade existir, passado o momento de maior animosidade, seria vontade de todos que se retomassem as anteriores relações de boa vizinhança e amizade. Até porque, as relações de trabalho e sobrevivência em torno da terra obrigavam a viver com os de ao pé da porta. Daí o perdão.

As zonas ribeirinhas e do “velho burgo” têm uma outra “vida”. Um mundo urbano quotidianamente visitado pelas gentes de fora que vão e vêm, pelos mercadores, pelos

<sup>74</sup> Note-se que Campanhã e Paranhos não pertenciam ao concelho do Porto, mas sim a Gondomar e Terra da Maia, respectivamente. No entanto, como referimos na nota 72, considerámos as fronteiras actuais dos concelhos.

<sup>75</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 97, fl. 73v (11-12-1696).

<sup>76</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 89, fl. 52 (12-08-1692).

homens do mar, e por um sem número de pessoas atraídas pela cidade. António Ribeiro, de Guimarães, e Diogo Vieira de Freitas, cuja morada desconhecemos, travam um luta com espadas na Praça da Ribeira<sup>77</sup>. Esta praça, *centro* da área ribeirinha e um dos centros da cidade (centro marítimo-comercial) seria palco frequente das mais diversas animosidades.

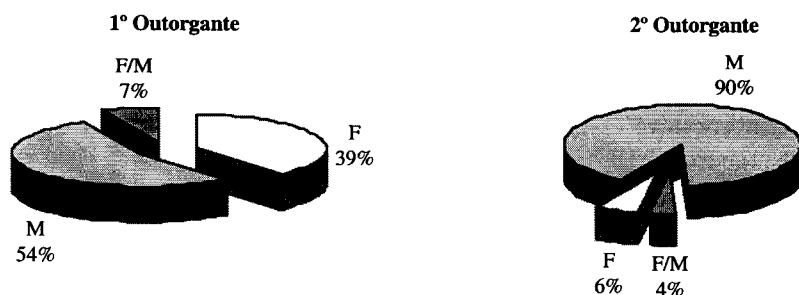
Além das freguesias intra e extramuros, encontrámos outorgantes provenientes de vários pontos do termo do Porto<sup>78</sup>, tais como Gondomar, Águas Santas, Leça do Balio, Aguiar de Sousa, Leça de Matosinhos. A sul do Douro marcaram presença as localidades de Madalena, Canidelo, Avintes, Gaia, Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho e Pedroso. Os restantes outorgantes dispersam-se sobretudo pelo Entre-Douro-e-Minho, vindos de terras como Vila do Conde, Braga, Guimarães, Viana, Arouca, Estarreja, Aveiro ou até Coimbra.

Mas quais as razões que levavam alguém de localidades algo afastadas do Porto a dirigirem-se aqui para conceder o perdão? Elas são diversas, mas tal devia-se sobretudo ao facto de um dos outorgantes residir na área do Porto, como aconteceu com Agostinho da Costa, de Barcelos, que perdoa Manuel de Sousa, morador em Aguiar de Sousa (termo desta cidade)<sup>79</sup>; ou então um dos intervenientes estar preso, como Bento de Andrade, de Arouca<sup>80</sup>. Por vezes, o acto notarial realizava-se mesmo nas cadeias da Relação do Porto, de que é exemplo a escritura celebrada entre Gregório de Oliveira, mercador de vinhos, e uma criada sua, Maria Duarte, ali encarcerada<sup>81</sup>.

## 4. PERFIL DOS OUTORGANTES

### 4.1. GÉNERO

Gráfico 6  
O género dos outorgantes



<sup>77</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 48, fl. 110 (02-02-1658).

<sup>78</sup> Vd. OSSWALD, 1990: 203

<sup>79</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 102, fl. 152 (01-11-1699).

<sup>80</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 94, fl. 128 (19-07-1695).

<sup>81</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 103, fl. 198 (02-07-1700).



Mais de metade dos outorgantes que concedem o perdão são do sexo masculino, o que parece indicar, desde logo, que foram sobretudo homens as vítimas de actos criminosos. Observando os segundos outorgantes é ainda mais significativa a presença de sujeitos do sexo masculino (90%), o que nos faz também acreditar que são, pois, estes que mais crimes cometem. Quase 60% dos crimes praticados por homens são agressões físicas. Logo a seguir vêm os homicídios (15%). Os crimes sexuais também são numericamente significativos – um total de 10, entre violações, adultérios, assédio sexual e mancebia.

Quando homens e mulheres surgem juntos, não se percebendo no texto quem foi realmente a vítima ou, no caso dos segundos outorgantes, o agressor, trata-se de marido e mulher (ainda que isso nem sempre seja muito claro no documento). Outras vezes, indivíduos de ambos os sexos surgem juntos porque possuem entre si outros laços familiares, como mãe, filhos ou genros.

No entanto, a leitura destes gráficos obriga a algumas considerações: os números referem-se ao sexo dos outorgantes, daqueles que se dirigem ao notário para conceder ou receber o perdão. Se o perdoado é sempre aquele que praticou o crime, nem sempre os primeiros outorgantes foram quem sofreu, pelo menos directamente, o dano. No caso dos homicídios, sobretudo, vemos muitas mulheres a tomar a decisão de perdoar quem assassinou ou terá assassinado o seu marido, filho ou até irmão<sup>82</sup>. Madalena Gonçalves, viúva, vem juntamente com o seu filho dar misericórdia a Gabriel, responsável pelo falecimento de seu marido e pai<sup>83</sup>. Ou seja, os 39% apresentados no gráfico não correspondem a igual percentagem de mulheres sofredoras de qualquer atentado. Assim, o número de homens prejudicado por vários crimes (sobretudo agressões e homicídios) é muito superior a 54%.

Apenas 6% dos litígios foram protagonizados por mulheres: quatro crimes relacionados com furtos (três furtos e um *encobrimento*) e uma acusação de mancebia. De entre as que furtaram, duas eram criadas e a outra lavadeira. Roubaram colheres (talvez de prata), roupa, cera, linho e dinheiro. Elas seriam “incitadas” a praticar o crime pelas necessidades que passavam, mas certamente também pela cobiça por quem teria menos problemas económicos. A título apenas de nota referimos que a que vivia amancebada com um homem era viúva, ou seja, vivendo sozinha procuraria a solidariedade e a amizade de um companheiro.

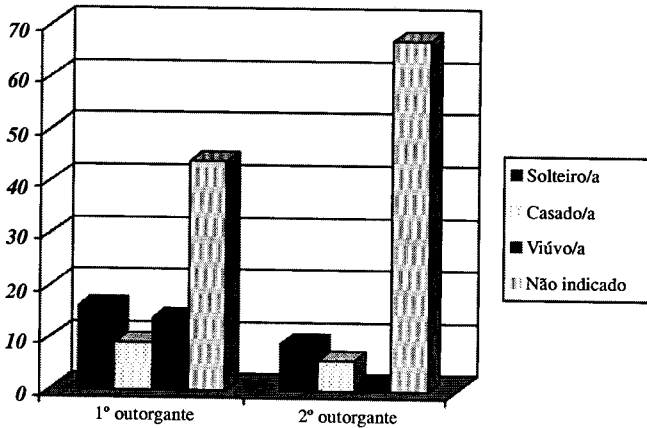
---

<sup>82</sup> O perdão do crime de morte pertencia à mulher e filhos do morto, simultaneamente, pois tanto ela (enquanto não casa 2ª vez), como eles, podiam acusar o réu. Vd. TELLES, 1819: 164. No entanto, não fica claro se, noutros tipos de crimes, a mulher pode ter iniciativa de perdão. Dada aquela referência ao segundo casamento da mulher, bem como o facto de nas escrituras notariais as mulheres casadas aparecerem sempre acompanhadas pelos maridos, mesmo quando são elas as vítimas do delito, é provável que a mulher dependente (casada ou filha de família) não pudesse perdoar sozinha.

<sup>83</sup> ADP - *Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série*, liv. 95, fl. 222 (08-01-1696).

## 4.2. Estado Civil

Gráfico 7  
Estado civil dos outorgantes



A análise do *gráfico 6* não ficaria completa se não conhecêssemos o estado civil dos outorgantes. Contudo, a documentação não nos fornece, na maior parte das vezes, tal indicação, principalmente no caso dos segundos outorgantes.

Mais uma vez a leitura do gráfico deve ser feita com o máximo cuidado. Na verdade, observando o estado civil dos primeiros outorgantes é significativo verificar-se que este é indicado praticamente apenas quando se tratam de mulheres ou então quando são homens solteiros. Quando os outorgantes são solteiros referia-se também o nome dos progenitores. Poder-se-á colocar a hipótese de grande parte dos indivíduos para os quais não há qualquer referência deste tipo serem, portanto, casados. Não deixa de ser curioso que quando se diz que o homem é solteiro não se referir a profissão. Ainda que não saibamos a idade destes “rapazes”, é de acreditar que se tratavam de jovens, ainda ligados por laços familiares aos pais e sem profissão definida.

A maior parte das mulheres presentes na nossa documentação são solteiras ou viúvas. O que se compreende se vimos que, como já dissemos, no caso dos primeiros outorgantes, elas concedem o perdão após a morte ou agressão de familiares. Por outro lado, havendo uma dependência relativamente a um ser masculino (marido, pai ou outrem), provavelmente, em termos judiciais, não seria delas a iniciativa. E, claro, surgem também como vítimas, nomeadamente de agressões físicas e de crimes sexuais, como já vimos.

Quanto aos homens, quer se trate de primeiros ou segundos outorgantes, não há muito mais a acrescentar, pois poucas são as vezes em que se diz se são casados ou solteiros.

### 4.3. Profissões, cargos e ocupações

Em mais de metade das escrituras é indicada a ocupação dos intervenientes, mas raramente de ambos os outorgantes em simultâneo, o que impossibilita, por exemplo, verificar se existem relações de proximidade profissional/social entre eles. Como já dissemos, nem todos são da cidade do Porto. Assim se compreende o elevado número de lavradores, a profissão mais representada, e a existência de moleiros. Os homens de negócio e os alfaiates (estes sobretudo enquanto segundos outorgantes) aparecem também em número assinalável. As restantes actividades económicas têm apenas um ou dois

**Quadro 3**  
Categoria social dos outorgantes

1º outorgante	Total
Alfaiate	1
Barbeiro de espadas	1
Carpinteiro	1
Cavaleiro	1
Criada	1
Escrivão dos órfãos	1
Esteireiro	1
Ferreiro	2
Homem marítimo	2
Lavradores	9
Meirinho	3
Mercador	2
Mercador de vinhos	3
Moleiro	1
Mulher preta forra	1
Pasteleiro	1
Pedreiro	3
Prior do Convento	1
Recoveiro	1
Sapateiro	2
Tanoeiro	1
Trabalhador	2
Sem indicação	42

2º outorgante <sup>84</sup>	Total
Alfaiate	5
Caixeiro	1
Capitão	1
Carpinteiro	2
Cidadão	1
Conde	1
Cozinheiro	1
Criado/a	2
Entalhador	1
Enxamlador	1
Escravo	2
Estalajadeiro	1
Esteireiro	1
Estudante	2
Homem marítimo	4
Lavadeira	1
Lavrador	9
Mercador	1
Moleiro	1
Ourives	2
Padre	2
Pasteleiro	1
Pedreiro	3
Pescador	1
Sapateiro	1
Tanoeiro	1
Sem indicação	37

<sup>84</sup> Em alguns casos o delito foi praticado por mais do que um indivíduo, surgindo os vários litigantes a receber o perdão. Apresentamos aqui, por isso, mais do que 83 indivíduos, número que corresponderia ao das escrituras.

representantes, não se podendo avançar com qualquer tipo de conclusão.

As agressões físicas, que constituem a maior parte dos delitos, eram praticadas por todos, desde o lavrador ao “cidadão”, passando pelo alfaiate ou pelo carpinteiro. Ou seja, todos os homens, independentemente do estatuto social, praticavam actos violentos. Até porque, relembramos, a defesa da honra o exigia. Apenas sabemos a ocupação de quatro dos homicidas: um pedreiro e um lavrador que terão actuado juntos, e dois padres, aos quais já fizemos referência.

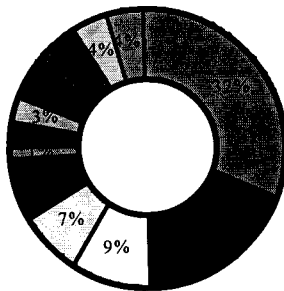
Os mareantes, passando longos meses juntos a bordo, sem o contacto com outras pessoas, facilmente entrariam em conflito uns com os outros, pelas mais diversas razões, ou até, por vezes, sem uma justificação objectiva.

Os furtos foram executados por criados, um lavrador, uma lavadeira e por dois alfaiates.

Finalmente, os crimes envolvendo mulheres, sobretudo como “vítimas”. Um dos três crimes de adultério foi praticado por um conde. Dos outros nada sabemos. Dois estudantes atentaram contra duas mulheres, ambas socialmente desprotegidas: Inácio Correia ofende verbalmente Isabel Lopes de Lerga, viúva, estando por isso preso, e Pedro Frutuoso Carneiro, estudante em Coimbra, espanca Domingas, uma preta forra. Manuel Dias, lavrador, *desonrou* Isabel, solteira, filha de lavradores, provocando a gravidez desta. Manuel Barbosa, ourives do ouro, filho de um padre e de uma mulher solteira, também foi acusado de violar Custódia Rocha, 27 anos, solteira.

## 5 – PERDÃO E CONTRAPARTIDAS

Gráfico 8  
Motivações do perdão



- |                               |                                       |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| ■ Motivações religiosas       | ■ Presumível inocência                |
| ■ Responsabilidade da vítima  | ■ Dificuldades económicas do perdoado |
| ■ Relações de proximidade     | ■ Agiu em sua defesa                  |
| ■ Pagos os prejuízos          | ■ Acidente                            |
| ■ Fim do ódio entre as partes | ■ Evitar os incómodos do processo     |
| ■ Outros                      | ■ Não indica                          |

### 5.1. Motivações do perdão

A concessão de perdão, de acordo com as *Ordenações Filipinas*<sup>85</sup>, poderia ser dada pelos acusadores, mesmo se se tratava dum crime muito grave: homicídio com pistola; ferimento com espingarda ou besta; *matar atraíçoadamente*; furto; *obrigar mulher a fazer feitiços*; testemunho falso<sup>86</sup>...

As motivações que levaram à outorga do perdão são variadas, mas formam dois grupos: as subjectivas e as objectivas. Muitas vezes era apresentada mais do que uma razão.

As subjectivas são sobretudo de ordem religiosa, surgindo expressões como *descargo de consciência* (referida em 25% dos perdões), *para obter a salvação, como bom cristão, temente a Deus, aquietação de sua alma e misericórdia*. Numa atitude de piedade cristã, esperava-se, depois da morte, receber a recompensa divina do acto misericordioso.

Mas são os motivos objectivos os que mais frequentemente são invocados. Geralmente era apontada a crença na presumível inocência do acusado (20%) – com frequência dizia-se que se *tivera informação* que o réu estava inocente ou que se tratara de uma falsa acusação. O que poucas vezes corresponderia à verdade. Como podemos perceber que, em plena luz do dia, a vítima não visse quem era o agressor?

Torna-se mais credível, por exemplo, quando a vítima assume a sua parte da responsabilidade nos acontecimentos. Numa rixa quem seria o culpado? Apenas o que foi ferido? Ou também quem acendeu o rastilho que conduziu a uma explosão de cólera? Domingas Vicente, por exemplo, reconhece ter sido ela a *provocar* José Gomes Figueiredo<sup>87</sup>.

No caso dos homicídios invocava-se muitas vezes o facto de o assassino ter agido em sua defesa. Como já vimos, a defesa da honra e da própria vida justifica a morte de outrem. Por vezes, a tragédia seria resultado de um acidente. Um disparo accidental ou uma briga que tomara proporções mais graves.

As dificuldades económicas do perdoado também levavam à misericórdia de algumas pessoas. Roubara-se por se ser *pobre e miserável*, e/ou por se ter muitos filhos. Mesmo quando se trata de assassinatos, a viúva tem compaixão perante a pobreza daquele que pôs fim à vida do marido.

Por vezes, a este argumento juntam-se as relações de proximidade: amizade, vizinhança, parentesco. Era desejo de todos manter os antigos laços que os uniam. Passado o momento do conflito, havia que pôr fim ao ódio entre as partes.

Muitos pretendiam ainda evitar os incómodos do processo, até pelas dificuldades económicas em que viviam. Maria Francisca e o seu marido são claros: querem evitar gastos e incómodos – após o pagamento de 9 mil réis resolve-se a querela<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> PORTUGAL... livro V, título CXVI, p. 1272

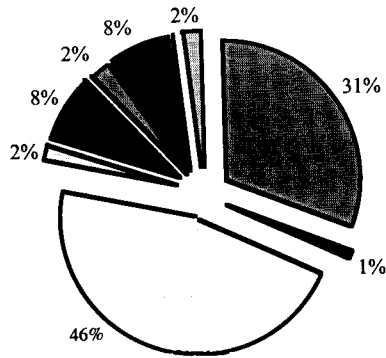
<sup>86</sup> O que entra em contradição com o que é dito nas mesmas ordenações, no título LIV, a que já nos referimos.

<sup>87</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 76A, fl. 67v (10-01-1684).

<sup>88</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 104, fl. 145v (10-12-1700).

## 5.2. Contrapartidas

Gráfico 9  
Contrapartidas previstas



- Não indica/sem contrapartidas
- Mandar rezar missas
- Pagar as despesas do seu livramento
- Não molestar a vítima quando sair da prisão
- Pagar as despesas com cuidados de saúde e compensar os dias de trabalho perdidos
- Pagar a dívida, os prejuízos/entregar o linho
- Indemnização em dinheiro ou outros
- Sair da localidade/casa

Na maioria das escrituras não era pedida nenhuma contrapartida em troca do perdão, pelo menos publicamente. Em 31% dos documentos não há qualquer referência a exigências ou tal até é dito de forma clara. Geralmente, em 46% dos “contratos”, chama-se a atenção para o facto de as custas do *livramento* do acusado e do processo serem da responsabilidade deste. De acordo com a lei, sempre que o juiz proferisse sentença final, o réu era condenado a pagar as custas do processo, as quais corresponderiam ao grau de *malícia* do acto<sup>89</sup>. Quando há uma *devassa*, ou seja, o réu é acusado pelas Justiças, sem ter havido *querela*, mesmo sendo absolvido, o juiz decretaria sempre na sentença *que o dito réu pague as custas do seu livramento*. Por outro lado, muitas das mulheres viúvas renunciavam mesmo à *lei de Veleano*, que as protegeria, *havendo respeito à fraqueza do entender das mulheres*<sup>90</sup>.

Quando das agressões físicas resultavam ferimentos graves, era comum responsabilizar o agressor pelas despesas com os cuidados de saúde (cirurgião e barbeiro) e indemnizar a vítima pelos dias de trabalho perdidos. António de Almeida e Gaspar dos Reis Leitão tinham de pagar o trabalho do cirurgião e as sangrias do barbeiro, pois os ferimentos contra João Pinto haviam sido de tal modo graves que este estava padecendo

<sup>89</sup> PORTUGAL... livro III, p. 670-672.

<sup>90</sup> PORTUGAL... livro IV, tit. LXI.

no leito de sua casa<sup>91</sup>. Também Manuel e Isabel Gonçalves tinham de pagar todos os gastos com a cura de Sebastião Gonçalves, para além de terem de indemnizar com 10 mil réis pelo tempo que este esteve sem trabalhar<sup>92</sup>. Manuel Ribeiro, pescador, *movido pela sua consciência*, considerando-se culpado, diz mesmo que quer pagar as despesas com a cura daquele que lhe concede o perdão<sup>93</sup>.

Mas 8% dos outorgantes exigem indemnizações, sobretudo em dinheiro, a que muitas vezes têm direito. Isso é bem visível nos casos de violação, como já referimos anteriormente. Diogo Martins pretende 50 cruzados como penalização pelas injúrias que lhe proferiu António Martins e sua esposa<sup>94</sup>. Miguel Ferreira, entre outras obrigações que tinha de cumprir para receber o perdão, era obrigado a dar, durante 10 anos, 20 alqueires de pão aos filhos menores de Gonçalo de Sousa, por ele assassinado<sup>95</sup>.

Em alguns casos deixa-se escrito que o agressor, quando sáísse da prisão, não deveria molestar a vítima. Francisca Rodrigues, por exemplo, pretendia evitar retaliações<sup>96</sup>. Por vezes, é mesmo exigido que o agressor não volte ao local da ocorrência por um determinado período de tempo. Miguel Ferreira durante 15 anos não poderia permanecer na localidade onde assassinou Gonçalo de Sousa<sup>97</sup>. Ou seja, o perdão nem sempre seria o fim do ódio entre as partes. Só assim se percebe que surjam estas ressalvas. Além do mais, afastando-se o criminoso, pretendia-se, provavelmente, apagar da memória os fatídicos acontecimentos.

Por vezes obrigava-se à reposição da antiga ordem das coisas: entregar o linho roubado ou pagar a dívida.

Num caso apenas, ficou assente que o homicida teria de mandar rezar missas pelo defunto.

## CONCLUSÃO

Como qualquer fonte, também as escrituras de perdão possuem algumas limitações. Ao lermos vários documentos, rapidamente nos apercebemos da existência de estereótipos<sup>98</sup>. Havia motivações para o perdão que se repetiam constantemente, sobretudo as expressões *descargo de consciência* e *tivera informação mais verdadeira*. Quantas vezes as razões invocadas não seriam pouco verdadeiras? E que representatividade da realidade ela nos transmite? Que representação social? Certamente nem todos teriam possibilidades económicas para ir ao notário dar perdão.

Além disso, as questões que colocámos ao documento nem sempre tinham resposta, sobretudo quando analisámos a distribuição geográfica dos outorgantes e quando se

<sup>91</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 47, fl. 96 (30-10-1656).

<sup>92</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 51, fl. 16 (18-11-1659).

<sup>93</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 60, fl. 22 (25-08-1671).

<sup>94</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 97, fl. 26v (12-11-1696).

<sup>95</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 71, fl. 163 (27-08-1679).

<sup>96</sup> ADP - Cartório Notarial do Porto, 4º ofício, 1ª série, liv. 87, fl. 288v (20-12-1691).

<sup>97</sup> Vd. nota 95.

pretendeu conhecer o perfil profissional dos mesmos, em particular na tentativa (algo fracassada) de articular o tipo de litígio com o estatuto socio-profissional do criminoso. Por outro lado, ficámos sempre sem saber quais as repercussões efectivas do perdão. Se alguns litigantes aguardavam sentença no momento do crime, outros já haviam sido sentenciados. Até porque *o perdão da parte não tira ao Promotor da Justiça o seu direito; excepto nos crimes leves, nos quaes conforme as Leis cessa o procedimento da Justiça havendo perdão da parte*<sup>99</sup>. Afinal, qual o alcance do perdão?

Note-se também que apenas consultámos um notário e mesmo o intervalo cronológico é relativamente reduzido. Teria sido importante cruzar os nossos dados com os de outros livros notariais, por exemplo.

Em suma, procurou-se sempre levantar hipóteses de leitura e interpretação dos dados recolhidos, salvaguardadas as suas limitações, mais do que apontar conclusões.

## FONTES

### *Manuscritas*

ADP [Arquivo Distrital do Porto] - *Cartório Notarial do Porto - 4º officio, 1ª série*, Livs. 38 a 104 (anos de 1649-1700).

### *Impressas*

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. *Ordenações Filipinas*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, livros III, IV e V.

TELLES, José Homem Correia, 1819 – *Manual do Tabelião*. Lisboa: Impressão Régia.

## BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, 1995 – *A criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião: delitos e perdões in* “O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX”, Horta, Núcleo Cultural.

DAVIS, Natalie Zemon, 1987 – *Pour sauver sa vie. Les récits de pardon au XVIe siècle*, Paris, Editions du Seuil.

DUARTE, Luís Miguel, 1993 – *Justiça e criminalidade no Portugal medieval (1459-1481)*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto Policopiado.

<sup>98</sup> Natalie Davis, ao estudar os aspectos formais das cartas de perdão régio, concluiu que estas pretendiam transmitir a personalidade e os sentimentos dos actores e recriar a situação que conduziu o suplicante a ceder à cólera, procurando assim legitimar o seu comportamento. Vd. DAVIS, 1987: 95.

<sup>99</sup> Vd. TELLES, 1819: 164.



- MACEDO, Jorge Borges de, 1982 – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2ª ed. Lisboa, Quercó.
- HESPANHA, António Manuel, 1993 – *A punição e a graça*, in “História de Portugal”, dir. José Mattoso, IV Volume . “O Antigo Regime (1620-1807)”, Lisboa, Ed. Estampa, p. 239-256.
- OSSWALD, Helena, 1990 – *Dowry, Norms, and Household Formation: a case study from North Portugal*. “Journal of Family History”, 15:2, p. 201-224.
- PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes, 1990 – *Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime*. “Cadernos de Ciências Sociais”, nº8/9, p. 31-43.
- QUEIRÓS, Isabel Maria de Moura Ribeiro, 1999 – *“Theudas e Manthendas” – a criminalidade feminina no reinado de D. João II através das “cartas de perdão” (1481-1485)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto Policopiado.
- VAQUINHAS, Irene – *Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. “Ler História”, 23 (1992) 23-59.
- VIGARELLO, Georges, 1998 – *História da Violação – séculos XVI-XX*, Lisboa, Editorial Estampa.

Francisco Araújo  
Sandra Alves<sup>1</sup>

## A comunidade escrava de Leça da Palmeira seiscentista

### R E S U M O

*A existência de comunidades escravas e libertas residentes no espaço nacional, ao longo da Idade Moderna, é um tema pouco abordado pela historiografia portuguesa. De facto, ainda que estas comunidades nunca deixassem de constituir minorias sociais, o seu papel económico e social tem obrigatoriamente de ser considerado na análise do conjunto do tecido social português moderno. A freguesia nortenha de Leça da Palmeira, fruto de um quadro geográfico e económico particular, acolheu desde finais de Quinhentos vários elementos negros, cuja comunidade foi aumentando nas centúrias seguintes. Neste artigo apresentam-se os principais traços da vivência desta comunidade, considerando diferentes perspectivas, de modo a reconstituir o seu ambiente social ao longo do século XVII.*

Os vários estudos sobre a sociedade moderna na historiografia portuguesa tendem, normalmente, a esquecer uma faceta desta sociedade: as comunidades escravas e libertas residentes no espaço nacional. Enquanto que a maioria dos estudos sobre a temática da escravatura se remetem para os espaços ultramarinos, infelizmente, são ainda poucos os estudos sobre a vivência das comunidades negras em Portugal. Ainda que na sua maioria elas constituíssem minorias sociais, o seu papel económico e social garantia-lhes um particular protagonismo na vivência quotidiana da restante sociedade. Estes motivos conduziram à investigação da comunidade escrava em Leça da Palmeira, no âmbito do trabalho de Seminário do 5º ano da licenciatura em História nesta instituição, num período cronológico correspondente a dois marcos da história da escravatura nesta localidade e no nosso país. Entre 1560<sup>2</sup>, onde surge a primeira menção a uma mulher preta nos assentos paroquiais; e 1836, ano em que o Marquês de Sá da Bandeira decreta a abolição do tráfico negreiro a sul do Equador, encontrando-se já a comunidade negra totalmente assimilada no seio da comunidade leceira.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 1, fl. 31 v.

<sup>3</sup> A título de exemplo, o último assento de óbito de um escravo na paróquia de S. Miguel de Leça da Palmeira reporta-se a 1815 [A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Óbitos 2, fl. 11]. Quanto aos libertos, o último assento de óbito é de 1835 [A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Óbitos 2, fl. 59], desaparecendo totalmente, a partir desta data, as duas condições nos registos paroquiais.

A presença desta comunidade negra em Leça da Palmeira foi estudada através da análise dos seus Livros Paroquiais e dos Livros de Notas do Julgado de Bouças, respeitante aos escravos e libertos leceiros e aos seus proprietários. A metodologia de cruzamento destes dois tipos de fontes permitiu ultrapassar falhas e completar dados sobre esta comunidade específica, contudo, as ilações retiradas carecem ainda de outros dados que atestem a sua plena validade.

A abordagem a esta comunidade foi realizada em diferentes perspectivas. Uma primeira perspectiva populacional, procurando constatar o peso da população escrava na população total leceira, bem como a proveniência geográfica dos seus elementos. Na perspectiva sócio-económica, procurou-se aferir questões relativas à propriedade de escravos como indicador de riqueza e/ou prestígio social e como aferidor do peso de determinada estrutura sócio-profissional. As formas de aquisição de escravos por esta sociedade, o seu valor económico através da sua compra e venda e a importância das suas actividades inseridas no perfil económico da localidade.

Uma perspectiva sócio-religiosa, procurando perspectivar atitudes, comportamentos e práticas religiosas estudadas, bem como níveis de adesão (voluntária ou compulsiva) da comunidade escrava. E por último, numa perspectiva mais estritamente social, a partir da qual se estudaram os laços de sociabilidade, dentro e fora da comunidade escrava, através da questão das ilegitimidades, miscigenação e relações sociais, bem como a vivência quotidiana dos escravos, através das relações afectivas, discriminação, violência, fugas e as suas condições materiais.

Depois de problematizada e analisada a situação da escravatura nesta freguesia, teve-se em atenção o processo das Alforrias entre os proprietários leceiros, as formas e modalidades em que era praticada, acompanhando a passagem a uma nova condição: o liberto, procurando traçar a sua situação e vivência entre a restante população.

Neste primeiro artigo, apresentaremos as principais conclusões sobre esta comunidade escrava ao longo do século XVII; remetendo para um segundo artigo, as principais considerações respeitantes ao século XVIII, o qual se encontra melhor documentado ao nível das fontes primárias.

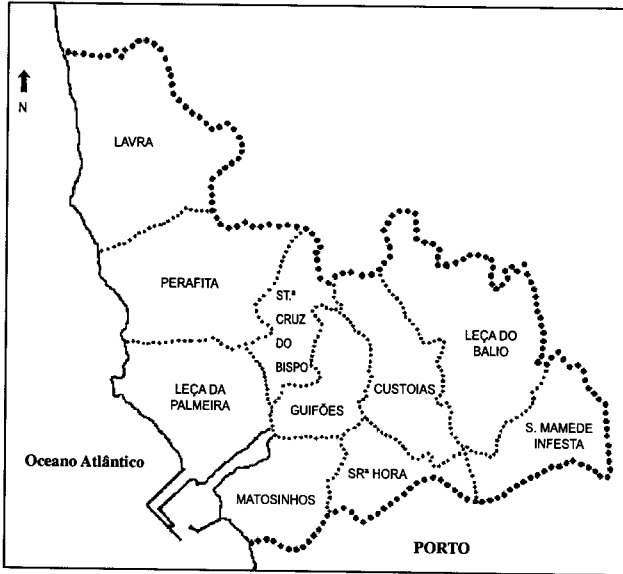
Em primeiro lugar convém caracterizar, ainda que sucintamente, esta freguesia<sup>4</sup>. Situada na margem direita do Rio Leça, frente ao Oceano Atlântico, em estreita ligação com a de Matosinhos, pertencia à província de Entre Douro e Minho, à Comarca da Maia e ao Julgado de Bouças.

O quadro geográfico marca profundamente o seu quadro económico, no qual se assiste ao predomínio das actividades agrícolas e náuticas (morada de capitães de navio, pilotos e mareantes), funcionando o porto de mar de Leça da Palmeira como um porto satélite da cidade do Porto durante a época moderna. Inclusive o quadro espacial reflecte

---

<sup>4</sup> Como base para a caracterização da freguesia, foram consultadas as informações do "Dicionário Geográfico de Portugal - Memórias Paroquiais de 1758", relativas a Leça da Palmeira, in BENTO, 1986.

Mapa 1  
Planta do actual concelho de Matosinhos



esta dicotomia, com a existência de uma área rural composta por seis aldeias e outra de cariz mais urbano situada entre à margem do rio e do mar. Esta freguesia reunia, portanto, as condições favoráveis à existência de uma comunidade escrava com um peso e papel significativo. É um povoado com um importante porto de mar, com uma comunidade essencialmente marítima e com posses materiais, fruto da ligação à navegação e ao comércio marítimo, a qual recorreria à mão-de-obra escrava para os seus serviços.

Uma das principais dificuldades no estudo desta comunidades é efectuar a contabilização do contingente escravo e estimar o seu peso relativo na totalidade da população da freguesia, sendo impossível conhecê-lo com rigor. De facto, as fontes primárias relativas a escravos são reduzidas, uma vez que a sua introdução na sociedade nacional nem sempre era registada pela administração central e/ou local, sobretudo, quando se tratava de pequenos contingentes trazidos por particulares no decorrer das viagens marítimas.

No caso desta freguesia, a fonte que melhor permite a aproximação ao conhecimento da demografia dos escravos são os registos paroquiais, em particular, os assentos dos Baptismos e dos Óbitos; quase sempre realizados para estes indivíduos. Contudo, esta fonte possui as suas limitações<sup>5</sup> e, no caso do século em análise, não existe uma continuidade cronológica nestes registos. Assim, enquanto os registos de Baptismos se

<sup>5</sup> Atente-se às lacunas deste tipo de documentação, nomeadamente omissões de registos, sub-registos e a falta de registo de óbitos infantis e juvenis entre outros, bem como a sua realização no âmbito religioso, que nem sempre ilustrava a plena realidade social.

iniciam em 1608, os dos Óbitos surgem apenas quatro anos mais tarde, apresentando alguns lapsos cronológicos. Nos Baptismos, entre os anos de 1677 e 1691, deparamo-nos com uma falha no seu registo, período durante o qual não foram realizados de forma sistemática os assentos; nos assentos de Óbitos a primeira menção a indivíduos escravos aparece apenas em 1684.<sup>6</sup>

Nos registos de Baptismos da paróquia de S. Miguel de Leça da Palmeira foram considerados apenas os registos dos escravos importados e o dos filhos de mães escravas, mesmo quando a sua condição não era explícita, que herdariam a sua condição de acordo com as disposições legais<sup>7</sup>. Aliás, em todos estes assentos de baptismos, os recém-nascidos teriam o mesmo proprietário da mãe, embora isso não fosse sinal que se mantivessem sempre sob sua posse, como também pudemos constatar. No total, foram baptizados na paróquia, ao longo de Seiscentos, 62 indivíduos escravos, onde predomina o sexo feminino com 35 elementos face aos 27 masculinos.

### Quadro 1

Evolução dos Baptismos em S. Miguel de Leça da Palmeira no século XVII

Período	Baptismos		Percentagens
	Escravos	Totais	Escravos
1608 - 1610	-	116	0 %
1611 - 1620	-	543	0 %
1621 - 1630	2	491	0,4 %
1631 - 1640	7	336	2 %
1641 - 1650	6	318	1,9 %
1651 - 1660	14	319	4,2 %
1661 - 1670	12	274	4,2 %
1671 - 1691	10	462	2,1 %
1692 - 1700	11	286	3,7 %
<b>Totais</b>	<b>62</b>	<b>3145</b>	<b>1,9 %</b>

Fonte - A.D.P., Fundo Paroquial de Leça da Palmeira, Baptismos, Lv. Mistos 2 a 5

Numa primeira análise do quadro supra podemos constatar que, somente a partir da década de vinte de Seiscentos, temos referência a actos religiosos praticados em escravos, o que não deixa de ser curioso, uma vez que no século anterior eles já constavam nos registos, ainda que em número insignificante<sup>8</sup>. Todavia, tal aponta já para a estreita

<sup>6</sup> A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 4, fl. 227 v.

<sup>7</sup> Segundo a linha tradicional nos países com tradição escravagista, o fruto do ventre da escrava pertencia ao seu senhor, dispondo este da sua liberdade e propriedade.

<sup>8</sup> A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 1. Durante o século XVI, nos assentos de Baptismo existentes entre 1553 e 1574, foram baptizados nesta paróquia três indivíduos escravos, embora surjam já menções a madrinhas negras de crianças livres.

ligação com o espaço atlântico, na qual o comércio ultramarino e o desempenho das actividades náuticas pelos leceiros, onde os escravos eram um produto comercial preferencial, explicam a introdução do elemento negro na freguesia. O seu peso até meados deste século conhecerá um aumento ligeiro, que ganha contornos mais acentuados na segunda metade. Neste período, as percentagens de população escrava começam a aproximar-se dos 4,5% dos totais de baptizados, visível especialmente entre as décadas de cinquenta e setenta. Este facto estará relacionado com a forte expansão do tráfico negreiro e o pujante desenvolvimento económico do Brasil, destino frequente dos náuticos desta freguesia, sobretudo visível na primeira metade do século XVIII, no qual atingem o seu maior peso demográfico.

Se atendermos às faixas etárias destes baptizados, constatamos que cerca de 95% destes eram recém-nascidos, num total de 59 registos, enquanto que sem menção de idade temos apenas três registos de escravos, correspondendo a 5% do total. O que parece indicar que durante este período, a percentagem de escravos importados nesta sociedade não é de todo relevante. Isso mesmo se parece constatar pela análise da proveniência destes baptizados, onde neste universo específico conhecemos a proveniência de 47 desses baptizados (75,8%). A quase totalidade nasceu na freguesia, assinalando-se apenas o caso da escrava Maria<sup>9</sup>, natural de Angola e baptizada em 1665, como exemplo de importação.

Os outros dados demográficos para o estudo da população escrava foram os registos paroquiais de Óbitos, ainda que estes apareçam apenas nas décadas finais desta centúria.

### Quadro 2

Evolução dos Óbitos na paróquia de S. Miguel de Leça da Palmeira no século XVII

Período	Óbitos			Percentagens
	Escravos	Libertos	Não Escravos	Escravos
1612 - 1630	-	-	353	0 %
1631 - 1640	-	-	328	0 %
1641 - 1650	-	-	388	0 %
1651 - 1660	-	-	325	0 %
1661 - 1670	-	-	328	0 %
1671 - 1680	-	-	205	0 %
1681 - 1690	2	-	213	0,9 %
1691 - 1700	14	1	212	6,2 %
<b>Totais</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>2352</b>	<b>0,7%</b>

Fonte - A.D.P., Fundo Paroquial de Leça da Palmeira, Óbitos, Lv. Mistos 2 a 5

<sup>9</sup> A. D. P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 3, fl. 107 v.

Não deixa de ser curioso e inexplicável constatar que, embora existam registos de escravos baptizados a partir da década de vinte, que foram crescendo timidamente nos anos seguintes, só há registos de óbitos de escravos a partir da década de oitenta, mas com um peso numérico significativo de 3,6%, o que indicia a presença de uma comunidade escrava algo numerosa, pelo menos, no final deste século. O início do registo dos óbitos coincide com o período em que a comunidade escrava leceira adquire uma presença mais significativa. Por outro lado, temos já referência à existência de libertos, ou seja, escravos que obtiveram a sua alforria e consequente liberdade.

Relativamente a menções etárias, nenhum dos registos dos óbitos faz referência a este facto, podendo revelar, uma vez mais, o descuido dos párocos na redacção dos assentos e, quiçá, a falta de cumprimento desta sua função respeitante aos escravos. Embora escassos, alguns registos transmitem-nos ainda as causas de morte dentro da comunidade negra. Os mais comuns acabam por ser os falecimentos naturais por idade avançada, por desastre, parto e afogamento. Examinando a distinção entre os sexos nos óbitos entre escravos, também aqui se assiste ao predomínio do elemento feminino, que contabiliza 14 indivíduos.

Tomando em atenção a proveniência geográfica destes óbitos, temos menção às suas residências em 15 casos, onde predominam os escravos residentes em Leça (81,3%), existindo apenas menção a «*Vicente escravo de Gaspar de Barros Vareiro da Cidade do Porto*»<sup>10</sup>, que foi sepultado na Igreja Matriz de Leça. Contudo, para grande parte dos escravos residentes em Leça não existe a indicação topográfica da sua residência, o que nos permitiria conhecer um pouco melhor a sua distribuição espacial. Pela amostragem recolhida podemos, todavia, concluir que a maioria viveria na residência do seu senhor, concentrando-se, portanto, na zona de cariz marcadamente urbano, uma área central, na qual vivem as famílias com mais posses e maior prestígio social, cujo poder económico lhes permitia possuir escravos ao seu serviço.

No cômputo geral do século XVII constata-se, portanto, que a população escrava não terá ainda grande expressão na demografia da sociedade leceira, ainda que se assista ao seu aumento na segunda metade desse século. Assim, o caso de Leça da Palmeira insere-se na normatividade do caso nacional, em que as comunidades escravas constituíam uma minoria no seio das sociedades de acolhimento. Os valores auferidos para esta freguesia correspondem aos apurados para Vila do Conde<sup>11</sup> e Azurara<sup>12</sup>, importantes portos de mar nortenhos, onde a população escrava constitui cerca de 2% das entradas nos registos paroquiais.

Durante toda a Idade Moderna no Reino de Portugal era comum a posse de escravos por pessoas de múltiplos grupos sociais<sup>13</sup>. Todavia, os escravos usualmente custavam uma boa maquia, associando-se mais à aristocracia e às ordens mais abastadas, tendo não

<sup>10</sup> A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 4, fl. 241 v.

<sup>11</sup> POLÓNIA, 1999.

<sup>12</sup> SAUNDERS, 1994.

<sup>13</sup> LAHON, 1999: 51.

só um papel produtivo, mas constituindo-se ainda como símbolo de ostentação da riqueza do seu senhor.

Centrando a nossa atenção no caso de Leça da Palmeira em que, como já tivemos oportunidade de salientar, a existência de traços de uma sociedade ligada às actividades náuticas, onde abundam os capitães, pilotos e mareantes, a posse de escravos é uma realidade a ter em conta. Assim, no universo de proprietários de escravos do século XVII, identificámos 102 homens (70,3%) e 42 mulheres (29%), existindo um caso de um proprietário, cuja alcunha não permitiu uma identificação clara. É visível o forte predomínio do proprietário masculino face ao feminino, embora as mulheres tenham uma expressão assinalável.

Uma vez que o enfoque deste estudo se centra em Leça da Palmeira daremos um especial destaque à análise dos proprietários leceiros. Acompanhando a tendência verificada, predominam os proprietários masculinos (74 - 71,2%) em detrimento dos femininos (30 - 28,8%). Quanto ao estado civil entre os homens dos 56 identificados (75,7%) assiste-se a preponderância dos casados (51 - 68,9%) e com menor representatividade, os solteiros (4 - 5,4%) e viúvos (1 - 1,4%). Já entre as mulheres, no universo de 30 identificados o estado civil de 15 (42,5%), onde lideram as viúvas (14 - 40%) e apenas uma casada (2,5%). Embora para mais de metade delas não se refira o estado civil, no caso particular das viúvas, foi possível relacionar a maioria com os seus falecidos maridos.

Relativamente ao quadro socioprofissional foram identificadas as profissões de 31 proprietários, que corresponde a 29,9% do seu universo.

### Quadro 3

Profissões dos Proprietários residentes em Leça da Palmeira no século XVII

Profissão	Número de Ocorrências	Porcentagem
Capitão	17	16,3 %
Padre	4	3,8 %
Mestre e Piloto	2	1,9 %
Mareante	2	1,9 %
Tenente	1	1 %
Doutor	1	1 %
Licenciado	1	1 %
Ourives	1	1 %
Tabelião	1	1 %
Calafate	1	1 %
<b>Sub-total</b>	<b>31</b>	<b>29,9 %</b>
Sem menção	73	70,1 %
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100 %</b>

Fonte - A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira e Fundo Notarial de Matosinhos PO 6º*



Apesar da indeterminação da actividade profissional de grande parte dos proprietários, atente-se que entre as proprietárias nunca é referida qualquer profissão. Entre os restantes, dois grupos dominam: as profissões ligadas às actividades náuticas e à Igreja. Como se constata uma vez mais, o enquadramento geográfico desta freguesia marca o seu perfil económico, onde as profissões ligadas às actividades náuticas predominam. Fruto dos contactos e do comércio com outras regiões, acabam por ser os seus elementos a possuir mais escravos durante este século. Neste grupo, os Capitães assumem particular destaque, seguidos dos Mestre e Pilotos e Mareantes e ainda um Calafate, que no total contabilizam 22 proprietários com um peso de 21,1%.

No segundo grupo, surgem os detentores de cargos eclesiásticos, neste caso, todos eles Padres que representam 3,8% deste universo. As restantes profissões têm um peso numérico reduzido neste conjunto, embora se denote que todas elas sejam profissões com algum prestígio, caso do Tenente, Doutor, Ourives e Tabelião. Este último ponto parece comprovar que a posse de escravos implicaria uma certa disponibilidade financeira por parte dos seus proprietários.

Um outro aspecto revelador deste perfil relaciona-se com o aparecimento de indivíduos com mais do que um escravo. É importante salientar que neste parâmetro, sempre que possível, contabilizou-se os escravos por casal, incluindo aos dos maridos os novos escravos das suas viúvas, uma vez que muitos deles são os mesmos, o que nos oferece uma melhor visão sobre a propriedade múltipla.

**Quadro 4**  
Propriedade múltipla em Leça da Palmeira no século XVII

Número de Escravos	Total	Percentagem
Senhor com 1 escravo	32	34 %
Com 2 escravos	26	27,7 %
Com 3 escravos	15	16 %
Com 4 escravos	9	9,6 %
Com 5 escravos	5	5,3 %
Com 6 escravos	2	2,1 %
Com 7 escravos	2	2,1 %
Com 8 escravos	1	1,1 %
Com mais de 8 escravos	2	2,1 %
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>100 %</b>

Fonte - A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira e Fundo Notarial de Matosinhos* PO 6º

A primeira conclusão que se pode retirar da análise deste quadro é a de que mais de metade dos proprietários residentes em Leça da Palmeira são senhores de dois escravos ou mais, num total de 66% deste universo. Numa análise mais pormenorizada, conclui-se que 26 proprietários possuíam dois escravos (27,7%), 29 possuíam entre três e cinco escravos (30,9%), 5 deles detinham entre seis e oito escravos (5,3%) e 2 assinalados com mais de oito escravos (2,1%).

Nos casos de proprietários com mais de sete escravos todos eles eram Capitães, voltando a auferir-se o seu papel predominante na posse de escravos, que se reflecte também na sua propriedade múltipla. O Capitão António Godinho apresenta-se como o proprietário com mais escravos, num total de dez, ainda que seis destes fossem filhos da sua escrava Luzia. Devemos, contudo, ressaltar que esta posse múltipla de escravos não implica necessariamente que todos eles estejam ao serviço efectivo dos seus senhores, como os registos paroquiais comprovam, já que bastantes escravos são mencionados apenas uma única vez. Alguns destes proprietários poderão estar relacionados com o próprio tráfico negreiro, trazendo escravos para esta freguesia que eram baptizados na paróquia, e que depois poderiam ficar ao seu serviço ou serem vendidos para outros senhores e localidades, bem como os filhos das suas escravas.

Os níveis de riqueza e a importância social do grupo dos proprietários podem também ser compreendidos através da sua distribuição espacial pela freguesia, mesmo não se conhecendo a residência da maioria dos proprietários leceiros. A amostragem realizada permitiu deduzir que estes senhores viviam dispersos pelas ruas que constituíam o centro principal de Leça da Palmeira, de cariz urbano, que se situava entre a margem do rio Leça e a Igreja Matriz. Seria esta a zona mais importante da freguesia, onde residiam as famílias mais importantes e ricas, juntamente com os seus escravos. Destacam-se as ruas da Ponte, Direita, Matinho, Espírito Santo e Corpo Santo, todas elas relativamente próximas da margem do rio e defronte para o mar.

A principal forma de aquisição de escravos no período em análise era a reprodução do contingente escravo existente em casa, como provam os assentos paroquiais de Baptismo. Ao nível das fontes notariais, dada a escassez de actos para grande parte do século XVII no Julgado de Bouças, não nos deparamos com nenhuma escritura relativa à aquisição e venda de escravos, ao contrário da centúria que se lhe segue. Este problema ressalta ainda na análise das actividades que estes escravos desempenhariam nesta sociedade de acolhimento, para a qual não encontramos nenhuma menção profissional associada a elementos escravos.

Todavia, atendendo ao perfil económico e urbano dos proprietários leceiros e à predominância do elemento feminino na comunidade escrava, estas funções seriam maioritariamente domésticas e/ou pessoais, mas, comutativamente, produtivas desempenhando diversificadas tarefas ou ofícios. Enquanto as escravas estariam ligadas aos serviços domésticos, os homens estariam mais ligados às navegações ultramarinas, quer através da prestação de serviços pessoais aos seus senhores, quer através do efectivo desempenho do ofício da marinhagem. Esta ausência masculina relacionada com o desempenho de actividades náuticas poderá explicar o reduzido número de óbitos masculinos registados na paróquia neste período.

Em qualquer dos casos, as relações com estes escravos residentes na freguesia de Leça da Palmeira pressupõem uma proximidade física, um convívio quotidiano que molda o relacionamento com este segmento populacional e as atitudes perante as suas pessoas e estatutos.

A religião assumiria um papel relevante na vida do escravo, conferindo-lhe uma certa identidade e uma forma de união com a comunidade de acolhimento. Denota-se uma forte participação da comunidade escrava nos diversos actos religiosos, podendo esta ser voluntária ou mesmo forçada em alguns casos. O baptismo era obrigatório para todos os escravos, quer recém-nascidos, quer importados, sendo o seu senhor responsável pela sua educação religiosa. Os 62 baptismos assinalados comprovam a prática frequente deste sacramento, já que não acarretava qualquer prejuízo para o proprietário, podendo até funcionar como um atestado da sua condição servil.<sup>14</sup>

Por seu lado, o casamento parece constituir-se como um procedimento excepcional dentro desta comunidade, registando-se apenas um único caso<sup>15</sup>. Curiosamente, tratou-se de um casamento de um escravo com uma liberta, o que indica uma certa benevolência por parte do seu proprietário, uma vez que a questão da vida em comum do casal, a posse dos seus descendentes e os obstáculos à sua venda levavam os proprietários a se oporem à realização desta cerimónia pelos seus escravos. Por outro lado, a escolha de cônjuge recaí num elemento oriundo da própria comunidade escrava, sinal dos obstáculos e penalizações sociais à celebração de casamentos com indivíduos livres.

O único acto religioso durante o século XVII, no qual nos deparamos com mais registos do que em qualquer outra centúria, foram as cerimónias do Crisma realizados na paróquia, como se observa no quadro seguinte.

### Quadro 5

Crismados da população de Leça da Palmeira no século XVII

Data	Não Escravos			Escravos			Total
	Mas.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total	
1611	76	86	162	-	1	1	163
1620	114	109	223	-	1	1	224
1631	65	83	148	-	6	6	154
1672	64	103	167	1	3	4	171
1698	124	161	285	5	17	22	307
<b>TOTAL</b>	<b>443</b>	<b>542</b>	<b>985</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>34</b>	<b>1019</b>

Fonte - A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Crismados, Livro Mistos 2, 4 e 5

Na primeira metade deste século deparámo-nos com uma presença de escravos pouco significativa entre os crismados, apenas oito escravas num total de 533, o que representa apenas 1,5% deste universo. O que não será de todo estranho, pois pelos dados disponíveis sabemos que a sua presença ainda não é expressiva na freguesia, ao contrário da segunda metade deste mesmo século, onde nas décadas finais começam a ser mais representativos.

<sup>14</sup> FONSECA, 2002: 18.

<sup>15</sup> A. D. P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 5, fl. 118 v.

Assim, na segunda metade de Seiscentos foram crismados 26 escravos em 452 (5,4%), onde tem predominância as mulheres com 20 escravas (76,9%) e apenas 6 homens (23,1%).

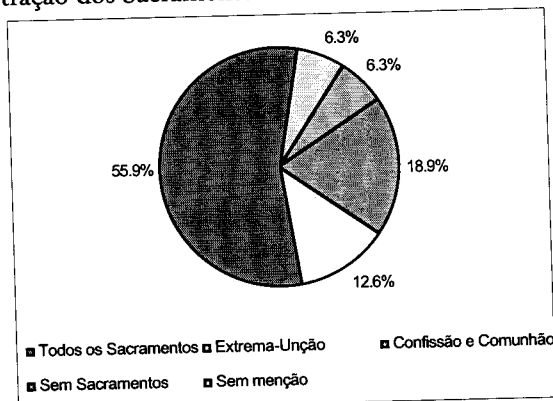
No cômputo final deste século, constatámos que aos escravos não era negado este Sacramento, mas a sua prática também não devia ser muito efectiva ou incentivada. De facto, apenas 34 escravos em 1019 indivíduos foram crismados, o que corresponde somente a 3,2% do total. Denotou-se claramente uma maior participação feminina nesta cerimónia entre a população escrava, com 28 mulheres e apenas 6 homens. A maior presença de elementos femininos neste Sacramento poderá, possivelmente, prender-se com a sua maior devoção religiosa ou com a ausência masculina relacionada com as actividades náuticas. Independentemente desta situação, não encontrámos provas documentais de obstáculos por parte dos proprietários no cumprimento do Crisma pelos seus escravos, existindo alguns casos em que estes até têm mais do que um escravo a ser crismado. A existência de algumas proprietárias neste segmento poderá revelar uma maior preocupação com a vida religiosa do sexo feminino, que se estende àqueles sob seu domínio.

No que se refere aos óbitos verificámos, uma vez mais, a importância da religião na sociedade do Antigo Regime, comprovada pelo enterro dos escravos de acordo com as regras cristãs e com a obrigação dos proprietários lhes garantirem um enterramento decente. De facto, mesmo tratando-se de um escravo, ele era também um cristão, merecendo um enterro a preceito como qualquer outro indivíduo livre. Nos registos de óbitos, são referidas a administração de sacramentos, o acompanhamento à sepultura por Padres e Religiosos, a realização de ofícios de Corpo Presente e de sufrágios pelas almas, bem como a sepultura que lhes era destinada.

No século XVII, mais de metade dos escravos falecidos na paróquia tiveram direito à administração dos Sacramentos, como se constata pelo seguinte gráfico de sectores.

Gráfico 1

Administração dos Sacramentos aos óbitos escravos (Século XVII)



Fonte - A.D.P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Óbitos, Lv. Mistos 2 a 5

Entre os 16 escravos falecidos neste período, nove receberam todos os Sacramentos na hora da sua morte (55,9%), dois receberam apenas a Extrema-Unção ou a Confissão e Comunhão (12,6%), enquanto três não receberam quaisquer Sacramentos (18,9%). Neste último caso, todas elas foram mulheres que morreram de desastre ou apressadamente, sem haver oportunidade para a sua administração.

Quanto ao acompanhamento de Padres da freguesia até à sepultura, apenas é referido este acompanhamento para seis dos escravos (37,5%), não existindo referência para os restantes dez falecidos. No que respeita aos ofícios de Corpo Presente e aos sufrágios realizados pela alma dos escravos, constatámos que eram normalmente cumpridos pelos seus senhores, à excepção de alguns casos, revelando os laços que os uniam. No caso do ofício do Corpo Presente, a maioria teve direito a esta missa (9 - 56,2%) não existindo nenhum caso declarado da sua recusa, enquanto para os restantes, os assentos não façam qualquer menção (7 - 43,8%). Já nos sufrágios, um dever dos senhores perante os falecidos, embora para mais de metade não haja referência, 5 escravos tiveram estas missas (31,3%), enquanto que para 2 (12,5%) o pároco tenha assinalado que «*o seu senhor lhe não mandou fazer nada por sua Alma*». Por último, nos enterramentos apenas um assento é claramente explícito, assinalando que o escravo foi sepultado no interior da Igreja Matriz da freguesia.

Como conclusão desta abordagem que retrata a atitude perante a morte dos escravos, de um modo geral, o serviço fúnebre de um escravo não diferia muito de um indivíduo livre, cabendo ao seu senhor o cumprimento dos deveres religiosos, cuja maioria cumpre. Tal não será de estranhar, uma vez que para além dos laços de afectividade que acabavam por uni-los ao longo da vida, a preocupação cristã em assegurar aos mortos todos os direitos para que estes atinjam a salvação eterna, terá um peso decisivo neste costume.

A existência de uma comunidade escrava marcou profundamente o tecido social desta freguesia conferindo-lhe várias particularidades. As fontes, ainda que com o distanciamento crítico inerente à sua análise, permitiram traçar alguns aspectos das relações sociais e da convivência dos escravos com os seus proprietários e a restante sociedade.

Este segmento populacional é um dos principais responsáveis pelos índices de ilegitimidade entre os recém-nascidos. De facto, a prática excepcional de casamentos entre escravos e a discrepância de critérios de identificação dos pais dos novos escravos pressupõem que a totalidade de escravos recém-nascidos neste período sejam fruto de ilegitimidade. Destes baptizados podem ainda tecer-se algumas considerações sobre as relações conjugais e vida sexual dos escravos.

Em Seiscentos, a maioria das mães teve apenas um filho (24 - 72,7%), com dois temos seis mulheres (18,2%) e menos de metade com três filhos (9,1%). Assim, a maioria das escravas passava pela experiência da maternidade uma única vez durante a sua vida. Não seria fácil uma escrava entregar-se a alguém sem o consentimento do seu proprietário, até documentação em contrário a vida sexual dos escravos, sobretudo a dos domésticos, seria muito reduzida. Por outro lado, estas relações não se limitam apenas à comunidade escrava, como se verificou pela análise da condição dos 48 pais de recém-nascidos escravos

identificados, ainda que limitada face à ausência generalizada desta variável nos assentos, facto que poderá estar relacionado com as relações ilícitas mantidas pelas escravas com homens livres. Destes pais identificados, 25 eram escravos (52,1%), 5 não escravos (10,4%) e para 18 (37,5%) não foi possível identificar a sua condição.

Ainda assim, alguns destes relacionamentos parecem ter sido minimamente estáveis, sem vínculo matrimonial, com o aparecimento de alguns casais com mais do que um filho. Em todo o conjunto destes baptizados, apenas temos um caso de um filho fruto de uma relação de uma mulher livre com um escravo<sup>16</sup>, sinal da forte penalização social que acarretava este tipo de relações para a mulher.

Outra das consequências destes relacionamentos reflecte-se na miscigenação presente na sociedade leceira. Ainda que os registos não sejam muito explícitos quanto à questão racial, a presença de escravos, nascidos no reino ou trazidos das colónias ultramarinas, veio matizar a supremacia da tez branca, com o aparecimento de referências a pretos e a mulatos ou pardos, termos reveladores dos cruzamentos inter-raciais.

Esta convivência social e as diferenças de condição entre indivíduos conduziram ao aparecimento de alguns preconceitos raciais, podendo resultar em situações de discriminação da comunidade escrava. Nas suas sociedades de acolhimento, não deixaria de existir um certo ambiente de desconfiança por parte de alguns elementos, perante indivíduos cuja submissão poderia ser uma razão de revolta. Como propriedade que eram dos seus donos, estes eram responsáveis pelos actos dos seus escravos, defendendo-os ou castigando-os perante a Justiça. Um acto notarial, em particular, revela um exemplo desta responsabilidade do proprietário pelo comportamento do seu escravo. Em 1687<sup>17</sup>, Salvador Francisco e Maria Martins viúva estipularam um Perdão, Seguro e Obrigação entre si, a respeito do escravo António Alves, propriedade desta última. Assim, após um furto à sua casa feito durante a noite, o dito Salvador Francisco queixara-se perante o juiz acusando o escravo de ser o autor do delito. Tomando conhecimento que o dito furto fora cometido por outras pessoas e que o dito escravo estava inocente concedeu-lhe o seu perdão por esta queixa, bem como de outra que fizera de que o negro o ameaçara. Por seu lado, a sua dona obrigava-se a manter o escravo sob apertada vigilância e «*em quoantto tiver o ditto escravo em seu poder de o ter prezo com huma adoagua de ferro e lha nom tarrar emquoantto elle for seu*». No caso de o querer vender, comprometia-se a não vendê-lo para esta freguesia, nem para a cidade do Porto. Disposição que foi aceite pelo seu vizinho, que declarou «*que vendendosse o ditto negro nom seria pera deste Lugar de Mathozinhps huma legoa a Roda*».

Este escravo, apesar de acusado injustamente, em virtude das ameaças que fez ao vizinho da sua proprietária, acabou por sofrer uma pena bastante pesada. Para além do castigo que a sua senhora lhe impôs, as condições impostas para a sua venda implicavam a total ruptura das ligações que mantinha nesta freguesia.

<sup>16</sup> A. D. P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Lv. Mistos 2, fl. 10 v.

<sup>17</sup> A. D. P. - *Fundo Notarial de Matosinhos* - 1ª série - Lv. 62 - fl. 11 v e 12.

Também a própria Igreja Católica não estava isenta de responsabilidades por algumas das atitudes discriminatórias contra a comunidade escrava. Durante uma visitação feita a esta paróquia em 1682, o visitador Abade Manuel Mendes Vieira, decretou o seguinte: «Tem o demónio introduzido, para aliciar as almas, neste lugar, e em alguns outros deste reino, uns bailes de negros a que chamam quibango com gestos torpes, desonestos e lascivos, o que é perniciosíssimo e contra os bons costumes, e, para evitar as ofensas a Deus que, de semelhantes acções resultam, mando, em virtude da santa obediência e sob a pena de excomunhão maior lata sententia e de cinco cruzados para sé e meirinho, que nenhuma pessoa livre nem escrava, branca ou negra, baile, em público, o dito baile, e sendo o caso que os transgressores deste decreto, sejam escravos, pagarão seus senhores a pena pecuniária e, contra os escravos, se procederá com as censuras e penas corporais, e o reverendo pároco denuncie os transgressores, sob pena de suspensão do seu officio.»<sup>18</sup>

Em nome das virtudes cristãs, proibia-se assim uma diversão da comunidade escrava, exigindo o pagamento de penas pecuniárias para os infractores, independentemente da cor da sua pele, devendo no caso dos escravos transgressores essas penas serem pagas pelos seus proprietários, enquanto as censuras e penas corporais seriam aplicadas apenas aos escravos. Assim se conclui, que o proprietário é co-responsável pelo comportamento e moral do seu escravo.

A animosidade entre donos e escravos, a par da própria condição social e jurídica do escravo, poderia ser uma das causas para a fuga deste. A fuga era uma atitude arriscada e não traria consigo uma esperança de sucesso, salvo casos excepcionais, pois ela constituía um crime, equiparado ao roubo, incorrendo nas penas da lei todos aqueles que contribuissem na sua realização. Neste sentido, a fuga seria mais um sinal de grande desespero, ou uma tentativa de escapar, ainda que momentaneamente, a um castigo ou a uma situação tornada intolerável, e não uma busca de libertação definitiva.

Da consulta das fontes notariais ressalta um destes casos. Numa Procuração de 1700<sup>19</sup>, o tabelião Manuel Gomes Vaquinhas instituía como seus procuradores Tomé de Negreiros e Manuel Tomé Marques, moradores na cidade de Lisboa, para que pudessem cobrar e arrecadar tudo o que pertencesse ao seu escravo fugitivo António. Este proprietário, desagradado com a fuga do escravo, ordenava, ainda que o prendessem para o poder vender a outrem, na tentativa de recuperar parte do investimento feito na sua compra. Por seu lado, o fugitivo, na hipótese de uma fuga bem sucedida, teria procurado refúgio na cidade de Lisboa, onde residia a maior comunidade negra do país, na qual poderia dissimular-se entre os negros existentes e arranjar uma ocupação para a sua sobrevivência. Esta fuga parece ter sido bem sucedida, pois três anos mais tarde o mesmo proprietário volta a passar nova procuração<sup>20</sup>, desta vez instituindo procuradores em

<sup>18</sup> A. D. P. - *Fundo Paroquial de Leça da Palmeira*, Liv. das Visitações, Tomo I, fl. 23 e 23 v.

<sup>19</sup> A. D. P. - *Fundo Notarial de Matosinhos* - 1ª série, Lv. 67, fl. 99.

<sup>20</sup> A. D. P. - *Fundo Notarial de Matosinhos* - 1ª série, Lv. 68, fl. 129 e 129 v.

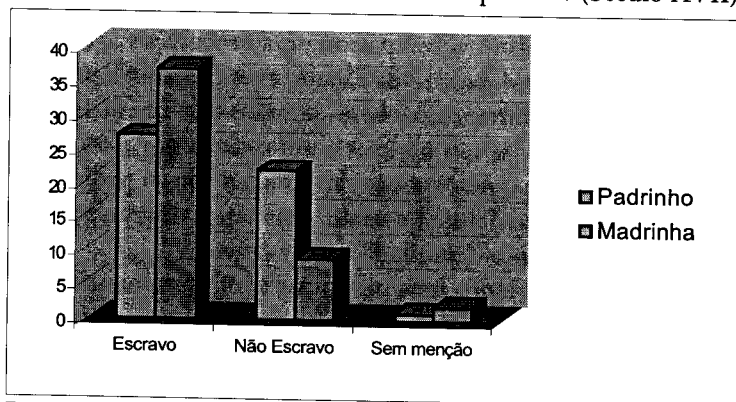
Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro para arrecadarem o dito negro António, insistindo na sua venda. Deste exemplo se comprova o valor económico de um escravo, pois este proprietário enceta todos os esforços para o recuperar, mesmo não tendo conhecimento do seu paradeiro.

Apesar destes casos de preconceito e de tensão, a maioria das relações entre escravos e senhores não se deveriam pautar todas por tais características. Em muitos casos, a longa convivência gerava relações amigáveis entre ambos. Por outro lado, a inserção numa sociedade de acolhimento, onde existiam outros escravos, permitia que entre esta comunidade escrava em terras de Leça da Palmeira surgissem fortes laços sociais e familiares. Como exemplos destas relações sociais e familiares dentro da comunidade escrava, podem apontar-se o já analisado casamento de escravos e as relações conjugais entre as mães e pais dos escravos recém-nascidos, reveladoras dos laços de sociabilidade dentro e fora desta comunidade.

Um outro indicador destas relações pode ser aferido através da participação dos Padrinhos na cerimónia de Baptismos desses novos escravos. À excepção de alguns casos, todos os baptizados tinham um padrinho e/ou madrinha, de diferentes condições e localidades. Um único indivíduo nunca se apresenta como padrinho de um novo escravo: o seu proprietário.

Gráfico 2

Condições dos Padrinhos dos escravos baptizados (Século XVII)



Fonte - A.D.P. - Fundo Paroquial de Leça da Palmeira, Baptismos, Lv. Mistos 2 a 5.

Numa primeira análise do gráfico conclui-se que, no conjunto deste século, predominam os indivíduos escravos como padrinhos de escravos. No caso dos Padrinhos são os escravos a assumir mais frequentemente este papel, com 27 casos (54%) face aos 22 de não escravos (44%), nos quais ainda se inclui um padrinho sem referência à condição. No panorama das Madrinhas, mantém-se esta tendência, assinalando-se 37 casos de madrinhas escravas (77%) e apenas 9 de não escravas (18,8%) e 2 sem menção de condição (4,2%).



Atendendo ao caso da participação de indivíduos livres nesta cerimónia, assiste-se a uma maior participação masculina do que feminina. Esta situação não deixa de ser curiosa, segundo a opinião de Saunders, muitos destes indivíduos brancos que se apresentam como padrinhos utilizavam este subterfúgio para assumir uma postura de protecção e responsabilidade a uma criança a quem não queriam reconhecer a paternidade<sup>21</sup>. Se relembrarmos algumas ideias já apresentadas, esta situação poderá não representar uma recusa de padrinhos escravos pelas mães dos baptizados, antes comprovar que os escravos do sexo masculino participariam nos negócios marítimos com os seus amos, estando portanto ausentes da freguesia por longos períodos de tempo. Podendo, também, tratar-se de critérios de prestígio social mesmo no seio da comunidade escrava que elege alguns escravos para apadrinhar os recém-nascidos.

À realidade apresentada pelo caso específico dos padrinhos opõem-se a realidade das madrinhas, onde as escravas nos surgem como protagonistas. Denotam-se aqui os fortes laços entre os elementos do sexo feminino da comunidade negra, que ocupando-se das actividades domésticas, teriam contactos mais regulares entre si.

Podemos então afirmar, que os laços de sociabilidade do segmento populacional escravo em Leça da Palmeira eram fortes, não sendo proibidos pelos respectivos amos, ideia que se retira também no facto de nos padrinhos e madrinhas dos escravos leceiros, estes pertencerem na maioria dos casos a proprietários diferentes dos das mães.

Por seu lado, o fundo notarial permite-nos, também, traçar outros aspectos da vivência da comunidade escrava e as relações sociais que mantinha com a restante sociedade leceira. Em 1690<sup>22</sup>, Luísa Ribeira, viúva, passou uma Procuração a Tomé de Negreiros pardo, escravo do Doutor Dionísio de Ávila Ribeiro e residente na Baía, outorgando-lhe os seus poderes para cobrar e arrecadar os bens deixados pelo seu falecido marido. Não deixa de ser curiosa a entrega de tais poderes a um escravo por parte de uma senhora livre, que não teria quaisquer direitos sobre ele. Ainda assim, o pedido que lhe é feito para cobrar os dinheiros do seu defunto marido, uma tarefa de grande responsabilidade e honestidade, revela a confiança depositada neste escravo.

Por outro lado, denota-se ainda uma preocupação dos proprietários em assegurar o mínimo de condições de existência para os seus escravos, para que depois da sua morte estes não ficassem desamparados nem caíssem nas teias da pobreza e mendicidade, situação frequente entre os pretos libertos.

Na Carta de Alforria de 1695<sup>23</sup>, Águeda Antónia dota as suas escravas Isabel e Maria, mãe e filha, com «*huns cháos e pardieyros que ella dita Agueda Antónia possui que fiquão junto das suas cazas sobradas em que ella vive*». O caso citado é o único que se conhece, de momento, de processos de Alforria em Seiscentos nesta localidade. Este caso é um exemplo de uma Alforria condicional, na qual a condição preferencial para usufruto da liberdade

<sup>21</sup> SAUNDERS, 1994.

<sup>22</sup> A.D.P. - *Fundo Notarial de Matosinhos* - 1ª série, Lv. 63, fl. 50 v e 51.

<sup>23</sup> A.D.P. - *Fundo Notarial de Matosinhos* - 1ª série, Lv. 65, fl. 94 v a 95 v.

era a morte da proprietária. Se para muitos proprietários este tipo de alforria era uma maneira disfarçada de perpetuar a sujeição, outros encaravam-na como uma forma do seu escravo aprender a gozar progressivamente a sua liberdade, conservando um certo controlo sobre os seus actos.

Todavia, durante o século XVII, o processo de Alforrias ainda é muito reduzido, levando a que os libertos não tenham qualquer expressão demográfica. Atendendo aos casos conhecidos, noutras períodos nesta freguesia e aos já estudados noutras localidades nacionais, a passagem ao novo estatuto de liberto nem sempre significava uma melhoria das condições de vida, sendo muitos assolados pela mendicidade e pela miséria. Por outro lado, o estigma da sua antiga servidão acompanhá-los-ia até ao final das suas vidas, aproximando-os mais da situação de escravo do que da do indivíduo livre, agravado pela autonomia precária em que assentava este seu novo estatuto.

Como conclusão desta abordagem da comunidade escrava de Leça da Palmeira durante Seiscentos, pelas considerações apresentadas constata-se a existência de uma comunidade com um papel já significativo em termos numéricos, sociais e económicos, que tende a ganhar maior importância no decorrer da centúria seguinte, como esperamos apresentar oportunamente.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto  
 Lv. - Livro  
 Fl. - Fólio  
 V. - verso

## Fontes

- A.D.P. - Fundo Paroquial de Leça da Palmeira: Livro Mistos 2 a 5 (1608-1700)  
 A.D.P. - Fundo Paroquial de Leça da Palmeira: Livro das Visitações, Tomo I (1674 a 1747)  
 A.D.P. - Fundo Notarial de Matosinhos - PO 6º - 1ª Série - Lv. 62, 63, 65, 67.

## BIBLIOGRAFIA

- BENTO, Jorge, 1985 - *Cancioneiro de Leça - Músicas, Cantares e Dançares de Leça da Palmeira*, Leça da Palmeira, Edição de autor.  
 Idem, 1986 - *Velhedos Leceiros I*, Leça da Palmeira, Edição de autor.  
 Idem, 1988 - *Leça de Priscas Eras*, Leça da Palmeira, Edição de autor.  
 Idem, 1991 - *Velhas Teias de Aranha*, Leça da Palmeira, Edição de autor.

BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, 1998 - *História da Expansão Portuguesa*, volumes I e II, Lisboa, Círculo de Leitores.

CAPELA, José, 1978 - *Escravidura, Conceitos - A empresa de saque*, Porto, Edições Afrontamento.

FANGUEIRO, Óscar José Lima, 1982 - *A População de Matosinhos e Leça em 1680*, Matosinhos, Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos.

FELGUEIRAS, Guilherme, 1958 - *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1977 - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia.

LAHON, Didier, 1999 - *O negro no coração do Império: uma memória a resgatar. (Séculos XV-XIX)*, Lisboa, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.

PIMENTEL, Maria do Rosário Pericão da Costa, 1995 - *Viagem ao fundo das consciências - A Escravidura na Época Moderna*, Lisboa, Edições Colibri.

SAUNDERS, A. C. de C. M., 1994 - *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SILVA, Francisco Ribeiro da, 1995 - *Tempos Modernos*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora.

TINHORÃO, José Ramos, 1988 - *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Lisboa, Editorial Caminho.

## Estudos

AZEVEDO, Pedro de, 1903 - *Os Escravos*, "Arquivo Histórico Português", vol. I, Lisboa.

BRÁSIO, António José, 1944 - *Os pretos em Portugal*, Lisboa, Coleção pelo Império, Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

FONSECA, Jorge, 2002 - *Escravos no Sul de Portugal - Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata.

HELENO, Manuel, 1933 - *Os Escravos em Portugal*, Volume 1, Lisboa, Anuário Comercial.

LOPES, Edmundo Correia, 1944 - *A Escravidura (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

MASCARENHAS, J. Fernandes, 1985 - *A população de Moncarapacho no século XVI, livre e escrava, através dos róis de confessados*, Olhão.

POLÓNIA, Amélia, 1989 - *Vila do Conde - um porto nortenho na Expansão Ultramarina quinhentista*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Maria Manuela Martins, 1993 - *Confrarias da cidade do Porto - espaços de enquadramento espiritual e pólos difusores da mensagem da Igreja*. "Congresso Internacional de História - Missionaçõ Portuguesa e encontro de Culturas", vol. I, Braga.

VIEIRA, Alberto, 1991 - *Os Escravos no Arquipélago da Madeira - Séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Sérgio Carlos Ferreira

Joana Isabel de Almeida Ribeiro, Pedro Gentil Rodrigues

## Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII

### R E S U M O

Com base em escrituras notariais, especialmente nos pouco conhecidos contratos de fretamento, procura-se, neste texto, traçar algumas considerações sobre o comércio marítimo portuense da segunda metade do século XVIII. Prática recorrente, o acto de fretar, cujos procedimentos se tentam aqui compreender, moldou grande parte da vida marítimo-comercial da cidade. Responsável, a um nível, por uma forte presença estrangeira (visível na afluência significativa de navios de diversas nacionalidades à barra do Douro, mas também no estabelecimento de uma comunidade dinâmica), estruturou, a outro, o quadro de acção do homem de negócios portuense no negócio marítimo.

### OBJECTIVOS

O presente artigo<sup>1</sup> gravita em torno de um tema que, apesar de não constituir novidade em termos historiográficos, se encontra manifestamente limitado no seu conhecimento: o comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII.

Na verdade, o fomento comercial que caracterizou a economia portuguesa no tempo de Pombal e o crescimento global dos volumes e valores trocados no contexto dos tráficos europeus, que se tornou evidente no reinado de D. Maria I, não têm despertado, salvo raras excepções<sup>2</sup>, o maior dos interesses no que diz respeito aos seus reflexos na segunda maior cidade do Reino. Esta constatação é tanto mais verdadeira quanto mais nos afastamos dos trabalhos de pendor generalista e procuramos abordagens específicas e incisivas face à matéria em questão. Por outro lado, interiorizando-se a ideia de que tanto melhor se compreendem as realidades históricas quanto maior amplitude de perspectivas é atingida sobre as mesmas (baseadas numa diversificação das fontes existentes e motivando o cruzamento de dados, a dúvida, o debate), conclui-se que o tema tem, também aí, um longo percurso a percorrer.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Tem origem num primeiro de três capítulos presentes no estudo intitulado *Episódios da vida marítima e comercial portuense na segunda metade do século XVIII*, trabalho realizado, em 2003/2004, no âmbito do Seminário do 5.º ano do Curso de História (Ramo Educacional) da F.L.U.P. e que, esperamos, dê azo a novas reflexões sobre o tema.

<sup>2</sup> Destacamos os seguintes estudos: RAU, 1958; OLIVEIRA e GARCIA-LOMBARDERO, 1979; TAVARES, 1987; BARROS, 2004.

<sup>3</sup> Na verdade, a história do comércio marítimo portuense tem sido realizada com base num tratamento desigual das fontes passíveis de serem trabalhadas. Tendo-se privilegiado fontes de cariz mais quantitativo como os *Livros para as Visitas das Naus*, os *Livros das Visitas da Saúde* e, mais recentemente, os *Livros de Alfândega*, houve como que um

As reflexões que se seguem, pretendendo essencialmente chamar a atenção para a necessidade de se ultrapassarem estas lacunas, aparecem como proposta de uma nova óptica de abordagem. Tendo por base os *Livros de Registo Notarial*, procuraremos apresentar uma perspectiva distinta daquela que é possível vislumbrar noutro tipo de fontes, uma perspectiva que tende a permanecer escondida e incapaz de prestar o seu contributo específico.

Porventura desconhecidas nas suas potencialidades, eventualmente consideradas demasiado monótonas, desmotivadoras à partida e de difícil manejamento (uma vez que as informações não surgem em continuidade, mas da pesquisa cruzada ao nível intranotarial), provavelmente ainda encaradas como exteriores ao rol das fontes tradicionais e por isso pouco reconhecidas, a verdade é que as fontes de origem notarial não têm merecido a devida atenção.<sup>4</sup> Todavia, e independentemente das suas limitações no que diz respeito à história comercial (as quais, por norma, dirigem os historiadores para outro tipo de base documental), não podemos ignorar a riqueza e a diversidade de fragmentos históricos que esta nos oferece, o que é tanto mais interessante quanto menor é a quantidade de informações semelhantes, disponíveis noutro tipo de fontes primárias e mesmo bibliográficas.

Somos levados a apontar o fretamento de navios, procedimento que enquadrava grande parte da actividade marítimo-comercial portuense, como um desses elementos frequentemente subentendidos na historiografia ou simplesmente considerados como um dado adquirido, mas que ainda não foi avaliado na sua verdadeira dimensão.<sup>5</sup> Não estamos em condições de reivindicar a descoberta dessa verdadeira dimensão, mas pensamos contribuir para um maior esclarecimento do quadro teórico subjacente ao contrato de fretamento, das suas vantagens/inconvenientes em relação a outras formas de execução do comércio marítimo, bem como das suas consequências no panorama comercial portuense, nomeadamente a afluência de embarcações estrangeiras à barra do Douro e o intercâmbio gerado com os homens de negócios da praça.

Dadas as características da fonte, este estudo não pretende funcionar, nem de longe nem de perto, como uma análise sistemática do que foi o comércio marítimo no Porto de 1750 a 1799. A fonte poderá, inclusive, revelar algumas “contradições” com a efectiva realidade do período em estudo. Todavia, reside exactamente na especificidade do dado notarial, sobre o qual, de seguida, esboçaremos algumas considerações, uma das suas grandes, senão a sua maior riqueza: a de permitir um contacto com a época, não apenas de uma forma numérica e estatística, mas sobretudo, dando voz àqueles que a protagonizaram.

---

esquecimento das fontes de cariz mais qualitativo como os *Livros das Vereações* e, sobretudo, os *Livros Notariais*. Ora, a complementaridade é muito necessária, “*quer para colmatar hiatos e falhas documentais, quer para se saber, com rigor, a natureza e a especificidade das que se utilizam*”. (OLIVEIRA e GARCIA-LOMBARDEIRO, 1979: 127).

<sup>4</sup> Cremos que o processo de reconhecimento da fonte notarial como fonte autónoma ainda não se encontra suficientemente desenvolvido e consolidado em Portugal, não obstante os passos seguros que se têm dado nessa direcção. Entre outros, salientem-se os trabalhos de: SILVA, 1988; FERNANDES, 1991; BARROS, 2004.

<sup>5</sup> Referimo-nos ao estudo do contrato de fretamento para os finais da época moderna, uma vez que Amândio Barros veio dar nova luz a essa temática para os séculos XV e XVI. Veja-se BARROS, 2004.

## 1. O DADO NOTARIAL

Surgido, em Portugal, no reinado de D. João I, o notariado civil constituiu-se como um órgão social característico do sul da Europa, a *Europa dos tabeliães*, por oposição à *Europa dos sinetes*, no Norte.<sup>6</sup> Carlo M. Cipolla alerta-nos, pois, para o facto de, nas regiões do sul, a documentação, à qual se pretendia dar um carácter de validade pública, não ser lacrada com sinetes, mas depender essencialmente da chancela de um notário, que comprovava juridicamente os factos por ele certificados. A autenticidade e o reconhecimento público conferido pelos actos notariais parecem-nos ser, pois, uma das principais vantagens deste tipo de fontes. No âmbito do estudo em que nos situamos, somos levados a acreditar que muitos dos homens de negócios, capitães de navios, marinheiros, e outros que personificaram a história marítima e comercial portuense, tenham recorrido aos serviços de um tabelião como uma garantia pública e legal, necessária para o cumprimento de toda uma documentação que se apresenta como um elemento regulador e controlador das actividades económicas e sociais. À partida não teremos, portanto, razão para desconfiar da autenticidade deste tipo de documentos que reúne sinais próprios de validação - termo de abertura, termo de encerramento, paginação e rubrica dos fólios dos livros, assim como a presença e assinatura de testemunhas -, os quais eram controlados pelo Estado através de correição periódica.

Mas as potencialidades das fontes notariais ultrapassam a segurança que se confere a um acto jurídico. Uma importante mais-valia deste tipo de documentação reside no enfoque que é dado às relações sociais e económicas entre cidadãos privados e aos comportamentos culturais de indivíduos geralmente (ou eventualmente) esquecidos na documentação produzida por outros organismos oficiais. À presença de um homem de leis que tomava notas acediam indivíduos de todas as categorias sociais, que expunham o assunto do seu *negotium* perante testemunhas. É nos *documentos lançados em nota*, nas *procurações*, nos instrumentos de carácter sócio patrimonial como *testamentos*, *dotes*, *compras e vendas*, *prazos e arrendamentos*, *créditos*, mas também (e para não esquecer o que motivou este estudo) nos documentos que identificam questões marítimas e constituem sociedades de comércio e navegação, que encontramos as personagens da sociedade e do tempo, desde o nobre ao padre e ao cidadão conventual, da viúva ao trabalhador rural, do artesão aos negociantes e homens marítimos que, entre muitos outros, animavam a praça. Em linhas gerais, os actos notariais transmitem um sentido concreto da realidade, indicando a data e o lugar da produção do documento e identificando os intervenientes, o que nos permite reconstruir redes e fenómenos de mobilidade e dinamismo social.

Outras vantagens da documentação de origem notarial têm sido descobertas recentemente e dizem respeito às formas de abordagem e tratamento da informação.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> CIPPOLA, 1993: 182-184.

<sup>7</sup> FERNANDES, 1991: 243-249.

Durante muito tempo, este tipo de fontes foi utilizado para fins estritamente económicos ou para o tratamento selectivo por intervenientes nas escrituras (biografias, reconstruções genealógicas, etc.). O facto é que a variedade de actos notariais permite alargar as temáticas de estudo e ultrapassar as abordagens selectivas ou o estudo de documentos individualizados, através de métodos de amostragem quantitativos e estatísticos, que poderão ser enriquecidos, cruzados e comparados com outro género de fontes, motivos que apoiaram a escolha da temática marítima e comercial como objecto deste estudo. Por outro lado, e porque a história (ainda que na sua vertente económica) não é feita apenas da quantificação e do tratamento estatístico da informação, é interessante verificar que boa parte do conteúdo de algumas das escrituras notariais se prende com considerações de natureza mais qualitativa e de cariz mais ou menos particular, às quais dificilmente poderíamos ter acesso se apenas tivéssemos em atenção os dados mais credíveis dos livros e róis produzidos pelas entidades reguladoras das actividades marítimas e comerciais, como por exemplo os *Códices da Alfândega*. Se assim fosse não saberíamos que, em Agosto de 1794, um navio fretado por comerciantes da cidade do Porto a um capitão dinamarquês fora despachado na alfândega para Francisburg, na Dinamarca, quando na verdade tinha como destino Waterford, na Inglaterra. A explicação dada pelos afretadores acabou por ser partilhada com o tabelião, prendendo-se com a necessidade de “*hir tudo escondido e com todo o resguardado afim de que, no caso de ser encontrado pellos inimigos, não virem estes (...) de quem he a carga nem para onde vai*”.<sup>8</sup> É caso para afirmar, ainda que com alguma prudência, que o que nas fontes de registo notarial se perde em termos de dados seriais e passíveis de tratamento sistemático, se ganha em termos de episódios e de narrações de factos essenciais para a reconstrução do pensamento e mentalidade daqueles que protagonizaram a história marítima e comercial do Porto na segunda metade do século XVIII. Poderíamos conjecturar, através da leitura de um gráfico ou quadro económico no qual se verifica o decréscimo da exportação de bens nacionais, que os comerciantes portugueses viveriam uma situação preocupante em termos económicos. Poderíamos tentar avaliar, através de abordagens estatísticas, as consequências que um período de maior frequência de naufrágios, ou de ataques corsários, representava para uma comunidade marítima. Poderíamos, porque o discurso histórico se edifica também a partir da suposição, da indução ou da ilação (devidamente fundamentadas, claro está). Mas, por si só, os quadros económicos construídos a partir de listagens de navios, ou de cargas, não nos dizem muito sobre o que o prejuízo ou o fracasso num negócio representava para aqueles que dedicavam a sua vida ao giro do comércio ou dependiam da sorte do mar. Da mesma forma, uma determinada cifra de naufrágios ou de presas, não nos permite ultrapassar o plano material e chegar ao património simbólico que cada comunidade marítima vai construindo. Ora, as fontes notariais poderão colmatar, na medida do possível, essa carência de dados qualitativos, uma vez que nos permitem aceder aos relatos, depoimentos e testemunhos (com maior ou menor carga emocional) daqueles que presenciaram e protagonizaram os acontecimentos.

<sup>8</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 408, fls. 52-52 v. Escritura de fretamento de 30 Agosto de 1794.

No entanto, a mesma documentação impõe limitações à investigação histórica, limitações que condicionaram o trajecto deste trabalho e que, decerto, produzirão os seus reflexos nos resultados obtidos.

A primeira questão prende-se com o rigor e com o grau de veracidade do conteúdo documental. Se confiamos na autenticidade dos actos notariais, o mesmo não se pode afirmar em relação à sua veracidade. Não se trata tanto de uma inconformidade entre sujeito e objecto do documento ou entre o pensamento dos seus intervenientes e efectivo conteúdo (já que a quase totalidade dos actos apresenta um formulário técnico e simples nas suas cláusulas essenciais, traduzindo uma realidade facilmente compreensível pelos outorgantes), mas de falsas declarações ou subterfúgios para contornar as leis que antecipam e ultrapassam a redacção do acto jurídico. Fugas à lei que se reflectem na consequente elaboração de documentos falsos eram tarefas simples, mas dificilmente são detectáveis. Bastava que alguém prestasse um falso testemunho ou que dois indivíduos fizessem um acordo entre si, comparecessem junto de um tabelião e assinassem uma escritura de interesse mútuo (porém, não condizente com a realidade), para estarmos diante de um documento falso<sup>9</sup>. Cremos que, no âmbito em que nos situamos, este obstáculo terá assumido contornos mais significativos em documentos outorgados unilateralmente e com um teor mais ou menos litigioso, como é o caso dos *protestos*.<sup>10</sup> Neste tipo de escrituras, um dos litigantes lançaria em nota um protesto pelos danos causados pela outra parte que, em contra-protesto, bem poderia negar as acusações, apresentando outra versão dos acontecimentos que fundamentavam o pleito.

A questão da representatividade parece ser outro obstáculo que se interpõe no decorrer da investigação. Já dissemos que pelo notário passavam indivíduos dos mais variados estatutos sociais, mas para que este estudo fosse verdadeiramente representativo era necessário que o registo notarial dos tipos de documentação analisada fosse obrigatório. Na verdade, a validação de um contrato através de uma escritura pública era uma exigência decorrente do grau de confiança e de proximidade existente entre as partes envolvidas, por exemplo entre fretadores e afretadores de navios, para o cumprimento de prazos e satisfação de penas inerentes à quebra de compromissos. Mais do que um hábito ou costume, os documentos notariais serviam de garantia legal a fim de evitar, ou pelo menos diminuir, os riscos de um acordo materializado sob a forma de escritura particular<sup>11</sup> ou realizado através de um contrato oral (ao qual se reconhecia também um valor provativo).

<sup>9</sup> MADUREIRA, 1994: 22.

<sup>10</sup> No cartório notarial das *Cangostas*, este tipo de acto jurídico foi quase exclusivamente requerido pelas gentes ligadas ao comércio marítimo.

<sup>11</sup> Os próprios tabeliães insistiam na dicotomia entre escritura pública e particular. Várias eram as situações em que um acto particular só era lançado em nota a partir do momento em que uma das partes envolvidas não cumpria a sua parte no acordo, o que nos levanta ainda mais questões sobre a representatividade deste tipo de fontes. No que diz respeito aos contratos de fretamento, esta questão poderia ser resolvida através de um exercício de cruzamento de dados com os códices da arrecadação da portagem do mar e da redzima.



O facto da documentação notarial estar frequentemente incompleta pela eliminação de documentos por motivos políticos, por razões arquivísticas, pelo natural mau estado de conservação, por acontecimentos mais ou menos catastróficos (como incêndios e inundações) ou pelo desaparecimento propositado de algumas escrituras, com cumplicidade e conivência dos próprios notários, oferece-nos novas limitações à reconstrução dos factos. No presente trabalho, a inexistência de uma série contínua de livros em relação ao período temporal que nos propusemos estudar, dificultou ainda mais a nossa tarefa e evidenciou até que ponto tal realidade se pode constituir num obstáculo de monta e até, em certas alturas, num foco de desmotivação<sup>12</sup>. Limitações, algumas de fundo, elas não poderão, contudo, afastar os historiadores de um manancial de informação tão rico e profícuo como são as fontes de origem notarial.

## 2. O NOTÁRIO DAS CANGOSTAS

Equacionadas, pelo menos do ponto de vista teórico, algumas das potencialidades e limitações da fonte, exige-se o esclarecimento de certos procedimentos metodológicos relacionados com a escolha da documentação estudada e, sobretudo, com a eleição de uma secção notarial específica entre as várias que existem no Arquivo Distrital do Porto.

No que diz respeito à selecção dos documentos, procuramos inventariar todos os que, de algum modo, tivessem como núcleo fundamental o mar e a navegação, os quais designamos genericamente por *episódios da vida marítima*. Realizado o trabalho de arquivo, chegou-se rapidamente à conclusão de que tal vocação marítima residia sobretudo num cartório e em 5 categorias documentais (cf. Quadro 2).

Quadro 1

Significado percentual das escrituras sobre *episódios da vida marítima* no cômputo geral dos actos notariais produzidos no Cartório Notarial das *Cangostas* (1750-1799)

	N.º de Escrituras	Percentagem
<i>Episódios da vida marítima</i>	1 528	10%
Outros actos notariais	13 435	90%
<b>Total</b>	14 963	100%

Nestas, destacamos os contratos de *fretamento*, de *compra e venda* e de *sociedade de navios*, bem como os *protestos*, por indiciarem concretamente assuntos de índole marítimo-comercial. Menos específicas eram as escrituras de *procuração*, no entanto, estas representaram cerca de 42% dos documentos que incidiam sobre o mesmo assunto. O item

<sup>12</sup> Os hiatos começam logo nos meses de Março a Setembro de 1750 e em alguns períodos de 1753 e 1754, manifestando-se de uma forma mais extensa a partir do final de Janeiro de 1758 e até 1780, período que, à excepção do ano de 1771, é marcado pela inexistência total de livros.

Quadro 2  
Categorias das escrituras estudadas (1750-1799)

Categoria	N.º de Escrituras	Porcentagem
Escrituras de fretamento de navios	400	26%
Escrituras de compra/venda de navios	156	10%
Escrituras de sociedade de navios	15	1%
Protestos	98	6%
Procurações	636	42%
Outras	222	15%
Total	1 528	100%

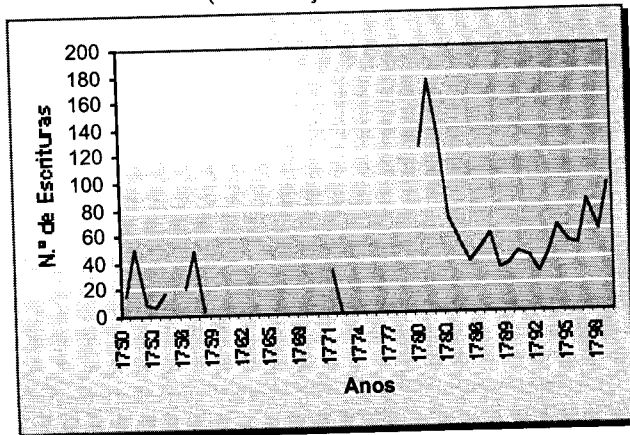
“outras”, não fazendo parte das 5 categorias principais, diz respeito a uma série de documentos - *carregações, recibos, pagas e quitações, obrigações e confissões de dívida* - intimamente relacionados com os primeiros, bem como a outros de carácter mais esporádico e inesperado (cartas de perdão, por exemplo) os quais, através da pesquisa cruzada, foram essenciais para o presente estudo.

Fora destes *episódios da vida marítima* ficou ainda uma série de escrituras que, não incidindo propriamente sobre o nosso objecto de estudo, nos permitiram complementar muita da informação obtida nos contratos analisados. Falamos de procurações que envolvem membros das equipagens de navios, os quais são recorrentemente mencionados em escrituras de cariz sócio-patrimonial como elementos fundamentais na cobrança de dívidas ou na arrecadação de heranças e legítimas no Brasil.

Perspectivando a documentação estudada do ponto de vista temporal, o gráfico que se segue procura ilustrar, não só as já referidas lacunas em termos de fonte, mas também a influência do contexto internacional na produção documental e, sobretudo, a frequência com que os homens marítimos e os negociantes da praça envolvidos em operações comerciais por mar visitavam um notário em particular, o cartório notarial das *Cangostas*.

Gráfico 1

Periodicidade do registo de escrituras de *episódios sobre a vida marítima* entre 1750 e 1799  
(Distribuição Anual)



Se as lacunas de fonte aparecem como claras e não nos merecem grandes comentários, a não ser um lamento pela impossibilidade de dispormos de uma linha contínua de informação capaz de nos aproximar o mais perto possível da realidade que procuramos estudar, o mesmo não acontece com o facto de, para os anos devidamente documentados, essa mesma informação não se encontrar, em quantidade, distribuída uniformemente.

Assim, importa questionar, por exemplo, o pico de produção documental atingido nos anos de 1780, 1781 e 1782 (com uma média de 143 escrituras quando em nenhuma outra ocasião se chegou ao patamar dos 100 documentos realizados anualmente). Ora, parece-nos encontrar a justificação na conjuntura internacional ligada à navegação e ao comércio nos mares. Na realidade, “*as vicissitudes da guerra no mar, suportada pelos usuais transportadores ingleses e holandeses, deram, a partir da primavera do ano de 1779, uma oportunidade aos navios portugueses de assegurarem um reabastecimento dos mercados consumidores e da própria cidade do Porto. Activamente iates e bergantins, cruzavam as rotas marítimas indo até Londres, Plymouth, Topsham, Swansea, Dublin, Amsterdão, Hamburgo, Nantes, Havre, etc.*”<sup>13</sup> Todavia, tal janela de oportunidade fechou-se para os transportadores portugueses logo em 1783, com a assinatura da Paz de Versalhes, não deixando o gráfico de espelhar as suas consequências.

Sem esquecer o carácter mais ou menos aleatório da própria documentação notarial<sup>14</sup>, uma outra realidade aparece de forma inequívoca. A quantidade de documentos lançados em nota assegura a afluência regular ao notário das *Cangostas* por parte de um grupo sócio-económico específico. De facto, tendo sido contabilizadas 1 528 escrituras sobre *episódios da vida marítima*, é curioso constatar que estas correspondem a cerca de 10% do total de escrituras lavradas ao longo da segunda metade do século XVIII, o que tende a evidenciar a importância desse cartório entre negociantes, marinheiros, capitães de navios..., enfim, entre todos aqueles que faziam do mar, da navegação e do comércio marítimo um modo de vida.

Por certo importante, mas até que ponto importante? Esta questão obriga-nos a proceder a novas reflexões. Desde logo, importa perceber qual a dimensão das escrituras sobre a vida marítima nas outras sedes notariais da cidade do Porto<sup>15</sup>. Sem procedermos a um levantamento exaustivo nesse sentido e, por conseguinte, sem deixar nada como absoluto, os dados obtidos parecem, no entanto, bastante reveladores: indiciam a grande escassez, senão inexistência, de *contratos de fretamento, compra e sociedade de navios, e protestos* tendo como objecto questões marítimas; bem como apenas acusam pontualmente a presença de alguns homens marítimos (capitães de navio, marinheiros, etc.), e estes raramente em escrituras de âmbito marítimo-comercial.

<sup>13</sup> RAU, 1958: 26.

<sup>14</sup> Como já referimos, não sendo obrigatória a validação de contratos através de uma escritura pública, o registo dependeria muito mais da vontade dos seus intervenientes, da necessidade de salvaguardar os seus interesses ou da própria disponibilidade em visitar o cartório notarial.

<sup>15</sup> Para além do 4.º cartório notarial do Porto (sedeado, na segunda metade do século XVIII, na Rua das *Cangostas*), existiam, pela mesma altura, mais 4 sedes notariais, correspondentes às secções notariais PO 1.º, PO 2.º, PO 8.º e PO 9.º.

Desta forma, a percentagem atrás referida ganha novo significado, ou seja, espelha a concentração de uma tipologia documental específica num determinado cartório notarial, o que poderia ser prenúncio da acção de distribuidores no Porto<sup>16</sup>. Todavia, não se confirmando essa ideia, como parecem demonstrar, por exemplo, as diferenças no que se refere ao número de actos por notário<sup>17</sup>, importa sim dar realce à questão da localização geográfica do escritório das *Cangostas*, bem como à da proveniência da sua clientela. Começemos por esta última e com o auxílio do seguinte quadro:

Quadro 3  
Área de Influência do Cartório Notarial da *Rua das Cangostas*<sup>18</sup> (1750-1799)

Designação setecentista	Designação actual	Percentagem
Rua de S. João da Foz	Rua de S. João da Foz	13%
Bairro e Rua de Miragaia	Bairro e Rua de Miragaia	8%
Rua Nova / Rua Nova dos Ingleses	Rua Infante D. Henrique	7%
Massarelos	Massarelos	7%
Fonte Aurina	Fonte Taurina	7%
Rua de S. João	Rua de S. João	6%
Ribeira	Ribeira	6%
Rua das Flores	Rua das Flores	4%
Rua da Rosa	Rua do Comércio do	4%
Rua da Ferraria de Baixo ou Nova	Porto	
Rua das Cangostas	Rua de Sousa Viterbo	4%
Rua da Reboleira	Rua da Reboleira	3%
Rua do Belomonte	Rua do Belomonte	2,5%
Lordelo do Ouro	Lordelo do Ouro	2,5%
Rua dos Mercadores	Rua dos Mercadores	2%
Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	2%
Rua do Barredo	Rua do Barredo	1%
Rua dos Banhos	Rua Nova da Alfândega	1%
Rua da Bainharia	Rua da Banharia	1%
Rua de S. Nicolau	Rua de S. Nicolau	1%
Outras		18%

Este permite-nos retirar algumas conclusões importantes, nomeadamente o facto da clientela do notário da Rua das *Cangostas* (hoje substituída pela Rua de Sousa Viterbo<sup>19</sup>) ser oriunda de locais relativamente distantes entre si, o que, para além de demonstrar um

<sup>16</sup> Oficiais encarregados de procederem à distribuição dos diferentes actos, sempre que, em cada localidade, houvesse mais de um tabelião, quer do judicial quer de notas. (AMORIM, 2002-2003: 103-104).

<sup>17</sup> AMORIM, 2002-2003: 106.

<sup>18</sup> Apenas figuram no quadro topónimos relativos a outorgantes moradores na cidade do Porto e referenciados mais de 10 vezes em escrituras de cariz marítimo-comercial.

<sup>19</sup> FREITAS, s.d.: 245. Segundo o autor, a Rua das *Cangostas* ou *Congostas* terá desaparecido por volta de 1877, aquando da demolição de várias obras para a construção do arruamento de Mouzinho da Silveira.

eixo de influência bastante alargado, impossibilita a mera explicação da proximidade habitacional face ao escritório notarial como único factor na escolha daqueles que o visitavam.<sup>20</sup> É óbvio que tal condição pesou, como demonstra a circunstância da maior parte dos outorgantes serem oriundos de moradas bem próximas da Rua das *Cangostas*, de lugares como a Rua dos Mercadores, a Rua da Fonte Taurina, a Rua de S. João, a Ribeira ou a antiga *Rua Nova* ou *Rua Nova dos Ingleses*<sup>21</sup>, mas o que dizer da afluência de outorgantes oriundos das zonas de Massarelos, Lordelo do Ouro e São João da Foz, este último, o local de residência mais mencionado e, ao mesmo tempo, o mais distante?

Assim, o principal enfoque deve ser atribuído à relação de proximidade geográfica entre o espaço profissional dos outorgantes e a sede notarial estudada. De facto, próximo das zonas de cais, dos ancoradouros e dos armazéns, podemos afirmar que o *escritório* se localizava numa zona estratégica e privilegiada para responder às constantes necessidades de um universo restrito de homens; aqueles que, quer fossem de São João da Foz ou da Rua das Flores, fossem homens marítimos ou de negócios ligados às actividades comerciais por mar, tinham o centro nevrálgico da sua ocupação profissional bem próximo do local onde estava sediado o notário das *Cangostas*.

Se nada mais podemos afirmar relativamente às razões que originaram esta ligação com as gentes do comércio marítimo, o mesmo não sucede com a consolidação dessa realidade ao longo do tempo. Pela continuidade do registo deste tipo de documentos ao longo de cinquenta anos, facilmente se percebe o papel da tradição que, entretanto, se vai criando, bem como da familiaridade que se vai travando entre o tabelião e os homens da praça. Assim, devemos estar perante um caso onde as dinâmicas sócio-económicas terão desempenhado o papel principal na formação de uma teia clientelar específica e não tanto qualquer imposição administrativa.

Meras reflexões relativamente à figura do notário das *Cangostas* e à sua particular ligação com as gentes do comércio marítimo, certezas quanto à importância do pecúlio documental deixado para uma investigação profícua nessa área. De facto, “*a presença significativa de indivíduos estrangeiros (ingleses, franceses, hamburgueses, dinamarqueses, polacos) no 4.º cartório (PO 4.º) faz dele um núcleo essencial de informação relativa à actividade comercial no Porto de Setecentos (sobretudo quando se assiste à não existência de outras fontes no que se refere à documentação consular até finais do século XVIII)*”.<sup>22</sup> É esse pecúlio documental que passamos a analisar.

---

<sup>20</sup> Sobretudo se tivermos em conta que algumas dessas zonas de residência eram mais próximas de outras sedes notariais do que propriamente do cartório da Rua das *Cangostas*. Pela mesma altura, era possível encontrar tabeliães estabelecidos na Rua Chã, na *Rua da Ferraria de Cima*, na *Praça Nova das Hortas* e em S. João da Foz.

<sup>21</sup> Assim designada desde 1785, aquando da instalação da Feitoria Inglesa, e hoje substituída pela Rua do Infante D. Henrique.

<sup>22</sup> AMORIM, 2002-2003: 106-107.

### 3. O contrato de fretamento como base do comércio marítimo no Porto

Como foi já referido, dadas as características da fonte, não podemos reivindicar um conhecimento exacto de todas as operações de fretamento efectuadas no Porto, entre 1750 e 1799. No entanto, estamos em crer que os documentos que restaram (até pela sua quantidade) constituem uma boa amostra daquilo que realmente representariam para o estudo da navegação e do comércio marítimo da época se, de alguma forma, o seu registo tivesse sido mais regular.

Partindo desse pressuposto e, conscientes da falta de trabalhos historiográficos que se tenham debruçado sobre este instrumento notarial<sup>23</sup>, procuraremos traçar algumas considerações sobre o contrato de fretamento<sup>24</sup>, analisando as suas cláusulas como produto e reflexo de toda uma realidade e comunidade.

#### *Os interessados no contrato e as mercadorias*

Enquanto acto ou efeito de *tomar praça* num navio (ou seja, alugar o espaço de um navio) necessário para o transporte de mercadorias<sup>25</sup>, uma operação de fretamento gravitava em torno de duas entidades - o fretador (ou o proprietário de forma directa, sendo ele apenas proprietário ou acumulando os cargos de caixa e/ou capitão, ou simplesmente o capitão ou o mestre do navio de forma indirecta) e o afretador (o comerciante interessado no transporte da carga) - sendo forçoso que, para a validação escrita do contrato, ambas comparecessem ou se fizessem representar junto do tabelião.

Começando pela entidade fretadora, constatamos que as escrituras identificavam geralmente o capitão ou o mestre do navio<sup>26</sup>, uma vez que estes, sendo ou não proprietários, eram as principais figuras da equipagem de um navio (conhecedoras dos procedimentos, das rotas, dos portos e dos riscos e contratemplos inerentes à navegação em alto mar). Responsáveis pela execução e sucesso das viagens, encontravam-se, assim, em melhores condições para ajustarem com os afretadores prazos de carregamento e entrega da carga ou eventuais derrotas e mudanças de rumo no decorrer das jornadas. Não admira, portanto, que cerca de 82% das escrituras de fretamento tenham sido assinadas pelos próprios capitães ou mestres dos navios (percentagem que quase atinge os 100% se apenas nos reportarmos ao fretamento de navios estrangeiros), sendo estes mencionados simultaneamente como proprietários ou fretando *com o beneplácito dos proprietários*<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> Salientem-se os de BARATA, 1996 e BARROS, 2004.

<sup>24</sup> Desde logo, importa afirmar a diferença de informação existente entre os primeiros contratos de fretamento (relativos à década de 50 e limitando-se apenas a algumas das cláusulas gerais) e as escrituras datadas das décadas de 80 e 90, muito mais ricas em informação.

<sup>25</sup> Não podemos esquecer, contudo, os fretamentos para o transporte de passageiros ou para o transporte de pessoas com valor comercial, como por exemplo os escravos (estes mencionados uma única vez em operações de fretamento).

<sup>26</sup> A designação de mestre de navio aplicar-se-ia quase exclusivamente a embarcações portuguesas e, dentre estas, maioritariamente a embarcações costeiras e, em princípio, de menor tonelagem: o caso de hiatos, patachos, etc.

<sup>27</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 328, fl. 126. Escritura de fretamento de 4 de Dezembro de 1780.

Associada à identificação do capitão (e da sua nacionalidade, no caso de ser estrangeiro), aparecia também a própria identificação do navio, bem como pontualmente algumas das suas características<sup>28</sup>: dados sobre a sua construção, a tonelagem, o número de mastros, a praça a que pertencia, a nacionalidade da bandeira<sup>29</sup> - informações que, no fundo, dotavam o contrato de uma maior exactidão no esclarecimento dos elementos identificativos do navio e, por isso, conferiam maior segurança a cada uma das partes envolvidas.

A carga era outro dos elementos mencionados nas cartas de fretamento. A este respeito surgem, também, algumas dificuldades (sobretudo no âmbito de estudos que procuram dados de cariz mais quantitativo e estatístico). Não raras vezes as mercadorias transportadas no navio eram simplesmente ignoradas, sendo que o tabelião adoptava a expressão corrente: “*e elles fretadores se obrigoão a carrega lo completamente de fazendas que lhes bem parecer*”<sup>30</sup>. Por outro lado, a especificação das quantidades dependia muito mais da vontade e zelo dos outorgantes do que da própria obrigatoriedade de as mencionar. A verdade é que a discriminação da carga e das quantidades não era uma exigência neste tipo de documentação e, dado que obrigatoriamente teriam de constar nos *Despachos da Alfândega*, não era forçoso voltar a repeti-las. Importava, sim, que as duas partes se comprometessem “*a não levar contrabandos*”<sup>31</sup>, uma expressão recorrente em quase todos os contratos.

Porque as mercadorias dependiam dos carregadores ou dos seus despachantes, há que ter em conta que as escrituras de fretamento também não nos oferecem muitas certezas a este respeito. São várias as referências em que o afretador declarava carregar “*por si e por outras pessoas cujos nomes constão nos conhecimentos que elle fretado ha de assignar, assim como do Despacho Geral desta Alfândega*”<sup>32</sup> o que, por vezes, não nos permite identificar a partir do afretador mais do que o representante dos carregadores ou apenas um dos vários carregadores do navio.

### *As condições da embarcação e a viagem*

“*Obriga se elle fretado a dar o navio bem aparelhado, estanque de quilha, coberta e custado e capaz de navegar*”<sup>33</sup>. Conhecidos que eram os riscos da navegação no século

<sup>28</sup> Mais frequentes nas escrituras de fretamento correspondentes à última vintena do século.

<sup>29</sup> Ora, reside no facto de muitas das embarcações e seus capitães e consignatários serem estrangeiros um dos “obstáculos” da fonte. Com efeito, não possuindo conhecimentos linguísticos que lhe permitissem escrever correctamente os nomes de pessoas, de embarcações ou de cidades estrangeiras, a regra seguida pelos tabeliães notariais era traduzi-los ou, no caso destes não se poderem traduzir, reproduzi-los foneticamente. Os próprios intérpretes (indivíduos que, com alguma regularidade, se dirigiam ao cartório para servirem como interlocutores entre os estrangeiros e o tabelião) não assegurariam uma transcrição fiel dos antropónimos e topónimos desconhecidos pelo escrivão. A verdade é que, como alude Virgínia Rau “*esta liberdade linguística faz com que, por vezes, seja impossível reconstituir a verdadeira grafia*”. (RAU, 1958: 9).

<sup>30</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 332, fl. 112. Escritura de fretamento de 28 de Maio de 1781.

<sup>31</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 332, fl. 112. Escritura de fretamento de 28 de Maio de 1781.

<sup>32</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 344, fl. 128. Escritura de fretamento de 4 de Novembro de 1782.

<sup>33</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 337, fl. 95 v. Escritura de fretamento de 11 de Janeiro de 1782.

XVIII, não é de admirar que esta fosse logo uma das primeiras condições a aparecer num contrato de fretamento. A certeza de que um navio se encontrava bem calafetado e em perfeito estado para poder seguir viagem interessava naturalmente ao seu proprietário ou capitão, mas sobretudo ao afretador, o qual colocava em risco interesses e investimentos. Assim aconteceu, em Julho de 1794, com João da Rocha, comerciante do Porto que, depois de ter fretado o navio dinamarquês “Emanuel”, para o transporte de 11 caixas de açúcar destinadas a São Petersburgo, fora informado que o mesmo se encontrava com “*com agoa aberta e mal concertado e por isso defamado*”, não encontrando ninguém que lhe fizesse seguro da carga “*em hum navio tão fraco para huma viagem tão dilatada*”. Prontificando-se, como era costume em caso de desistência de uma das partes contratantes, a pagar metade do frete, enviou uma petição ao Desembargador da Alfândega do Porto, requerendo autorização para poder retirar as mercadorias do navio, o que acabou por acontecer com a própria ajuda do capitão dinamarquês.

A situação era, no entanto, mais complicada, uma vez que Joaquim Köpke, consignatário do navio e cônsul da Dinamarca na cidade do Porto, tentando salvaguardar os interesses das pessoas que representava, recusou-se a aceitar tal medida, ordenando a suspensão da descarga em curso. Apesar da petição de João da Rocha ser fundada em “*todas as leis marítimas*” e “*em huma das liçoens da Aula do Commercio de Lixboa aonde, tractando se do commercio maritimo dis assim: ou seja o navio carregado por varios ou fretado por inteiro, o carregador que quizer tornar a descarregar a sua fazenda o pode fazer, pagando as despezas necessarias do desembarque e a metade do frete ajustado, comtanto que entregue ao mesmo tempo ao capitão todos os conhecimentos que este tiver asignado a respeito da mesma fazenda*”, a sentença final do Juiz da Alfândega salientava a “*triste situação e consternação*” deste comerciante, mas o desfecho do caso não foi outro senão a partida do navio, bem como de todas as mercadorias que haviam sido carregadas, “*no dia trinta e hum pellas quatro horas da tarde pouco mais ou menos*”<sup>34</sup>.

Para evitar situações deste tipo, as quais poderiam suceder tanto nos portos (para embarque ou desembarque) como em alto mar, os contratos contemplavam eventuais situações de avaria no navio ou na carga transportada sintetizando-as, porém, na expressão corrente que remetia para os princípios práticos do Direito Marítimo: “*avarias reguladas conforme o estillo do mar*”<sup>35</sup>. Sendo os seus procedimentos do conhecimento dos capitães, proprietários e afretadores de navios, os contratos não as especificavam para além da distinção entre “*avarias ordinárias*» e «*avarias grossas*”<sup>36</sup>. No entanto, nem sempre as duas

<sup>34</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 408, fl. 10. Escritura de protesto de 9 de Agosto de 1794.

<sup>35</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 405, fl. 52 v. Escritura de fretamento de 5 de Dezembro de 1793.

<sup>36</sup> Segundo o Direito Marítimo, as avarias ordinárias comportam os prejuízos materiais na carga ou no navio, tendo a sua origem na imprudência, imperícia ou negligência do capitão e restante tripulação do navio ou em casos fortuitos e de força maior. Neste caso, os prejuízos decorrentes dos danos sofridos ficariam a cargo do proprietário da coisa lesionada, e das respectivas entidades seguradoras, sendo-lhe assegurado o direito de demanda contra o causador do dano.

Por seu lado, nas avarias grossas verifica-se a participação efectiva da vontade humana no sentido de preservar o bem comum, mesmo que implique o sacrifício de interesses particulares, em situações de perigo ou desastre imprevisto. Exemplo disso era o alijamento, que consistia no acto de lançar a carga da embarcação ao mar pela necessidade de manter a segurança do navio e salvaguardar as restantes mercadorias. Por esta razão, seriam indemnizados todos os interessados



partes se encontravam suficientemente esclarecidas quanto às suas obrigações no tocante a avarias. Em Fevereiro de 1784, o capitão sueco Olaf Berg protestava contra vários comerciantes da cidade por estes se terem recusado a desembolsar a parte que lhes competia das avarias grossas decorrentes de uma manobra que, durante uma viagem de Estocolmo ao Porto, obrigara o navio a arribar a Gotemburgo com o único objectivo de se proteger de um temporal e, desse modo, salvar uma carga de ferro e de aço.<sup>37</sup> Litígio idêntico seria protagonizado, em Junho de 1795, com a diferença do capitão, desta vez português, não só ter resgatado as mercadorias durante o naufrágio do navio no porto de Ramsgate, em Inglaterra, como de ter tomado todas as medidas necessárias ao fretamento de outra embarcação para o transporte da carga que havia sido salva sem que, à chegada ao Porto, os afretadores se prontificassem a pagar qualquer indemnização resultante da avaria grossa.<sup>38</sup> Mais dramática foi a situação vivida pelo capitão sueco Eric Uppman que, vendo-se obrigado a satisfazer o importe de uma letra de risco das mercadorias que transportara para o Porto, achou-se “*na impossibilidade de pagar, pois que nesta cidade senão costuma regular, lequidar ou pagar avarias grosas e, assim, não pode o mesmo capitão haver a si dos recebedores da carga a parte a que a mesma estava sujeita e obrigada, e so sim obteve dos referidos recebedores da carga as clarezas e obrigaçoens necessarias para as cobrar e receber em Stockholm, quando ali fossem julgadas e reguladas as ditas avarias à vista dos documentos que as comprovão*”, pelo que se viu na obrigação de hipotecar o navio e respectivos fretes até que a dívida e seus juros fossem completamente saldados.<sup>39</sup> Estas e outras situações revelam, pois, que, apesar dos agentes do comércio terem como obrigação a observância dos *usos e costumes do mar* e da *prática, estilo e leis do comércio*, os desentendimentos, decorrentes do desconhecimento das normas legais, de tentativas de contornar a lei, ou da própria insuficiência legislativa sobre uma matéria cujas soluções davam azo a interpretações distintas (dificultando o apuramento das responsabilidades) e divergiam consoante o país, eram frequentes e mesmo características nesta que era, na segunda metade do século XVIII, uma importante praça comercial europeia.

O sucesso das viagens de comércio dependeria também das condições de transporte das mercadorias. Não admira, por isso, que figurassem cláusulas relacionadas com o bom acondicionamento, arrumação e estiva da carga, cuja importância pode ser confirmada pela quantidade de escrituras que denotam a recusa dos capitães em receber as mercadorias de comerciantes a quem haviam prometido praça sempre que lhes faltava um estivador.<sup>40</sup> Na verdade, a figura do *mestre estivador* (como responsável pela arrumação

na expedição do navio, cabendo tanto ao fretador como ao afretador o dever de contribuírem para o pagamento dos danos. Em última análise, a situação passaria pela venda em hasta pública dos bens de cada uma das partes a fim de se dividir o produto líquido e entregá-lo a quem de direito, como aconteceu, em Abril de 1794, após o naufrágio do navio prussiano “Frederico Guilherme” que, tendo sofrido acidente nas lobeiras de Gaia, tornou inviável a recuperação da carga e do casco do navio, impossibilitando a concretização da viagem prevista para Hamburgo (A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 354, fl. 91).

<sup>37</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 353, fl. 86 v. Escritura de protesto de 16 de Fevereiro de 1784.

<sup>38</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 414, fl. 68 v. Escritura de protesto de 28 de Abril de 1796.

<sup>39</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 406, fls. 35-35 v. Escritura de convenção e ajuste de 3 de Março de 1784.

<sup>40</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 405, fl. 120. Escritura de protesto de 25 de Janeiro de 1794.

segura e equilibrada das cargas nos navios) teria um peso significativo na actividade comercial marítima. Erros de cálculo na medição do lote dos navios, ou do espaço reservado ao acondicionamento de determinados tipos de mercadorias, deram origem a protestos por parte de carregadores contra capitães fretadores ou dos próprios capitães contra os estivadores dos navios. Assim aconteceu, em Maio de 1794, com o correspondente no Porto de um mercador londrino que, tendo reservado lugar para 30 pipas de vinho no porão do navio inglês “Cambraya”, apenas pôde carregar 10, isto depois do estivador ter assegurado ao capitão que “*sem duvida, podia no seu navio recebe las todas [as 30 pipas], pois lhe cabião, e ainda mais huma ou duas*”<sup>41</sup>.

O facto da documentação prever este tipo de situações não significava, porém, um acréscimo de segurança, tranquilidade e confiança na recuperação do investimento, para além daquilo que os próprios condicionalismos da vida no mar permitiam. Existia sempre uma dose de incerteza: situações mais ou menos imprevisas e inesperadas, acasos, fatalidades. Porventura essa dose de incerteza justificaria a necessidade de vincular certas condições do contrato de fretamento ao factor religioso. Com efeito, em pelo menos 48% das escrituras realizadas, entre 1750 e 1799, não foi esquecida a menção ou a justificação a Deus, sendo esta uma tendência acentuada em tempos de maior insegurança, como foi a década de 90.<sup>42</sup> Salvaguardando-se, pelo menos interiormente, da imprevisibilidade dos elementos que condicionavam o sucesso ou o fracasso das viagens no mar, o fretador obrigava-se a “*fazer uma fiel entrega da carga, levando Deus a bom salvamento*”<sup>43</sup> o navio.

### *O preço do frete e os prazos*

Se existia elemento raramente esquecido num contrato de fretamento, esse era com certeza o preço do frete<sup>44</sup>. Não nos vamos demorar, por ora, nesta questão. Convém saber, no entanto, que os preços dos fretes dependiam, não só do tipo de mercadorias transportadas ou do porto a que se destinavam, como também do próprio cuidado com que o fretador assegurava o transporte e o acondicionamento da carga. Assim se justifica o facto de pelo menos 44% das escrituras incluírem, no preço do frete, o *chapéu*, a *primagem* ou o *regalo*, uma gratificação para o fretador capitão que, muitas vezes, cedia a própria câmara para o transporte de mercadorias. Pretendia-se, desta forma, evitar situações como a que aconteceu, em Maio de 1783, com a casa de comércio de Offley Campion & C.<sup>a</sup>, a qual acusou a tripulação do navio inglês “Três Irmãos” de ter roubado o vinho de 5 das 125 pipas que aí haviam sido carregadas “*bem atestadas e atanuadas*”.<sup>45</sup> Por

<sup>41</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 408, fl. 26 v. Escritura de protesto de 24 de Maio de 1794.

<sup>42</sup> De facto, a partir de 1793, data da eclosão do conflito contra a França revolucionária, a frota mercante portuguesa experimentava um momento de maior inquietação, alimentado pelas constantes notícias de embarcações caídas às mãos de corsários franceses. Assim o demonstra o número de apresamentos então ocorridos (28), quando na década anterior apenas foram referenciadas 7 capturas. (números extraídos da fonte notarial).

<sup>43</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 324, fl. 68. Escritura de fretamento de 7 de Abril de 1780.

<sup>44</sup> Geralmente satisfeito no último porto de descarga, logo que feita fiel entrega da carga pelo fretador.

<sup>45</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 349, fl. 16. Escritura de protesto.

outro lado, também o zelo e o cuidado com que os capitães asseguravam a navegação perante condições adversas eram recompensados, adicionando-se ao preço do frete o valor da *capa*<sup>46</sup> (correspondente a cerca de 5 a 10% do preço de frete).

Os prazos para as cargas e descargas e para a própria satisfação do frete constituíam condições igualmente assíduas. Ainda que, em algumas escrituras, o fretador declarasse não estipular dias para meter a carga a bordo ou para descarregar o navio, visto “*confiar que o fretador o [faria] no tempo proporcionado*”<sup>47</sup> ou “*com a maior brevidade*”<sup>48</sup>, a grande maioria dos contratos estabelecia não só os prazos (nos quais geralmente se exceptuavam dias *Feriados, Santos, Domingos, dias de chuva*<sup>49</sup> e *dias de cheia no Douro*<sup>50</sup>), como penas pecuniárias para os dias de demora. Os montantes não são muito esclarecedores: para a mesma época (finais da década de 80), para o mesmo tipo de carga (composto por fruta, azeite, vinho e cortiça) e para os mesmos destinos (portos de Inglaterra) foram estipuladas multas diárias de 4.800 réis, 6.400 réis, 7.200 réis e 12.000 réis. É de crer, portanto, que eram outras as condicionantes que actuavam sobre o valor das penas em caso de demora no cumprimento dos prazos. Possivelmente dependeriam do peso que a carga tinha na embarcação fretada, isto é, do número de carregadores a que o navio estava consignado. É que, se o carregador em falta fosse apenas um de vários afretadores do navio, o fretador, beneficiando da margem de lucro que lhe era garantida por uma clientela mais alargada, estipulava uma multa de baixo valor e poderia resolver a questão por sua iniciativa: seguir viagem, deixando em terra as mercadorias que não haviam sido carregadas em tempo conveniente<sup>51</sup>, uma solução que era exigida pelas próprias leis do comércio e da navegação, nomeadamente as que obrigavam os pavilhões a navegar em comboio<sup>52</sup>. Inversamente, convencionar-se-iam multas elevadas sempre que a hipótese de atraso por parte dos afretadores colocasse em risco ou inviabilizasse o negócio projectado pelos fretadores.

Mas não cabia apenas aos afretadores ou carregadores de navios o cumprimento de prazos. Também os proprietários ou capitães obedeciam a limites de tempo, não só para aprontar o navio com vista à recepção da carga (ou mesmo para a colocar a bordo), como também com vista à partida do navio, sendo que, a partir de 1782, alguns dos contratos

<sup>46</sup> Na navegação à vela, a capa é entendida como a manobra pela qual o navio, em ocasiões de mau tempo, é colocado com o menor número possível de velas, mas as necessárias para garantir o governo e suportar o embate do mar e a violência do vento.

<sup>47</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 340, fl. 78 v. Escritura de fretamento de 23 de Abril de 1782.

<sup>48</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 324, fl. 136. Escritura de fretamento de 6 de Maio de 1780.

<sup>49</sup> Tratam-se de expressões recorrentes nos contratos de fretamento.

<sup>50</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 421, fl. 1. Escritura de fretamento de 30 de Outubro de 1797.

<sup>51</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 425, fls. 8-9. Assim fizeram os proprietários da galeota portuguesa “Bons Amigos”, partindo para Waterford e Dublin sem as 188 pipas de vinho de José Fernandes da Silva e da C.ª João Lopes Ferraz & Filho & Correia reclamando, porém, o respectivo frete, assim como os prejuízos que daí pudessem resultar.

<sup>52</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 405, fl. 82. A este respeito, são várias as notícias de capitães de navios que deixavam em terra as mercadorias que não tivessem sido carregadas no tempo previsto para poderem viajar com acompanhamento de comboio, uma das formas tradicionais de protecção aos navios mercantes numa época em que as guerras, o corso e a pirataria constituíam os grandes perigos da navegação.

de fretamento estabelecem idênticas sanções pecuniárias para possíveis atrasos e demoras por parte destes. Para os comerciantes, os atrasos que tinham a ver com os navios eram particularmente melindrosos, na medida em que se perdiam oportunidades de negócio e de venda das mercadorias como denunciava, em 24 de Maio de 1794, o afamado comerciante António da Cunha Guimarães ao queixar-se do capitão Joseph Maughon que, tendo-se demorado no porto de Lynn, o fizera “*experimentar hum grave prejuizo na venda della [fazenda] o que não sucederia se elle a recebesse a seu bordo e continuasse a sua viagem no tempo destinado*”.<sup>53</sup>

Ainda assim, as normas da navegação pareciam ser mais complacentes com as leis do mar do que com as leis do comércio, visto que os capitães de navios beneficiavam de um certo espaço de manobra que facilmente se depreende de condições que os obrigavam somente “*a partir na primeira ocasião que Deus [desse] de bom tempo e mar*”<sup>54</sup>. Como seria de esperar, os usos e costumes da navegação salvaguardavam os interesses dos navios também em alto mar. Em situações mais ou menos trágicas, como naufrágios ou outro tipo de acidentes decorrentes de tempestades (nos quais se perdiam ou danificavam as mercadorias), os procedimentos legais apenas ordenavam que, no porto mais próximo ao local do desastre, fosse arrematada em hasta pública a parte da carga que havia escapado (bem como o que restara da embarcação)<sup>55</sup> ou, se o negócio o permitisse, que se fretasse outro navio<sup>56</sup>, reclamando-se dos seguradores os reembolsos devidos.

Embora os condicionalismos naturais fossem um justo motivo para o não cumprimento, por parte dos homens marítimos, de certos prazos e rotas, nem sempre tal justificação seria bem aceite pelos homens de negócios, para os quais atrasos eram sinónimo de prejuízos. Bem conscientes dessa realidade e após terem sido atingidos, em 29 de Março de 1780, por “*hum grande temporal de vento norte com mar muito alto que os arolou para a altura da barra desta cidade [Porto], sem poderem montar a do seu destino que he a da dita vila de Vianna por cujos motivos se vio precizado e outras mais embarcaõins que seguiuõ o mesmo rumo a aribar e entrar na barra deste porto a esperar bonança de tempo*”, o que os impediu de cumprir, no tempo devido, a entrega da carga que transportavam, o mestre e marinheiros do hiate “O Bom Jesus de Fão e a Senhora da Lapa”, optaram por uma solução que no mínimo primava pela originalidade: não tendo a quem atribuir as culpas pelos “*imprevistos da natureza*” e salvaguardando-se de possíveis reclamações por parte dos donos das mercadorias, dirigiram-se ao notário e fizeram lançar em nota um “*protesto contra o Mar e Ruim Tempo*”.<sup>57</sup>

Uma outra questão, relacionada com a necessidade de se estabelecerem limites de tempo para as diferentes operações da lide marítima, prendia-se com as próprias características da navegação e do comércio na segunda metade do século XVIII. Como

<sup>53</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 371, fls. 91-91v. Escritura de protesto de 24 de Março de 1787.

<sup>54</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 387, fl. 104. Escritura de fretamento de 28 de Janeiro de 1790.

<sup>55</sup> A documentação notarial confirma que este era o procedimento mais usual numa situação de naufrágio.

<sup>56</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 414, fl. 68 v. Escritura de protesto de 28 de Abril de 1796.

<sup>57</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 324, fl. 52. Escritura de protesto de 29 de Março de 1780.

atrás se disse, os capitães mercantes eram obrigados a obedecer ao tempo, pelo simples motivo de não poderem perder o comboio ou a frota sob a qual garantiriam a protecção durante as viagens ou, pelo menos, fariam diminuir os riscos de eventuais ataques corsários. Esta condição era tanto mais verdadeira quanto mais nos reportamos aos anos de 1753 a 1765, altura em que foi oficialmente instituído o sistema tradicional de comboios que vinha dos finais do século XVI, ou ao período de Maio de 1797 a 1801, quando foi retomado.<sup>58</sup> Em Portugal, a navegação em comboio tinha como objectivo principal proteger os navios mercantes que viajavam entre a metrópole e o Brasil, sendo quase forçoso apelidar este sistema de “Frotas do Brasil”.<sup>59</sup> Todavia, também a este nível era possível encontrar a dualidade entre as leis do mar e as leis do comércio. Se, por um lado, tinha evidentes vantagens no que respeitava à segurança dos navios e das mercadorias embarcadas (o que interessava sobretudo aos capitães dos navios), por outro, tinha o grave inconveniente de concentrar num mesmo porto da costa do Brasil uma grande quantidade de mercadorias de géneros semelhantes, sujeita à deterioração ou à diminuição do seu valor comercial (o que desagradava aos comerciantes), pelo que, sempre que possível e sempre que a segurança no mar estava relativamente garantida, os comerciantes optavam por trabalhar com partidas regulares de produtos e libertas da supervisão do comandante de um comboio.

Assim o fez, em Outubro de 1793, José da Cruz (negociante de vinhos e de outros produtos nacionais), ao obrigar o capitão da chalupa portuguesa “Boa Fortuna” a seguir uma *viagem por redondo* a Dublin e Cork sem o acompanhamento do comboio.<sup>60</sup> Em Março de 1794, era a vez do cônsul de Hamburgo emitir uma circular, pela qual autorizava a partida livre de navios com destino àquela cidade, uma vez que “*o comboyo não podia partir antes do dia vinte de Março corrente de Lisboa, e talvez poderia ainda ocorrer enbarço, e haver certeza de não haverem argelinos no mar*”.<sup>61</sup>

Os interesses comerciais sobrepunham-se, pois, às questões de segurança e a explicação facilmente se deprende de uma carta enviada, em 26 de Fevereiro de 1753, pelo correspondente no Brasil de um comerciante da cidade do Porto:

*“Senhor (...) com a chegada dos navios do esquadraõ destas que nesta [cidade da Baía] se recolheram, [recebi] as carregaçõins e conhecimentos das pipas de vinho e bacalhao que vossa merce por via do amigo cappitam Pedro Martins Gonçalves me fez merce consignar nos navios Monte do Carmo e Asumpçam, as quais recebi e despachei e vendi três pipas de oito mil reis quintal e as outras sete por me nam por a risco de as vender por preço de seis mil e quatro centos reis como se vendeo monta da que veyo na frota que logo cahio sobre nos (...) as remeti para o Rio de Janeiro, a entregar a Manoel Fernandes Machado, conforme as ordens de vossa merce e deste porto sahirão na corveta Comseipçam e Almas em quinze do paçado e tenho noticia certa que, com dez dias de viagem, chegou*

<sup>58</sup> JÚNIOR, 2002: 136-139.

<sup>59</sup> JÚNIOR, 2002: 136-139.

<sup>60</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 404, fl. 121. Escritura de fretamento de 21 de Outubro de 1793.

<sup>61</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 406, fl. 54. Documento lançado em nota em 15 de Março de 1794.

*ao Rio a salvamento, supponho se venderia muito bem, por estar aquela praça exsaosta delle (...). Aos vinhos só tenho vendido duas pipas (...), huma por quarenta e oito mil reis, outra a quarenta e sinco mil reis e está este género com tal empate que de nenhua forma se lhe pode dar sabida. António de Souza Lima já esta vendendo a quarenta mil reis e de todo tem perdido este negocio porque absolutamente vende por todo o preço. Eu não tenho animo para vender logo com perjuizo conhecido. Tenho procurado todos os meynos da sua sabida the que por ultimo os mandei aquartilhar a seiscentos e quarenta reis canada, asim branco como tinto, porem, já temos quem os venda a coatrocentos e oitenta reis e finalmente não sei onde isto ha de dar vinda para mais perdiçam alguns que tem vindo do Rio de Janeiro nos navios de transporte. Eu, o que poço segurar a vossa merce, he que por falta de deligencia nam ham de ter em parte o mais Deos lhe ponha a ver tudo”.*

António Pinto de Carvalho (1753)<sup>62</sup>

### *Os documentos necessários a bordo e as cláusulas conjunturais*

A carta de fretamento era apenas um dos vários documentos que os capitães dos navios mercantes portugueses se deviam fazer acompanhar durante as suas viagens. Os próprios contratos comprovavam a necessidade de outros papéis que facilmente se depreendem da expressão assídua “*e elle fretado obriga se a dar o navio pronto com todos os documentos e despachos competentes*”. Para além da certidão de saída, emitida pelos oficiais da mesa do consulado; do livro de carga do navio; do conhecimento de carga (no qual se mencionavam os carregadores, o destinatário e o porto de destino); do despacho do navio do último porto em que tocara ou, mesmo, do diário náutico e dos livros de derrotas de piloto (que deviam encontrar-se devidamente preenchidos)<sup>63</sup>, o evoluir da cena política internacional tornou necessário outro tipo de documentação e originou cláusulas de carácter conjuntural.

Assim, a partir de 1780, senão antes, os capitães fretadores obrigavam-se “*a não levar mercadorias de pessoas da nação britanica ou de qualquer nação*”<sup>64</sup>, condição que, nas escrituras seguintes, se tornou mais precisa ao proibir-se o transporte de “*fazendas (...), cartas ou papeis de pessoas que [fizessem] figura nas presentes guerras*” ou simplesmente de mercadorias de pessoas que não os afretadores “*a fim de se evitar embaraços com as potencias beligerantes*”<sup>65</sup>. Ora, este tipo de condições, obviamente relacionadas com a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (1775-1783), eram indício de uma conjuntura internacional extremamente delicada, sobretudo no que dizia respeito às relações comerciais, numa época em que teoricamente a liberdade dos mares era um “*princípio estabelecido no direito internacional e reconhecido por todos*”<sup>66</sup>. Por conseguinte,

<sup>62</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 218, fls. 248 v.-249. Carta lançada em nota em 6 de Julho de 1754.

<sup>63</sup> JÚNIOR, 2002: 132.

<sup>64</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 325, fl. 17. Escritura de fretamento de Junho de 1780.

<sup>65</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 327, fl. 11 v. Escritura de fretamento de Agosto de 1780.

<sup>66</sup> CASTRO, 1998: 83.

nações como Portugal adoptavam mecanismos destinados a proteger o quanto possível a sua navegação e comércio marítimo, os quais, partindo do princípio fundamental de conservar a neutralidade face às forças em conflito, produziam os seus reflexos também ao nível da documentação privada.

A partir de então, quase todas as escrituras faziam referência à necessidade de passaporte régio o qual, emitido pela Secretaria de Estado da Marinha, tinha como objectivo provar que o navio, o capitão e pelo menos dois terços da tripulação eram *legítimos portugueses* e, com isto, evitar “*serem afrontados pelos corsarios*”<sup>67</sup>. Na verdade, algumas escrituras de 1782 elucidam-nos sobre o que era necessário à obtenção de um passaporte. Para inscreverem um navio na navegação do porto, Manuel de Sousa Pinto e filho passaram uma procuração a um corretor de Lisboa a fim de que este pudesse “*jurar, tanto em sua alma como na do dito seu filho (...) em como a corveta Boa Esperança (...) he propria do dito Thimoteo de Souza Pinto, que a comprou na ilha de Garnizey para a navegar por sua conta e risco para os portos estrangeyros sem haver nella interessado algum das naçoens belegerantes, cujo juramento poderá dar em qualquer tribunal competente afim de que se lhe passe passaporte real para a dita corveta poder livremente viajar debaixo da bandeyra de Sua Magestade Fidelissima, como propria da nação do dito proprietário*”<sup>68</sup>. A mesma iniciativa foi tomada pelos proprietários do bergantim “Nossa Senhora do Amparo e Almas” ao enviarem, à Corte de Lisboa, João da Costa Vale com o objectivo de “*jurar em suas almas, qualquer licito juramento, perante qualquer dos tribunais de Sua Magestade Fidelissima, aonde lhe for requerido afim de mostrarem em como são seus vassalos e negociantes portuguezes, antigos e reputados de boa fé nesta mesma cidade e como tais que tem meyos para comprarem navios e os fazerem navegar (...) para onde se lhes oferecerem viagens, debaixo da bandeira e passaporte desta Coroa de Portugal*”.<sup>69</sup> O facto de muitas das embarcações que navegavam no Porto terem sido compradas no estrangeiro, nomeadamente a cidadãos das potências beligerantes, mostrava a necessidade dos seus proprietários serem obrigados a exhibir ainda a carta de venda sem qual não podiam obter o passaporte português.

A garantia de que estes requisitos eram rigorosamente cumpridos explica, portanto, o facto de, logo na abertura de alguns dos primeiros contratos da década de 80, se encontrar uma expressão que indicava que o fretamento estava “*na forma das instrucçoens da Raynha Nossa Senhora e expedidas pella Junta do Commercio deste Reyno, na data de oito do mes de Mayo do anno immediato de mil setecentos e oitenta e hum, sobre como se deveriam regular os vassalos desta Coroa no seu commercio maritimo*”.<sup>70</sup>

Também os contrabandos tinham um carácter conjuntural. Uma das primeiras medidas do governo de Pombal no sentido de proteger o comércio português em geral e o colonial em particular fora, aliás, a tentativa de repressão do contrabando de açúcar e tabaco prevista no “Regimento de 2 de Janeiro de 1756” e no “Alvará de 14 de Novembro

<sup>67</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 326, fl. 44 v. Escritura de fretamento de Julho de 1780.

<sup>68</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 339, fl. 91. Escritura de procuração de 10 de Março de 1782.

<sup>69</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 340, fl. 67 v. Escritura de procuração de 19 de Abril de 1782.

<sup>70</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 343, fl. 131. Escritura de fretamento de 13 de Setembro de 1782.

de 1757”, no qual o contrabandista era definido como a “*abjecção e o desprezo de todas as nações civilizadas, como inimigo comum do Erário Real, da Pátria e do Bem Público dela*”<sup>71</sup>.

Numa fase de guerra, porém, a noção de contrabando ganhava outro significado, sendo um pretexto para as nações em conflito perturbarem constantemente o comércio dos países neutrais. Relembre-se os procedimentos adoptados pela Inglaterra durante a Guerra da Independência dos E.U.A., a qual, estendendo a noção de contrabando de guerra a todos os materiais utilizados na construção naval e também aos cereais, assumiu direitos de visita e apresamento inaceitáveis para as frotas mercantes neutrais (direitos rapidamente reclamados pelos seus inimigos espanhóis). Ora, estas tinham de minimizar os riscos de apresamento o que, nos contratos de fretamento, começa a ser visível no surgir de uma nova cláusula a partir de 1781, a de proibir o transporte de contrabandos, entendidos também como “*as mercadorias de nações beligerantes não permitidas pelos tratados de neutralidade*”<sup>72</sup>. Ora, desaparecida em Julho de 1782 (alguns meses antes do final da guerra), esta cláusula de neutralidade só tornou a marcar presença numa escritura de fretamento, datada de 13 de Dezembro de 1797, ou seja, pouco tempo depois da assinatura do prematuro e breve Tratado de Paz entre Portugal e a França (em Agosto desse ano). Curioso foi igualmente verificar o constante aproveitamento da noção de contrabando por parte da Espanha para perturbar a navegação portuguesa, aliada do tradicional inimigo inglês. A título de exemplo, refira-se o embargo, em 1791, de duas embarcações portuguesas pela Real Fazenda de Sua Majestade Católica por causa de “*um insignificante pezo de tabaco*”.<sup>74</sup>

Desta forma, a noção de contrabando ganhou, na segunda metade do século XVIII, múltiplos significados, oscilando ao sabor da conjuntura internacional e evidenciando a iniciativa portuguesa em conservar sempre que possível a neutralidade em relação aos conflitos europeus, ainda que afirmando o primado da aliança inglesa, no intuito de defender o seu império colonial.

Como se pode constatar, a navegação nunca foi vista, na segunda metade de Setecentos, como uma tarefa fácil. Muito pelo contrário. Para além dos condicionalismos naturais a que estava sujeita, teve que suportar as pressões do contexto político e económico que a rodeava. Conscientes da imprevisibilidade dos elementos e da falta de imunidade do comércio nos conflitos internacionais, os marítimos da década de 80 sintetizavam numa expressão do contrato de fretamento os perigos e contratempos que corriam na sua actividade: “*os riscos do mar, retenções dos príncipes, potentados, piratas e mais riscos ocasionais*”.<sup>75</sup>

<sup>71</sup> MACEDO, 1989: 58-59.

<sup>72</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 341, fl. 66. Escritura de fretamento de Junho de 1782.

<sup>73</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 420, fl. 109.

<sup>74</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 395, fl. 62. Procuração lançada em nota em 5 de Setembro de 1791; A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 396, fl. 40. Procuração lançada em nota em 17 de Novembro de 1791.

<sup>75</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 342, fl. 81 v. A condição de “*levar a bom salvamento toda a carga, exceptuando (...) os riscos de mar, retenções dos príncipes, potentados, piratas e mais riscos ocasionais*” garantia aos capitães fretados a não responsabilização por eventuais perdas causadas por este tipo de situações.



#### 4. A presença estrangeira

Se, para caracterizar o Porto da segunda metade do século XVIII, não possuíssimos outras informações que não as do notário das *Cangostas*, uma primeira imagem impor-se-ia diante dos nossos olhos: a imagem de uma cidade com *um centro* - o Douro - e *um ponto de fuga* - o Mar, tal era a importância dos dois elementos na vida económica desta praça que, diariamente, recebia estrangeiros de várias nacionalidades, para além daqueles que entretanto se estabeleciam e naturalizavam no país, os quais, movimentando-se em locais próprios (o cais, os ancoradouros, a alfândega, os armazéns, as casas de comércio...), procuravam com alguma frequência os serviços de um notário de modo a regularizar as suas actividades e negócios.

Sem querer assumir a imagem de cosmopolitismo e de vigor comercial como a única face do Porto Setecentista, a verdade é que nela se alicerçava boa parte da sua fisionomia económica, social e cultural, aliás, traçada bem cedo. Mercadores e homens marítimos estrangeiros foram, desde sempre, bem acolhidos pelos poderes públicos em Portugal, tendo-se assinalado precocemente a presença de ingleses, flamengos, alemães, galegos, biscainhos, aragoneses, catalães, franceses, italianos e outros das partes mediterrânicas e setentrionais, aos quais eram concedidos privilégios que visavam garantir a presença individual de cada um e, por vezes, de cada companhia, a fim de que pudessem frequentar sem risco e com lucro, os portos portugueses.<sup>76</sup>

De seguida, procuraremos perceber em que moldes se configurou esta forte presença estrangeira na segunda metade do século XVIII. Analisando-a a dois níveis: nacionalidade das embarcações chegadas à barra do Douro e nacionalidade dos comerciantes estabelecidos na cidade, procuraremos lançar algumas pistas nesse sentido.

##### *Os navios estrangeiros no Porto*

Grande pólo do comércio português, apenas ultrapassado pela capital do Reino, a cidade do Porto atraía anualmente várias dezenas de embarcações estrangeiras. As suas tripulações, oriundas de diversas culturas e falantes de diversos idiomas, contribuía, não só para uma imagem de grande cosmopolitismo, mas também para o vigor comercial da praça portuense. Aliás, podemos mesmo afirmar que o dinamismo económico do Porto dependia fundamentalmente da regularidade com que os navios de outras paragens a visitavam.

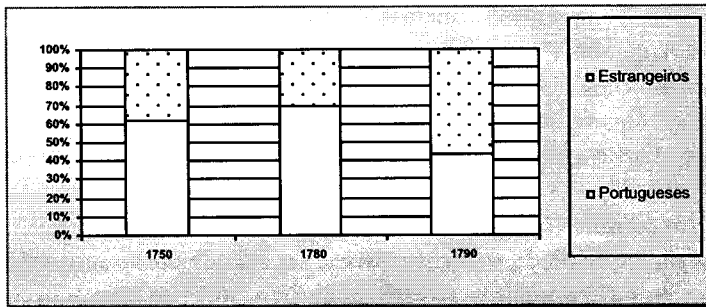
Partindo de uma amostra de 756 embarcações e, optando por não analisar as décadas de 60 e 70, fruto da inexistência de dados minimamente representativos, o seguinte gráfico parece estar em condições de evidenciar a importância assumida pelas embarcações estrangeiras.<sup>77</sup> Nos três períodos em questão, a presença estrangeira distribuía-se da seguinte forma:

<sup>76</sup> RAU, 1968: 131-132.

<sup>77</sup> Leitura sempre condicionada pelo facto de estarmos a lidar com uma amostra e tendo em conta a aleatoriedade do registo.

Gráfico 2

Presença estrangeira na barra do Porto nas décadas de 50, 80 e 90



Nunca abaixo dos 30% e assumindo, na década de 90, uma quota superior a 50% das embarcações chegadas ao Porto, a importância do afluxo de embarcações estrangeiras é inegável. Não se podendo apenas atribuí-la à importância de alguns dos produtos portugueses (oriundos da metrópole ou coloniais) nos mercados externos, nem sequer à contínua necessidade de importação de bens essenciais à sobrevivência económica do país, alguns autores chamaram a atenção para o facto da marinha mercante portuguesa ter sido sempre insuficiente para manter as diversas correntes comerciais, restringindo-se à cabotagem dos portos nacionais, tráfego esse em que ainda cooperava a marinha inglesa<sup>78</sup>.

Assim, a fonte notarial dá-nos a conhecer o fretamento de embarcações estrangeiras como prática comum dos homens de negócios do Porto com vista à manutenção das rotas comerciais nas quais assumiam o papel de exportadores ou de intermediários.

Várias condicionantes explicam essa situação. A primeira prender-se-ia, como referido, com a escassez crónica de meios navais capazes de assegurar um funcionamento regular dos tráfegos marítimos. A própria Monarquia se viu, em diversas ocasiões, obrigada a recorrer ao fretamento de navios, sobretudo para o transporte de tropas e de equipamentos militares. Na década de 70, durante os conflitos que opuseram Portugal e Espanha em torno da Colónia do Sacramento e da Ilha de Santa Catarina, vários navios de comerciantes do Porto, que se encontravam ancorados no Rio de Janeiro, foram tomados em «*real serviço*» com o objectivo de transportar tropas para os locais onde tinham lugar as hostilidades. Na década de 80, os proprietários desses mesmos navios ainda reclamavam do Erário Régio o importe dos fretes vencidos durante essas viagens e, em alguns casos, o produto da venda das embarcações, uma vez que algumas haviam sido integradas na Armada Real<sup>79</sup>. No tempo de D. Maria I eram fretados navios inscritos na navegação do Porto para o transporte, não só de tropas<sup>80</sup> como de peças de artilharia,<sup>81</sup> munições de

<sup>78</sup> AZEVEDO, 1988: 430-431.

<sup>79</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 325, fl. 96 v., lv. 327, fls. 9 v., 31 e 34. Referentes a várias escrituras de procuração datadas de 1780.

<sup>80</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 344, fl. 38. O capitão do navio “São José e São Boa Ventura” transportara, em 1779, tropas de Sua Majestade do Rio de Janeiro para Pernambuco.

<sup>81</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 223, fl. 14 v. António da Costa de Azevedo reclamava, em 11 de Agosto de 1756, o frete de 10 peças de artilharia que transportara de Lisboa ao Porto por ordem de Sua Majestade.

guerra,<sup>82</sup> barris de pólvora,<sup>83</sup> fardas militares<sup>84</sup> ou mesmo correspondência.<sup>85</sup> Da mesma forma, em 1793, a Real Mesa Censória parece não ter tido outro meio para o transporte de livros proibidos a não ser fretar um hiate ancorado no Douro que, pela mesma ocasião, entregava, no Armazém Provincial das Tropas do Norte, 21 fardamentos militares, os quais haviam sido carregados no porto de Lisboa.<sup>86</sup>

Se, para a Monarquia, o fretamento de uma embarcação particular era um dos meios possíveis face à indisponibilidade ou ao insuficiente número de naus de guerra existentes (o que teria um carácter estrutural, podendo este ser acentuado ou não pelo conjuntural dos conflitos em que o país se encontrava envolvido), na perspectiva de um homem de negócios de praça, é forçoso questionar até que ponto seria viável assumir os encargos dos fretes e dos seguros necessários ao transporte de mercadorias, ao invés de ele próprio arcar com as despesas de manutenção de um navio.

Na verdade, a segurança da navegação marítima nos tempos da vela era muito condicionada pela falta de apoios, tais como a farolagem, ou a falta de abrigos seguros.<sup>87</sup> As *letras de risco* lançadas em nota por vários comerciantes portuenses mencionam alguns dos perigos da navegação - “*riscos de mar, fogo, inimigos, corsarios e falsos amigos*”<sup>88</sup> - para não esquecer os riscos de naufrágio, não só em alto mar, como também nas entradas e saídas de algumas das barras portuguesas, como a do Douro onde, por diversas ocasiões, se perderam embarcações e mercadorias as quais, nem a rápida intervenção dos experimentados pilotos da barra pôde salvar.<sup>89</sup> Para suportar estas dificuldades, os negociantes portuenses teriam duas estratégias: a aquisição de embarcações em sociedade, através da qual vários interessados repartiam os investimentos, as despesas, os lucros e as perdas ou simplesmente o fretamento de um navio. Esta última parece ter sido, na verdade, a estratégia, senão com maiores possibilidades de lucro, pelo menos com menores riscos de prejuízo, uma vez que, da análise de cerca de 400 escrituras de fretamento, transparece a ideia de que muitos dos antigos *senhorios de navio* teriam optado, ao fim de algum tempo, por fretarem navios de outros proprietários, fossem estrangeiros ou mesmo portugueses.<sup>90</sup> Os próprios comerciantes estrangeiros estabelecidos no Porto e envolvidos em

<sup>82</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 329, fl. 73. O navio “São João Evangelista e Santo António” transportara de Lisboa para o Porto munições de guerra, cujo frete importara em 225.400 réis.

<sup>83</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 369, fl. 54. Em 7 de Outubro de 1786, Manuel António da Fonseca, mestre da escuna “Nossa Senhora das Dores”, pretendia receber da Tesouraria Geral das Tropas do Porto, o frete de 200 barris de pólvora.

<sup>84</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 334, fl. 32. Diz respeito a 142 fardamentos militares conduzidos de Lisboa ao Porto pelo bergantim “São Francisco”, em 1781.

<sup>85</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 428, fl. 60. Em 1799, Joaquim de Sousa Lobo, mestre de um navio que se encontrava ancorado no porto de Gibraltar, foi obrigado a partir em lastro, em direcção a Lisboa, a fim de transportar as cartas do Marquês de Nisa para o Príncipe Regente.

<sup>86</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 401, fl. 96. Escritura de procuração de 4 de Março de 1793.

<sup>87</sup> JÚNIOR, 2002: 108-109.

<sup>88</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 212, fl. 245 v. Letra de risco lançada em nota em 9 de Setembro de 1751.

<sup>89</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 354, fl. 91. As lobeiras de Gaia, onde, em 1784, naufragou o navio hamburguês “Frederico Guilherme”, parecem ter sido um dos locais mais fadados para este tipo de ocorrências.

<sup>90</sup> Entre outros casos, cite-se José da Costa Genovês, cuja primeira referência em contratos de fretamento data de 7 de Abril de 1780, documento em que aparecia como procurador do pai, João da Costa Genovês (proprietário do bergantim “São José e São João”), sendo que, em 1782, optara por fretar navios apesar de possuir embarcação própria.

operações de fretamento quase sempre são mencionados como afretadores e não como fretadores, ou seja, praticamente não eram proprietários de navios.<sup>91</sup>

Uma segunda condicionante poderá estar relacionada com a preponderância marítima inglesa. A costa portuguesa era um dos vários pontos de apoio na Europa Continental, sendo em grande número as embarcações britânicas que regularmente arribavam ao Douro. Consolidada com o Tratado de Methuen, a aliança com a Inglaterra era vantajosa para Portugal no que respeitava à exportação de vinhos, mas extremamente perigosa no que dizia respeito à navegação. Se, por um lado, existia a confiança no aliado britânico enquanto consumidor deste produto, cujo peso era significativo na balança comercial portuguesa, por outro lado era penosa a certeza de que uma parte importante do valor das exportações para Inglaterra se perdia pelo facto dos portugueses não poderem assumir a totalidade, ou pelo menos uma maior fatia, do transporte dos seus próprios produtos. É que, em Inglaterra, o imposto de tonelagem exigido aos portugueses era o triplo do que era pago pelos ingleses, bem como os vinhos transportados em navios de bandeira portuguesa eram onerados com 15% de direitos. Além disso, aos navios portugueses não era assegurada carga para a viagem de retorno, o que não acontecia com os navios ingleses, os quais asseguravam, antecipadamente, o torna-viagem através da compra dos produtos portugueses por parte da sua feitoria.<sup>92</sup> Em 1758, a criação de um imposto de tonelagem em Portugal, procurou, a par de outras medidas, contornar esta desigualdade, mas tal esforço tinha igualmente de se debater com algo que já ultrapassava em muito as barreiras institucionais e fiscais, centrando-se ao nível das mentalidades. Os ingleses arrogavam a supremacia da navegação britânica em relação à portuguesa. Na verdade, em 1783, um piloto e dois capitães portugueses protagonizaram, em Vigo, um desses momentos que se pode qualificar de humilhante para a classe marítima portuguesa. A propósito da avaria do navio britânico “Achilles”, que se preparava para carregar uma partida de artilharia grossa, os marítimos portugueses teriam dito ao comandante inglês “*que obrava muito mal em carrega lo com aquella referida artilharia, pois o que devia fazer era manda lo primeyro aliviar para o encalhar a seu salvo, ensinando lhe o modo como o devião executar que era meter lhe pipas por baixo da popa*”. Depois de ouvir o parecer dos portugueses, o capitão inglês respondeu simplesmente “*que os portuguezes não eram capazes de ensinar aos inglezes a manobrar nem a dar lhes conselhos e que o seu intento era muito diverso do que elles pensavão*”.<sup>93</sup>

Uma terceira condicionante obedeceu ao facto dos negociantes portugueses terem possuído o monopólio do comércio com o Brasil, o que os levava a empregar esforços nessa direcção e não tanto a tentar conquistar os tráfegos do Norte, onde, aliás, o crescimento das frotas desses países tornava praticamente impossível tal tentativa. Assim, não

<sup>91</sup> Entre outros casos, cite-se Daniel Bull, negociante holandês estabelecido no Porto pelo menos desde 1771, o qual é mencionado como fretador em 28 de Maio de 1781. Em todas as outras escrituras surge como afretador de navios, a última das quais em 1797.

<sup>92</sup> JÚNIOR, 2002: 107 e 133.

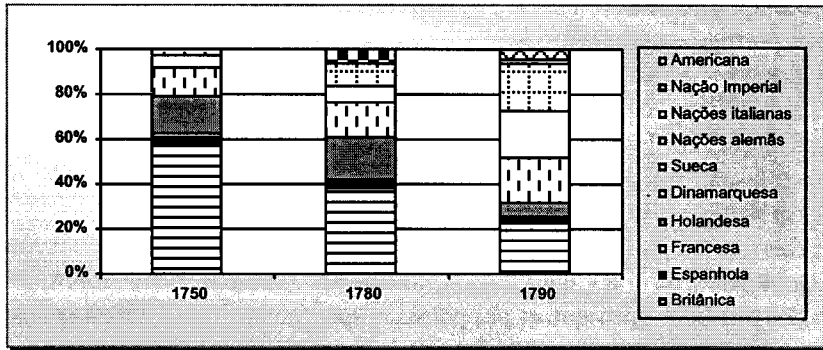
<sup>93</sup> A.D.P., S.N., PO 4º, 1ª S., lv. 351, fl. 120. Depoimento de 15 de Outubro de 1783.

só navios ingleses, mas também dinamarqueses, suecos, holandeses, etc., encarregavam-se das exportações nacionais para os mercados europeus, exportações tão necessárias para equilibrar a balança comercial portuguesa.

Enquadrada a forte presença estrangeira registada na barra do Douro, importa perceber, em moldes gerais, qual o contributo de cada país nesse sentido.

Gráfico 3

Nacionalidade dos navios estrangeiros entrados na barra do Porto nas décadas de 50, 80 e 90<sup>94</sup>



O gráfico evidencia duas linhas de força. Por um lado, a perda de importância das embarcações britânicas e holandesas ao longo da segunda metade do século XVIII. Por outro, a ascensão das frotas mercantes de países como a Dinamarca, Suécia, bem como das nações alemãs (representadas maioritariamente por navios oriundos da cidade de Hamburgo, da Prússia e da *nação bremesa*, está última mencionada num contrato de fretamento para uma viagem a Filadélfia em 1797). Linhas de força que atingem o seu auge na última década do século XVIII, mas cujo processo remonta a meados do século e terá tido um dos seus primeiros clímaxes com a Guerra da Independência dos E.U.A. (1775-1783). De facto, o referido conflito dificultou a acção dos usuais transportadores britânicos<sup>95</sup> e holandeses, deixando campo aberto para uma maior intervenção não só dos navios nacionais, como aliás já vimos, mas também daqueles oriundos de nações que se encontravam neutras e igualmente interessadas em não perder as oportunidades que o contexto internacional sugeria. A formação da Liga da Neutralidade Armada (à qual Portugal se junta em 24 de Julho de 1782) pode ser considerada, a par de uma resposta agressiva ao tratamento dado pelas marinhas em guerra, como a materialização desses mesmos interesses.

<sup>94</sup> A realização deste gráfico baseou-se na recolha e, quando possível, no cruzamento de várias informações: nacionalidade da bandeira; praça de origem; nacionalidade do capitão e proprietários, nome da embarcação e viagens efectuadas.

<sup>95</sup> ESPINOSA, 1972: 317-318. Segundo os dados dos *Livros para a Visita das Naus*, no período das lutas pela independência da América, o número de navios ingleses entrados no Douro diminuiu cerca de 50%.

Terminada a guerra, os transportadores ingleses puderam recuperar parte da posição entretanto perdida, mas nunca afastar a presença significativa das nações atrás referidas, não só interessadas nos produtos de exportação (directa ou indirecta) portuguesa, mas também motivadas pelos benefícios do transporte dessas mesmas mercadorias, transporte em que, como vimos, Portugal sempre foi deficiente. Não conseguiram igualmente evitar um afastamento de Portugal no sentido da diversificação dos parceiros comerciais, jogando o império russo papel fundamental nessa acção, evocado não só na participação na Liga da Neutralidade Armada, mas também, e sobretudo, na assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 1787. Mas não apenas a Rússia contribuiu para uma maior diversificação dos parceiros comerciais de Portugal. Não podemos esquecer a entrada em cena da recém independente nação americana, expressa num avolumar da chegada dos seus navios às barras nacionais.<sup>96</sup>

Todavia, se bem que importante, esse acontecimento de curta duração não pode esconder uma outra realidade, essa sim que terá tido a maior influência no sentido da diminuição de navios britânicos chegados ao Douro. Referimo-nos concretamente a escassez de ouro vindo do Brasil e consequente diminuição das importações chegadas de Inglaterra. De facto, a diminuição do ouro brasileiro a partir e ao longo da segunda metade do século XVIII reflectiu-se numa queda das importações britânicas no mesmo período temporal e esta numa diminuição de navios britânicos chegados a Portugal.<sup>97</sup>

Menos significativa é a afluência de navios das nações italianas (estes de Génova, Veneza e Ragusa), francesa e espanhola. Dois factores para essa diminuta frequência. Por um lado, o menor interesse nos produtos metropolitanos de exportação nacional (tipicamente mediterrânicos) relativamente aos países do Norte da Europa (mais visível no caso *italiano*); por outro, as naturais interferências dos factores políticos na navegação e no comércio (mais visível no caso francês e espanhol<sup>98</sup>). De facto, se os conflitos da segunda metade do século XVIII teriam tido alguma influência na diminuição dos navios ingleses, justificaram sobretudo a incipiente presença dos franceses e dos espanhóis (estes últimos quase sempre provenientes dos portos da Galiza) ao longo do referido período<sup>99</sup> (mesmo que a regra seja a de que os interesses dos comerciantes particulares não coincidam exactamente com os interesses do estado a que pertencem).

---

<sup>96</sup> Em 15 de Fevereiro de 1783, Portugal revoga a proibição de entrada de navios americanos, como que reconhecendo oficialmente a existência de uma nova entidade política e comercial na cena internacional.

<sup>97</sup> Este processo verificou-se igualmente na presença de navios ingleses no porto de Lisboa. No século XVIII, aquela nacionalidade foi a dominante entre os navios ancorados no Tejo e, em alguns anos, correspondeu a mais de 70% de todo o movimento portuário. Entretanto, a partir de 1770 verifica-se o declínio, e dez anos depois a presença inglesa correspondia a apenas 19% do total de navios entrados em Lisboa. (PINTO, 1979: 288).

<sup>98</sup> A este nível, recorde-se, por exemplo, a política proteccionista adoptada pelo Marquês de Pombal também no sector das pescas, a qual originou a guerra aberta do pescado a partir de 1773 e se saldou por uma diminuição brusca na chegada de navios espanhóis a portos portugueses. (OLIVEIRA e GARCIA-LOMBARDERO, 1979: 143-145).

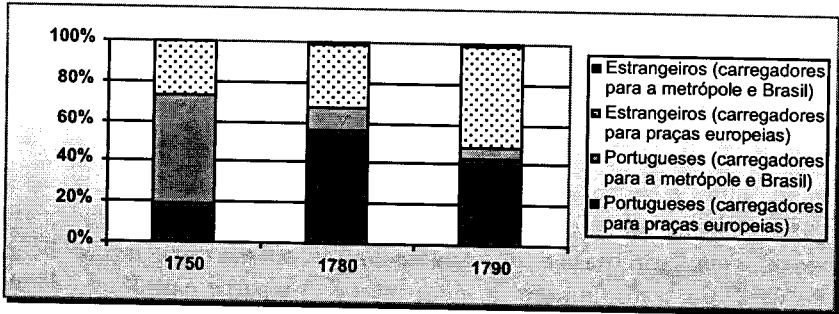
<sup>99</sup> Esta menor frequência de navios italianos e espanhóis é igualmente visível nos registos dos *Livros para as Visitas das Naus*, o mesmo sucedendo para as embarcações francesas relativamente ao período da Guerra da Independência dos E.U.A. (RAU, 1958).

### *A comunidade estrangeira no Porto*

Mas a presença estrangeira no Porto não se restringiu ao fluxo de navios que tocava diariamente a barra do Douro. Na cidade, estavam estabelecidos diversos comerciantes estrangeiros, muitos deles associados e representando casas de comércio que se encarregavam da exportação dos produtos nacionais para grande parte da Europa.

Gráfico 4

Os carregadores de navios entrados no Douro entre 1750 e 1799<sup>100</sup>



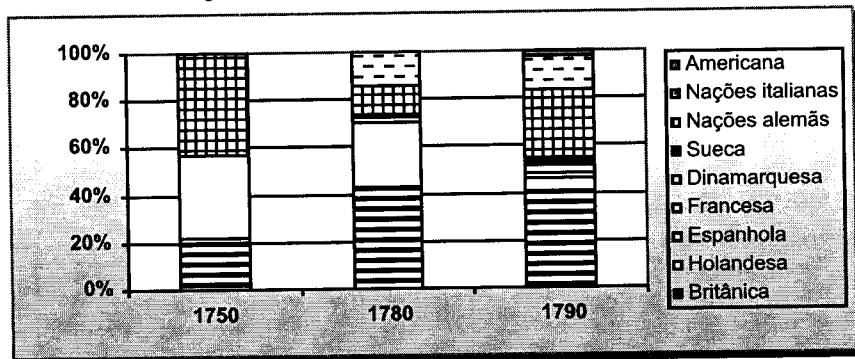
A fonte notarial transmite uma imagem de grande debilidade económica dos homens de negócios nacionais, quando colocados perante a concorrência estrangeira, imagem que, cremos, não deverá estar muito longe da realidade comercial portuguesa da segunda metade do século XVIII. A verdade é que, no seu próprio país, os negociantes portugueses deixaram sempre escapar para os estrangeiros (residentes ou momentaneamente estantes) uma fatia significativa no carregamento de navios, fatia que ganha maior relevo quando apenas comparamos os dados relativos às exportações para praças europeias (já que o tráfego para o Brasil é alimentado quase exclusivamente por nacionais). Nesse plano europeu, e seguindo a amostra fornecida pelo dado notarial, os carregamentos efectuados por estrangeiros chegam a ultrapassar os 50 pontos percentuais para as décadas de 50 e 90. Já a década de 80 atenua um pouco os resultados negativos, espelhando um certo vigor económico por parte dos comerciantes nacionais, por certo, beneficiadores da conjuntura internacional favorável experimentada com a Guerra da Independência dos E.U.A. Nos quatro períodos em questão, os estrangeiros que se dedicavam ao comércio marítimo distribuir-se-iam da forma expressa no Gráfico 5.

Encarando os quatro períodos estudados, verificamos que os comerciantes ingleses teriam assumido uma posição confortável no que diz respeito ao carregamento de navios, embora a amostra notarial não faça verdadeira justiça quanto à sua dimensão, nomeadamente no que diz respeito à década de 50. Espelha sim a importância da comunidade holandesa e hamburguesa no Porto, cuja presença significativa ao longo de todo o período estudado parece evidenciar que, antes mesmo do acentuar da incursão

<sup>100</sup> Baseado numa amostra de 707 carregadores. Na categoria de carregadores estrangeiros incluem-se, igualmente, os comerciantes estrangeiros entretanto naturalizados portugueses.

Gráfico 5

Nacionalidades dos carregadores estrangeiros de navios entrados no Douro entre 1750 e 1799



britânica no movimento comercial portuense (atraída pela comercialização do vinho), a cidade do Porto teria consolidado já uma posição de destaque entre homens de negócios de outras nações e interessados no comércio de outro tipo de produtos (nomeadamente o açúcar). Ora, os holandeses, nação preponderante durante os três primeiros períodos, teriam perdido grande parte da sua tradicional influência na última década do século XVIII, altura em que, tal como se verificou no movimento de navios, entraram no *giro* comercial portuense indivíduos de outras nacionalidades, nomeadamente da Suécia, da Dinamarca e, como seria de esperar, da América do Norte.

Um lugar especial teriam ocupado, também, os comerciantes de origem italiana. Ao contrário do papel que desempenhavam enquanto proprietários e capitães de navios, isto é, enquanto transportadores (na qual a participação italiana foi residual), o seu envolvimento no comércio portuense era significativo e evoluiu favoravelmente até ao final do século (sobretudo ligado à exportação de açúcar para praças italianas), altura em que corresponderiam a cerca de 15% do total de estrangeiros registados na fonte notarial.

Com um maior ou menor grau de proximidade face à efectiva realidade do comércio marítimo da cidade do Porto, os dados transmitidos constituem, no entanto, a realidade que chegou à pena de alguém que testemunhou e lidou de perto com alguns dos protagonistas da actividade marítimo-comercial na segunda metade de Setecentos. A documentação notarial dá-nos a conhecer os nomes de parte desses mercadores estrangeiros que gozaram, então, de grande prestígio na praça (cf. Quadro 4).

## 5. Composição das trocas e principais parceiros comerciais da cidade do Porto

Tem prevalecido a ideia de que a viragem do Índico para o Atlântico e o desenvolvimento do comércio luso-brasileiro, nos finais do século XVII, originaram um comércio mais apoiado na iniciativa privada e menos exigente em termos de investimento. É esse sector comercial, longe de Lisboa e do seu quase monopólio exterior, que procuramos abordar, não com o intuito de o inserir ou fazer concordar com as estatísticas oficiais do comércio Setecentista, mas com o simples objectivo de fornecer dados que partiram de



## Quadro 4

Principais comerciantes estrangeiros estabelecidos no Porto entre 1750 e 1799

Nome	Nacionalidade / Origem	Presença aferida
Pedro & Arnaldo Vanzeller	Holandesa	(1751-1795)
Nicolau e Joaquim Kopke	Hamburguesa	(1756-1797)
Daniel e Francisco Bull	Holandesa	(1771-1798)
João C. N. Paning	Hamburguesa	(1781-1799)
Rodolfo Amsink	Hamburguesa	(1782-1796)
Penell Smith & C. <sup>a</sup>	Inglesa	(1782-1799)
Fontana Irmãos & Rossi	<i>Italiana</i> (Genovesa)	(1784-1795)
C. Frederico Sproegel	Prussiana	(1785-1799)
B. Clamouse & D. Broune e C. <sup>a</sup>	Francesa ?	(1786-1799)
Zignago Izola e C. <sup>a</sup>	<i>Italiana</i> (Genovesa)	(1793-1796)

uma perspectiva própria. Dado que a documentação que temos ao nosso dispor derivou da vontade e dos interesses dos protagonistas desse comércio de cariz mais individualizado, que se desenvolveu no Porto, durante a segunda metade do século XVIII, quem sabe se estes dados não poderão reconstituir a imagem que os seus contemporâneos tinham desta praça marítimo-comercial.

Depois de examinada a nacionalidade dos protagonistas do comércio marítimo portuense ao longo dos anos de 1750 a 1799, impõe-se a questão de saber o que os trazia até à praça e as oportunidades de negócio que podiam esperar.

Na impossibilidade de procedermos a uma análise estatística dos produtos (de exportação ou de importação) que então eram comercializados<sup>101</sup>, optamos por inventariar aqueles que, com maior frequência, eram mencionados nas escrituras notariais (nomeadamente as *cartas de fretamento* e as *carregações de navios*) ou a propósito dos quais se lançavam em nota *procurações*, *recibos*, *quitações* ou mesmo os significativos *protestos*, conjugando-os com os dados relativos à origem ou ao destino desses mesmos produtos (quadro n.º 5).

Se é verdade que a primeira metade do século XVIII se caracterizou fundamentalmente pelo crescimento das importações (motivado pela própria segurança que o ouro do Brasil proporcionava), o que agravou o défice comercial, não deixa de ser também um facto que esse elevado número de importações promoveu a afluência aos portos nacionais de centenas de navios estrangeiros (destacando-se os de Sua Majestade Britânica) que aí descarregavam as suas mercadorias em troca do metal precioso. Colocadas de lado as consequências negativas que daí resultaram (nomeadamente a queda das exportações de produtos coloniais), a segunda metade do século XVIII herdou da primeira uma importante mais-valia: a alteração na estrutura das exportações que passou a incorporar

<sup>101</sup> Recorde-se que os contratos de fretamento nem sempre mencionam a carga transportada pelos navios, acontecendo o mesmo em relação à especificação das quantidades.

um valor crescente de produtos metropolitanos, pelos quais os estrangeiros se sentiam especialmente atraídos,<sup>102</sup> esta motivada pela intensificação do movimento comercial nos portos nacionais.

Ora, o vinho, o sal, o azeite e as frutas, a grande “tetralogia” da exportação portuguesa<sup>103</sup>, constituíam, a par da cortiça e do sumagre, o núcleo das exportações portuguesas na segunda metade do século XVIII. De facto, à excepção da Holanda e das nações italianas, os principais parceiros comerciais estrangeiros eram grandes consumidores dos vinhos portugueses (destacando-se obviamente os portos do Reino Unido: Londres, Dublin, Guernsey, Liverpool, Bristol, etc.). A Inglaterra absorvia, aliás, a maior diversidade de produtos portugueses, incluindo-se nesse rol a tão afamada cortiça. Na verdade, aparecendo associada à comercialização vinícola e contribuindo para o melhoramento da qualidade do líquido, a produção nacional de cortiça encontrou também no Reino Unido e, de forma geral, no norte da Europa, um interessado mercado.

No conjunto dos tradicionais produtos portugueses, o sal seria igualmente alvo do maior interesse por parte dos navios estrangeiros que demandavam ao Douro e um dos mais requisitados aos comerciantes portuenses carregadores, sendo exportado não só para a Inglaterra, Holanda e Espanha, como também para as nações alemãs (Hamburgo e Prússia) e do norte da Europa (Dinamarca e Suécia) e, na década de 90, para a América do Norte. Este reconhecimento internacional tão alargado em relação ao sal português assume uma particular importância se não esquecermos que, no século XVIII, se atribuía ao sal francês uma melhor qualidade do que aquele que era extraído das salinas portuguesas (sobretudo as de Setúbal e Aveiro, aonde alguns dos navios que partiam do Porto com destino a portos estrangeiros iam carregar este produto). Importantes e reconhecidas seriam também as frutas (sobretudo a laranja e o limão e esporadicamente a *ameixa de Guimarães*) e os frutos secos nacionais (figos e nozes de Portimão).

Ao falarmos de exportações, não podemos esquecer os produtos coloniais, sobretudo do açúcar. Este constituía, na verdade, a principal mercadoria portuguesa enviada para os portos de Itália (que aparentemente pareciam apenas ter interesse nos géneros portugueses vindos do Brasil, como o algodão e cacau), mas era, sobretudo, exportado para as nações alemãs, para a Holanda e, a partir de 1782 (com a adesão de Portugal à *Neutralidade Armada*) e sobretudo a partir de 1787 (com assinatura do *Tratado de Amizade, Navegação e Comércio* entre D. Maria I e Catarina II), para os territórios do Império Russo. De resto, apenas o algodão (enviado para a Inglaterra, pelo menos entre particulares, já em 1796<sup>104</sup>) e os couros do Brasil teriam algum interesse na Europa. As outras, o arroz, a canela, as pedras preciosas e o linho, apenas são mencionadas como mercadorias que vinham para o Porto em navios portugueses, a fim de serem entregues a portugueses.

<sup>102</sup> MACEDO, 1989: 69.

<sup>103</sup> RAU, 1968: 131-132.

<sup>104</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 422, fl. 70 v. Escritura de procuração para arrecadação do produto líquido de uma carga de 10 sacos de algodão com 42 arrobas enviada por um negociante português para Liverpool.

Quadro 5  
Composição das trocas e principais parceiros comerciais da cidade do Porto na segunda metade do século XVIII

	Reino Unido	Holanda	Espanha	França	Nações alemãs	Nações italianas	Escandinávia	Rússia	América do Norte	Brasil
Importações	Trigo Ferro Instrumentos de ferro Bacalhau Sardinha Carvão Aduelas Manteiga	Ferro Madeira Linho Manufacturas Carne Queijo Pele de raposa Facas Produtos de cobre e latão Tintas	Trigo Milho Ferro Porcelanas Sardinha	Milho	Trigo Centeio Cevada Ferro Aduelas	Trigo Cevada	Ferro Aço Aduelas Linho	Linho	Trigo Milho Grão Sementes	Anil Açúcar Café Arroz Canela Algodão Couro Mercadorias de boticário Pedras preciosas Linho
Exportações	Vinho Aguardente Fruta Cebola Frutos secos Azeite Sumagre Cortiça Rolhas Sal Sarro Algodão Couro Papel	Fruta Cebola Loureiro Azeite Sumagre Cortiça Sal Açúcar Ginga seca	Vinho Sal Madeiras	Vinho Fruta Azeite Sumagre	Vinho Aguardente Fruta Azeite Sal Açúcar Couro	Algodão Açúcar Salsa Cacau	Vinho Cebola Azeite Cortiça Sal	Vinho Fruta Sal Açúcar	Vinho Fruta Cortiça Sal	Vinho Vinagre Frutos secos Manufacturas diversas Breu Bacalhau Ferro Copos de vidro de Veneza Biscoito Chapéus Cera Bandejas e tabuleiros de ferro Barras de chumbo Pólvora Aniagens Peças de ourivesaria Louça

Note-se, todavia, que as exportações portuguesas não se restringiam apenas à Europa. Pelo contrário. Segundo os livros de registo notarial, o Brasil era o principal consumidor das manufacturas portuguesas (*camisas, panos de linho, meias de seda, toalhas, guardanapos, os chapéus de Guimarães*) e das peças de ourivesaria produzidas na metrópole. Se tivermos em conta que muitos destes tipos de fazendas eram feitas a partir de matérias-primas brasileiras, concluir-se-á que os negociantes do Porto haviam interiorizado objectivamente a “noção de pacto colonial”. Para além destas, o quadro informa-nos que, para o Brasil eram canalizados alguns produtos de importação como o bacalhau (vindo da Terra Nova e transportado para o Porto por navios britânicos), o ferro e outros de carácter mais episódico como *copos de vidro de Veneza e tabuleiros e bandejas de ferro*.

No que diz respeito às importações, quase todos os navios estrangeiros que arribavam à barra do Douro tinham em comum o facto de transportarem cereais, o que não era, de resto, uma novidade do século XVIII. Todavia, à medida que a população brasileira crescia nessa centúria, a nacional escassez crónica de cereais ganhava uma maior dimensão. Assim, exigiu-se a procura de outros mercados abastecedores, que não os do Norte da Europa. É nesse contexto que interpretamos as notícias da vinda de cereais de regiões não europeias. Com efeito, em 1796, o comerciante portuense Domingos Ferreira Pinto Basto fretara o bergantim “Paquete” a fim que este se dirigisse a “*Mogador na Barbaria*” (portanto, Marrocos) buscar uma carga de trigo, cevada e milho<sup>105</sup>. No entanto, será uma outra região extra-europeia que assumirá, na segunda metade do séc. XVIII, lugar de destaque na importação de cereais. Referimo-nos concretamente aos Estados Unidos da América do Norte, existindo várias referências a viagens realizadas por capitães portugueses com destino a Nova Iorque, Baltimore, Filadélfia ou Norfolk<sup>106</sup>, com o objectivo de carregarem os seus navios com este importante produto.

Ainda no âmbito das importações, constatamos que a indústria do vasilhame, necessário à exportação do vinho, motivou “*uma outra e intensa corrente mercantil com os países do Mar do Norte e do Báltico, fornecedores de aduelas, com a Suécia, fornecedora de ferro e aço para o fabrico dos arcos, e com a Inglaterra, fornecedora de carvão de pedra para o trabalho do ferro. Stettin, Dantzig, Hamburgo e Amsterdão eram os portos especializados na exportação da primeira mercadoria; Estocolmo na da segunda; e de Bristol, Newcastle, Swansea e Hull na da terceira*”.<sup>107</sup> Uma última referência para a importação de linho, este oriundo dos portos russos, dinamarqueses, holandeses e prussianos (Memel e Riga), etc.

Uma economia pouco competitiva é o mínimo com que podemos apelidar a economia portuense, a qual se limitava quase exclusivamente à exportação de produtos agrícolas nacionais e matérias-primas coloniais. A sua indústria era débil e incapaz de gerar grande riqueza, vivendo bastante do seu mercado colonial, a sua necessidade de importações diversa e crónica, avultando em primeiro plano a escassez de cereais, mas

<sup>105</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 413, fl. 75 v.

<sup>106</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 405, fl. 30 v. Escritura de fretamento de Novembro de 1793.

<sup>107</sup> RAU, 1958: 20.

estendendo-se a um vasto leque de produtos, indo desde o carvão ao ferro, passando pelo linho e bacalhau.

## 6. O perfil económico e estratégias comerciais do homem de negócios portuense

Focando, doravante, apenas a actividade comercial protagonizada, a partir do Porto, por homens de negócios portugueses, somos levados a levantar algumas questões. Qual o seu verdadeiro estatuto na vida marítimo-comercial desta praça? Teriam meios suficientes para o *giro do seu negócio* ou seriam meros consignatários de navios estrangeiros e executantes das ordens de correspondentes no exterior? Sendo responsáveis pela exportação dos produtos nacionais, que rendimentos extraíram dessa actividade? O que era afinal um *homem de negócios*?

Acreditamos estar em melhores condições de começar por responder a esta última questão, partindo de um *Provisão de Matrícula*<sup>108</sup> lançada em nota em Novembro de 1793:

*“Dona Maria, por graça de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa senhora de Guiné. Faço saber que António Joze Fernandes Bousinha me requerezentou achar se commerciando na cidade do Porto, não so para a America, mas para os portos estrangeiroz, pedindo me que eu lhe fizesse a merce de mandar matricular, por homem de negocio da praça da dita cidade do Porto. E havendo respeito ao dito requerimento por me contar de huma justificação que o supredito fizera perante a minha Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação destes Reinos e seus Dominios que se acha estabelecido na mesma cidade do Porto com negocio avultado, creditos suficientes para o seu giro e a necessaria sciencia de escripturação mercantil dos livros e que tem probidade, boa fama, verdade e boa fé, fui servida mandar matricular o dito Antonio Joze Fernandes Bousinha por homem de negocio da praça da cidade do Porto.*

*E porque este se acha matriculado a folhas sincoenta e duas do livro primeyro, hey por bem fazer mercê ao mesmo Antonio Joze Fernandes Bousinha de que, como homem de negocio da praça da cidade do Porto, goze de todas as graças, privilegios e izençoens que se achão concedidas na conformidade da carta de ley de trinta de Agosto de mil setecentos e setenta, pello que mando a todas as justiças e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer a cumpraõ e guardem como nella se contem.*

*A Raynha Nossa Senhora mandou pellos ministros abaixo asignados, deputados do dito seu Tribunal da Real*

*Junta do Commercio.”*

<sup>108</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 405, fl. 2. Provisão de Matrícula datada de 29 de Outubro de 1789.

Segundo as *Provisões de Matrícula* que, com alguma frequência, eram lançadas em nota por comerciantes do Porto esperava-se, dos homens de negócios do Reino, gente que fosse instruída nas leis do comércio, que gozasse de boa fama e de boa fé na praça, mas sobretudo que possuísse “*negócio avultado e créditos suficientes*”. Ora, eram estes os requisitos exigidos pela Junta do Comércio (criada por Pombal, em 1755, e reformada por D. Maria I em 1788) a quem cabia o papel de enquadramento e de regulação do grande comércio que, entre outras coisas, passava pela organização das frotas.<sup>109</sup>

O objectivo destas matrículas era, pois, assegurar os privilégios e as isenções dos negociantes portugueses que, ao longo da segunda metade do século XVIII, haviam sido concedidas pelo Marquês de Pombal no sentido de nacionalizar o sistema comercial português, ou seja, de transferir o seu controlo, o seu exercício e os seus benefícios para o país e para os seus nacionais, através da exclusão progressiva dos estrangeiros (sobretudo ingleses) dessa actividade.

A verdade é que, ao nível dos comerciantes privados e mais ou menos distanciados de Lisboa, as oportunidades de prosperar no comércio marítimo passavam por duas estratégias principais, aliás já referidas. Uma delas consistia na constituição de sociedades de comércio ou/e de sociedades de navios. Não dispondo de dados relativos às primeiras (a não ser a identificação de algumas das principais casas de comércio da segunda metade do século XVIII), apenas nos podemos reportar às segundas.

Quanto a estas, podemos afirmar que se constituíram como uma estratégia recorrente na cidade do Porto, uma vez que mais de 2/3 dos navios, cuja memória ficou guardada no dado notarial, eram propriedade de dois ou mais sócios. Ora, este facto, que poderia evidenciar apenas a incapacidade financeira da maior parte dos comerciantes marítimos portuenses em assumirem in solidum os encargos inerentes à posse de uma embarcação, não pode também deixar de ser visto como sinónimo de um avançado estágio do negócio marítimo, em que o investimento partia de vários interessados, multiplicando-se os capitais e os fundos em caixa. E, ainda que a possibilidade de uma maior rendibilidade *per capita* não fosse uma certeza absoluta, pelo menos eram significativamente menores os avanços em seguros e os riscos de prejuízo tão correntes na vida marítima. Assim se justifica, o facto de percentagem significativa dos navios portuenses adquiridos em sociedade serem mencionados como posse de 5 ou mais interessados<sup>110</sup>. Já as embarcações mencionadas como pertencentes a proprietário único eram sobretudo embarcações de menor exigência económica, destacando-se a esse nível os hiates e os patachos.

Mas nem todos os negociantes portuenses eram proprietários de navios. Neste caso, a estratégia passava, como foi já referido, pelo fretamento de navios. Ora, aqui residia

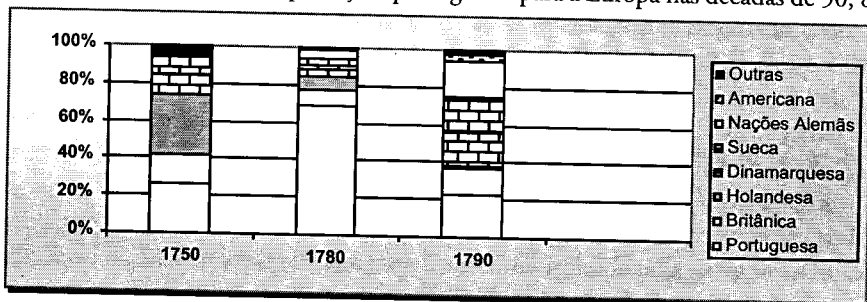
<sup>109</sup> JÚNIOR, 2002: 114 -115.

<sup>110</sup> De 15 contratos de sociedade que chegaram até nós, o número de sócios distribuiu-se da seguinte maneira: três menções a 3 sócios; quatro menções a 4 sócios, três menções a 5 sócios, três menções a 6 sócios, uma menção a 7 sócios e uma menção a 20 sócios. Esta última, datada de 6 de Março de 1795, tinha ainda a particularidade de três sócios representarem outros interessados, o que revela até que ponto as exigências económicas decorrentes da posse de um navio de certo porte (destinado ao tráfego com o Brasil), sugeriam jornadas partilhadas na busca de mais valias (A.D.P. S.N. PO 4.º, 1.º S., lv. 410, fl. 2.).

uma fatia importante do valor real do rendimento do comércio marítimo: o transporte de mercadorias. Na verdade, os benefícios globais do comércio marítimo portuense não dependiam apenas do volume de exportações e de importações (cujo estudo aqui não terá lugar, visto que nada de novo poderíamos acrescentar), mas também do volume que cabia aos portugueses na condução das mesmas:

Gráfico 6

Principais transportadores das exportações portuguesas para a Europa nas décadas de 50, 80 e 90



A verdade é que, como vem sendo realçado, Portugal não dispunha de uma frota naval capaz de assegurar o trânsito marítimo e, ao nível da iniciativa privada, várias eram as condicionantes que impediam os negociantes de adquirirem embarcações próprias. O fretamento de navios estrangeiros assumia-se, portanto, como a opção mais corrente.

Feitas as contas, e mais uma vez com a década de 80 a constituir-se como uma agradável excepção, pouco mais de 20% do transporte de produtos portugueses para a Europa (e seus consequentes lucros) pertenceu a navios de bandeira portuguesa. Inversamente, os navios estrangeiros que arribavam ao Porto não voltavam a partir para os portos das suas nações sem que os seus porões estivessem carregados de fazendas de origem portuguesa. Nalguns casos, seriam mesmo requisitados por comerciantes da praça com o objectivo de conduzirem mercadorias para destinos que fugiam às suas rotas habituais, como era o caso dos navios nórdicos que, de alguma forma, se teriam especializado na condução de açúcar para os portos italianos.<sup>111</sup>

Curiosamente, os navios de Inglaterra, país para onde era remetida uma grande diversidade de produtos portugueses, não foram os principais transportadores dessas mesmas exportações, já que uma vasta rede de navios de outras nacionalidades participou activamente nessa função, inclusive para os portos britânicos. Esta situação foi particularmente notória na década de 90, altura em que, tendo-se diversificado os parceiros comerciais de Portugal, os próprios mercadores britânicos do Porto fretavam navios a capitães dinamarqueses e suecos para a condução de mercadorias a portos como Londres<sup>112</sup> e Guernsey.

<sup>111</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 326, fl. 44 v. Escritura de fretamento de 10 de Julho de 1780.

<sup>112</sup> A.D.P. S.N. PO 4.º, 1ª S., lv. 416, fl. 111. Escritura de fretamento de 11 de Novembro de 1796.

Não podemos afirmar, em virtude do que foi dito, que o comércio marítimo portuense de iniciativa individual tenha fugido completamente aos comerciantes portugueses, nem mesmo que a participação estrangeira tivesse actuado totalmente em desfavor do homem de negócios do Porto. No entanto, dada a ingerência de estrangeiros nos diversos sectores da actividade marítima desta praça, não podemos negar que os dividendos passíveis de serem dela retirados ficaram, para os homens de negócios do Porto, muito aquém das suas reais possibilidades.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, poder-se-á afirmar que o fretamento, como actividade frequentemente praticada, configurou o comércio marítimo no Porto durante a segunda metade do século XVIII. A sua frequência demonstra, por um lado, a posição frágil de grande parte dos negociantes portuenses, incapazes de arriscar a posse de embarcação (fosse esta para uso próprio ou com vista ao aumento da oferta no mercado dos negócios marítimos) em detrimento de incorrerem no acto de fretar, actividade, no entanto, mais segura. Por outro, colocava a descoberto a escassez crónica da marinha mercante nacional, incapaz de manter a regularidade das rotas mercantes, nomeadamente europeias. Isto ao ser responsável pela afluência significativa de embarcações estrangeiras que asseguravam a referida tarefa em troca de proveitosos fretes pagos pela comunidade mercantil portuense, constantemente necessitada de colocar os seus produtos (metropolitanos e coloniais) nos mercados europeus com vista a um maior equilíbrio da balança comercial portuguesa.

A própria dinâmica mercantil da cidade do Porto sujeitou os homens de negócios nacionais a uma forte relação de competitividade com uma poderosa comunidade estrangeira, não só em termos numéricos, mas sobretudo em capacidade económica, como parece demonstrar a dimensão de carregamentos por esta realizada.

Todavia e, apesar do vasto leque de debilidades estruturais, os comerciantes portuenses souberam aproveitar as poucas oportunidades que o contexto nacional e internacional proporcionava, sobressaindo, a esses níveis, a política de fomento comercial de Pombal e a guerra da Independência dos E.U.A. (ambas resultando numa diminuição do poder britânico e na diversificação dos parceiros comerciais), cujos efeitos positivos ficaram expressos na fonte estudada ao longo de toda a década de 80. Souberam igualmente compreender a crescente atracção que os produtos nacionais metropolitanos exerceram nos agentes comerciais do Norte da Europa, bem como a importância da partilha de esforços e investimentos em objectivos comuns, canalizando, quando possível, alguns dos seus lucros no sentido da constituição de sociedades de navio.

Creemos, com isto, que a fonte notarial, apesar de todos os seus problemas, não deve ser minimizada. O contrato de fretamento, a título de exemplo, revelou-se como muito mais de que um mero documento de carácter burocrático ou administrativo. Nas suas cláusulas, uma escritura de fretamento reflectia as características do comércio marítimo da época. Mais do que o destino das viagens de comércio português, o tipo de mercadorias transaccionadas e os principais parceiros comerciais, permitiu-nos comprovar que o sucesso



desta actividade dependia da forma das condições materiais das embarcações, da forma como eram acondicionadas as mercadorias durante as viagens, os prazos e a sua importância na actividade comercial, factores que interferiam na própria relação entre os marítimos e os negociantes portuenses e que, em diversas ocasiões, testemunharam a divergência de interesses entre aquelas que eram leis do mar e as efectivas leis do comércio marítimo.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.)

Secção Notarial, Porto, PO 4.º, 1.ª série: Livros 209, 211 a 213, 216, 218, 223 a 227, 275 a 279 e 324 a 428.

### II. FONTES IMPRESSAS

*Ordenações Filipinas*, Livros IV e V, fac.simile de 1870, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

### III. BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Inês, 2002/2003 - *As Fontes Notariais: uma reflexão metodológica*. “Revista Portuguesa de História”, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, t. XXXVI, v. 2, p. 93-108.

AZEVEDO, J. Lúcio de, 1988 - *Épocas de Portugal Económico (Esboços de História)*, 4.ª edição, Lisboa, Clássica Editora.

BARROS, Amândio Jorge Morais, 2004 - *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, 2 volumes. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras.

CARDOSO, António Barros, 2003 - *Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos*. “Revista da Faculdade de Letras. História”, Porto, Faculdade de Letras, III Série, vol. 4, p. 37-57.

CASTRO, Zília Osório de (coord.), 1998 - *Portugal e os Caminhos do Mar - séculos XVIII e XIX*, s.l., Edições Inapa.

CIPOLLA, Carlo M., 2002 - *Conquistadores, Piratas e Mercadores*, Lisboa, Editorial Teorema.

CIPOLLA, Carlo M., 1993 - *Introdução ao Estudo da História Económica*, Lisboa, Edições 70.

COSTA, Joaquim, 1935 - *As Ruas do Porto: Relatório à Comissão de Toponímia*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

- DUGUID, Paul, 2000 - *Tudo em detalhes: instantâneos sobre o comércio de vinho do Porto entre 1777 e 1786*. "Revista Douro - Estudos & Documentos", Porto, Faculdade de Letras, GEHVID, Ano 5, n.º 10, p. 45-72.
- ESPINOSA, Fernanda, 1972 - *A Inquisição, os navios estrangeiros e os mercadores do Porto no século XVIII*. "Escritos Históricos", Porto, Porto Editora, p. 309-318.
- FERNANDES, A. de Almeida, 1999 - *Toponímia Portuguesa: Exame a um Dicionário*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos, 1991 - *Os livros notariais como fonte para o estudo dos conventos femininos do Porto no antigo regime*. "Revista de História", Porto, Faculdade de Letras, vol. XI, p. 241-253.
- FISHER, H. E. S., s.d. - *The Portugal Trade: A study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*, Londres, Methuen & Co Ltd.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha, s.d. - *Toponímia Portuense*, Porto, Contemporânea Editora.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Enciclopédia; Rio de Janeiro: Limitada.
- JÚNIOR, A. Cruz, 2002 - *O Mundo Marítimo Português na segunda metade do século XVIII (Ensaio)*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1989 - *A situação económica no tempo de Pombal*, 3.ª edição, Lisboa, Gradiva.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1990 - *O Bloqueio Continental*, 2.ª edição, Lisboa, Gradiva.
- MADUREIRA, Nuno Luís, 1994 - *Créditos e Mercados Financeiros em Lisboa*. "Ler História", Lisboa, n.º 26, p. 21-43.
- MAURO, Frédéric, 1970 - *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, Aurélio de e GARCIA-LOMBARDERO, Jaime, 1979 - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - séculos XVII, XVIII*. "Revista de História", Porto, Faculdade de Letras, vol. II, p. 119-147.
- PINTO, Virgílio Noya, 1979 - *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, "Brasiliana", vol. 371.
- RAU, Virgínia, 1968 - *Estudos de História (Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico)*, Porto, Editorial Verbo.
- RAU, Virgínia, 1958 - *O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII. Uma interpretação*. "Boletim Cultural da Câmara do Porto", Porto, vol. XXI, fasc. 1-2, p. 5-27.

- SANTOS, Cândido dos, 1984 - *Para a História do Comércio Português. Movimento de saída de barcos pela Barra do Douro de 1681 a 1705 e de 1777 a 1801*. "Boletim Cultural da Câmara do Porto", Porto, 2.<sup>a</sup> série, vol. II, p. 123-237.
- SERRÃO, José Vicente, 1993 - *O quadro económico: Configurações estruturais e tendências de evolução* in "História de Portugal", dir. José Mattoso, IV volume, "O Antigo Regime", Lisboa, Editorial Estampa, p. 71-111.
- SILVA, José Álvaro Ferreira da, 1988 - *Estruturas agrárias e relações sociais. Fontes para o seu estudo (décimas e cartórios notariais)*, in LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern (coord.), 1988 - "Arquivo e Historiografia", Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 327-364.
- TAVARES, Albérico Mendonça, 1987 - *O Movimento Comercial da Barra do Douro no Ano de 1780*. "Revista Gaya", Vila Nova de Gaia, vol. V, p. 263-275.

Jorge Fernandes Alves

## Património industrial, educação e investigação - a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave\*

### R E S U M O

*O presente texto, produzido para seminário de apresentação dos materiais produzidos no âmbito do projecto "Rota do Património Industrial do Vale do Ave", teve como objectivo principal suscitar a discussão em torno das noções de património industrial e da sua utilização para fins didácticos e de investigação.*

Que património industrial temos? O que nos diz esse património? O que podemos fazer com ele? Estas questões e outras afins passaram a ter, a partir de agora, mais alguns pontos de apoio para o seu desenvolvimento, tendo em conta os materiais apresentados (monografia científica, vídeo, cd-rom, materiais didácticos), pela ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, no âmbito do Projecto «Rota do Património Industrial do Vale do Ave».

A essência daquelas questões fará com que os materiais agora disponíveis sejam utilizados e fruídos em diversas situações e diferentes perspectivas: quer para efeitos de utilização didáctica, quer para efeitos de visitas de turismo cultural, quer ainda como bases para aprofundamento de investigações, que passam pela produção de complementos informativos e eventuais correcções, incorporação de conhecimento já produzido, abordagens de novos temas e sítios patrimoniais ou novas formas de tratamento dos problemas levantados.

Na explicação do dicionário, o vocábulo *rota* significa *caminho, destino*, mas também *rompimento e combate*. Com a publicação dos materiais do projecto abriu-se uma via que terá, certamente, cruzamentos, derivações e atalhos, cujas linhas permitirão olhar mais de perto o objecto procurado, o património industrial, rodeando-o de novos enfoques, nessa ilimitada e impossível tarefa de alcançar a realidade total. A rota, enquanto projecto aqui apresentado, só pode conceber-se como sistema aberto, disponível para novas incorporações de diversas origens.

Do ponto de vista educativo, um dos méritos do conjunto de trabalhos apresentados hoje reside precisamente nas potencialidades de sensibilização gradualista para o

---

\* Comunicação apresentada ao Seminário «Património Industrial no Vale do Ave: uma Rota com História», Guimarães, Pousada de Santa Marinha, em 13.3.2003, promovido pela ADRAVE, por ocasião da apresentação dos materiais (monografia científica, vídeo, cd-rom, materiais didácticos) relativos ao projecto «Rota do Património Industrial do Vale do Ave».

reconhecimento do meio com base em fórmulas da pedagogia da descoberta, remetendo aqui para a empresa e para o tecido industrial<sup>1</sup>. Através do vídeo, do cd-rom ou da *home-page* disponível, promove-se junto dos alunos uma abordagem visual e generalista como motivação, que ganha operacionalidade na informação breve e atraente das fichas soltas relativas ao conjunto de sítios patrimoniais seleccionados, permitindo-se depois aprofundamentos sectoriais através da monografia científica<sup>2</sup>.

Pode suscitar-se ainda o desafio de novas pesquisas, quer seguindo a bibliografia citada nos diversos textos ou, indo mais longe, investigando-se bibliografia não citada ou pesquisando notícias afins em jornais locais, de forma a constituir núcleos documentais em cada escola. E porque não partir para reportagens fotográficas ou para a gravação e tratamento de memórias que, geralmente, podem começar em casa, dada a imbricação das famílias na teia industrial, fomentando-se por esta via o diálogo geracional como promotor de conhecimento formal, reconhecido pela escola? A cultura do trabalho, os padrões éticos de sobrevivência, a consciência dos quadros de produção e da sua inserção no mercado, a apreensão dos modelos tecnológicos dominantes, as formas de mobilização das pessoas e dos espaços, eis alguns pólos para esse diálogo, que se podem traduzir tanto em intervenções lectivas breves e monodisciplinares, como em projectos de escola mais abrangentes de natureza inter e transdisciplinar. Os materiais da «Rota» são neste domínio um desafio e uma responsabilização, uma plataforma de conversação para a cidadania patrimonial.

Na investigação, impõe-se o aprofundamento do diálogo que os materiais suscitam, a envolver engenheiros, arquitectos, historiadores, arqueólogos, geógrafos, economistas, professores, pessoas ligadas a empresas e a organizações num exercício de interpretação e de busca de sentidos sobre o património industrial do vale do Ave, nas suas configurações e potencialidades. Exercício que, para este efeito, terá de ser sempre um processo multidisciplinar como forma de se captar a densidade das redes de significados que o património industrial suscita e promove na diversidade dos seus públicos, até pela natureza intrínseca deste tipo patrimonial, marcada pela efemeridade, por uma rápida obsolescência e por fenómenos de sobreposição que levantam problemas complicados de inventariação, tratamento, explicação, recuperação e reutilização. Mas esta tarefa é tanto mais complexa quanto, no Vale do Ave, a implantação industrial é de natureza difusa e dispersa por um largo território, em que a obsolescência ainda está em muitos casos activa e se verifica a reutilização sucessiva de equipamentos.

Se musealizar é, por definição, um trabalho de conservação, neste caso tais operações terão ainda de decorrer num espaço cheio de vitalidade mas também de contrastes, onde os problemas sempre existiram, uns crónicos, outros novos, mas onde se depara também com uma dinâmica industrial apreciável, que confere ao Vale do Ave essa imagem metafórica de floresta industrial, na acepção de Alfred Marshall, onde continuamente se

---

<sup>1</sup> MENDES, 1989, 57-63.

<sup>2</sup> MENDES; FERNANDES, 2002.

plantam e abatem árvores, que apresentam uma esperança de vida muito variável, dados os diferentes níveis de integração no mercado nacional e mundial.

Por outro lado, o património industrial é um dos segmentos do património em geral que mais tem suscitado um novo tipo de observação e de reflexão, uma nova maneira de conceptualizar o património como legado histórico, dada a nova abrangência que trouxe consigo<sup>3</sup>: mais do que pela apresentação de um novo tipo de monumento, o património industrial vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias na diversidade de referências. Mas a palavra património é hoje também um sinalizador para uma verdadeira constelação de discursos e de práticas, onde, por vezes, sobra a retórica que procura ganhar espaço e afirmação, emergindo já uma nova fórmula de «intelectuais orgânicos», na concepção gramsciana, em torno deste território cultural.

O espírito romântico do século XIX, que presidiu à construção do património histórico tradicional, buscava no monumento grandioso e único o espírito da nação, ligado a uma relação de afirmação do poder militar ou religioso, que focalizava o castelo ou a igreja, entre imagens nebulosas de ruínas fantasmagóricas ou do jogo de representações entre paraíso vs. inferno. Ora o posicionamento recente nos domínios do património aponta para os espaços de vivência colectiva, de forma que cada um sinta em si próprio o fio da história e um vínculo de cidadania partilhada, ou seja, um sentimento de identidade. Neste contexto, o património industrial funciona como âncora de uma envolvência alargada que arrasta outros domínios patrimoniais. Desde logo, perfilam-se como seus companheiros de peregrinação, o património ambiental, que se estrutura na tessitura dos usos do solo, das águas e de outros recursos naturais, bem com o património imaterial, aquele que remete para os costumes, para os comportamentos, para as acções colectivas duma população que sempre teve na indústria, particularmente nos últimos dois séculos, uma ocupação preponderante.

Só na congregação dessa vizinhança, na conjugação dos diversos tipos de património num contexto amplo, não esquecendo obviamente o património histórico tradicional em que Guimarães avulta como caso especial, se conseguirá uma linha de turismo cultural sustentado, que reconheça e potencie uma rede de museus e de conjuntos históricos. Só assim, o património industrial ganhará a consistência necessária para dar resposta aos objectivos subjacentes ao projecto em que este seminário se integra, intitulado «Rota do Património Industrial do Vale do Ave», nomeadamente os que apontam para o reforço da identidade e para a qualificação da imagem do espaço regional, para além dos que indicam o conhecimento da história industrial, a preservação do património, a musealização, a inserção nos itinerários europeus. Projecto que ambiciona destinatários alargados (público erudito, público em geral, público escolar) e que apresenta uma finalidade explícita: - «contribuir, de forma decisiva, para a qualificação da oferta turística e cultural do Vale do Ave, questão indispensável para uma nova imagem da região» ([www.adrave.pt/rota\\_património/rota.htm](http://www.adrave.pt/rota_património/rota.htm)).

<sup>3</sup> ANDRIEUX, 1992.

Consideremos, então, os objectivos essenciais de identidade e qualificação.

A questão da identidade é decisiva, para lá do lugar comum que a sua frequente invocação provoca. Nestes tempos de vazio e de incertezas, o património, em geral, vale por isso mesmo, como algo que herdamos, como a legítima que nos cabe em partes na herança do existir, como o dote que apresentamos no exercício de ser. Qual o papel do património industrial neste processo identitário?

O património industrial é, em última análise, a expressão da tecnologia usada num período e num espaço circunscritos, com base em oficinas e fábricas, enquanto soluções organizacionais construídas para responderem a situações imediatistas de resposta ao mercado. Daí ser mais evidente neste tipo de património a adição e a fusão de fragmentos, a metamorfose dos edifícios e dos sistemas tecnológicos, conforme os níveis de invenção, de transferência tecnológica e da permeabilidade do meio para a sua recepção e difusão. E, recordemos, a tecnologia não deriva necessariamente da ciência, antes a precedeu muitas vezes, mercê de procedimentos intuitivos, como a história nos revela a cada passo<sup>4</sup>. Sustentada em racionalidades económicas difusas e na aceitação social, a tecnologia é determinada, em suma, pelas conjunturas do mercado e pela economia de processos.

Ora, mesmo antes da revolução industrial, as configurações tecnológicas sempre revelaram uma vocação tendencialmente universalista e de unificação cultural, com as sociedades a revelarem-se muito porosas (podemos mesmo dizer ávidas) em relação à transferência e à apropriação de tecnologias (vejam-se, por exemplo, os mecanismos para a captação da energia hidráulica). Esta característica de rápida difusão assume tal relevo que, para promover a inovação e salvaguardar as vantagens económicas dela derivadas, os países mais avançados tiveram de recorrer a dispositivos de protecção, desde a proibições alfandegárias ao privilégio da patente. Por estas razões, a tecnologia é um factor de homogeneidade cultural. Como procurar então nela um elemento de identidade, de marcação de diferenças? Naturalmente, tacteando a nossa forma de integração na economia-mundo, procurando as formas do uso das tecnologias, a cronologia da sua aplicação, os níveis de transferência tecnológica, os *up-grade* de concepção local, a capacidade demonstrada na sua utilização, o “desenrascanço” demonstrado na sua manutenção. Neste últimos aspectos, o Vale do Ave sempre foi um verdadeiro laboratório, tanto quanto nos foi dado conhecer a história de algumas empresas têxteis quando estiveram sujeitas ao regime de condicionamento industrial: a forte limitação ou proibição de aquisição de novas máquinas era compensada pelo «engenho» de técnicos que faziam perdurar as máquinas muito para lá do seu tempo útil e/ou ampliavam a sua capacidade de produção, através de soluções endógenas ou procuradas em oficinas vizinhas<sup>5</sup>.

A qualificação terá, pois, como base o conhecimento dos processos, a explicitação das práticas e do seu potencial. Todos estes aspectos exigem trabalho ao nível monográfico e de compreensão global, por isso os projectos patrimoniais devem, na medida do possível,

---

<sup>4</sup> CARDWEEL, 1996. ELLUL, 1990.

<sup>5</sup> ALVES, 1999a.

ancorar-se em empresas, associações empresariais e sindicais, estimular museus e histórias empresariais, para que estes possam funcionar como pólos de uma rede mais vasta, criando-se assim formas de vinculação e participação social dos diversos tipos de agentes, encontrando-se, no entanto, fórmulas de salvaguarda desses espaços museológicos para além do ritmo de vida das instituições empresariais.

Importará, sempre que possível, fazer a rede por dentro e não por fora, contribuindo para se encarar o tecido empresarial de um ponto de vista institucionalista, isto é, perspectivando-o na sua globalidade, não só como projectos particulares que visam o lucro mas também como padrões de acção colectiva, o que inclui as dimensões económicas, sociais e políticas do fenómeno empresarial e as harmonias e desarmonias a ele inerentes. Talvez, assim, se possam compreender melhor fenómenos fabris que, do nada, se constituíram em grandes empresas têxteis (por exemplo, o núcleo de Riba d'Ave, a Riopelle ou a Têxtil Manuel Gonçalves), a persistência das mini-hídricas históricas ou ainda esse fenómeno interessantíssimo que as cooperativas de distribuição de energia eléctrica constituíram, criadas nas décadas de 20 e 30, de que persistem ainda hoje algumas delas, impondo-se aos desejos de absorção e integração por parte da grande empresa nacional neste domínio (EDP) tão só porque a sua eficiência de serviço lhes permitiu resistir a todas as pressões e argumentos (políticos, técnicos e económicos), como é o caso da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, que possui, de resto, um valioso espólio de equipamento eléctrico das primeiras gerações<sup>6</sup>.

Se sempre se reconheceu que a riqueza patrimonial não está nos monumentos ou nas obras que o enraízam mas na forma como as respectivas populações demonstram capacidade para os valorizar, temos de convir que as palavras-chave da operação a favor do património terão de ser inclusão e valorização, em detrimento de selecção e de exclusão, embora estas sejam aceitáveis e indispensáveis na preparação por etapas dos projectos patrimoniais. Mas, por analogia com o conceito educacional de «currículo oculto», poderemos talvez falar de «património industrial oculto» para referenciar esse imenso território de práticas e de soluções técnicas raramente explicitadas, mas que constituem o alicerce do quotidiano e da viabilização empresarial num mundo de riscos e contingências exógenas que marcam a aventura industrial em todo o lado e, particularmente, no vale do Ave<sup>7</sup>.

Nesse sentido, o património industrial do vale do Ave não pode basear-se apenas no resíduo constituído por estruturas desactivadas, em ruínas de uma paisagem que continua viva e palpitante, isto é, não pode estruturar-se unicamente sobre aquilo que alguns designam de «baldios patrimoniais», tendo em conta as ruínas fabris, mas terá de se configurar como o retrato histórico de uma região industrial, revelando a patine do tempo que, pelo amadurecimento, pode ajudar a conferir qualidade e prestígio à empresa histórica, o verdadeiro pulmão do espaço social da indústria. Recorrendo à metáfora têxtil, podemos dizer que, com este projecto, a Adrave tem em mãos uma verdadeira teia a urdir.

---

<sup>6</sup> ALVES, 1999b. ALVES, 1999c. ALVES, 2002b.

<sup>7</sup> ALVES, 2002a.



## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes, 1999a - *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, V.N. de Famalicão, Câmara Municipal/Museu da Indústria Têxtil.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999b - *Cooperativismo e electrificação rural - a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este*, "População e Sociedade", nº5 (Republicado no "Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão", 17, 2000, p.11-81).
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999c - *Riba d' Ave na memória da indústria algodoeira*, V.N. de Famalicão, Câmara Municipal/Museu da Indústria Têxtil.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2002a - *Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães*. "Forum", Universidade do Minho, 32, p. 61-79.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2002b - *Riopele - História de uma referência têxtil*, Lisboa, Medialivros.
- ANDRIEUX, Jean-Yves, 1992 - *Le Patrimoine Industriel*, Paris, PUF.
- ARECES, Miguel Álvarez (coord.), 2002 - *Estructuras y Paisajes industriales - Projectos socioculturales y turismo industrial*, Gijón, CICEES.
- ARECES, Miguel Álvarez (coord.), 2002 - *Patrimonio industrial: lugares de la memoria - Projectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos*, Gijón, CICEES.
- CARDWEEL, Donald, 1996 - *Historia de la Tecnologia*, Madrid , Alianza Editorial.
- ELLUL, Jacques, 1990 - *La technique ou l'enjeu du siècle*, Paris, Económica.
- MÉDA, Dominique, 1999- *O Trabalho, um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de Século.
- MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (coord.), 2002 - *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave.
- MENDES, José Maria Amado, 1989 - *Património das empresas, património cultural*, "Munda", 18, Coimbra, 11, p. 57-63.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, J. M. Amado, 1999 - *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Edições Europa-América.

Armando Luís de Carvalho Homem

## A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2003)

[Nos 200 anos da Academia Real da Marinha e do Comércio: 1803-2003]\*

### R E S U M O

*No ano do Bicentenário da Academia Real da Marinha e do Comércio, regista-se neste espaço uma cronologia sinóptica da Universidade que teve naquela Academia uma das instituições precedentes.*

o 1910 Out. 05 - Implantação da República. Teófilo Braga Presidente do Governo Provisório, António José de Almeida ministro do Interior (pasta ao tempo com a tutela do sistema educativo).

o 1911 Mar. 22 - No quadro de um conjunto de reformas do Ensino Superior, António José de Almeida cria a Universidade do Porto (UP), incorporando as preexistentes Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica (com uma Escola de Farmácia anexa). A UP passa a contar com as Facs. de Ciências (com uma Escola de Engenharia anexa) e de Medicina (mantendo anexa a Escola de Farmácia).

o 1911 Jul. 16 - Sob a presidência de António José de Almeida - doravante considerador «o fundador» -, inauguração da UP e eleição do primeiro Reitor, o matemático Francisco Gomes Teixeira (1851-1933), dr. pela Fac. Matemática da UC, sucessivamente lente substituto da mesma Faculdade e lente da Ac.<sup>a</sup> Politécnica do Porto, doravante prof. ordinário da Fac. Ciências/UP; exercerá o cargo reitoral até 1917.

o 1912 - Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950), lente de Ciências/ Matemática, nomeado Presidente do Ministério e ministro do Interior; abraçará mais tarde a vida diplomática, sendo, mormente, embaixador no Brasil.

o 1912 Mar. 06 - Criação do primeiro Orfeão Académico do Porto.

o 1913 - Criação do ministério da Instrução Pública. O lente de Medicina António Joaquim de Sousa Jr. é o primeiro titular (voltará ao cargo em 1924/1925).

---

\* O presente trabalho esteve inicialmente previsto para *UPorto. Revista dos Antigos Alunos da UP*, onde saiu entretanto (n.º 9 [2003, Out.], pp. 22-23) uma sucinta cronologia para 1803-1911, da autoria de Luís Miguel DUARTE. A extensão deste segundo 'painel' ditou o seu 'desvio' para uma publicação de características diversas.

o 1915 - João Lopes Martins, lente de Medicina, ministro da Instrução Pública. A Escola de Engenharia da Fac. Ciências converte-se em Fac. Técnica/UP. Autonomização da Escola de Farmácia.

o 1917/1919 - José Alfredo Mendes de Magalhães (1850-1957), lente de Medicina, ministro da Instrução nos gabinetes sidonistas. Voltará à pasta em 1926/1928.

o 1918/1919 - Cândido Augusto Correia de Pinho (1858-?), lente de Medicina, Reitor da UP.

o 1919 - Ano academicamente turbulento, em tempos de post-sidonismo e de «Monarquia do Norte». Augusto Pereira Nobre (1865-1946), lente de Ciências/ *Zoologia*, Reitor da UP (desempenhará o cargo até 1926; será ministro da Instrução em 1920, 1920/1921 e 1921/1922).

o 1919 Mai. 01 - O filósofo Leonardo José Coimbra (1883-1936), ministro da Instrução no gabinete Domingos Pereira, desanexa a Fac. Letras de Coimbra da respectiva Universidade e transfere-a para o Porto, colocando o Corpo Docente na disponibilidade.

o 1919 Ag.º 27 - O gabinete Sá Cardoso anula a medida anterior e cria a 1.ª Fac. Letras/UP. Leonardo Coimbra será um dos primeiros professores ordinários do grupo de *Filosofia* e o 1.º Director da Escola. Será de novo ministro da Instrução em 1922/1923.

o 1921 Jan. 18 - A Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade.

o 1921 Abr. 15 - Primeiros doutoramentos h.c. pela UP/Fac. Ciências. Recebem a láurea os oficiais-generais aliados Marechal Joseph Joffre (França), Generalíssimo Armando Diaz (Itália) e General Smith Dorrien (Inglaterra).

o 1925 - Comemoração do centenário da Real Escola de Cirurgia, antecessora da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Aprovação do «emblema esfragístico» da UP.

o 1926 Mai. 28 - Um golpe de estado militar instaura a *Ditadura Nacional*.

o 1926 Jun. - O já mencionado lente de Medicina José Alfredo Mendes de Magalhães é eleito Reitor da UP. Conservará a titularidade até 1928.

o 1926 Dez. 17 - A Fac. Técnica passa a designar-se Fac. Engenharia.

o 1928 Abr. 12 - Extinção da Fac. Letras/UP (funcionará terminalmente até 1931, para permitir a conclusão das licenciaturas aos estudantes ingressados em 1927). O ministro e Reitor J. Alfredo de Magalhães não sobrevive nos cargos. No final deste mês: António de Oliveira Salazar (1889-1970) ministro das Finanças.

o 1929/1931 - Alexandre Alberto de Sousa Pinto (1880-1982), lente de Ciências/*Física*, Reitor da UP (será ministro da Instrução em 1933/1934).

o 1930 - Incidentes na Fac. Medicina (consequência máxima: morte de um estudante, caído dos andaimes das obras de remodelação do edifício), por ocasião de uma visita do Chefe do Estado, general Fragoso Carmona, à Cidade.

o 1931/1932 - O Reitor da UP é o juiz Alberto Eduardo Plácido (1874-1942), à data desembargador da Relação do Porto.

o 1932 Jul. - Salazar na chefia do Executivo.

o 1933 Abr. - Entrada em vigor da *Constituição Política da República Portuguesa*. Institucionalização do «Estado Novo».

o 1935 - Nos termos de legislação deste ano, afastamento compulsivo da vida universitária do lente Abel Salazar e dos assistentes Luís Neves Real, António Barros Machado e Henrique Ziller Perez, entre outros.

o 1935/1943 - José Pereira Salgado (1873-1946), lente de Ciências/*Química*, Reitor da UP.

o 1936 - O ministério da Instrução Pública passa a designar-se ministério da Educação Nacional.

o 1937 - Comemoração do centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. A Fac. de Engenharia instala-se (até 2001...) no edifício da R. dos Bragas. Reorganização (efémera) do Orfeão Académico.

o 1938 - Inauguração oficial do edifício da Fac. Farmácia, à R. Aníbal Cunha (em prolongada construção desde a década anterior).

o 1940 - A medalha concebida pelo escultor João da Silva para os centenários de 1937 converte-se em símbolo da UP (será medalha doutoral a partir de 1994).

o 1942 - Criação, no âmbito da Mocidade Portuguesa, do Centro Universitário do Porto (CUP) - futuros Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP) -, superinten-

dendo nas cantinas e residências universitárias; possui desde cedo uma secção para as actividades gimnodesportivas (futuro CDUP; v. *infra*, 1946).

o 1942/1943 - Reorganização definitiva do Orfeão, que passa a designar-se Orfeão Universitário do Porto (OUP). Regência artística (até 1967) do Maestro Afonso Valentim [da Costa Pinto] (1897-1974). Admissão de elementos femininos e, pelo final da década, adopção de uma versão feminina do traje académico.

o 1943/1946 - António José Adriano Rodrigues (1890-?), lente de Engenharia/*Eng.ª Minas* e Coronel de Infantaria tirocinado, é o Reitor da UP.

o 1944/1947 - Primeiros doutoramentos femininos na UP: Leopoldina Paulo (Ciências/*Biologia*, 1944), Judite Santos Pereira (Ciências/*Geologia*, 1945) e Maria Serpa dos Santos (Farmácia, 1947)<sup>1</sup>.

o 1945 ss. - O termo da Guerra desencadeia movimentações no sentido da reabertura da Fac. Letras.

o 1946 - Criação, também, no âmbito da Mocidade Portuguesa, do Centro Desportivo Universitário do Porto (CDUP), superintendendo nas actividades desportivas. À sua gestão - bem como à do CUP (v. *supra*, 1942) - ficarão longamente ligados os lentes de Ciências/*Geologia* Domingos José Rosas da Silva (1896-1967) e de Ciências/*Matemática* Jayme Eduardo Rios de Souza (1909-1971).

o 1946/1961 - Amândio Joaquim Tavares (1900-1974), lente de Medicina, Reitor da UP. Será seu Vice-Reitor o também lente de Medicina Fernando de Oliveira Magano. Durante o reitorado de Amândio Tavares será regularmente publicado o *Anuário da UP*.

o 1947 - Nos termos da legislação de 1935, afastamento compulsivo do lente Ruy Luís Gomes e dos assistentes Jorge Delgado, Laureano Barros e Alfredo Pereira Gomes, entre outros. Criação pelo Instituto de Alta Cultura, e em articulação com a Câmara Municipal do Porto - presidida ao tempo pelo lente de Medicina Luís José de Pina Guimarães (1901-1972) -, do Centro de Estudos Humanísticos (CEH, anexo à UP), 'gérmen' da 2.ª Fac. Letras; ministrará cursos livres ao nível de Ensino Superior e atribuirá bolsas de estudo a investigadores. O CEH terá Revista própria (*Studium Generale*, com o suplemento arqueológico *Lycerna*) e uma colecção de monografias («Amphitheatrum»).

o 1947/1948 - Daniel Vieira Barbosa (1908-1986), ex-assistente e futuro lente de Engenharia, exerce o cargo de ministro da Economia.

---

<sup>1</sup> Futura lente da UC; 1.ª dr.ª e 1.ª catedrática (1972) de Farmácia a nível nacional.

o 1948 - Criação, com forte empenho do lente de Medicina Hernâni Monteiro, do Teatro Universitário do Porto (TUP). O encenador J. Correia Alves será longamente o responsável artístico.

o 1950 - Inauguração do Estádio Universitário.

o 1953 - Criação da Fac. Economia. Funcionará durante mais de 20 anos nas «águas-furtadas» da Fac. Ciências.

o 1954 - Inauguração do Jardim Botânico (Fac. Ciências), na Casa Andresen, à R. do Campo Alegre.

o 1959 Jun. 24 - Inauguração do Hospital Escolar de S. João, nova sede da Fac. de Medicina. Por decisão reitoral, o antigo edifício da FM/UP fica destinado à Fac. Letras, cuja re-criação se prevê para breve. Obs.: Com a substituição do Reitor Amândio Tavares (1961) instalar-se-ão transitoriamente (*ma non troppo...*) no edifício diversos serviços das Facs. Ciências e Engenharia, bem como a sede do OUP.

o 1961/1969 - Manuel Corrêa de Barros Jr. (1904-1991), lente de Engenharia/*Eng.ª Electrotécnica*, Reitor da UP. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Matemática* Rodrigo Sarmiento de Beires (1895-?; até 1965) e o lente de Farmácia Armando Vasconcelos Laroze Rocha (1900-1983; 1965 ss.).

o 1961 Ag.º 17 - Criação da 2.ª Fac. Letras/UP, com os grupos de *História* (4.º) e de *Filosofia* (6.º) e o Curso de *Ciências Pedagógicas*. O CEH passa a estar anexo à nova Escola.

o 1962/63 - Entrada em funcionamento da nova Fac. Letras, ocupando em pleno apenas 4 salas de aula e um anfiteatro do antigo edifício de Medicina e partilhando o resto do espaço com Ciências, Engenharia, Economia, Belas-Artes, OUP, TUP e uma cantina do CUP. A vizinhança das cavalariças do Quartel do Carmo da GNR - e a consequente poluição atmosférica - vai dando lugar a dizeres satíricos. Um dos primeiros docentes do grupo de *História* é o ex-subsecretário de Estado da Educação Nacional (1961/1962) Carlos Eduardo Bastos de Soveral; outro é António Cruz (1911-1989), à data (e até 1975) Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

o 1962/1968 - O lente de Ciências/*Química* Alberto Carlos de Brito (1901-1975) exerce as funções de subsecretário de Estado da Educação Nacional (1962/1964) e da Administração Escolar (1964-1968).

o 1964/65 - Movimentos estudantis.

o 1964/1968 - O então 1.º assistente de Ciências/*Química* Fernando Octávio Pinto Serrão (?-1981) exerce as funções de subsecretário de Estado da Juventude e dos Desportos.

o 1966 - Criação do Coral de Letras da UP (CLUP). Regência, até à actualidade, de José Luís Borges Coelho, à data estudante de *História* (depois licenciado) e diplomado pelo Conservatório de Música do Porto.

o 1967 Mar. - Criação da Associação dos Antigos Orfeonistas da UP (AAOUP).

o 1967/1969 - O Maestro Günther Arglebe exerce a regência artística do OUP.

o 1968 (Set.) - Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) substitui Salazar na Presidência do Conselho de Ministros.

o 1968 (Out.) - Inauguração do pavilhão gimnodesportivo na área do Estádio Universitário.

o 1968 ss. - Nova fase de movimentações estudantis.

o 1969/1973 - Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva, lente de Medicina, é deputado à Assembleia Nacional, na sequência das 1.ªs eleições da fase marcellista do Regime; integrará o grupo conhecido como «ala liberal».

o 1969/1974 - António de Sousa Pereira (1904-1986), lente de Medicina, Reitor da UP. Será seu Vice-Reitor o lente de Economia Fernando Maria Alberto de Seabra (1918-?).

o 1969/70 - Institucionalização plena da FL/UP, nos termos do Decreto fundador - 3 catedráticos em exercício: António Cruz (1911-1989; *História*, desde Jan. 1969), Maria de Lourdes Belchior Pontes (1925-1999; *Filologia Românica*, desde Dez.1969) e Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003; *Filosofia*, desde Jan.1970). Instalação do Conselho Escolar e designação (Jul.1970), em termos já não-interinos, dos titulares dos cargos unipessoais: Director - António Cruz; Secretário - Eduardo de Soveral; Bibliotecário - José António Ferreira de Almeida (1913-1981). Todos exercerão até Abr.1974.

o 1969/1973 - O pianista e professor do Conservatório de Música do Porto Fernando Jorge Azevedo exerce a regência artística do OUP.

o 1970/1974 - José Veiga Simão é ministro da Educação Nacional no gabinete de Marcello Caetano. Em Jul.1970 visita a UP e concede longas audiências às autoridades académicas, a membros do Corpo Docente e a dirigentes associativos.

o 1970/71 - Ano culminante da fase de movimentação estudantil iniciada em 1968. Boicote à «Queima das Fitas» (1971, Abr.); suspensão desta festividade até 1979.

o 1972/1974 - O assistente de Economia Hermes Augusto dos Santos exerce as funções de secretário de Estado da Indústria.

o 1972/73 e 1973/1974 - Nova fase de movimentações estudantis, que em Mar./Abr.73 terão por alvo o «Festival Internacional de Coros Universitários», org. pelo Orfeon Académico de Coimbra. Endurecimento repressivo do Regime: suspensão de estudantes. A entrada em funcionamento da licenciatura em *Filologia Germânica* faz entretanto da Fac. Letras a Escola mais populosa da UP.

o 1973 (Out.) - Mário Mateus, barítono e maestro de coros, assume a regência artística do OUP, que mantém até à actualidade.

o 1974 (Mar.) - Jubilação do Reitor António de Sousa Pereira; fica em exercício o Vice-Reitor Fernando de Seabra.

o 1974 Abr. 19 - Um incêndio destrói a ala Norte da Fac. Ciências.

o 1974 Abr. 25 - Um golpe de Estado militar põe termo ao Regime da Constituição de 1933<sup>2</sup>. São destituídas todas as autoridades académicas.

o 1974 Mai. 07 - Ruy Luís Gomes (1905-1984), recém-reintegrado como lente de Ciências/*Matemática* - e, automaticamente, decano da Universidade -, toma posse do cargo de Reitor. Exercerá até ao limite de idade (Dez.1975). Serão seus Vice-Reitores: José Cardoso Morgado Jr. (1922-2003), antigo aluno de Ciências/*Matemática*, antigo assistente do Instituto Superior de Agronomia/UTL (afastado compulsivamente em 1947), companheiro de exílio e de vida universitária na Argentina e no Brasil do novo Reitor e doravante lente de Ciências/*Matemática*; e Óscar Luso de Freitas Lopes, lic.º em *Filologia Clássica* pela UL e em *Ciências Histórico-Filosóficas* pela UC, professor liceal, doravante lente de Letras/*Filologia Românica*.

o 1974 Jun. - Conclusão do novo edifício de Economia (à Asprela); funcionamento a partir de 1974/75.

o 1974/1975 - A conjuntura determina uma série de afastamentos (ditos, à época, «saneamentos») de membros do pessoal docente e do corpo de funcionários.

<sup>2</sup> Com a ascensão do general (depois marechal) Francisco da Costa Gomes (1914-2002) à chefia interina do Estado (1974.Set./1976.Jul.) a UP tem pela 1.ª vez (e, até hoje, única) um seu lic.º (em *Matemática*, anos 40) em tal dignidade, ainda que anteriormente o marechal Carmona tenha sido estudante da Academia Politécnica (finais da década de 1890).



o 1975 - Criação da Casa-Museu «Abel Salazar», em S. Mamede de Infesta.

o 1975 Mar. 11 - Na sequência dos acontecimentos político-militares desta data, prisão do assistente de Letras/*História* Lic.º José Vieira de Carvalho (1938-2001); em Ag.º será demitido da Função Pública; libertado em Dezembro. Não retomará a docência na UP. Fora (1970/1974) e voltará a ser (1980/2001) Presidente da Câmara Municipal da Maia.

o 1975 Abr. 25 - Eleição da Assembleia Constituinte.

o 1975 Mai. - Um incêndio destrói parcialmente o edifício de Farmácia.

o 1975 Mai 05 - Criação do Instituto de Ciências Biomédicas «Abel Salazar» (ICBAS). Actividade docente a partir de 1976/77, com as licenciaturas em *Medicina* e em *Ciências do Meio Aquático*. Ao arranque e consolidação desta Escola ligam-se os nomes do neurologista Corino de Andrade e do anatomista Nuno Grande. O ICBAS começa a instalar-se no antigo edifício de Medicina e retransporta o Hospital de St.º António à situação de Hospital Escolar.

o 1975 Jul. - Incidentes na Fac. Medicina, na sequência de uma tentativa de «saneamento» do lente de *Radiologia* Albano Ramos.

o 1975 Dez. - Jubilação de Ruy Luís Gomes; José Morgado Vice-Reitor em exercício.

o 1975 Dez. 03 - Criação do Instituto Superior de Educação Física, mais tarde Fac. Ciências do Desporto e da Educação Física.

o 1976 Fev./1977 Ag.º - O grupo de *História* da Fac. Letras funciona transitoriamente no antigo Seminário de Vilar; aí funcionam também alguns serviços administrativos e cursos propedêuticos do ICBAS.

o 1976 Abr. 02 - Aprovação da nova *Constituição da República Portuguesa*. Eleições legislativas (25.Abr.) e presidenciais (30.Jun.).

o 1976 Mai. 31 - Criação do Curso Superior de Nutricionismo, mais tarde convertido em licenciatura em *Ciências da Nutrição*. Em 1992 esta área do Saber passará a constituir a Fac. Ciências da Nutrição e da Alimentação.

o 1976 Jul. 14 - Posse do 1.º Presidente da República eleito, gen. António dos Santos Ramalho Eanes.

o 1976 Jul. 23 - Posse do I Governo Constitucional (GC), primeiro-ministro Mário Soares. O futuro lente do ICBAS Adalberto Paulo Mendo exerce as funções de secretário de Estado da Saúde; voltará ao cargo nos VII e VIII GGCC.

o 1976 Out. - O ministro da Educação e Investigação Científica do I GC, Mário Sottomayor Cardia, nomeia Reitor interino da UP o decano da Universidade, o lente de Medicina Manuel da Silva Pinto (?-1983). Serão seus Vice-Reitores os lentes de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil* Aristides Guedes Coelho e de Ciências/*Física* José Manuel Machado da Silva. A Reitoria passa a funcionar no antigo edifício militar do Centro de Instrução e Condução Auto do Porto (CICAP), à Rua D. Manuel II.

o 1977 Jan. 20 - Criação do Curso Superior de *Psicologia*.

o 1977 Mar. - A Fac. Letras começa a instalar-se provisoriamente num edifício destinado a Ciências, no parque da casa Burmester, à R. do Campo Alegre, 1021-1055.

o 1978 - O lente de Medicina Alexandre Alberto Guerra Sousa Pinto<sup>3</sup> exerce as funções de secretário de Estado da Investigação Científica no II GC.

o 1978 Abr. 08 - Reprovação do professor auxiliar Victor de Sá (1921-2004) no concurso de provas públicas para professor extraordinário de Letras/*História*; reacções desencontradas na comunidade académica. Nos 25 anos subsequentes não faltarão situações congéneres em diversas Unidades Orgânicas da UP, ainda que Letras pareça deter alguma propensão...; as reacções serão de novo desencontradas: como de costume...<sup>4</sup>.

o 1978 Abr. - Armando de Araújo Martins Campos e Mattos (1919-1990), lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil*, nomeado Reitor da UP, o último de provimento ministerial puro. Exercerá até finais de 1981. Serão seus Vice-Reitores os lentes de Medicina/*Ginecologia e Obstetrícia* João Silva Carvalho e de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Metalúrgica* Horácio da Maia Ferreira e Costa.

o 1978/1979 - O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro da Educação e Investigação Científica IV GC. Exercem as funções de secretários de Estado do Planeamento e das Finanças, respectivamente, o lente de Economia Rui José da Conceição Nunes e o assistente da mesma Escola Alípio Barrosa Pereira Dias.

<sup>3</sup> Neto do antigo Reitor Alexandre Alberto de Sousa Pinto (v. *supra*, 1929/1931).

<sup>4</sup> Diria Camilo: «(...) já não existe a tradição da velha tirania dos patíbulos, excepto o vinho que ainda é de enforcado». («Filho [O] Natural», in *Novelas do Minho*, II, a abrir).

- o 1979 - Retoma da Queima das Fitas e de todo um 'universo' de práticas tradicionais.
- o 1979 Dez. 21 - O grupo de *Arquitectura* da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) converte-se em Fac. *Arquitectura/UP*.
- o 1979/1988 e 1995/2000 - O lente de *Letras/História* Humberto Baquero Moreno exerce o cargo de Director do Arquivo Distrital do Porto.
- o 1980 - Os assistentes de Economia Alípio Barrosa Pereira Dias e Miguel José Ribeiro Cadilhe exercem as funções de secretários de Estado das Finanças e do Planeamento, respectivamente, no VI GC.
- o 1980 Nov. 05 - O Curso Superior de *Psicologia* converte-se em Fac. *Psicologia e de Ciências da Educação*.
- o 1981/1985 - O assistente de Economia Alípio Barrosa Pereira Dias exerce as funções de secretário de Estado do Orçamento nos VII, VIII e IX GGCC.
- o 1981 Out. - Um despacho do ministro da Educação do VIII GC, Vítor Pereira Crespo, manda realizar experimentalmente, segundo um processo eleitoral 'imperfeito'<sup>5</sup>, a designação dos Reitores das U's do Porto e do Minho a prover dentro de meses. Movimentações na FL/UP, no sentido de que esta Escola tenha pela 1.<sup>a</sup> vez um dos seus lentes na equipa reitoral. Após descarte de alguns nomes, perfila-se a candidatura de Luís António de Oliveira Ramos, lente de *História Moderna*, contando à data 42 anos; licenciado em *Ciências Histórico-Filosóficas* pela UL, aí iniciou carreira (1962/1963), transferindo-se para a UP no último daqueles anos. Candidatam-se igualmente o lente de *Engenharia/Eng.<sup>a</sup> Electrotécnica* Francisco Velez Grilo e o lente de *Farmácia* Rui Manuel Ramos Morgado.
- o 1982 Mar. - Processo eleitoral, presidido pelo decano da UP, o lente de *Farmácia* José Pereira do Vale Serrano. Sabe-se, *off the record*, que Luís de Oliveira Ramos foi o candidato mais votado, o que levará o ministro Vítor Crespo a nomeá-lo. O novo prelado convida para Vice-Reitores os outros 2 candidatos formais.
- o 1982 Abr. - Posse da equipa reitoral para 1982/1985. Em princípios deste último ano Francisco Velez Grilo será substituído pelo lente de *Medicina/Farmacologia* Serafim Guimarães.

---

<sup>5</sup> Um Colégio Eleitoral representativo de docentes, discentes e funcionários indicaria ao ministro, sem menção de votos obtidos e por simples ordem alfabética, os nomes de 3 professores catedráticos de nomeação definitiva. Independentemente de candidaturas, seriam elegíveis todos os lentes naquela situação que não houvessem declarado indisponibilidade. As equipas reitorais exerceriam por um triénio.

o 1983/1985 - O lente de Letras/*Línguas e Literaturas Românicas* José Augusto Baptista Lopes e Seabra (1939-2004) exerce as funções de ministro da Educação no IX GC (*Bloco Central*); posteriormente enveredará pela carreira diplomática (1985 ss.), servindo na UNESCO (Paris), em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires. O assistente de Economia Alberto Amorim Pereira exerce as funções de subsecretário de Estado Adjunto do ministro das Finanças e do Plano no mesmo Executivo.

o 1984 Jan. 06 - Jean Delumeau, historiador insigne, lente do Collège de France, é feito dr. h.c. pela Fac. Letras, onde já orientara 3 candidatos ao doutoramento em *História Moderna e Contemporânea* (Cândido dos Santos, Eugénio dos Santos e João Francisco Marques).

o 1984/1985 - O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes exerce as funções de secretário de Estado do Ambiente no IX GC.; o lente de Medicina/*Anatomia* Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva exerce as funções de secretário de Estado do Ensino Superior no mesmo Executivo.

o 1985/1990 - O assistente de Economia Miguel José Ribeiro Cadilhe exerce as funções de ministro das Finanças nos X e XI GGCC.

o 1985/1995 - O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro do Plano e da Administração do Território nos X, XI e XII GGCC.

o 1985 Nov. - Eleição reitoral. Candidatam-se o lente de Ciências/*Química* Alberto Manuel Sampaio e Castro Amaral, o lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Metalúrgica* Horácio da Maia Ferreira e Costa (Vice-Reitor em 1978/1981) e o lente de Economia Rui José da Conceição Nunes; algo tardiamente, acaba por se recandidatar o próprio Reitor cessante. Alberto Amaral será o mais votado. Toma posse em 1985/12/05. Por sucessivas reeleições, no quadro da *Lei da Autonomia Universitária* (1988), acabará por se manter no cargo até ao Outono de 1998. Serão seus Vice-Reitores: Cândido dos Santos (Letras/*História*, todos os mandatos); Francisco Carvalho Guerra (Farmácia, 1985/1991); Eduardo Oliveira Fernandes (Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Mecânica*, 1986/1991); Manuel Miranda Magalhães (Medicina, 1991/1998); e José Ângelo da Mota Novais Barbosa (Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil*, 1992/1998).

o 1985/1990 - O assistente de Economia Miguel José Ribeiro Cadilhe exerce as funções de ministro das Finanças nos X e XI GGCC.

o 1986/1987 - Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva, lente de Medicina/*Anatomia*, exerce o cargo de governador de Macau.

o 1987 - «Bodas de Diamante» da UP. Entre colóquios e homenagens, são feitos drs. h.c., entre outros, José de Azeredo Perdigão (por todas as Faculdades) e Victor Sá Machado (pela Fac. Medicina). Criação da *Fundação Gomes Teixeira*.

o 1988 - Criação do Instituto Superior de Estudos Empresariais (ISEE), unidade orgânica ministrante de ensino post-graduado.

o 1988 Set. - A UP acolhe o Congresso Internacional *Bartolomeu Dias e a sua Época*, presidido pelo lente de Letras/*História* Luís de Oliveira Ramos.

o 1989 Jan. 06 - Integração na UP da Escola Superior (mais tarde Faculdade) de Medicina Dentária.

o 1988/1990 - O lente de Letras/*História* Humberto Baquero Moreno exerce o cargo de Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

o 1989 Abr. - Inauguração do Círculo Universitário do Porto (casa Primo Madeira, à R. do Campo Alegre, 977). Clube dos docentes da UP, dispõe de restaurante, bar, *self-service*, mini-residência para Mestres de visita à Universidade, serviços da *Fundação Gomes Teixeira*, salas para Seminários, etc. O restauro assentou em projecto do lente de Arquitectura Fernando Luís Cardoso de Meneses e Tavares de Távora, valendo-lhe um Prémio da Câmara Municipal do Porto (ano de 1988).

o 1989 Jun. - Manoel de Oliveira é feito dr. h.c. pela Fac. Arquitectura.

o 1990 Jun. 20 - O Presidente da República, Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, é feito dr. h.c. pela Fac. Letras.

o 1990 Jun. 30 - António Barros Machado, antigo docente da UP, compulsivamente afastado nos anos 30, é feito dr. h.c. pelo ICBAS.

o 1990 Jul. - Um incêndio destrói a ala Sul do ICBAS; outro incêndio afecta parte do edifício de Engenharia.

o 1991 Dez. - A Fac. Medicina comemora o centenário da 1.<sup>as</sup> médicas portuguesas (Escola Médico-Cirúrgica do Porto), em cerimónia presidida por Maria Barroso e que teve como oradores os lentes Daniel Serrão, Conceição Magalhães, Teresa Lago e Cândido dos Santos.

o 1992 Out. 30 - A ESBAP (com os grupos de *Pintura, Escultura e Design da Comunicação*) converte-se em Fac. Belas-Artes/UP.

o 1992/93 - No quadro de uma política restritiva de cariz neo-liberal, a equipa do ministério da Educação do XII GC (Fernando Couto dos Santos, ministro; José Augusto Perestrello Alarcão Trony e Pedro Lynce de Faria, secretários de Estado) conduz uma política agressiva em termos de cerceamento da Autonomia Universitária, de subalternização das Ciências Sociais e Humanas e de abaixamento a todo o custo do montante do Corpo Docente<sup>6</sup>, aplicando a figura da ratio-padrão; ao mesmo tempo, hostilizam-se o Ensino Superior Privado e Cooperativo e os docentes do Ensino Superior Estatal que, nos termos legais e regulamentares, aí exerçam funções em acumulação; lança-se o conceito de turbo-professor; mas jamais se testará a sua operatividade... Um jornalista do Expresso considera - e não é desmentido - que o Reitor Alberto Amaral é o 'ideólogo' da política do ministério. Por via disto, a FL/UP em geral e o grupo de *História* em particular vivem um ano agitado: em finais de Outubro demite-se o Presidente do Conselho Científico, Luís de Oliveira Ramos (*História*), sendo depois eleito António Ferreira de Brito (*Línguas e Literaturas Românicas*).

o 1993/1995 - Adalberto Paulo Mendo, lente do ICBAS, exerce o cargo de ministro da Saúde no XII GC. O lente de Engenharia Joaquim Manuel Poças Martins exerce o cargo de secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor no mesmo Executivo.

o 1994 Jul. 08 - Criação da Fac. Direito/UP. Actividade docente a partir de 1995/96. À FD/UP está destinado, uma vez completadas as obras de remodelação, o antigo edifício de Engenharia (à R. das Bragas).

o 1994/1995 - O líder do Partido Socialista, António Guterres, ao tempo na oposição, lança os «Estados Gerais para uma nova Maioria», onde o Reitor Alberto Amaral é figura destacada. Dele se fala para ministro da Educação de um hipotético Executivo Guterres...

o 1995/1996 - O lente de Economia Daniel Bessa Fernandes Coelho exerce as funções de ministro da Economia do XIII GC.

o 1995/1999 - Os lentes de Economia Elisa Guimarães Ferreira e Fernando Teixeira dos Santos desempenham os cargos de ministra do Ambiente e de secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, respectivamente, no XIII GC.

o 1995 Dez. 05 - Inauguração do novo edifício de Letras (projecto Nuno Jennings Tasso de Sousa). De concepção e estética nada pacíficas, não têm faltado problemas

---

<sup>6</sup> Mormente pela tentativa - parcialmente gorada - de fazer regressar às Escolas de origem docentes com vínculo ao Ensino Básico e Secundário e exercendo na UP em regime de destacamento. Um doutorando em *Letras/História da Arte* com provas marcadas para finais de Nov.1992 terá inclusivamente que se apresentar na sua Escola Preparatória de origem nos meses de Out. e Nov. do ano em causa; o Conselho Directivo da dita Escola mostrará o bom-senso e o bom-gosto de se limitar a mandá-lo comparecer x horas na Biblioteca duas vezes por semana.

afectando o funcionamento quotidiano (v.g. humidade, queda de pedaços do revestimento interior, insegurança nos acessos...), para além de uma congénita falta de espaço; encerramentos temporários para obras em 1999/2000 e 2000/01. Até que ponto as ampliações em curso (construção de equipamentos para todo o pólo: cantina, parque de estacionamento subterrâneo, residência estudantil, auditório...) 'suavizarão' as questões ?

o 1996/1997 - O lente de Engenharia José Freire de Sousa exerce as funções de Secretário de Estado da Competitividade e Internacionalização no XIII GC.

o 1998 Jul. - Eleição reitoral. José Ângelo Novais Barbosa, lente de Engenharia/*Eng.ª Civil*, Vice-Reitor, é candidato único, sendo eleito. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Química* José Alberto Ferreira Gomes, a lente de Letras/*Línguas e Literaturas Românicas* Maria da Graça Lisboa Castro Pinto e o lente de Medicina/*Farmacologia* Daniel Moura.

o 1999 - Reactivação da Associação dos Antigos Alunos da UP. Lançamento da Revista *UPorto*, sob a directa responsabilidade do Vice-Reitor José Alberto Ferreira Gomes.

o 1999 Mar. 22 - O Reitor Novais Barbosa institui o *Dia da Universidade*, a comemorar anualmente no aniversário da criação da UP. 1.ª edição: consagrada à temática *Universidade e Património Museológico*; sessão solene no Salão Nobre da Fac. Ciências, com oração de sapiência pelo lente de Letras/*Ciências e Técnicas do Património* Armando Coelho Ferreira da Silva.

o 1999/2000 - O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de secretário de Estado da Administração Educativa no XIV GC.

o 1999/2002 - A lente de Economia Elisa Guimarães Ferreira desempenha o cargo de ministra do Planeamento no XIV GC.

o 2000 - Conversão do ISEE (v. *supra*, 1988) em Escola de Gestão do Porto (EGP).

o 2000 Mar. 22 - *Dia da Universidade*, consagrado à temática *Universidade e Cidade*. Sessão solene no teatro do Campo Alegre, com oração de sapiência pelo lente de Arquitectura Domingos Tavares.

o 2000/2001 - O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de ministro da Educação no XIV GC.

o 2000 Out. 30 - Xanana Gusmão, D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos-Horta são feitos drs. h.c. pela Fac. Letras.

o 2001 - A cidade do Porto é *Capital Europeia da Cultura*. A liderança do evento cabe à lente de Ciências/*Matemática* Teresa Lago.

o 2001 Mar. 22 - *Dia da Universidade*: inauguração oficial das novas instalações da Fac. Engenharia.

o 2001 Nov. - O lente de Letras/*História* Francisco Ribeiro da Silva substitui Maria da Graça Pinto no cargo vice-reitoral.

o 2001/2002 - O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de ministro da Cultura no XIV GC. O lente de Engenharia/*Eng.ª Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes exerce as funções de secretário de Estado adjunto do ministro da Economia no mesmo Executivo.

o 2002 Mar. 22 - *Dia da Universidade*, em torno da problemática *Universidade e Construção Europeia*: sessão solene no Salão Nobre da Fac. Ciências, com oração de sapiência pelo Reitor da U. Valladolid.

o 2002/2003 - O lente aposentado de Engenharia/*Eng.ª Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro das Obras Públicas no XV GC.

o 2002 Jul. - Eleição reitoral. Recandidatura de José Ângelo Novais Barbosa. Apresentam-se igualmente ao sufrágio o lente de Engenharia/*Eng.ª Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes e o lente de Medicina Altamiro da Costa Pereira. Reeleição do Reitor cessante.

o 2002 Set. - Posse de José Ângelo Novais Barbosa para um 2.º mandato. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Química* José Alberto Ferreira Gomes, o lente de Letras/*História* Francisco Ribeiro da Silva, o lente de Engenharia/*Eng.ª Electrotécnica* José Carlos Diogo Marques dos Santos e a lente de Medicina Isabel Pereira.

o 2002 Out. - Entra em vigor a reforma (simplificante) dos actos solenes da UP. Nos doutoramentos h.c. desaparecem as falas em Latim e o elogio do apresentante que, em contrapartida, passa a ter a responsabilidade da petição de grau para o doutorando. Desaparecimento do conjunto *borla-e-capelo* como insígnia doutoral nestas cerimónias.

o 2002 Dez. - O lente de Medicina e Director do *Instituto de Biologia e Patologia Molecular* (IPATIMUP) Manuel Sobrinho Simões recebe o PRÉMIO PESSOA (ed. 2002), atribuído pelo jornal *Expresso* e pela multinacional UNISYS.

o 2003 - O lente jubilado de Engenharia Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento recebe o PRÉMIO LEONARDO DA VINCI, galardão considerado como «o Nobel da Engenharia Civil».



o 2003 Jan. - Aprovação pelo Senado do traje doutoral da UP (versão simplificada da beca oitocentista, criada para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto [meados da década de 1850]). Ao mesmo tempo, a medalha doutoral da UP passa a pender de escapulário na cor da Escola e/ou especialidade científica, substituindo a simples fita preexistente; na cercadura da medalha a expressão PORTVCALENSIS VNIVERSITAS é substituída pela divisa da Academia Politécnica, VIRTVS VNITA FORTIVS AGIT. Nova cor da UP: o rosa é substituído pelo ouro velho.

o 2003 Mar. 22 - *Dia da Universidade*: sessão solene no Salão Nobre da Fac. Ciências, com oração de sapiência pelo lente de Medicina Manuel Sobrinho Simões. Inauguração, entre outros equipamentos, dos novos edifícios de *Matemáticas Puras* e *Matemáticas Aplicadas* da Fac. Ciências.

o 2003 Nov. 04 - Sessão solene comemorativa do 2.º Centenário da Academia Real da Marinha e do Comércio. Oração de sapiência pelo lente de Letras/*História* Cândido dos Santos.

o A fechar: Nos alvares do 3.º milénio, a UP, pelos montantes de discentes, docentes e funcionários, pelo número de Unidades Orgânicas, pelo Património (edifícios funcionais, Arte, Cultura...) ou pela projecção internacional, configura-se «a maior Universidade portuguesa». Longe vai o tempo em que o *Studium Generale* da Invicta poderia definir-se como «um Estudo na Cidade», confinado à zona «dos Clérigos ao Carregal», com prolongamentos por Cedofeita e ruas do Rosário/da Boa Hora/de Aníbal Cunha<sup>7</sup>. A UP da viragem de milénio estrutura-se em 3 pólos:

o O «histórico»: Ciências (futuramente Reitoria, Serviços Centrais, Biblioteca-Geral, Arquivo, Museus, Salão Nobre, Aula Magna...), ICBAS, Direito, Farmácia, sedes dos SSUP, CDU, OUP, TUP, CLUP e algumas residências universitárias;

o o do Campo Alegre: Ciências, Letras, Arquitectura e, transitivamente, Psicologia, crescendo teatro, residências, sede da Federação Académica, Círculo Universitário, Estádio Universitário e Pavilhão Gimnodesportivo;

o o da Asprela: Medicina, Economia, Ciências da Nutrição, Medicina Dentária, Ciências do Desporto e da Educação Física, Engenharia e futuramente Psicologia; note-se que neste pólo a UP vizinha com edifícios do Instituto Politécnico do Porto, da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade Portucalense; «Cidade Universitária» ou «Cidade das Universidades» ?...

o Até que ponto é isto fomentador da consciência de pertença a uma comunidade de saberes que tem em Passos Manuel, António José de Almeida e Francisco Gomes Teixeira os seus «pais fundadores»?

<sup>7</sup> HOMEM, 1991.

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.), 1998-2000 - *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, vols. VII-IX, Porto, Figueirinhas.
- Faculdade, 1969 - *Faculdade de Ciências do Porto: 1762-1803-1837-1911*, [coord. Jayme Rios de SOUZA], Porto, Fac. Ciências.
- Faculdade, 1990 - *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: 1911-1986. Os primeiros 75 anos*, com textos introdutórios de J. M. Machado da SILVA e Manuel A. V. Ribeiro da SILVA, Porto, Fac. Ciências.
- GUIMARÃIS, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz de; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix, 2000 - *Presidentes (Os) e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos/IN-CM.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1991 - «Tradições Académicas Portuenses: breves notas, vividas, de uma 'História' em criação», *Boletim da UP*, 9 (Jun.), p. 29-33.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2001 - «Invicta Clio», texto redigido em finais de 2000, como abertura para a página do Dep. de História da FL/UP na INTERNET (disponível em [www.lettras.up.pt/dh/apresentacao.htm](http://www.lettras.up.pt/dh/apresentacao.htm)). Publ: *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 2, p. 9-12.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, no prelo - *Traje (O) dos lentes. Memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*, «Posfácio» de J. Novais BARBOSA, Porto, Faculdade de Letras.
- Pôrto, 1925 - *Pôrto (O) e a sua Universidade*, Porto, s.e.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1986-1987 - «Sobre a identidade universitária do Norte de Portugal», *Revista de História*, [Centro de História da UP] VII, p. 199-208.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dir.), 1996 - *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Amadora, Bertrand.
- SANTOS, Cândido dos, 1991 - *Mulher (A) e a Universidade do Porto. A propósito do Centenário da licenciatura das primeiras médicas portuguesas*, Porto, UP.
- SANTOS, Cândido dos, 1996 - *Universidade do Porto: Raízes e Memória da Instituição*, Porto, Reitoria da Universidade (amplas indicações bibliográficas; trad. ingl.<sup>a</sup>: *University of Porto. Roots and Memories of the Institution*, Porto, Reitoria da Universidade, 2002).
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 2001 - «Pensar a Universidade (Algumas notas a propósito do Reitorado de Oliveira Ramos: 1982-1985)», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 2 (2001), p. 189-210.



*Abstracts*



### The 1638 Rebellion of Porto

#### *Revolta do Porto de 1638*

As announced in 1979, we have here recovered the topic of the popular rebellion that took place in Porto in 1638, and placed this event among others that, in the meantime, have been discovered to have taken place in Northern Portugal (Vila Real in 1635 and Viana do Castelo in 1936), closely preceding the Revolt of Évora in 1637.

These events, although framed by the strain of tax charges (not exclusive to Portugal) and the heavy weight of the “Real d’água” (a tax charged on essential goods), were possibly caused by more serious motives, a number of which affected mainly the urban populations. Even though they did not take place in all places, the burning of registries and tax records and possibly land records, together with the well-documented absence of famine (as well as pillaging and theft), show a very specific type of rebellion, clearly different from other types of rebellions like the Famine ones, impossible to determine in the revolt of Porto in 1638 (and those that were contemporary to it).

In this rebellion which resulted in the burning down of registries, there are clear signs of the involvement of middle-high strata of the society and the town council itself was accused of obstinate opposition to these immediate tax demands and of not making any effort to discover those directly responsible for burning and destroying the registries.

*Aurélio de Oliveira*

### Modernization and Conflict in the Rural World of the 19<sup>th</sup> century: politicization and “popular politics” in Maria da Fonte rebellion

#### *Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte*

This paper aims to question the idea that conflicts and collective forms of popular action and mobilization, which greatly marked the Portuguese 19<sup>th</sup> century, were generally dictated by resistance from the rural world to the “modernizing” drive.

We consider that the implantation of liberalism not only brought the “modernization” of multi-secular institutional structures through phenomena like freedom from entailing estates and their progressive commercialization, the administrative reorganization of the territory, or the new tax policies, but also through the involvement of the rural world in political conflicts at national level and the institutionalization of new political practices.

Thus, based on the analysis of some of the conflicts that marked the rebellion of Maria da Fonte, especially those that resulted in the banishment of local authorities and their substitution by others through popular appointment, we contend that the politicization of the country-side which results from a process of nationalization of politics, is a perspective to be taken into account when analyzing the phenomena of conflict in the 19<sup>th</sup>-century rural world. It is also a key

aspect to consider when observing interactions between the local and national levels and between the old and new repertoires of collective action.

*Fátima Sá e Melo Ferreira*

**The Douro popular sub-elevation and the formation of the “Junta de Vila Real” during “Maria da Fonte”**

*Os levantamentos populares durienses e a formação da Junta de Vila Real durante a “Maria da Fonte”*

The rebellion of “Maria da Fonte” that started in March 1846, in Póvoa de Lanhoso, quickly extended to Trás-os-Montes and Alto Douro.

In the Douro, the elites performed an important role in the preparation and conduction of the popular sub-elevation that occurred in the region, having formed in Vila Real, on 10<sup>th</sup> of May 1846, the first governmental council of state of opposition to “Cabralismo”. This council of state had a relief action in the order maintenance and in the Douro institutions.

*Célia Maria Tabora da Silva*

**From “Alijó mission” to the “Lamego riot”. Crisis and rebellion in Douro wine-grower in the beginning of the 20<sup>th</sup> century**

*Da “missão de Alijó” ao “motim de Lamego”. Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX*

In the beginning of the 20<sup>th</sup> Century, the situation of commercial crisis affected a lot of European viticultural regions, originated a climate of social dissatisfaction, favourable to the eclosion of rebellion movements. In these movements, often of regionalist character, converged actions of the local elites and popular riots, in defence of the denomination of the origin of its wines, against imitations, falsifications and other forms of disloyal competition. In the case of Douro wine-grower, the movements unchained in 1914-1915, that culminated in the tragic “riot of Lamego”, inscribe in the long regional combat in defence of the denomination of the origin of the Porto wine, placed in the protests against the 6<sup>th</sup> article of the Treaty Lusian-British of 1914, that considered as Porto wine any wine derived from Portugal and not only the one produced in the Douro region.

*Gaspar Martins Pereira  
Carla Sequeira*

**Leisure-cultural Union: senses of practice.  
The “Fenianos Portuenses” Club.**

*Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática.  
O Clube Fenianos Portuenses.*

This paper aims, through a case study, to approach the Porto’s cultural and associative movement, in the beginning of the 20<sup>th</sup> century, considering the active intervention of the local bourgeoisie in the construction of new economic, political and cultural realities. By the time, the cultural associations had an influent role in the changing sociability as well as in the legitimating of social rang, spreading their influence to the political dominions. The “Clube Fenianos Portuenses” is an example of this dynamics.

*Sandra Brito*

**Large databases: a new approach to social history. The Fichoz system**

*Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l’histoire sociale. Le système Fichoz*

Fichoz is a database system that enables collecting and classifying all types of information regarding people from different historical periods. As an integrated system, biographical, classical, genealogical, notary, legal, parochial and administrative data can be saved in one single file, in a unique format that allows them to be processed simultaneously. This system was developed with the aim of providing an instrument capable of meeting challenges raised by recent trends in the dominant paradigm of social history. Considering action and relationship as basic elements, it places at the same level all the fields into which research is traditionally divided: social, economic, religious, institutional, legal, family history and others. It is rooted in the idea that each has its own logic, but that the social action of individuals is based on the relationships between these different logics, and that it is, therefore, essential they be processed simultaneously.

*Jean Pierre Dedieu*



“Actors, networks, processes”

*“Actores, redes e processos”*

“Actors, networks, processes” reflects on how to apply social network analyses to a history that tends towards a global perspective. To this end, they are described as efficient tools for an inductive analysis based not on pre-established categories but rather on the observation of individuals, in order to discover the effective relationships between them and, therefore, their actual social configurations.

As a starting point, men and women are considered subjects of a history, their own history, which is at the same time economic, political, social and cultural, and which can therefore be taken as a principle of coherence and guideline to a research that seeks the non-supervening internal coherence of that same history.

However, to make this possible, social network analyses cannot be merely restricted to surveying techniques, nor can the principles of sociology of contemporary networks be uncritically transferred to past societies. Following this line of thought, the article evaluates the contributions of such analyses but, at the same time, reflects on the insufficiencies that limit their range and proposes a more integrated model of relational analysis, which takes into account the relationships between actors and forms of social organisation.

The final part focuses more specifically on the society of the *Ancien Régime*, seeking the necessary balance between the structural elements of its social ties and the analysis of the actors and their self-centred networks, analyses how they can be applied to the ruling elites of 18th-century Spain and, in relation to document sources, proposes an intensive study of epistolary correspondence in particular.

*José María Imízcoz*

The challenging adaptation of the Military Orders to the late-medieval “crisis”

*As adaptações das Ordens Militares aos desafios da “crise” tardo-medieval*

The answers of the Portuguese Military Orders to the late middle ages’ challenges can be interpreted, by one hand, in the context of the general economic difficulties and, in the other hand, in the context of a identity crisis, resultant of the complicity that these institutions have with the monarchy, which will required to them a new dynamic and a performance adapted to kings’ projects, interfering in to their own rules. These institutions had in the late middle ages many challenges, which had consequences in their behaviour and required internal reflections in the juridical rules,

*Paula Pinto Costa*

### Comments on the plague of Porto in the second half of the 15<sup>th</sup> century

*Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV*

The city of Porto, as usually in Europe, suffered various plague outbreaks. This reality can be observed through the reports of the “Livros de Vereação”, which reflects preventive measures in order to avoid the fast propagation of the epidemic in the end of the Middle Age. This study synthesizes the measures that were taken by the “Town Hall officers”, on the second half of the XV century, to enable the pestiferous threat.

*Francisco Ferraz*

### Pardon deeds in Porto notary (1650-1700)

*Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)*

Based on the pardon deeds found in the books of a notary in the second half of the 17<sup>th</sup> century, we seek, on the one hand, to know the crimes that were executed, why, who and when they were executed and, on the other hand, why someone, instead of claiming for justice, claimed for other pardons and what counterparts were at play. Besides, we draw the granters profile that took part in the notary act, characterize them from the socio-professional point of view, geographic origin and gender. More than pointing conclusions, we want to raise lecture hypothesis and interpretation of the collected data, considering the limitations of the main used source.

*Hugo Ribeiro da Silva  
Susana Cardoso*

### The slave community in Leça da Palmeira in the 17<sup>th</sup> century

*A comunidade escrava de Leça da Palmeira Seiscentista*

The existence of slaves and free communities resident in the national space, along the Modern Age, is a frequent subject that comes up in Portuguese historiography. In spite of being social minorities, this community's economic and social role must be considered in the analysis of the group of the modern Portuguese social tissue.

The northern parish of Leça da Palmeira, result of a geographic and economic particular frame, welcomed since the late 50's several black people, whose community grew in the next centuries. In this article we present the main traces of this community's experience, considering different perspectives that help to reconstruct their social scene through the 17<sup>th</sup> century.

*Francisco Araújo  
Sandra Alves*

**The Maritime Commerce of Porto in the second half of the 18<sup>th</sup> century**

*Episódios do Comércio Marítimo Portuense na Segunda Metade do século XVIII*

Based on the notary deeds, especially on the almost unknown freightage contracts, in this text, we try to draw some considerations about the maritime commerce of Porto on the second half of the 18<sup>th</sup> century. As a current practice, the act of freight, whose proceedings are trying to be understood, shaped a great part of the maritime-commercial life of the city. Responsible, at one level, by a strong foreign presence (visible in the significative affluence of ships of many nationalities in the Douro port, but also in the establishment of a dynamic community), the structure was made, at another level, of the frame of the Porto business man in the maritime trade.

*Sérgio Carlos Ferreira  
Joana Isabel de Almeida Ribeiro  
Pedro Gentil Rodrigues*

**Industrial patrimony, education and investigation – the Project “Rota do Património Industrial do Vale do Ave”**

*Património industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave*

This paper was presented on the seminary about the production of materials in the area of the project “Rota do Património Industrial do Vale do Ave”. It aims to encourage the discussion around the notions of industrial patrimony and its use for didactic purposes and investigation.

*Jorge Fernandes Alves*

**The Porto University and national life: synoptic chronology (1911-2003)**

*A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2003)*

The 200<sup>th</sup> year of the “Trade and Navy Royal Academy” registered a synoptic chronology of the University of Porto which had had within that same Academy one of its preceding institutions.

*Armando Luís de Carvalho Homem*

Publicações Periódicas  
(Permuta com a Revista  
da FLUP) - História



## LISTA DE TÍTULOS POR PERMUTA COM A REVISTA DA FLUP – HISTÓRIA

- ABRENTE: REVISTA DE LA REAL ACADEMIA GALLEGA DE BELLAS ARTES DE N. SRA. DEL ROSARIO, La Coruña
- ACTA HISTORICA ET ARCHAEOLOGICA MEDIAEVALIA. Facultat de Geografia i Història, Barcelona
- AFRICANA. Centro de Estudos Africanos e Orientais, Universidade Portucalense, Porto
- AL-ULYA: REVISTA DO ARQUIVO HISTORICO MUNICIPAL DE LOULE. Loulé
- ALMANSOR. Biblioteca Municipal, Montemor-o-Novo
- ANAIS: SÉRIE HISTÓRIA. Departamento de Ciências Humanas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa
- ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE - HISTORIA MEDIEVAL. Departamento de Historia Medieval y Moderna, Universidad de Alicante, Alicante
- ANUARIO. Instituto de Estudios Zamor. Florian de Ocampo, Zamora
- ARQUIPELAGO: SERIE HISTORIA. Univerisdade dos Açores, Ponta Delgada
- ARQUIVO COIMBRÃO. Biblioteca Municipal de Coimbra, Coimbra
- ARQUIVO DE BEJA. Biblioteca Municipal, Beja
- ARQUIVO DE PONTE DE LIMA. Câmara Municipal, Ponte de Lima
- ARQUIVO DOMINICANO. Editorial San Esteban, Salamanca
- ARQUIVOS DA MEMÓRIA. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa, Lisboa
- ATRIUM. Seminário Maior do Porto, Porto
- AZULEJO. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa
- BARCELOS REVISTA. Biblioteca Municipal, Barcelos
- BEIRA ALTA. Assembleia Distrital de Viseu, Viseu
- BERCEO. Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal de Esposende, Esposende
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Histórico do Porto, Porto
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Póvoa de Varzim
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila Nova de Famalicão
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Municipal, Loulé
- BOLETIM CULTURAL DE VALE DE CAMBRA. Museu Municipal, Macieira de Cambra
- BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DO PORTO, Porto
- BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DO ARQUIVO HISTORICO MILITAR, Lisboa
- BOLETIM DO INSTITUTO HISTORICO DA ILHA TERCEIRA, Angra do Heroísmo
- BRACARA AUGUSTA. Arquivo Municipal de Braga, Braga
- BRIGANTIA: REVISTA DE CULTURA. Arquivo Distrital, Bragança
- CADERNOS DO NOROESTE. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- CADERNOS ESAP. Cooperativa de Ensino Superior Artístico Árvore, Porto
- CADERNOS HISTORICOS. Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos
- CALLIPOLE: REVISTA DE CULTURA. Câmara Municipal, Vila Viçosa
- CISTERCIUM: REVISTA MONASTICA. Monasterio de la Oliva, Carcastillo (Navarra)
- COMPOSTELLANUM. Instituto Teologico Compostelano, Santiago de Compostela

- CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA CASTELLONENSES. Diputacio de Castello, Castellon de la Plana, España
- CUADERNOS DE HISTORIA CONTEMPORANEA, Universidad Complutense, Madrid
- CUADERNOS DE HISTORIA MODERNA, Universidad Complutense, Madrid
- CUADERNOS DEL CEMYR. Universidad de La Laguna, La Laguna (Tenerife)
- DIDASKALIA. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa
- DOMINICAN HISTORY NEWSLETTER. Instituto Storico Domenicano, Roma
- ENCUENTROS. Biblioteca do Ayuntamiento de Olivenza, Badajoz
- ESTUDIOS MINDONIENSES. Diocesis de Mondonedo el Ferrol, Ferrol (A Coruna)
- ESTUDIS CASTELLONENCs. Diputació de Castelló, Castelló, España
- ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto-Alegre, Brasil
- ESTUDOS MEDIEVAIS. Centro de Estudos Humanísticos, Porto
- ESTUDOS ORIENTAIS. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- ESTUDOS REGIONAIS: REVISTA DE CULTURA DO ALTO MINHO. Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo
- ESTUDOS TRANSMONTANOS. Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real
- FAVENTIA. Servei de Biblioteques, Barcelona
- FONTES E ESTUDOS. Arquivo Histórico Nacional, Luanda
- HISPANIA: REVISTA ESPANOLA DE HISTORIA. Madrid
- HISPANIA ANTIQUA. Universidad de Valladolid, Valladolid
- HISTORIA. Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil
- HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS. Universidad de Sevilla, Sevilla
- HUMANISTICA E TEOLOGIA. Universidade Católica, Centro Regional do Porto, Porto
- IACOBVS. Centro de Estudios del Camino de Santiago, Valladolid
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE. Macau
- JERONIMO ZURITA: REVISTA DE HISTORIA. Institucion Fernando El Catolico, Zaragoza, España
- LUSIADA: SERIE DE HISTORIA. Universidade Lusíada, Porto
- MEDIOEVO: SAGGI E RASSEGNE. Istituto sui Rapporti Italo-Iberici, Cagliari, Italia
- MEMOIRES DE LA SOCIETE ARCHEOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE. Société Archéologique du Midi de la France, Toulouse
- MEMORIA. Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas, Viana do Castelo
- MICROLOGUS: NATURA, SCIENZE E SOCIETA MEDIEVALI. SISMEL, Firenze
- MINIA. Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA), Braga
- MONUMENTOS. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa
- MUNIBE (ANTROPOLOGIA-ARKEOLOGIA). Sociedad de Ciencias Aranzadi, Donostia/San Sebastián
- EL MUSEO DE PONTEVEDRA. Museo de Pontevedra, Pontevedra
- MUSEU. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
- NUOVA RIVISTA STORICA. Società Editrice Dante Alighieri, Roma
- OBRADOIRO DE HISTORIA MODERNA. Universidad de Santiago de Compostela, La Coruña

- OLARIA. Câmara Municipal, Barcelos  
PERFICIT. Colegio de San Estanislao, Salamanca  
POLIGRAFIA. Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, Arouca  
PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA. Unidad de Seleccion y Adquisicion,  
Bogota, Colômbia  
PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lisboa  
REVISTA AGUSTINIANA. Madrid  
REVISTA ALTITUDE. Assembleia Distrital da Guarda, Guarda  
REVISTA DA FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS. Lisboa  
REVISTA DE CIENCIAS HISTORICAS. Universidade Portucalense Infante D. Henrique,  
Porto  
REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMEÑOS. Centro de Estudios Extremeños, Badajoz  
REVISTA DE HISTORIA DAS IDEIAS. Faculdade de Letras, Coimbra  
REVISTA DO CIRCULO JOSE DE FIGUEIREDO. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto  
REVISTA PORTUGUESA DE HISTORIA. Faculdade de Letras, Instituto de História  
Económica e Social, Coimbra  
REVISTA THEOLOGICA. Instituto Superior de Teologia, Braga  
RUBRICA. Departamento de Historia Medieval, Paleografia i Diplomàtica, Universitat de  
Barcelona, Barcelona  
RURALIA: REVISTA DA RURALIDADE. Conjunto Etnográfico de Moldes, Arouca  
SABER EDUCAR. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto  
SAITABI. Facultat de Geografia i Historia, Valencia  
SANTO TIRSO ARQUEOLOGICO. Gabinete de Arqueologia, Museu Municipal Abade  
Pedrosa, Santo Tirso  
SIGNO: REVISTA DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA. Facultad de Farmacia, Alcala  
de Henares (Madrid)  
TRABAJOS DE PREHISTORIA. Centro de Estudios Historicos, CSIC, Madrid  
UL-VARIA: ARQUIVO DE ESTUDOS REGIONAIS. Museu Regional de Oliveira de Azeméis,  
Oliveira de Azeméis  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianopolis  
VILA DO CONDE: BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila do Conde  
ZEITSCHRIFT FUR KATALANISTIK: REVISTA D'ESTUDIS CATALANS. Biblioteca  
Catalana, Frankfurt am Main, Alemanha





Nome	Instituição	Endereço electrónico
André Evangelista Marques	Licenciado em História e mes- trando em História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:andreomarques@sapo.pt">andreomarques@sapo.pt</a>
Armando Luís Gomes de Carvalho Homem	Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:ahomem@letras.up.pt">ahomem@letras.up.pt</a>
Aurélio de Araújo Oliveira	Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Presidente do Departamento de História	<a href="mailto:aoliveira@letras.up.pt">aoliveira@letras.up.pt</a>
Célia Maria Taborda da Silva	Investigadora do GEHVID/ Mestre em História Moderna e Contemporânea	<a href="mailto:granja.carvalho@clix.pt">granja.carvalho@clix.pt</a>
Carla Sequeira	Estudante de doutoramento em História da FLUP/ Investigadora do GEHVID	
Fátima Sá e Melo Ferreira	Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Tra- balho e da Empresa	<a href="mailto:fatima.sa@iscte.pt">fatima.sa@iscte.pt</a>
Francisco Araújo	Professor do Ensino Secundário	<a href="mailto:francisco-&lt;br/&gt;a_raujo@hotmail.com">francisco- a_raujo@hotmail.com</a>
Francisco Manuel Teixeira Ferraz	Aluno do 5º ano da Licencia- tura em História. Ramo educa- cional	<a href="mailto:xikocorleone@sapo.pt">xikocorleone@sapo.pt</a>
Gaspar Martins Pereira	Professor Associado do Depar- tamento de História da Facul- dade de Letras da Universidade do Porto / Investigador do GEHVID	<a href="mailto:gpereira@letras.up.pt">gpereira@letras.up.pt</a>

Hugo Ribeiro da Silva	Investigador / Doutorando do Instituto Europeu de Florença	<a href="mailto:hribeirodasilva@hotmail.com">hribeirodasilva@hotmail.com</a>
Inês Amorim	Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras do Porto	<a href="mailto:iamorim@letras.up.pt">iamorim@letras.up.pt</a>
Jean Pierre Dedieu	Maître de Conférences du CNRS (Lyon)	<a href="mailto:jean-pierre.dedieu@montaigne.u-bordeaux3.fr">jean-pierre.dedieu@montaigne.u-bordeaux3.fr</a>
Joana Isabel de Almeida Ribeiro	Aluna de Pós-Graduação em Museologia	<a href="mailto:joriba@portugalmail.pt">joriba@portugalmail.pt</a>
Jorge Fernandes Alves	Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras do Porto	<a href="mailto:jfalves@letras.up.pt">jfalves@letras.up.pt</a>
José Maciel Honrado Morais Santos	Professor Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:jmaciel@letras.up.pt">jmaciel@letras.up.pt</a>
José María Imízcoz	Professor Catedrático do Departamento de História Medieval, Moderna y de América da Facultad de Filología, Geografía e Historia da Universidad del País Vasco	<a href="mailto:jmimizcoz@terra.es">jmimizcoz@terra.es</a>
Maria da Conceição Meireles Pereira	Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:mcoelho@letras.up.pt">mcoelho@letras.up.pt</a>
Maria João Monteiro Domingues	Aluna do 5º ano da Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:mjoao.domingues@sapo.pt">mjoao.domingues@sapo.pt</a>
Paula Maria de Carvalho Pinto Costa	Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:ppinto@letras.up.pt">ppinto@letras.up.pt</a>

Pedro Gentil Rodrigues	Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:pedrogentil@sapo.pt">pedrogentil@sapo.pt</a>
Sandra Alves	Licenciada em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<a href="mailto:sandramodesto@portugalmail.pt">sandramodesto@portugalmail.pt</a>
Sandra Brito	Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Investigadora do GEHVID/Mestre em História Contemporânea/Colaboradora do Instituto de História Moderna da FLUP.	<a href="mailto:sandra.brito@portugalmail.pt">sandra.brito@portugalmail.pt</a>
Sérgio Carlos Ferreira	Aluno de Pós-Graduação em Estudos Integrados em História Medieval e do Renascimento	<a href="mailto:rubras-sergio@hotmail.com">rubras-sergio@hotmail.com</a>
Susana Cardoso	Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Professora do Ensino Básico e Secundário	<a href="mailto:susanacardoso22@hotmail.com">susanacardoso22@hotmail.com</a>

